



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

A ACÇÃO DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS
E AS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO
DE GRUPOS VULNERÁVEIS E EXCLUÍDOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Rosalina da Veiga Martins

Faculdade de Ciências Humanas

Julho de 2020



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

ACÇÃO DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS
E AS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO
DE GRUPOS VULNERÁVEIS E EXCLUÍDOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Serviço Social

Por

Rosalina da Veiga Martins

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Professora Doutora Isabel Vieira

Julho de 2020

A única vantagem da dor reside no facto de fazer parte da linguagem do corpo. Faz soar o alarme no ponto sensível onde se exacerba o desacordo entre a aspiração a viver e a necessidade de sobreviver. O seu grito lancinante é um apelo de ajuda emitido pelo organismo, ferido e contrariado no seu impulso vital.

(Vaneigem, 2003)

Resumo

Este trabalho inscreve-se no âmbito do mestrado de Serviço Social e tem como tema “A Ação dos Grupos Comunitários Junto dos Grupos Vulneráveis e Excluídos”. A partir de um estudo de caso realizado em dois bairros de habitação social, Padre Cruz e Horta Nova, localizados na freguesia de Carnide, procura-se analisar as diversas estratégias e dinâmicas dos GC, para integração dos grupos vulneráveis.

Os resultados alcançados indicam que os GC, constituem resposta adequada para os fenómenos da pobreza e exclusão social na atualidade, a partir dos três princípios estratégicos que os orientam, nomeadamente a participação, a parceira e a ação conjunta. Assente nos referidos princípios, moradores e profissionais compartilham valores, estabelecem acordos, prosseguem objetivos comuns, programam atividades, diagnosticam problemas e procuram soluções. Porém, nota-se também que existe um esquecimento dos grupos vulneráveis, na medida que estes não estão inseridos nas dinâmicas participativas dos Grupos Comunitários.

Para sua inovação, os GC necessitam de encontrar estratégias para integrar os grupos vulneráveis e daí o primeiro passo de contributo com este presente estudo.

Palavra-Chave: Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Local, Grupo Comunitário, Intervenção comunitária e territorial.

Abstract

This work is part of a Master's Degree program aimed at obtaining a Master's Degree in "Community action Groups in relation to the vulnerable and excluded groups". Starting from a case study carried out in two social housing neighborhoods, namely; Padre Cruz and Horta Nova, located in Carnide area. The aim is to analyze the various strategies and dynamics of the CGs, for the integration of vulnerable groups.

The results achieved indicate that the CGs, constitute an adequate response to the phenomena of poverty and social exclusion today, based on the strategic principles that guide them, namely: participation, partnership and joint-action. Grounded on these principles, they share values, establish agreements, pursue common objectives, schedule activities, identify problems and seek solutions. However, it is noted that there is a lack of focus among the vulnerable groups, as they are not part of the participatory dynamics of Community Groups.

For their innovation, the CGs need to integrate the vulnerable groups, hence the first area of contribution of this study.

Keyword: Community Development, Local Development, Community Group, Community Intervention.

Agradecimentos

A minha gratidão se dirige primeiramente a Deus que me sustentou com mão forte e braço poderoso até chegar ao dia que se chama hoje!

À minha família espiritana, a cada uma das irmãs que de forma diferente me acompanharam nesse processo. Ao distrito de Portugal na pessoa da Irmã Glória Lopes que me acolheram para essa nobre missão, por todo o apoio, amor e carinho.

Agradeço a todos e a cada um dos docentes da Universidade Católica que me ajudaram a trilhar esse caminho e adquirir os conhecimentos que hoje tenho.

À Professora Isabel Vieira, a minha profunda gratidão por ter aceitado com muito amor e disponibilidade o desafio de orientar esse trabalho. Tenho orgulho em dizer que mais do que orientadora, foi amiga e companheira, que se colocou ao meu lado e comigo fez caminho... Agradeço-lhe pela sua humanidade e pelo seu testemunho de vida, sem deixar de lado a estima e o amor que tanto me dedicou.

Por último quero agradecer a todos e cada um dos técnicos, profissionais e especialistas que nos diferentes bairros me acolheram e sempre se manifestaram disponíveis para qualquer ajuda. De modo muito particular dirijo-me aos técnicos dos dois Grupos Comunitários onde se realizou este estudo – Padre Cruz e Horta Nova – aos moradores, aos especialistas, aos políticos, em suma a cada membro do Grupo Comunitário.

Espero que de alguma forma esse trabalho venha a ser útil.

A todos e a todas os que direta ou indiretamente colaboraram para que essa meta seja possível!

Lista das Siglas

AMI – Assistência Médica Internacional

ANFR – Associação Nacional de Futebol de Rua

ARPIC – Associação de Reformados e Pensionistas de Carnide

ATM – Associação Tempo de Mudar

BHC – Bairro Padre Cruz

BHN – Bairro Horta Nova

BIP-ZIP – Bairros de intervenção prioritária e zonas de intervenção prioritária

CML – Câmara Municipal de Lisboa

EDP – Energia de Portugal

EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

GAC – Grupo de Ação Comunitária (Saúde Mental)

GC – Grupo Comunitário

GCAL – Grupo Comunitário da Alta de Lisboa

GEBALIS – Gestão dos Bairros de Lisboa

ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OIT – Organização Internacional de Trabalho

ONG – Organizações Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PM – Polícia Municipal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSP – Polícia de Segurança Pública

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SS – Serviço Social

Índice

Resumo	2
Abstract.....	4
Agradecimentos	5
Lista das Siglas	6
Índice	7
Índice de Quadro	10
Índice de Figuras	11
Introdução.....	12
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
Capítulo 1 – Pobreza, exclusão social e vulnerabilidade.....	15
1.1. Abordagem da Pobreza	15
1.2. Abordagem da exclusão social.....	21
1.3. Pobreza e exclusão social como violação dos Direitos Humanos	25
1.4. Pobreza e exclusão social em Portugal.....	26
1.5. Vulnerabilidade Social.....	29
Capítulo 2 – Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Comunitário.....	32
2.1. Desenvolvimento e conceitos alternativos.....	32
2.1.1. Desenvolvimento Comunitário <i>versus</i> Desenvolvimento Local	38
2.1.2. Organização Comunitária	41
2.1.2.1. Princípios estratégicos do desenvolvimento comunitário	42
2.1.2.2. Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário.....	44
Capítulo 3 – Os Grupos Comunitários.....	46
3.1. Conceito e classificação do grupo.....	46
3.1.1. Fases da evolução de um grupo	47
3.1.2. Constituição de um grupo viável	47
3.1.3. Dinâmicas das reuniões do grupo.....	48
3.2. Origem e contexto dos Grupos Comunitários.....	49
3.2.1. Três aspetos fundamentais do Grupo Comunitário	51
3.2.2. Dinâmicas organizativas dos Grupos Comunitário.....	56

3.2.3.	Os principais obstáculos e desafios de um Grupo Comunitário.....	58
3.3.	Mapa Conceptual da intervenção do Grupo Comunitário	61
Parte II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO		63
Capítulo 4 – As metodologias qualitativas e a abordagem etnográfica.....		63
4.1.	Abordagem qualitativa e trabalho de campo.	64
4.2.	A Abordagem do estudo de caso	64
4.2.1.	Tipos de estudos de caso	65
4.2.2.	Princípios fundamentais de um estudo de caso.	66
4.3.	A recolha e as escolhas de métodos e técnicas.	67
4.3.1.	Observação direta	67
4.3.2.	A observação participante	69
4.3.3.	As entrevistas.....	73
4.3.4.	Triangulação	75
4.4.	A Análise de dados.	75
4.4.1.	Análise de conteúdo.....	76
Capítulo 5 - Os Grupos Comunitários de Lisboa – como campo empírico.....		79
5.1.	Origem e contexto dos Grupos Comunitários de Lisboa	79
5.2.	Localização geográfica dos Grupos Comunitários da Cidade de Lisboa	80
5.3.	Síntese histórica dos bairros e surgimento do Grupo Comunitário	81
5.4.	Origem e constituição dos GC	102
5.4.1.	Os parceiros e os participantes nos Grupos Comunitários.	103
5.4.2.	As principais áreas de atividade e campos de atuação dos GC	105
5.4.3.	As principais dificuldades e desafios de sustentabilidade	107
Capítulo 6 – Estudo de Caso – Os Grupos Comunitários de Carnide		108
6.1.	Escolha de dois Grupos Comunitários de Lisboa – Horta Nova e Padre Cruz... ..	108
6.2.	Campos de atuação dos Grupos Comunitários.	116
6.3.	Conquistas dos Grupos Comunitário dos Bairros Padre Cruz e Horta Nova	119
6.4.	Dinâmicas relacionais e desafios à sustentabilidade.....	120
PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS.....		122
Capítulo 7- Grupos Comunitários e as estratégias de integração		122
7.1.	Caraterização do universo de análise - os participantes dos GC entrevistados ..	122

7.2.	Os Participantes e Parceiros dos Grupos Comunitários.....	123
7.2.1.	A participação dos moradores	124
7.2.2.	A participação dos técnicos	127
7.2.3.	A representatividade das instituições e organizações locais	128
7.3.	As dinâmicas participativas e as estratégias de mobilização	129
7.3.1.	Principais estratégias de inclusão e conquistas dos Grupos Comunitários	132
7.3.2.	Principais barreiras e dificuldades no funcionamento do GC.	137
7.4.	Os Campos de Atuação dos Grupos Comunitários.....	146
7.4.1.	As áreas de Bem-Estar.....	147
7.4.2.	Bem Viver – participação e cidadania.....	156
7.5.	Os Grupos Vulneráveis e o olhar dos Grupos Comunitários.....	160
7.5.1.	Quem são os grupos vulneráveis.	160
7.5.2.	A vulnerabilidade segundo as fases do ciclo de vida	161
7.5.3.	A vulnerabilidade segundo a dificuldade de acesso a direitos	166
7.5.4.	As estratégias de resolução dos problemas dos grupos vulneráveis.....	170
7.5.5.	Desafios futuros e sustentabilidade	171
Capítulo 8 –	Os Grupos Comunitários em diferentes perspetivas.....	177
8.1.	A perspetiva dos moradores e líderes locais.....	178
8.2.	A perspetiva dos profissionais	185
8.3.	A perspetiva dos peritos e especialistas	189
8.4.	A perspetiva dos políticos locais.....	194
Conclusão	199
Bibliografia	207
Anexo 1 – Trabalho em parceria – Formas de interação entre os membros	214
Anexo 2 - Encontro dos Grupos Comunitários da área Metropolitana de Lisboa 7 de Dezembro de 2019.....		216
Anexo 3 – Guião das entrevistas		218
Anexo 4 – Grupos Comunitários em Lisboa (cidade) - Grelha de recolha		222

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Situações de pobreza à escala mundial.....	19
Quadro nº 2 – Diferentes dimensões da pobreza em Portugal.....	27
Quadro nº 3 – Categorias vulneráveis à pobreza em Portugal.....	28
Quadro nº 4 – Os diversos conceitos de Desenvolvimento	38
Quadro nº 5 – Princípios estratégicos do desenvolvimento comunitário	43
Quadro nº 6 – Tipos de Participação e escalas de participação.....	54
Quadro nº 7 – A Organização e Dinamização de um Grupo Comunitário.....	60
Quadro nº 8 – Os 16 GC de Lisboa, por zona e freguesia.....	81
Quadro nº 9 – Sinalização da criação dos diversos GC e as entidades promotoras	103
Quadro nº 10 – Caracterização dos participantes e parceiros nos Grupos Comunitários ...	104
Quadro nº 11 – Áreas de atividade e principais desafios para os GC.....	106
Quadro nº 12 – Caracterização dos entrevistados - Painel de Moradores	123
Quadro nº13 - Caracterização dos entrevistados- Painel de Agentes Locais	123
Quadro nº 14 – Caracterização dos problemas de Alojamento	150
Quadro nº 15 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos moradores e dirigentes associativos.....	184
Quadro nº 16 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos profissionais das instituições locais.....	189
Quadro nº 17 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos especialistas e académicos entrevistados	194
Quadro nº 18 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos responsáveis de cargos políticos entrevistados	197
Quadro nº 19 – O Grupo Comunitário como Trabalho em Parceria	198
Quadro nº 20 – O Grupo Comunitário como Lugar de Poder e Exercício da Cidadania ..	198

Índice de Figuras

Figura 1 – Fatores promotores da exclusão social.....	23
Figura 2 – Fatores promotores da inclusão social	24
Figura 3 – Fases do Desenvolvimento Comunitário	45
Figura 4 - Diferentes níveis de participação.	52
Figura 5 – Dimensões do trabalho em rede	56
Figura 6 - Mapa conceptual da intervenção dos Grupos Comunitários	62
Figura 7 – Planta de Lisboa, por zonas, freguesias e Grupos Comunitários	101

Introdução

Vivemos numa sociedade em constante mutação, marcada pelo processo de globalização, com impacto significativo na vida dos cidadãos, sobretudo os mais frágeis, colocando em causa o seu bem-estar.

As diversas crises, económica e sociais, que se sucedem e que têm lugar na sociedade em geral, particularmente em Portugal, colocam os indivíduos numa situação de insegurança, instabilidade e de incertezas. Incertezas, quer em relação à maneira de resolver as crises, quer quanto ao futuro. Ora, estas dúvidas agudizam o sofrimento e provocam angústia. Obviamente, o peso dessa realidade recai sobre os mais frágeis e menos afortunados que, paulatinamente, são afastados para as periferias das cidades, reduzindo os seus direitos de vida digna, os seus direitos de cidadania.

É nestes contextos que os Grupos Comunitários (GC) têm a sua origem, como instrumento de combate à pobreza e à exclusão social; como meio de luta contra as políticas injustas que colocam os indefesos em situações de indignidade; como instrumento de efetivação da cidadania ativa; e, enfim, como instrumento de Desenvolvimento Comunitário.

Do ponto de vista académico, particularmente no âmbito do SS, este tema reveste-se de particular importância, pois tal como foi referido por (Nunes, Viana, Serra, & Amaro, 2017), *o Desenvolvimento Comunitário, enquanto abordagem metodológica de matriz territorial, no âmbito da ação social, constitui um domínio marginal nas próprias estruturas curriculares do SS*, apesar de este se institucionalizar em contexto de intervenção comunitária.

Do ponto de vista pessoal, três razões justificam a opção pelo tema: a primeira tem que ver com a realidade do meu país - Cabo Verde - um contexto marcado pela pobreza extrema e a exclusão; a segunda razão está relacionada com o carisma do instituto religioso - Missionárias do Espírito Santo - ao qual pertenço, cujo objetivo apostólico (Carisma da Congregação) é «Ir por todo mundo, ao encontro dos mais pobres e vulneráveis»; e, inserida nesse contexto da missão, surgiu a terceira motivação, a razão determinante, isto é, a minha experiência de missão em Angola, mais concretamente na Arquidiocese do Lubango (Província da Huíla) onde, durante seis anos, trabalhei com os mais pobres da Missão Católica do Sendi. Tratou-se de uma experiência forte de proximidade para com os

mais pobres de aldeias e comunidades abandonadas, ignoradas pelo Governo e demais instituições como se elas não existissem.

O nosso processo de investigação começou com um estudo exploratório nos diferentes GC da cidade de Lisboa, através da observação simples nas reuniões e com entrevistas a técnicos, moradores e dirigentes associativos. Num segundo momento, elegemos dois Grupos Comunitários para estudo mais aprofundado - Padre Cruz e Horta Nova - ambos localizados na Junta de Freguesia de Carnide, com observação participante em todas as reuniões, realizando entrevistas semi-diretivas a técnicos, moradores, investigadores, dirigentes associativos participantes dos GC.

O nosso principal objetivo foi conhecer e analisar as diversas formas de atuação dos Grupos Comunitários, visando a integração dos grupos vulneráveis.

Como fio condutor da nossa investigação, servimo-nos das seguintes questões de partida:

Como se criam e como funcionam os Grupos Comunitários?

Os grupos vulneráveis e excluídos são integrados no Grupo Comunitário?

De que forma esse processo de ajuda se desenvolve e que benefícios proporciona a favor destas pessoas?

Os objetivos específicos da nossa pesquisa consistiram nos seguintes aspetos:

Compreender as formas de relação e interação entre os serviços, os atores locais e os representantes formais da comunidade ao nível do desenvolvimento local.

Analisar estratégias e metodologias utilizadas pelo grupo comunitário para integrar as pessoas mais pobres e excluídas.

Explorar os contributos da ação dos grupos comunitários para os processos de autonomia das pessoas pobres e excluídas.

A nossa dissertação está estruturada em 4 partes, constituídas por 8 capítulos.

A primeira parte, o enquadramento teórico, está dividida em 3 capítulos. O primeiro capítulo será iniciado com uma abordagem sobre a temática da pobreza e exclusão social a nível global e no âmbito nacional. Nesta secção também apresentaremos a questão da vulnerabilidade e dos grupos vulneráveis. No segundo capítulo faremos uma reflexão sobre Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Comunitário que constituem os fundamentos do Grupo Comunitário. Para melhor compreensão destes aspetos, achamos por bem visitar o passado com o propósito de “desmantelar” e compreender o conceito de

Desenvolvimento e suas noções alternativas. No terceiro capítulo debruçar-nos-emos sobre abordagem de Grupos Comunitários. Neste particular, procuraremos analisar os diferentes tipos de Grupos Comunitários, os contextos que dão origem a um GC, formas como funcionam, além dos seus objetivos e finalidades.

Na segunda parte do trabalho, teremos o Enquadramento Metodológico – metodologias qualitativas e abordagem etnográfica – descrevendo as diferentes técnicas de recolha de dados e a sua pertinência no âmbito do Estudo de Caso.

Na terceira parte, apresentaremos o campo empírico de observação. Iniciaremos com uma análise dos 16 Grupos Comunitários da cidade de Lisboa; E, no capítulo a seguir, focaremos os dois Grupos Comunitários selecionados para o estudo de caso: Padre Cruz e Horta Nova. Para o efeito, iniciaremos pela apresentação da localização geográfica dos dois grupos em estudo; seguindo-se a caracterização geral, na qual destacaremos os seguintes aspetos: gênese, participantes e parceiros; campos de atuação, conquistas e desafios futuros.

A quarta parte do trabalho será composta por dois capítulos. No primeiro capítulo, procederemos à apresentação dos dados e discussão dos resultados obtidos e no segundo capítulo apresentamos as diferentes perspectiva dos atores entrevistados.

A última parte da nossa dissertação trará a Conclusão e os Anexos.

O nosso propósito é que esta investigação venha a ser um contributo no âmbito do Serviço Social, cuja gênese se insere no contexto de Desenvolvimento Comunitário que, atualmente, está a ser negligenciado. Esperamos que a nossa pesquisa seja útil aos técnicos de intervenção no terreno, contribuindo na clarificação dos conceitos bem como no despertar da sensibilidade para o trabalho de proximidade, na comunidade, com a cooperação das pessoas que lá vivem.

É ainda esperançoso que este estudo forneça bases que sirvam de contributo para a Igreja e os institutos religiosos que lidam com a questão da pobreza, nas suas mais diversas formas de intervenção social a favor dos mais desfavorecidos, procurando encontrar respostas aos problemas sociais não respondidos pelo Estado.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Pobreza, exclusão social e vulnerabilidade

A crescente globalização, a economia capitalista neoliberal e a disputa do mundo por meia dúzia de grupos financeiros, põem em causa a soberania dos Estados-nação e geram novas lógicas de governação à escala global e local. O crescimento das situações de pobreza, incluindo nos países ditos desenvolvidos, desafia a sociedade civil a organizar-se para combater a pobreza e exclusão social, gerando dinâmicas coletivas de organização da comunidade e de empoderamento dos mais pobres e excluídos.

Este estudo tem como objetivo perceber como os grupos comunitários, de base territorial e local, podem incluir e integrar as pessoas mais pobres e excluídas, treinando competências de participação e cidadania e contrariando os processos de exclusão.

1.1. Abordagem da Pobreza

Apelando a uma definição genérica, a pobreza é a privação por falta de recursos para a satisfação das necessidades básicas fundamentais tais como alimentação, habitação, saúde, vestuários e serviços essenciais como água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos, escolas etc. aspetos esses que se resumem na definição adotado pela Comissão sobre Direitos Sociais Económicos e Culturais das Nações Unidas, referida por Costa (2008:29), considerando-a como privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessário para o gozo de um determinado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.

A carência ou privação dos recursos básicos são tão visíveis, que fazem com que a pobreza se torne um fenómeno familiar. Isto é, aqueles que vivem nestas situações estão connosco, estão à nossa volta. Cruzamos com eles em cada esquina da cidade, nas ruas, à porta das igrejas, debaixo das pontes, nas escadarias e estações dos metros, nos jardins e nas praças públicas (Costa 2008). A sociedade entusiasma-se com eles e quer fazer algo por eles (Clavel, 2004), e por isso tomam parte das notícias do dia-a-dia, no discurso dos políticos, dos pastores das igrejas e não só, tornando-se um vocabulário vulgar e uma expressão generalizada, se bem que nem todos os que o usam têm uma ideia clara sobre o seu significado.

Já foi tratada no passado como ideal de vida, movendo esforços de ideologias, filosofias, doutrinas e religiões tanto do ocidente como do oriente (Bittar, 2018).

Tanto é que tem despertado interesse de vários autores, a destacar os mais antigos: Seebon Rowntree (1901); Townsend (1979); Piachaud (1979); Thomas Wilson e Dorothy Wilson (1982), Amartya Sen (1982); Alfredo Bruto da Costa (1998); Manuela Silva (1962).

O contributo desses e outros autores fez emergir uma multiplicidade de significados sobre o fenómeno, que foram tendo evolução ao longo dos tempos: Pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva/subjetiva, pobreza tradicional /nova, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/ duradoura.

Resumindo o significado de cada um desses conceitos, entende-se por pobreza absoluta ou extrema pobreza, a privação de recursos para satisfação das necessidades básicas fundamentais. O conceito da pobreza relativa remete-nos para a análise da pobreza face aos padrões sociais em geral, ou seja, a pobreza é função de um nível relativo de rendimento, que aumenta à medida que o rendimento nacional aumenta (Clavel, 2004:143).

A pobreza é considerada objetiva na medida em que a identificação das necessidades e a definição do limiar da pobreza não se baseia apenas nas perceções subjetivas dos pobres, dos cientistas sociais ou do público em geral, mas sim a partir de um padrão de vida mínimo considerado suficiente numa determinada sociedade. Neste sentido, os conceitos de privação e de pobreza são constructos sociais que só podem ser expressos e compreendidos na realidade em que se inscrevem (Costa, 2008).

Ao contrário do objetivismo, o subjetivismo baseia-se nas opiniões e juízos dos próprios pobres ou da opinião pública. Isto é, ninguém está em melhor posição de avaliar as necessidades do que quem vive e experimenta a falta de recursos (Costa, 2008).

No que se refere à pobreza tradicional, Samagaio, Rodrigues, Ferreira, Mendes, & Januário, (1999), associam-na a uma situação cronicamente localizada no mundo rural, enquadra um estatuto inferior e desvalorizado. Paralelamente à pobreza tradicional temos a nova pobreza, que está ligada às reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo, expressos nomeadamente no crescimento do desemprego estrutural e na precariedade do emprego. Ou seja, é nova pobreza porque a vulnerabilidade deixa de afetar só os grupos periféricos para se tornar um problema que desaba sobre as

camadas que ocupam os estratos inferiores da pirâmide social. Não é mais só a fimbria da sociedade, mas se trata agora também de suas bases (Kowarick, 2003).

Quanto à pobreza rural e à urbana, a primeira está diretamente relacionada com o meio rural, vinculada pela escassez de recursos provenientes da baixa produtividade agrícola e pela falta de atividade económicas alternativas, agravada por uma alta dependência face às prestações da segurança social por parte de uma população maioritariamente idosa. A segunda relaciona-se com o meio urbano e revela-se de forma extrema nas características habitacionais (Relatório da ONU, 2019) e afeta diversos grupos sociais, refletindo problemas associados a baixos rendimentos, e desemprego, à falta de qualificações, à precariedade de emprego, às situações de doenças e não só, às pressões subjacentes aos processos de urbanização, estando estas associadas a mecanismos de discriminação e de segregação espacial (Samagaio et al., 1999).

A pobreza urbana reveste-se em processos de exclusão espacial, na medida em que vai ganhando a dimensão suburbana. Esta, pela sua proximidade ao centro urbano, apresenta contornos semelhantes às problemáticas vivenciadas neste, tais como o consumo e tráfico de droga, a prostituição e a delinquência. As zonas suburbanas caracterizam-se por uma forte dependência em relação aos centros urbanos, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho (Samagaio, et al., 1999:68).

Por último, temos a pobreza temporária e duradoura. A pobreza temporária tem a ver com fluxos de saída e entrada na pobreza de caráter temporário e delimitado no tempo e a pobreza duradoura está relacionada à reprodução social e ao processo cíclico da reprodução da pobreza.

Partindo de todas estas definições, a privação e falta de recurso constituem aspetos centrais. A privação está ligada a carências nas diversas vertentes das necessidades básicas (alimentação, habitação, vestuário, eletricidade, água potável, saúde...) e a falta de recurso pelo bloqueio ao acesso a fontes de rendimento considerados normais na sociedade em que a pessoa está inserida e que a torna autossuficiente e independente (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2008).

A pobreza também deve ser entendida como uma situação existencial, para a qual ocorrem não só as necessidades materiais, mas também elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual. Ou seja a pobreza afeta o indivíduo como um todo: no

sofrimento, nos sentimentos e afetos, nos hábitos e comportamentos na relação com os outros etc.(Costa et al., 2008:22).

Porém, a pobreza seja ela absoluta, relativa, subjetiva, ocupa-se com as condições que têm de ser satisfeitas ou os recursos necessários, para se ter acesso a um dado padrão de vida (Silva, 2017:33).

É exatamente este o cerne da questão. O acesso aos recursos não está ao alcance de todos e por isso é ele o determinante na definição de pobreza. Este aspeto liga a pobreza automaticamente à noção da desigualdade, que está relacionada com o modo como um dado volume de recursos é distribuído pelas unidades de análise (pessoas, famílias, agregados, etc.). Quanto mais se concentram os recursos numa unidade, com parcelas nulas para as outras, mais extrema é a desigualdade e mais extrema é a pobreza. (Costa et al., 2008).

A desigualdade pode começar antes do nascimento e é provável que muitas das lacunas se acumulam ao longo da vida de uma pessoa (Relatório de Desenvolvimento Humano 2016), ao que se pode denominar de pobreza geracional. Assim sublinha (Ferreira, 2000:23) que nascer, crescer, envelhecer em situações de pobreza, sem recursos suficientes para escapar aos sofrimentos evitáveis, fere a dignidade humana, dignidade essa que, segundo Queirós (2015), devolve ao ser humano um carácter sagrado e inviolável como sujeito moral dotado de razão e destinado à liberdade. Infelizmente no mundo uma multidão que está sujeito a esta situação.

A pobreza é um fenómeno real (expressa a satisfação das necessidades no quotidiano por falta de recursos), é social (afeta de forma expressiva o mundo inteiro). Assim se pode verificar na síntese que se segue no quadro1.

Quadro nº 1 – Situações de pobreza à escala mundial.

Alimentação	<p>836 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza extrema; 660 milhões de pessoas sofrem de fome crónica a nível mundial; 660 milhões de pessoas sem acesso a água potável; Mais de mil milhões de pessoas nos países em via de desenvolvimento carecem de habitação adequada; 11 crianças com idade inferior a 5 anos morreram a cada minuto e 33 mães morrem em cada hora;</p>
Emprego	<p>204 milhões de pessoas não tinham acesso ao trabalho, incluindo 74 milhões de jovens; 830 milhões de pessoas no mundo são trabalhadores pobres, que vivem com menos de 2 dólares por dia; 1,5 mil milhões têm emprego vulneráveis, sem condições de trabalho dignas, sem voz ativa e sem segurança social; 168 milhões de crianças executam trabalho infantil em todo o mundo Em 2009, cerca de 30 milhões de trabalhadores na EU experimentaram violência relacionada com o trabalho, como por exemplo assédio, intimidação, assédio moral ou violência física. 10 milhões no local de trabalho e 20 milhões fora do local de trabalho; Em 2012, cerca de 21 milhões de pessoas no mundo foram vítimas de trabalho forçado;</p>
Cultura	<p>780 milhões de adultos são analfabetos; 103 milhões de jovens são analfabetos; 250 milhões de crianças não adquiriram as habilitações básicas;</p>
Saúde	<p>37 milhões de pessoas vivem com HIV; 11 milhões de pessoas vivem com tuberculose; 350 milhões de pessoas a nível mundial sofrem de depressão, 60% de problemas afetivos bipolares, 21 milhão de</p>

	esquizofrenia e outras psicoses, e 47,5 milhão de demência.
Segurança	<p><i>Planetária:</i></p> <p>1,3 mil milhões de pessoas vivem em zonas vulneráveis; 2 milhões de pessoas no mundo estão expostos a catástrofes naturais; Mais de 2 mil milhões de toneladas métricas de resíduos sólidos foram geradas em todo o mundo 270.000 toneladas de resíduos plásticos, existem no fundo do oceano em todo mundo 18.000 pessoas morreram todos os dias, no mundo inteiro, por causa dos efeitos da poluição atmosférica;</p> <p><i>Física:</i></p> <p>1 bilhão de meninas e rapazes de 1 a 17 anos, no mundo, sofreram violência física, sexual ou psicológica no ano anterior; 10% de idosos receberam maus tratos no mês anterior; Uma em cada três mulheres foi objeto de violência física ou sexual;</p>
Género	As mulheres de todo mundo ganha 24 por cento menos do que os homens;
Minorias étnicas	<p>224 milhões de pessoas vivem fora da sua terra natal. 50 milhões de imigrantes vivem em situação irregular o que limita o seu acesso ao emprego e a serviços formais; Mais de 370 milhões de autóctones em 70 países são vítimas de discriminação por causa da sua condição social, limitando-lhes o acesso à educação, à terra, à água.</p>
Cerca de 80 por cento da população mundial detém apenas 6 por cento da riqueza do mundo;	

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (2016)

1.2. Abordagem da exclusão social

A exclusão social é um conceito recente, introduzido por René Lenoir em 1974, um termo derivado da teoria da marginalidade dos anos 1960, cujo fenómeno compreendia a mão-de-obra marginalizada na América Latina (Borba & Lima, 2011).

Apesar dessa origem esclarece Castel (2010), que marginalidade não é exclusão. Marginalidade está ligada com a delinquência, a criminalidade revela o caráter flutuante da divisão entre o mundo do trabalho e o mundo do crime. A miséria, a desventura da vida, com a tentativa de melhorar a situação material, levou os artesãos, os domésticos assalariados ou os camponeses a roubar. Referiu o autor que há marginais que podem converter-se em excluídos e excluídos ou ex excluídos que se tornam marginais. (Castel, 2010:249)

A exclusão tomou formas muito diversas, erradicação total mediante a execução ou expulsão da comunidade, atribuição de marcas, e um estatuto especial que privam o direito de exercer certas funções, podendo ser provisória ou definitiva. (Castel, 2010:250)

Nos anos 1990 a Comissão Europeia introduziu nos discursos a expressão exclusão social para substituir a noção de pobreza, considerando-a não como uma fase final de um processo, mas o próprio processo de marginalização. Portanto, a exclusão não é um estado, mas um processo com múltiplas causas/dimensões. Um processo de fragilização e de ruturas na relação dos indivíduos com a sociedade que eles próprios constituem (Guadalupe, 2010). Esta rutura ou processo começa num contínuo de zonas de integração-vulnerabilidade-exclusão onde se podem distinguir dois eixos principais de desintegração: desintegração do mercado de trabalho com perda de competências ou de capacidade incluindo a capacidade de obtenção autónoma de um rendimento suficiente e a desinserção das relações familiares e sociais com relações interpessoais e do sentimento de pertença.

Este processo é denominado por Castel (1995) de desligamento do laço social, ou de *desafiliação social*. Esta progressiva desconexão com a sociedade vai desde a integração plena até à exclusão total e acaba por resultar numa perda de cidadania. Nas palavras do autor o indivíduo desafiado é aquele que se encontra na última fase do processo de marginalização, entendido como um percurso de descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade (Castel, 1995 citado por Amaro, 2015).

Bruto da Costa (2004:20) identifica cinco tipos de exclusão: económica, social, cultural, de origem patológica, e comportamentos autodestrutivos.

A exclusão do tipo económico está relacionada com privação por falta de recursos;

A exclusão do tipo social caracteriza-se pela rotura com os laços sociais;

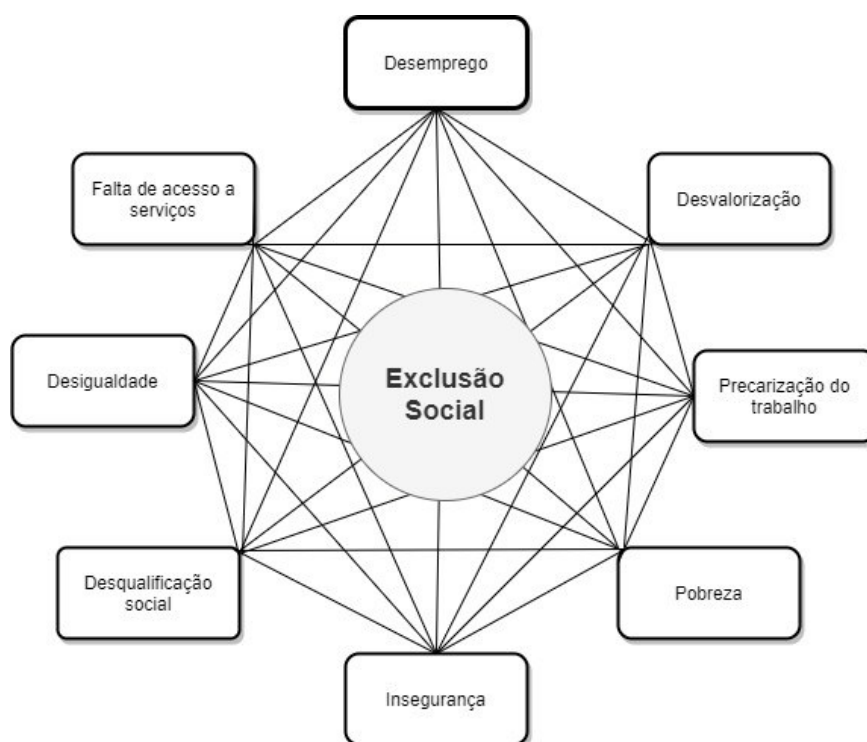
A exclusão do tipo cultural provém de fatores de ordem cultural (inclui fenómenos como racismo, xenofobia ou certas formas de nacionalismo);

A exclusão do tipo patológico acontece sobretudo quando a patologia é de natureza psicológica ou mental, casos esses frequentemente rejeitados pelas famílias;

A exclusão por comportamentos autodestrutivos está relacionada com a toxicod dependência, alcoolismo, prostituição etc.

Esses tipos de exclusão, na prática, não estão isolados uns dos outros e muitas vezes se sobrepõem refere (Costa, 2004). Por outro lado, eles são produzidos por um conjunto de fenómenos sociais interligados entre si (Januário, 1999): desemprego, desvalorização do capital humano, precarização do trabalho, pobreza, insegurança, desqualificação, desigualdade.

Figura 1 – Fatores promotores da exclusão social

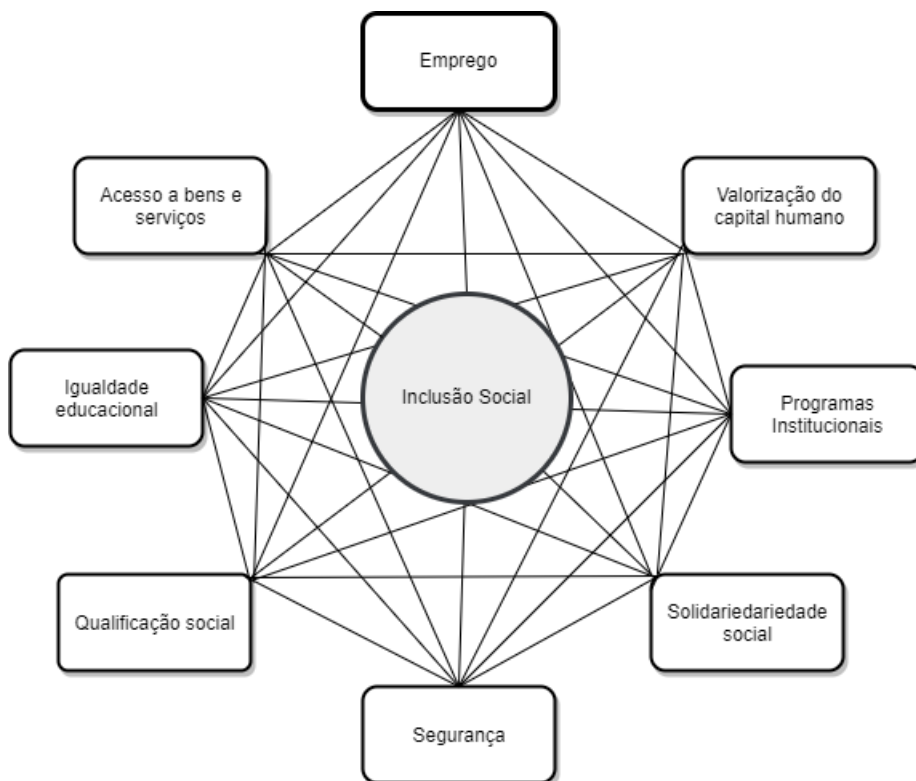


Fonte: adaptado de Borba & Lima (2011).

O conceito de exclusão social está associado, por oposição, ao conceito de integração social (Samagaio et al., 1999) e por isso deve ser pensada e entendida numa perspetiva inclusão/exclusão (Vieira, 2017).

Neste sentido, identificados os fatores de exclusão social, considera-se que devem ser desenvolvidas medidas de minimização da mesma, através de uma abordagem holística dos fatores imposta pela interdependência que os caracteriza, como se verifica na figura 2, em detrimento da resolução pontual de cada problema, permitindo o processo de inclusão (Borba & Lima, 2011).

Figura 2 – Fatores promotores da inclusão social



Fonte: adaptado de Borba & Lima (2011)

Diante de uma abordagem holística dois aspetos são identificados na literatura como centrais no processo de inclusão: educação/formação e o acesso ao mercado de trabalho. Esses mesmos aspetos são interdependentes.

O emprego constitui na atualidade um dos mais importantes mecanismos de inclusão/exclusão nas suas mais variadas formas. Quer pelo estatuto social, quer pelo lugar económico, quer pelo acesso a bens e serviços, quer pelos laços de pertença, quer pela imagem simbólica do sujeito (Vieira, 2017:91).

“O trabalho interfere nas oportunidades de cada indivíduo para conquistar a socialização, a produtividade, a capacidade de consumo e o acesso a bens desejáveis: A autoconfiança; a autoestima; a autorrealização e a qualidade de vida encarada de uma forma tão globalizante quanto possível, mas que, pelo menos, atenda às inevitáveis vertentes que lhe estão implícitas- a satisfação e o sucesso” (Cordo, 2013:64).

Em suma, a inclusão através do emprego, possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício da cidadania (Borba & Lima, 2011).

No que se refere à educação a literatura evidencia que o círculo vicioso da pobreza começa e termina no sistema educativo e de formação profissional, que se revela como uma das principais fontes de transmissão da pobreza de uma geração à outra (Baptista, 2002). Do nível de instrução e de formação profissional, depende o tipo e o nível de qualificação profissional. Seguindo o pensamento de Bruto Costa (2008), quando é baixo o nível de qualificação, é alta a probabilidade de o trabalhador só conseguir emprego sem grande qualificação e logo com um salário baixo. Desta forma estando o indivíduo sujeito a empregos precários, estará suscetível ao desemprego, suscetível à pobreza, suscetível à vulnerabilidade e exclusão social.

1.3. Pobreza e exclusão social como violação dos Direitos Humanos

A pobreza e exclusão social é claramente uma violação dos Direitos Humanos.

Sen, (2009) refere os Direitos Humanos como um conjunto de direito inerentes à essência do ser humano e que tem por primeiro e último fim garantir a este, entre outros direitos, a vida, a liberdade, a igualdade, a integridade, sendo sempre de respeito e caráter universal.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ao ser adotada em 1948, despertou interesse para o tema a nível universal e a questão da eliminação da pobreza e de outras privações de caráter económico e social passou a ocupar “a boca de cena” no palco dos esforços globais relativos aos direitos humanos. Essa declaração estabelece que todos nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, o que para os pobres constitui uma enorme fraude (Ribeiro, 2007), porque vêm os seus direitos a serem violados constantemente a começar pelo direito à igualdade. A violação desse direito começa com a falta de acesso, perda de capacidades, falta de poder para alguns, enquanto que outros têm acesso, recursos, capacidades e poder. Enquanto uns possuem em excesso, outros carecem em extremo.

Ao mesmo tempo que é proclamada a igualdade de direitos, persistem crescentes desigualdades na distribuição de bens, ao abrigo de políticas económicas e sociais injustas, que constituem quebras das obrigações estatais contidas nos tratados internacionais de

direitos humanos, fazendo mergulhar grupos inteiros de população em situação de pobreza, mantendo-os nesse estado ou impedindo-os de ultrapassar essa condição (Ribeiro 2007).

Neste seguimento, a desigualdade rompe com a ideia da justiça, que consiste em dar a cada um, aquilo que é seu (Patto,2017). Ela está composta por uma dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que por falta desses mesmos recursos se encontram incapacitados para o fazer (Samagaio et al., 1999).

1.4 Pobreza e exclusão social em Portugal.

De acordo com Diogo, Castro, & Perista (2015:17), a pobreza e a exclusão social são traços caracterizadores da sociedade Portuguesa, onde elevado número de indivíduos nesta situação ao longo dos tempos assim o indicia.

O maior peso desta realidade registou-se a partir da década de 90, do século XX e, ganhou regularidade a partir de 2003, com a instituição do Inquérito de Condições de Vida e Rendimento (ICOR) onde os dados evidenciam que a pobreza e a exclusão social, nas suas diferentes facetas abrangem um elevado número de pessoas em Portugal.

Os esforços empregados no combate ao fenómeno, a partir da década de 90, permitiram não só travar o seu crescimento, mas também diminuí-la em grande medida, embora com algumas oscilações. Porém, a profunda crise socioeconómica de 2008 teve reflexos profundos alterando por completo o cenário, fazendo com que esse recuasse ao seu estado anterior. Ou seja, entre 1993 e 2019, segundo Rodrigues (2017), a taxa de pobreza baixou de 22,5% em 1993 para 17,9% em 2009. Com a crise já iniciada em 2003, em 2013 a taxa de pobreza atingiu um pico de 30,3%.

(Rodrigues, 2017:772) classifica a pobreza nas seguintes dimensões:

Pobreza monetária – falta de acesso aos recursos necessários para desfrutar de um padrão mínimo de vida e de participação social;

Privação material – indivíduo que carece de pelo menos 3 dos 9 itens apresentados.

Privação material severa - indivíduo que carece de mais de 4 itens de entre os 9.

Taxa de pobreza consistente – indivíduos cujos rendimentos for inferior à linha da pobreza e estiver em situação de privação material.

Taxa de pobreza e exclusão social - que incorpora a pobreza monetária, privação material e a falta de acesso ao emprego. Desta forma, uma família encontra-se numa

situação de pobreza ou exclusão social se estiver em pelo menos uma das três situações: pobreza monetária, privação material severa ou com uma participação limitada no mercado laboral.

Quadro nº 2 – Diferentes dimensões da pobreza em Portugal

1.960 milhares de pessoas encontram-se em situação de pobreza monetária;
2.017 milhares de pessoas em situação de privação material;
865 milhares de pessoas em situação de privação severa;
900 milhares de pessoas em situação de pobreza consistente
2.595 milhares de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social

Fonte: (Rodrigues, 2017)

De acordo com Rodrigues (2017:774) a pobreza consistente conjuga situação de pobreza monetária com a de privação material. Isto é, 900 milhares de pessoas acumulavam situações de escassez de recursos monetários com ausência de capacidade de responder a situações de privação e de acesso a bens e serviços considerados essenciais

Rodrigues (2017) refere que há uma oscilação das referidas taxas de pobreza no período de 2006 a 2015. Destaca-se com maior ambivalência o período de 2009 a 2013 em que houve um agravamento da crise económica onde todos os indicadores evidenciaram um agravamento significativo sobretudo no que se refere á taxa de pobreza monetária, pobreza consistente e na intensidade da pobreza.

Neste período os que eram pobres tornaram-se ainda mais pobres e novos indivíduos que nunca tinham experimentado a pobreza também entraram nesse círculo e o número de pessoas consideradas em situação de exclusão é bastante extenso. Ou seja, mais de um quarto da população residente em Portugal estava numa situação de exclusão. (C. F. Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016). Isto não se deve apenas à crise económica, mas também às políticas económicas adotadas a seguir no país.

Categorias vulneráveis à pobreza em Portugal.

No que se refere às categorias vulneráveis à pobreza em Portugal fazemos referência a dois estudos: o de Capucha (2015), e o de Rodrigues (2017).

Capucha (2015:58) aponta para 8 tipos ideais de modos de vida, famílias, e categorias sociais vulneráveis à pobreza em Portugal, construída a partir da observação de comunidades pobres: *destituição*; *a restrição*, presente entre operários pouco qualificados, de baixos salários e emprego instáveis, pensionistas de baixas pensões, famílias monoparentais e pessoas com deficiências; *dupla referência*, típica dos imigrantes pobres; *poupança* características do campesinato e do campesinato parcial; a *convivialidade* que emerge entre os moradores dos bairros pobres, orientados para o hedonismo como estratégia de inversão ocasional do quotidiano marcado pela escassez e a precariedade; *o investimento na mobilidade*, por via da escolarização dos filhos ou a melhoria das condições de trabalho de operários e trabalhadores dos serviços com baixos rendimentos mas empregos estáveis; a *transitoriedade* dos que se vêem face a trajetórias familiares e profissionais interrompidas; e *desafetação* e grupos mais ou menos maginiais.

Com fundamento no ciclo de vida e nos diversos grupos etários, Rodrigues (2017:784) apresenta como categorias mais vulneráveis à pobreza em Portugal: as mulheres, as crianças e jovens, os idosos, agregados familiares com crianças, desempregados com mais de 18 anos e os reformados.

Quadro nº 3 – categorias vulneráveis à pobreza em Portugal

As mulheres	54% da população pobre
Crianças com menos de 18 anos	20,6%
Idosos	19,9%
Agregados familiares com crianças	56,6%
Desempregados com mais de 18 anos	23,0%
Reformados	23,2%.

Fonte: (C. F. Rodrigues, 2017)

Portanto, perceber quem são os indivíduos e as famílias em situações de pobreza e exclusão social constitui um elemento crucial para a identificação dos grupos-alvo no âmbito de políticas sociais de combate à pobreza e à vulnerabilidade social (C. F. Rodrigues, 2017).

Desse grupo alvo o autor considera que a definição e implementação de medidas particularmente dirigidas às crianças e aos jovens e às suas famílias, deverão constituir um pilar estruturante de novas políticas de combate à pobreza e exclusão social.

1.4. Vulnerabilidade Social.

A vulnerabilidade emerge da multiplicidade de fatores interdependentes acima analisadas, que se traduz em percursos de empobrecimento, de inferiorização, de desqualificação social, de perda de dignidade e de estatuto. Isto remete-nos para a raiz da palavra: vulnerável originário do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar (Maria & Heloísa, 2001). O conceito foi formulado nos anos 1930 definindo o termo como “suscetibilidade à deterioração de funcionamento diante do stress” (ibidem).

Assim, a vulnerabilidade é entendida como um processo social que pelo efeito de uma exposição precoce ou de longa duração a contextos de pobreza e exclusão, da ocorrência de eventos críticos que desorganizaram o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos coloca-os numa situação de desvantagem social e numa condição crítica acrescida perante a condição de incapacidade ou deficiência (Cabral & Valagão, 2014:449).

Todos os períodos da vida humana são marcados por desafios, riscos e vulnerabilidades. Neste sentido os dois termos, vulnerabilidade e risco acabam por ser confundido e utilizados erroneamente refere (Maria & Heloísa, 2001), da qual emerge a necessidade de clarificar os seus significados.

De acordo com (Maria & Heloísa, 2001), o risco tem as suas raízes no campo do comércio e depois evolui para outras perspetivas de ordem psicológica e sociológica. O risco traduz uma relação implícita com algo não desejado, uma situação ou conduta que vê a sua probabilidade aumentada devido à presença de certos fatores, dito eles próprios, de risco.

De acordo com as autoras supracitadas, a diferença dos dois conceitos reside no facto de o risco estar associado a grupos e populações e a vulnerabilidade estar associada mais estritamente ao indivíduo.

Porém, Hetherington & Blechman, (2014:10) afirmam que a vulnerabilidade só se opera quando o risco está presente. Sem o risco a vulnerabilidade não tem efeito. Os grupos em risco não deixam de ser os indivíduos vulneráveis. São eles, as crianças e jovens, os idosos, os toxicodependentes, os desempregados, os trabalhadores precários, os deficientes, as mães solteiras, as famílias monoparentais, as prostitutas, os LGBT, os sem-abrigo, os imigrantes e refugiados, as minorias étnicas. São os grupos sociais mais afetados pela pobreza, pela vulnerabilidade e pela exclusão social.

A literatura define-os como pobres ou vulneráveis por estarem em condições de clara desigualdade material em relação ao grupo maioritário; porque a escassez dos recursos os exclui do modo de vida mínimo aceitável no Estado-Membro em que vivem. (CEC 1981); ou porque ainda, por diferentes razões, perderam suas capacidades de enfrentar as eventuais violações de direitos básicos, de direitos humanos (Beltrão et al., 2014).

Monteiro (1996:248) classifica-os em duas dimensões: pobres do ter e do fazer e pobres do ser e do estar. Os primeiros, porque são-lhes vedadas todas as oportunidades. Os segundos, porque são considerados “inválidos” e como tal são resíduos, sobras, e desta forma são ambos excluídos da sociedade (Alves & Carvalho, 2018).

Esses pobres são gradualmente afastados da participação nas relações práticas e direitos sociais constitutivos da integração social (CEC 1991). Por serem pobres têm um círculo de convivência restrito, circunscrito àqueles que partilham da mesma sorte, afastados e afastando-se por se sentirem diferenciados, como não parte da sociedade. Não estão fora da sociedade, mas estão implicados numa relação social cujo domínio lhes escapa (Clavel, 2004:171), “fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de autoexclusão” (Samagaio et al., 1999), destituído de poder em todas as suas formas: político, económico, social, cultural (Costa, 2004:23).

Os pobres e excluídos são as populações mais bem controladas pelas instituições da nossa sociedade devido à sua grande dependência das instituições sociais e à prática de suspeição, a priori, destas a seu respeito (Clavel, 2004:130) e equiparados a classes

perigosas que põem em causa o normal funcionamento da sociedade, com consequências propícias à de estigmas, de processos de marginalização e de afetação da autoestima dos sujeitos vulneráveis (Rodrigues, 2000:183)

São tratados como objetos: de decisão tecnocrática; aposta política; testemunhas de reivindicações ou de lutas feitas em seu nome e objeto de uma terapêutica que visa modificar os seus comportamentos (Clavel, 2004:23)

Assim, eles são e sentem-se atingidos na sua personalidade mais profunda, na sua dignidade e um conjunto de perdas significativas vai minando espaços em suas vidas: autoestima, autoconfiança, capacidade de iniciativa, motivação, perspectivas futuras, identidade social, sentido de pertença à sociedade.

Capítulo 2 – Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Comunitário.

O desenvolvimento local é um método de intervenção territorial com suma importância nos processos de intervenção comunitária; surge (nos anos 1970) como uma tentativa de encontrar alternativas e modelos que permitam encontrar nas regiões mais deprimidas ou junto de grupos mais desfavorecidos as energias, os agentes e os recursos que permitem superar os bloqueios e arrancar para processos participados de desenvolvimento ou de rutura com os mecanismos da exclusão. Tem a sua raiz fundada no Serviço Social, que o assumiu como a alternativa mais indicada, não só para desvalorizar qualquer política caritativa, como também para responder às necessidades sociais de forma participada e sustentada.

Desta forma, procuramos num primeiro momento deste capítulo fazer uma abordagem sobre os conceitos de desenvolvimento e conceitos alternativos e num segundo momento um esboço sobre o desenvolvimento Comunitário/Desenvolvimento Local e os seus princípios orientadores.

2.1. Desenvolvimento e conceitos alternativos.

Desenvolvimento é um processo de mudanças, transformações de ordem económica, política, humana e social (Oliveira, 2002). Uma série de passagens, para uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre todas as populações” (Carmo, 2007:75)

A palavra “desenvolver” é constituída por des+envolver. *Des*, de origem latina (dis), significa, cessação de algum estado (ex: desengano); ou então uma cessão da situação primitiva (ex: desempatar, desoprimir, desmamar, desenganar, desimpedir). A palavra envolver, por seu turno, significa, enredar (Machado 1977 citado por Carmo, 2007: 74).

Várias foram as expressões utilizadas nos períodos antecedentes à Segunda Guerra Mundial como: mudança, progresso, bem-estar, riqueza, felicidade. A formulação do conceito desenvolvimento situa-se no período que se segue à Segunda Guerra Mundial (1939-45), momento em que também adquiriu validação científica e reconhecimento político institucional. (Ferreira & Raposo, 2017).

Embora haja todo um contexto¹ que justifique a origem do conceito no pós-Guerra a referência mais invocada é a independência das antigas colônias europeias, e apesar de o conceito surgir vinculado a “progressos” “crescimento” “transformação” “modernização” “industrialização” a referência exclusiva é feita ao “crescimento económico” (Amaro 2003).

No que concerne à independência das antigas colônias, esses, e os outros países classificados de subdesenvolvidos, eram orientados pelos ditos países desenvolvidos nos caminhos de progresso e da prosperidade propondo-lhes matrizes de referências, a serem seguidas. Os países desenvolvidos, assumindo uma posição de superioridade, cumprem a missão de civilizar e modernizar os seus súditos (Amaro, 2003). As alternativas colocadas eram essas: ou a opção pelo desenvolvimento, o que significava esforço e sacrifício em prol dum futuro de prosperidade; ou opção pela tradição e pelo atraso, o que implicava a manutenção da pobreza (Cardoso, 2001:116)

No que se refere ao crescimento económico parte-se do pressuposto de que sem esse não há desenvolvimento. E neste sentido, é utilizado como indicador para avaliar a qualidade de desenvolvimento dos países e é considerado a condição necessária e suficiente do desenvolvimento de que dependiam as melhorias das condições de vida e bem-estar das pessoas, (Amaro, 2003).

Por sua vez esse crescimento económico por sua vez depende do que a indústria produz e por isso, a industrialização é um terceiro conceito que liga ao do desenvolvimento e subdesenvolvimento e as sociedades industriais um marco histórico na formulação do conceito de desenvolvimento que as tomou como referência.

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento caracteriza-se por três dimensões identificadas por (Amaro, 2017)

a) *Desenvolvimento como processo* – referenciado ao conjunto das boas práticas desencadeadas pelos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito da revolução industrial, as suas evoluções, a caminho de uma sociedade de abundância. O processo feito por aqueles deve servir de modelo para as jovens nações cuja principal aspiração é de caminhar para a prosperidade e a riqueza total.

b) *Desenvolvimento como resultado* – a vinculação exclusiva ao economicismo arrastou graves consequências a vários níveis:

¹ Cf. Amaro (2003)

A *nível social* – demarcam-se as desigualdades, agravam-se as situações de pobreza e exclusão social, agudizam-se os problemas do desemprego e emprego precários etc.

A *nível ambiental*, deparam-se as diversas formas de destruição do ambiente, pondo em causa a sustentabilidade da vida na casa comum;

A *nível cultural*, há uma desvalorização e destruição de culturas autóctones, valores e identidades;

A *nível territorial*, consta o abandono das regiões rurais mais pobres e congestionamento e guetização da pobreza e exclusão social nas zonas urbanas;

A *nível político*, submissão da democracia e das decisões políticas aos poderes económicos e financeiros;

A *nível cognitivo*, desvalorização do conhecimento crítico em face dos interesses económicos e da manipulação da “sociedade de informação” e das grandes multinacionais dos negócios da informação e das redes sociais e a nível ético defesa da moralidade da economia e consequentes efeitos imorais não questionados

c) *Desenvolvimento como utopia* – o processo de desenvolvimento assentou em sonhos transformando-se em conjunto de mitos:

Economicismo, em que se considera o crescimento económico a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento;

Produtivismo, considera-se a produtividade, o tempo e os critérios produtivos os fatores decisivos do desenvolvimento, levando à marginalização dos que não são produtivos;

Consumismo, na medida em que é necessário vender o que se produz e, portanto, desenvolver-se é consumir cada vez mais;

Quantitativismo, que consiste na valorização da produção em quantidade muitas vezes em detrimento da qualidade; industrialismo, os caminhos percorridos pelos países industrializados são exemplos a seguir pelos países subdesenvolvidos;

Tecnologismo, motor mais potente da produtividade e do crescimento económico e, portanto, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento;

Racionalismo, como base do conhecimento certo (a ciência) e da ação produtiva (a eficiência);

Urbanismo, superioridade do Urbano sobre o rural e por isso a fuga para as cidades como símbolo de desenvolvimento; o *antropocentrismo* colocando o homem acima dos

outros seres vivos e no centro do processo de bem-estar ainda que de forma parcial, valorizando sobretudo, ora indivíduos ora o coletivo, mas esquecendo-se do homem na Natureza;

Etnocentrismo, que assume uma perspectiva eurocêntrica globalizante, ou seja, interferindo e violentando todos os outros continentes (incluindo a destruição de civilizações);

Uniformismo que em nome da eficiência se definiram “one best Ways” ou modelos únicos de boas práticas a imitar, no que se refere aos modelos de produção e de consumo aos modelos de vida, aos modelos culturais, aos sistemas políticos e aos ecossistemas, destruindo a diversidade de que é feita a vida, (Amaro, 2003).

De acordo com Ferreira & Raposo (2017), foram dirigidas várias críticas a esse modelo dominante baseado em argumentos de ordem económica, social, política, ambiental, cultural e metodológica muitas vezes fundindo essas várias dimensões nas suas perspectivas e propostas.

Desta forma, surgem novas propostas com inúmeras designações entre as quais se destacam seis: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado (Amaro, 2017),

i O *desenvolvimento sustentável* está relacionado com a necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente sem, contudo, comprometer a geração futura (Oliveira 2002). Surge intimamente relacionado com a preocupação gerada pelos impactos que a intervenção do homem tem na Natureza (Ferreira & Raposo 2017:125). Desta forma a preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela preocupação de não comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades ou de lhes oferecer as mesmas condições em termos de recursos naturais de que se dispõe no presente.

Essa problemática, que se faz constantemente presente nos nossos dias, foi abordada inicialmente na teoria económica, em 1798, por Thomas R. Malthus, na sua célebre obra “An Essay on the Principle of Population” (De Oliveira, 2002:42) e adquiriu destaque político e científico a partir da publicação de *Limits to Growth*, (Ferreira & Raposo, 2017).

De acordo com Ferreira & Raposo (2017), são cinco os temas intrínsecos ao desenvolvimento sustentável: preservação da natureza, desenvolvimento da administração e da ciência ecológica nos trópicos, ambientalismo e crise global, ecologia global, conservação do meio ambiente.

ii O *desenvolvimento local*, o conceito teve a sua afirmação científica a partir dos anos 1970 e o seu reconhecimento político-institucional a partir de 1990. Nesta perspectiva são de mencionar os Programas da OCDE (1980) das “Iniciativas Locais de Emprego” e as políticas de combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão, da União Europeia, como os Programas de Luta contra a Pobreza que surgem a par de outras iniciativas da ONU e OIT. Define-se como o processo da melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o principal protagonismo neste processo, numa perspectiva integrada dos problemas e das respostas». (Amaro,2017).

iii O *desenvolvimento participativo*, consiste na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção à avaliação, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres. Significa segundo (Fragoso, 2005), que ao contrário dos outros, a participação adquire um valor central. É um conceito ligado ao conceito de *empowerment*, ou reforço das capacidades, competências ou poder.

iv O *desenvolvimento Humano* ocupa um lugar central no debate desde o início da década de 1990. Foi neste período, formulado pela primeira vez, pelo «Relatório do Desenvolvimento Humano» do P.N.U.D. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Amaro 2017), suscitando a partir daí uma série de debates acerca da eficiência das políticas de crescimento para promover o desenvolvimento Humano.

De acordo com Amaro (2017), houve várias reformulações ao longo dos anos, sempre acompanhado pelo exercício interessante de apresentação de um novo indicador de aferição do conceito, o IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano. A ideia central nele contida é a do aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura etc.). Atualmente é definido como:

“O processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança das pessoas e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (Amaro 2003:18)

v O *desenvolvimento social*, é entendido como o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais (Amaro 2003), sendo considerado o modelo de trabalho mais adequado para os países em vias de desenvolvimento, tendo principal objetivo melhorar os níveis de distribuição de rendimento de forma diminuir a exclusão social e a desigualdade que separa as classes sociais (Payne, 2002).

vi Quanto ao *desenvolvimento integrado*, pela própria indicação do termo integra todas as anteriores dimensões. Neste sentido caracteriza-se pela multidimensionalidade na medida que incerta o social, económico, ambiental, cultural, político articulando-os de forma dialética. (Amaro, 2003 e Amaro, 2017)

Os críticos consideram que os seis conceitos alternativos ao desenvolvimento dominante não trouxeram novidades, na medida em que as suas propostas foram uma adaptação e não uma rutura. Com as suas manobras e criatividades tentaram salvar o conceito e seus efeitos perversos.

As críticas focam-se particularmente no conceito sustentável, chamando a atenção para a degradação do ambiente que afeta a qualidade de vida de todo o planeta. Um conceito cujos princípios e sentido são contraditórios à lógica predadora, insaciável e ilimitada do desenvolvimento subordinado ao crescimento económico. Mantém um carácter antropocêntrico, na medida em que a sustentabilidade que verdadeiramente lhe interessa é a dos seres humanos e não a dos seres vivos em geral (Amaro 2017:100).

Este elenco de discussão de crítica e de procura de alternativas contribuiu para uma visão mais ampla e detalhada sobre o problema e nas palavras de Ferreira & Raposo, (2017), ajudou a re-situar as questões do desenvolvimento no global e no local.

Quadro nº 4 – Os diversos conceitos de Desenvolvimento

Conceitos	Descrição dos sentidos e significados atribuídos
Desenvolvimento Sustentável	Preservar o meio-ambiente e garantir a capacidade das gerações atuais e futuras satisfazerem as suas necessidades de forma sustentada
Desenvolvimento Local	Conjunto de iniciativas de base local, onde os membros de uma comunidade tentam encontrar, em conjunto, respostas para os seus problemas de forma participada e integrada
Desenvolvimento Participativo	Metodologias participativas de mudança programada, para a melhoria das condições de vida de uma população, com a afirmação plena dos seus direitos e deveres para o exercício da cidadania
Desenvolvimento Humano	Considera a pessoa holística, nas suas dimensões física, psíquica, emocional, social e espiritual. Capacita as pessoas para efetuarem as suas próprias escolhas e lutarem por condições de vida, dignas, saudáveis e sustentáveis
Desenvolvimento Social	Compromisso dos decisores e gestores para garantir as condições existenciais mínimas de bem-estar das populações, melhorar os seus rendimentos, diminuir a exclusão social e combater as desigualdades
Desenvolvimento Integrado	O desenvolvimento multidimensional: económico, social, político, cultural e ambiental, articulados de forma dialética e sustentável

Fonte: (Amaro, 2003 e Amaro, 2017)

2.1.1. Desenvolvimento Comunitário *versus* Desenvolvimento Local

Falar do desenvolvimento comunitário passa invariavelmente por definir o que é uma comunidade. Importa dizer que existem inúmeras conceções sobre o conceito de comunidade da qual fazemos referência àquelas que encaixam no contexto do nosso

estudo. A comunidade é vista como um agregado social com um conjunto de interesses vitais comuns, com uma elevada densidade social, traduzida numa forte consciência de pertença, tendo ainda como característica, uma proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses (Ander-Egg 1980 citado por Carmo 2007:80).

Apple et al., (1998:12) fazem referência a dois grandes tipos de comunidades: comunidades territoriais, que são constituídas por Grupos Sociais que partilham o mesmo território e comunidades de interesses que são constituídas por indivíduos que se associam na ação, visando objetivos e interesses comuns.

Perante essas perspetivas a comunidade pode ser entendida como uma realidade humana, social e geográfica, delimitada e específica, dentro de uma totalidade social, na qual se deve o Processo de Ação Comunitária (Erly, Eugénia, R., & Maria Helena, 2010); um agrupamento de pessoas unidos por laços de solidariedade e com interesses comuns prosseguidos em conjunto (Ferreira, 1966).

Retomando a nossa reflexão sobre o desenvolvimento comunitário, vimos que este emerge a partir de dois aspetos fundamentais. Primeiro relacionado com a organização da comunidade, como resposta às rápidas e profundas mudanças sociais que ocorriam nas sociedades americanas resultantes do fluxo migratório transoceânico, trazendo inúmeros problemas como a falta de integração cultural, discriminação, problemas de minorias nacionais, racismo, problemas do trabalho e todos aqueles decorrentes do rápido processo de urbanização e de industrialização.

Segundo relacionado *ao investimento na formação de líderes locais*, desenvolvida no sistema colonial britânico de administração indireta (Oliveira, 2015; Carmo, 2002).

Portanto a expressão “desenvolvimento comunitário” surgiu nos finais dos anos cinquenta e início de sessenta (séc. XX) como método pragmático de intervenção, assumido e praticado por técnicos de grupo da ONU e de ONG, tendo em vista processos de desenvolvimento de áreas desfavorecidas – propondo uma intervenção a partir da: a) auscultação das comunidades locais, sobre as suas reais necessidades e problemas; b) mobilização das suas capacidades e recursos; c) adoção de uma visão integrada dos problemas e das respostas locais (Nunes et al., 2017),

E assim o “desenvolvimento comunitário” foi definido pelas Nações Unidas, em 1956, como uma forma de designar os esforços da população, aliados aos do governo, para melhorar a situação económica, social e cultural das suas comunidades, integrá-las na vida

da nação e torna-las capazes de contribuir decisivamente para o progresso nacional a partir da participação do povo nos esforços para elevação do seu nível de vida (ONU, 1956).

O termo “Desenvolvimento Comunitário” deve-se ao facto de partir da comunidade e das suas reais necessidades e capacidades, e é um termo utilizado com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve (Carmo, 2002). Por exemplo, no âmbito do Serviço Social (na XII Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em 1962, no Brasil) foi definido como: um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem as suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas, pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da Nação. Estes propósitos obtêm-se através dos serviços da comunidade e utilização eficiente de recursos por uma organização racional e pela participação completa da comunidade no melhoramento das condições económicas, sociais e culturais do povo.

Em finais da década de 1980, um novo conceito se afirma e é reconhecido política e institucionalmente na primeira metade da década de 1990. É o do *desenvolvimento local*. Pelas suas características em nada difere do primeiro conceito ao que leva a ser tomado por alguns autores como sinónimo. É definida por Amaro (2009:108) como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo, a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Portanto o conceito corresponde a conjuntos de iniciativas de base local, a partir das quais autores locais tentam encontrar respostas aos problemas colocados pela crise económica, tecnológica, ambientais e políticas (Ibidem).

Essa iniciativa de base local demonstra uma maior valorização da noção do território, tendo em consideração que é aí que as pessoas trabalham, é aí que sentem as terríveis consequências do desemprego ou da pobreza e é aí no local que qualquer esboço de reação pode pretender uma certa eficácia (Fragoso, 2005:29).

Porém apesar da sua afirmação do ponto de vista teórico, no quadro do paradigma territorialista, optou-se por manter a expressão desenvolvimento comunitário, por causa do seu sentido de comunidade e pelo facto de melhor se adequar às designações conexas de “

intervenção comunitária”, “*trabalho comunitário*” e “*grupo comunitário*” sendo que estes fazem parte do léxico dos projetos e dos processos de atuação (Nunes et al., 2017).

2.1.2. Organização Comunitária

Entende-se por organização comunitária o processo de articulação de meios (materiais e humanos) suscetíveis de criar condições a um determinado conjunto social para que se transforme numa comunidade (Carmo, 2007:82).

Surgiu nos E.U.A, como método profissional, a partir de uma dupla problemática: cooperação e coordenação das diferentes agências de ajuda e como método de trabalho social intergrupar (Oliveira 2015).

Segundo (Oliveira 2015), não obstante os antecedentes históricos, o seu grande desenvolvimento dá-se na década de 1950/60 devido a convergência de um grande desenvolvimento de programas sociais nos EUA sendo o mais relevante o programa da ação comunitária. Neste seguimento, em 1959 a organização comunitária foi definida como processo de criação de instituições sociais, oficiais e particulares, coordenando um conjunto de atividades tendo em vista o Desenvolvimento Comunitário.

Destacam-se como objetivos específicos da organização comunitária: proporcionar a comunidade oportunidade de mobilizarem os seus recursos para resolver ou prevenir problemas sociais: a) oferecendo aos cidadãos meios para se mobilizarem exprimirem e para fazer frente às suas responsabilidades quanto ao bem-estar social; b) proporcionando meios às agências para cumprir eficazmente com as suas responsabilidades perante a comunidade; c) oferecendo à profissão do trabalho social meios para cumprir com as responsabilidades comunitárias (Oliveira 2015:109).

Isto remete-nos para outra definição de organização comunitária, entendida como um processo pelo qual uma comunidade identifica as suas necessidades e objetivos, uns e outros, desenvolve a confiança e a vontade para trabalhar nestas necessidades ou objetivos, encontra os recursos (interno e/ou externo) para lidar com eles, agem em relação aos mesmos e, ao fazer isto, amplia e desenvolve atitudes e práticas cooperativas e de colaboração na comunidade (Ross, 1964:49).

Neste sentido a prática da organização comunitária pressupõe a participação tanto das populações destinatárias da intervenção, como outros agentes sociais que consideram determinadas situações sociais como um problema e contribuem para a mudança.

2.1.2.1. Princípios estratégicos do desenvolvimento comunitário

Inerente ao conceito de desenvolvimento comunitário desencadeia-se um conjunto de princípios determinantes para a intervenção: o da territorialização, eficácia, endogeneização, participação, *empowerment*, integração, flexibilidade, e o da sustentabilidade (Nunes et al., 2017).

O princípio de territorialização assume o território como base de atuação, não numa lógica administrativa e formal, mas numa vertente sociocultural, o que pressupõe estabelecer uma escala territorial de intervenção adequada

O princípio da eficácia centra-se na resposta a problemas e a necessidade concretas da comunidade, sentidas e assumidas por esta como necessidades essenciais não satisfeitas, e segundo Carmo (2002), não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos.

O princípio da endogeneização que consiste na mobilização das capacidades e potencialidades locais, tornando a comunidade protagonista na resolução dos seus problemas e da mudança.

O princípio da participação assume o desenvolvimento comunitário como um processo aberto, com um envolvimento ativo das populações e instituições locais, em todas as fases do processo.

O princípio de empowerment, implica a capacitação e autonomização da comunidade, nas suas várias expressões individuais e coletivas, levando a novas formas de poder e cidadania.

O princípio da integração assumindo que a complexidade e interdependência são dimensões intrínsecas da vida em sociedade e que a sua abordagem e compreensão implicam uma perspetiva holística das análises e das intervenções.

O princípio da flexibilidade, implica conhecer a comunidade e suas características específicas, reconhecer os seus valores, respeitar o seu ritmo. Este princípio estimula a criatividade e a inovação na medida em que a procura de resposta se adapta ao contexto.

Por fim, o *princípio da sustentabilidade* em que o Desenvolvimento Comunitário é assumido como um processo de continuidade, sustentável no tempo e no espaço, garantindo a prioridade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente sem, contudo, comprometer as gerações futuras.

Quadro n.º 5 – Princípios estratégicos do desenvolvimento comunitário

Princípios Orientadores	Procedimentos e processos-chave
Territorialização	O território como base de atuação geográfica e a comunidade como identificação socio-cultural
Endogeneização	Mobilização das capacidades e potencialidades locais, tornando a comunidade protagonista da mudança
Participação	Com o envolvimento ativo das populações e instituições locais, em todas as fases do processo de mudança
Empoderamento	A capacitação e autonomização da comunidade, nas suas várias expressões individuais e coletivas, levando a novas formas de poder e cidadania.
Integração	Uma perspetiva holística das intervenções, assumindo que a complexidade a interdependência das dimensões intrínsecas da vida em comunidade e em sociedade
Eficácia	A intervenção centra-se na resposta a problemas e a necessidade concretas da comunidade, sentidas e assumidas por esta como necessidades essenciais não satisfeitas
Flexibilidade	Conhecer a comunidade e suas características específicas, reconhecer os seus valores, respeitar o seu ritmo; estimular a criatividade e a inovação na procura de respostas adaptadas às circunstâncias e ao contexto
Sustentabilidade	Um processo de continuidade, sustentável no tempo e no espaço, a nível económico, político, social, cultural e simbólico, num compromisso entre as gerações atuais e as futuras

Fonte: (Carmo, 2002; Nunes et al, 2017).

2.1.2.2. Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário.

Colocar em prática todos estes princípios e orientações, pressupõem um processo continuado que envolve os indivíduos, os grupos e serviços locais numa abordagem que compreende sete fases fundamentais (Nunes et al.,2017:113):

1ª fase – *diagnóstico participativo e aprofundado* da situação concreta. Tem como ponto de partida a identificação dos problemas e das necessidades da comunidade, mobilizando-a para a mudança e o processo de desenvolvimento;

2ª fase – *definição participada e em parceria dos objetivos* a prosseguir em face das necessidades diagnosticadas;

3ª fase – *continuidade do diagnóstico participativo*, visando a exploração dos recursos e potencialidades endógenas como recursos fundamentais para a concretização dos objetivos;

4ª fase – *conceção conjunta das respostas*, com a mobilização de todos os atores locais e dos recursos tanto endógenos como exógenos, rumo à mudança;

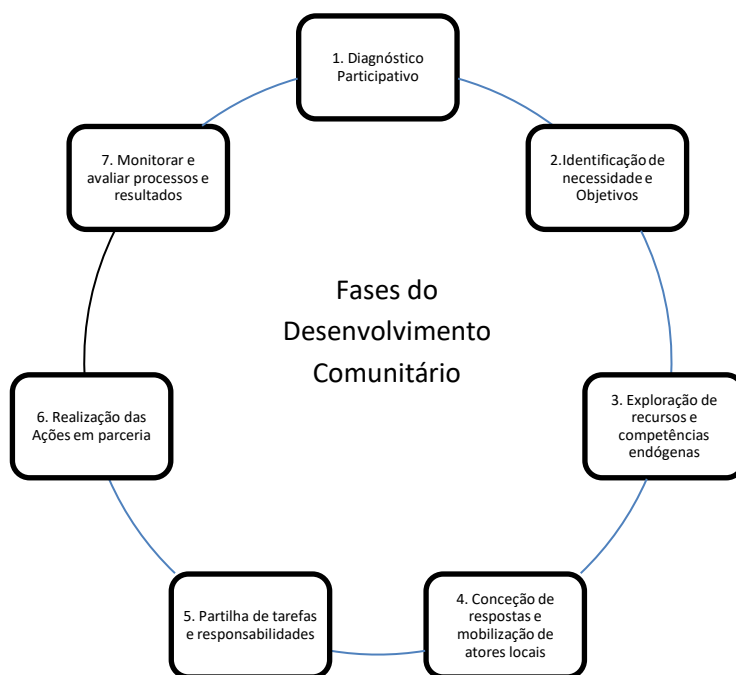
5ª fase – *partilha das tarefas* para a concretização dos objetivos delineados;

6ª fase – *implementação das ações* e concretização das atividades conjuntamente programadas;

7ª fase – *acompanhamento e monitorização de todo o processo*, com implicação de um sistema de avaliação permanente, passando necessariamente pelas seguintes dimensões de análise: pertinência, coerência, execução, eficiência, eficácia, impacte e sustentabilidade.

De acordo Nunes et al., (2017), estas fases do processo de Desenvolvimento Comunitário não são estanques, pelo que exigem por vezes, sequências redundantes de diagnóstico, programação, execução e avaliação, com retrocessos e avanços.

Figura 3 – Fases do Desenvolvimento Comunitário



Fonte (cf. Nunes et al, 2017)

Capítulo 3 – Os Grupos Comunitários.

Constata-se atualmente a existência de uma forte aposta na concentração de recursos em territórios e grupos alvos procurando-se que estes escapem à pobreza e exclusão através de processos que promovam o desenvolvimento individual e coletivo.

Este processo dá-se com o esgotamento das formas tradicionais de ação pública, em que as respostas que eram dadas a nível global passam a ser dadas a nível local e passa-se de um modelo de governo para um modelo de governança ou governação partilhada.

De acordo com Geddes (Carapeto & Fonseca, 2005), este modelo de governança tem-se consubstanciado, em termos internacionais, na ocorrência de 3 processos associados entre si: a adoção generalizada da nova gestão pública e de parcerias público-privadas; o envolvimento de associações locais, de grupos de interesse e de entidades privadas em parcerias de âmbito político e a introdução de novas formas de participação dos cidadãos. Esses constructos situam-se em consonância com o conceito e as práticas de Desenvolvimento Comunitário e por si fundamentam o conceito de Grupo Comunitário, que é entendido como a plataforma de parceria e de participação com implicação e mobilização de todos os atores do território para o Desenvolvimento da Comunidade no seu todo (Amaro, 2018).

Neste capítulo, tomamos como ponto de partida, a abordagem sobre “o grupo” e a seguir o esboço sobre os Grupos Comunitários, nomeadamente no que se refere ao contexto que dá origem aos GC, conceitos e tipologias, os aspetos fundamentais sobre os quais estes assentam e as principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelos mesmos.

3.1. Conceito e classificação do grupo

O grupo é definido como uma reunião de pessoas com interesses comuns. Caracteriza-se pela sua composição: várias pessoas, com interesse comum e em inter-relação (De Robertis, 2019).

Um grupo pode ser formal ou informal. É formal quando não possui uma estrutura jurídica, como é o caso de vários grupos formados pelos assistentes sociais, e acrescentamos também os Grupos Comunitários, e os formais adotam uma estrutura jurídica.

Segundo o tamanho podemos classificar um grupo como pequeno ou primário, e grande ou secundário. O grupo pequeno é composto por 15 pessoas e o grande entre 15 a 30 ou mais pessoas.

No grupo pequeno há maior possibilidade de comunicação entre todos, de relação íntima, face a face. As pessoas agem com maior espontaneidade e mais facilmente sentem reconhecidos, valorizados, amados e protegidos e estes detalhes permitem a pessoa participar ativamente em todas as atividades e dinâmicas do Grupo (De Robertis, 2019). Porém, de acordo com o autor existem também constrangimentos como: ser desprezado ou incompreendido; ser reduzido pelo peso e pela influência dos outros; ser rejeitado por ser diferente, e impera o sentimento de deixar de existir como ser autônomo.

O grupo grande ou secundário por sua vez confunde-se com uma organização ou instituição. As relações face a face são limitadas, menos intensas e menos profundas. Há o risco do anonimato e de subgrupos dentro do mesmo grupo. As pessoas mais ativas tendem a dominar o grupo e o funcionamento costuma ser mais formal (De Robertis, 2019:254).

3.1.1. Fases da evolução de um grupo

Para a constituição de um grupo, De Robertis (2019:257), aponta para questão do tempo como fundamental. De acordo com o autor, as fases da evolução de um grupo só se manifestam nas situações em que as pessoas se reúnem de forma regular num tempo mais ou menos longo. O autor sublinha que quando os projetos são apresentados ao grupo com um protocolo de atividade pré-definida impede a criatividade e a participação, pondo em causa os objetivos do grupo que é a inserção e autonomização das pessoas.

Segundo De Robertis (2019), as fases de evolução diferem de um grupo ao outro tendo em conta os objetivos, o tamanho, os membros que o compõem, o contexto, e as formas de intervenção.

3.1.2. Constituição de um grupo viável

De Robertis (2019) apresenta três situações possíveis na formação de um grupo:

Primeiro, *o grupo já existe*. Este é espontâneo e informal, constituído por pessoas que já se conhecem. Reconhecendo a necessidade de ajuda solícita esse apoio ao trabalhador social, que vai inteirar-se da situação e iniciar com o grupo um processo de

clarificação do pedido, de compreensão da situação, de exploração das possibilidades e de elaboração de um contrato.

Segundo, *o problema é vivenciado por várias pessoas dando-lhe um caráter comum*. Ou seja, as situações ou os pedidos são transversais a várias pessoas e torna-se viável a resolução em grupo. E o trabalhador social faz então essa proposta de formar um grupo para responder ao problema.

No terceiro caso, *é o trabalhador social que cria o grupo*. Este pode ter um projeto e propõe o mesmo à comunidade que pode aceitar ou não. Portanto, é o trabalhador social que está na origem da formação do grupo.

De Robertis (2019), faz referência a aspetos importantes que é preciso ter em conta, nomeadamente o tamanho, que deve estar em relação com os objetivos fixados pelo grupo o que fará toda a diferença; o problema a resolver, que é o elemento que motiva a participação no grupo e a heterogeneidade como fonte de dinamismo e de vida.

Relativamente ao grupo ser fechado ou aberto, no primeiro o foco está na resolução de problemas pessoais, são sempre as mesmas pessoas a pertencer o grupo, muito focado no desenvolvimento pessoal. Enquanto que no segundo há variação nas presenças e nas assiduidades, está centrado no desenvolvimento territorial

3.1.3. Dinâmicas das reuniões do grupo

O primeiro aspeto a ter em conta nas dinâmicas das reuniões do grupo tem a ver com a disposição do espaço. Este deve estar arrumado de forma que as pessoas se possam ver umas às outras face a face. A melhor forma é em círculo. Os profissionais devem evitar ocupar lugar de destaque; proporcionar um clima convivial e algumas vezes até com comida e bebida como forma de quebrar o gelo, diminuir a ansiedade e facilitar o contacto (Amaro, 2018)

O acolhimento deve ser sempre caloroso sobretudo para com aqueles que chegam ao grupo pela primeira vez. O animador do Grupo deve proporcionar uma comunicação múltipla entre as diferentes pessoas favorecendo as interações entre si.

Esse espaço de interação leva à partilha e confronto dos pontos de vista, de forma a que se possa construir um conhecimento partilhado. A comunicação num grupo é um dos aspetos fundamentais: uma comunicação aberta, em que todos participam, baseada em princípios de aceitação e de respeito. A comunicação e a inter-relação vão favorecer a

emergência de sentimentos e de pertença e de coesão. É um fator essencial para o sucesso das atividades e para o cumprimento dos objetivos.

A pertença é o sentimento de “fazer parte de...”, de já não estar mais só e isolado, de contar para os outros e de ter em conta os outros para as escolhas que são feitas. O desejo de pertencer a um grupo pode ser um motor importante de transformação dos comportamentos. A partir deste sentimento de pertença o grupo sementa a sua coesão: sentimento de “nós”, consciência de ser uma unidade e existência de uma solidariedade interna.

Esse espaço de comunicação e de livre expressão permitirá aos membros de reconsiderarem a sua situação pessoal à luz da situação dos outros. Ou seja, a pessoa compreenderá que o seu problema não é só seu, mas também o dos outros. Desta forma a pessoa já não se sentirá isolada o que lhe levará a restaurar a estima por si mesma.

Um outro aspeto chave a ter em consideração é a tomada de decisão. Esta é, segundo Amaro (2018) uma alavanca importante na autonomização e afirmação do mesmo, enquanto força coletiva. Uma decisão deve ser tomada com o acordo de todos, por meio de consenso. Todas as contribuições devem ser consideradas válidas e bem-vindas. Ao implicar todos na tomada de decisão automaticamente todos estarão implicadas na ação, o que representa para os membros do grupo uma oportunidade de aprendizagem e um treino para a vida democrática e cidadã. As competências assim adquiridas ser-lhes-ão uteis para participação noutros grupos e ajudá-los-ão a tornarem-se atores da vida social.

3.2. Origem e contexto dos Grupos Comunitários

A existência reconhecida do conceito de Grupo Comunitário tem uma curta duração, de aproximadamente duas décadas e meio. Uma altura em que, segundo Amaro (2018:49), se verifica um aumento e uma afirmação de experiências de participação comunitária em formas de Governança Local, com início na América Latina, espalhando-se depois pelo resto do mundo.

Portugal – Cidade de Lisboa – 1994

No Quebeque – Canadá - 2006

Angola – Bairro da Graça - 2011

São Tomé e Príncipe - Porto Alegre e bairro da Boa Morte - 2012

França 2014

De modo geral, o surgimento do Grupo Comunitário dá-se em “contextos de vulnerabilidade social em que se registam situações de Pobreza e exclusão Social e de Desigualdades Sociais e ameaças à Sustentabilidade da vida, nas zonas mais marginalizadas da sociedade, quer em meios rurais desvalorizados, quer em meios urbanos desqualificados, nomeadamente em bairros de barracas e de habitações precárias e ou de habitação social e considerada problemática (Amaro, 2018:60).

Tendo em conta as situações de indignidade social e ameaças à sustentabilidade a que estes contextos estão expostos procura-se por meio de suas iniciativas, mobilizar todos os recursos e potencialidades endógenos para responder às situações de pobreza e exclusão social (Amaro, 2018:61).

Por isso o objetivo central do GC consiste em melhorar as condições de vida dos que vivem em situações de indignidade e promover o seu bem-estar, o bem viver e a sua dignidade. Associado a este, estão outros objetivos de âmbito mais político que consistem em: a) dar voz e poder à comunidade, sobretudo aos que não têm nem voz nem vez, que vivem em situações de maior dificuldade e de marginalização, de discriminação, não cumprimento dos seus Direitos e da sua dignidade; b) redistribuir poder na Sociedade, pondo em diálogo diferentes tipos de poderes particularmente o poder comunitário de natureza político-informal; c) reforçar a democracia e a cidadania, em geral, fundando-as com dinâmicas de democracia participativa; d) articular e negociar com o Estado (Central e Local) e os seus Serviços e com as outras instituições e organizações com poder formal (de todo o tipo, mas sobretudo económico e político), para que as propostas e iniciativas, decididas em conjunto, possam ser viabilizadas e apoiadas, na medida do necessário (Amaro, 2018).

No que se refere às tipologias do GC Amaro (2018:74) faz referência a sete tipos:

Grupo exclusivamente de Instituições e Serviços, que não integra elementos da comunidade e por isso é reconhecido mais como grupos de trabalho comunitário, que trabalha para a e não com a comunidade;

Grupo predominantemente de Instituições e Serviços, que incluem algumas pessoas da comunidade, por convite dos parceiros.

Grupo de Instituições e Serviços – (por vezes predominantes outras não), com a presença dos representantes das organizações formais da comunidade – neste caso trata-se

já de Grupos Comunitários incompletos, apenas com os representantes de Grupos Formais da Comunidade;

Grupo de Instituições e Serviços (por vezes predominantes outras não), com a presença dos representantes das organizações formais e informais da comunidade – trata-se já de grupos comunitários incompletos, apenas com os representantes de todos os grupos da Comunidade;

Grupos exclusivamente de membros (individuais ou coletivos) da comunidade, sem a presença de Instituições e Serviços – são Grupos exclusivamente de Comunidade

Grupos predominantemente de membros (individuais ou coletivos) da comunidade, com a presença, por convite da comunidade, de algumas Instituições e Serviços – são Grupos predominantemente de comunidade;

Grupos que juntam, de forma totalmente aberta, quaisquer membros (individuais, e coletivos, formais e informais) da comunidade e todas as Instituições e Serviços, que intervêm na Comunidade – são estes os Grupos Comunitários plenos.

Este último é considerado «GC pleno», sendo aberto a toda a comunidade, instituições e serviços que intervêm no território. De acordo com Amaro (2018) esta é a tipologia que conduz a uma lógica plena de Governança Local Partilhada e Participativa.

3.2.1. Três aspetos fundamentais do Grupo Comunitário

Um GC assenta-se sobre três pilares fundamentais: Participação da Comunidade, Parceria das Instituições e Serviços, Trabalho e Ação Conjunta, tendo em vista o Bem-Estar e o Bem-Viver da Comunidade” (Amaro, 2018).

A Participação

De acordo com Monteiro & Ribeiro (2009) nos últimos anos o debate sobre a importância da participação das populações na decisão sobre assuntos que lhes dizem respeito tem vindo a beneficiar de um significativo consenso quanto ao seu valor positivo. Esse reconhecimento não é só de investigadores e técnicos, mas os próprios decisores políticos sublinham a importância e os benefícios de uma maior participação pública nos processos de gestão democrática das decisões que interferem sobre a vida das populações.

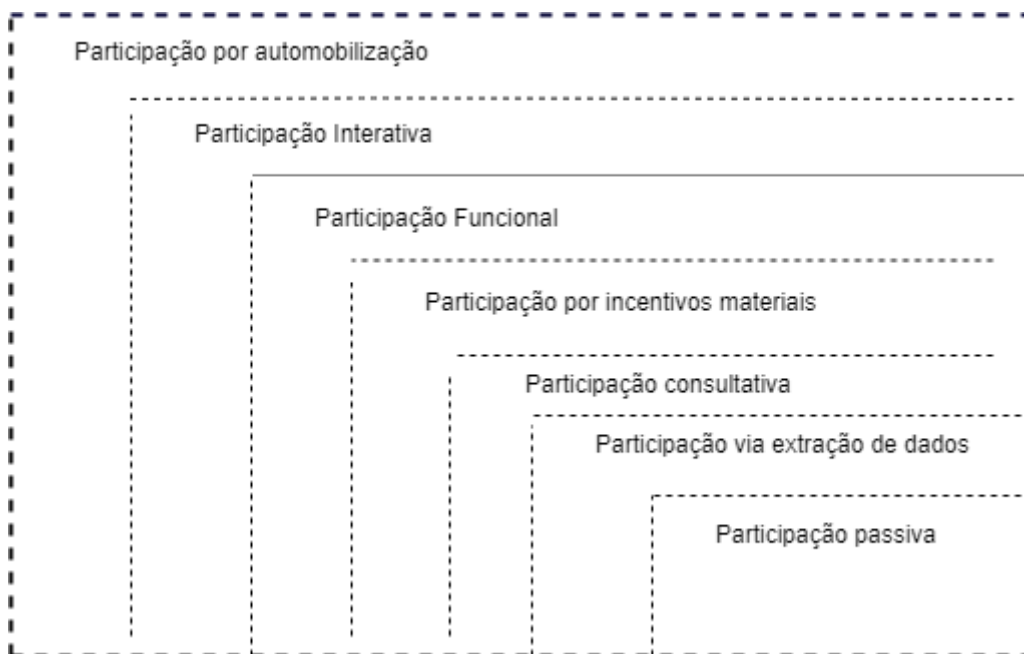
Em presença desta reflexão e no contexto do GC, a participação é entendida como o envolvimento ativo, individual ou coletivo, da comunidade na abordagem dos seus

problemas e necessidades e das respostas possíveis aos mesmos, na procura e na conquista do seu Bem-Estar e Bem-Viver, em todas as suas fases (Amaro, 2018:23).

O corolário desta definição é a que foi proposta por Vieira, (2017:133), que entende a “participação como a relação de interconhecimento e interação dos sujeitos, em determinado território, tendo em vista a concretização de objetivos comuns, orientados para o desenvolvimento pessoal e coletivo, entendidos quer como realização individual dos sujeitos de ação, quer como afetação de recursos para produção do bem-estar individual e coletivo”

A participação acontece de diferentes formas. Ferreira (2011) faz referência a três tipos de participação: participação ativa e reativa, reivindicativa e efetiva propositiva. Ninacs (1995) fala de três tipos: participação nas discussões simples que está relacionado com o direito de falar; nos debates que está relacionado com o direito de ser ouvido e nas tomadas de decisões. Por sua vez, Pinheiro, Pearson, & Chamala (1997), falam de sete tipos de participação, (cf figura 4).

Figura 4 - Diferentes níveis de participação.



Fonte (cf. Pinheiro,1997).

A *participação passiva* – manifesta-se por uma presença silenciosa, pautada pela aceitabilidade a tudo o que é dito nas reuniões. As coisas passam mais pela informação do que pelo diálogo;

A *participação via extração de dados* – As pessoas participam respondendo às questões colocadas;

A *Participação consultiva* – aquela em que as pessoas são consultadas por agentes externos os quais definem problemas e propõem soluções com bases em consultas, mas sem influência nas tomadas de decisões;

Participação por incentivos materiais – as pessoas participam por interesse a determinados recursos que quando retirado, termina logo o entusiasmo;

A *Participação funcional* – as pessoas se agrupam para atender a um objetivo pré-determinado de projetos pré-definidos por agentes externos;

A *participação interativa* – as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Nesse tipo de participação as pessoas têm controle sobre as decisões locais;

A *participação por automobilização* – as iniciativas partem das próprias pessoas. Este tipo de participação pode ser considerado de *bottom-up*, isto é, os problemas são identificados, trabalhados e solucionados, pelos que por eles são direta ou indiretamente perturbados (Cf. Pinheiro, 1997).

Estes níveis de participação é um processo, que pode começar de forma passiva e chegar a auto-mobilização que é o nível mais elevado. Para chegar a este nível é necessário um certo grau de *empowerment* e de consciência crítica e essa consciência crítica desenvolve-se a partir de experiência direta de participação e de uma crescente influência sobre as decisões.

Uma verdadeira participação favorece um conhecimento real das necessidades das pessoas; fortalece a coesão da comunidade e ajuda na melhoria e na justeza da qualidade das respostas e nas tomadas de decisões; promove a justiça social; promove articulação entre atores sociais e instituições, promove o empowerment, cria capital social², potencia a cidadania.

² Monteiro considera o capital social como um dos grandes contributos para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Definido por Putnam (1995) é a matéria em bruto da sociedade civil criada pela constelação das

Quadro nº 6 – Tipos de Participação e escalas de participação

<i>Uma Atitude</i>	<i>Um Direito</i>	<i>Um Processo</i>
Ativa e reativa	O direito de falar	Passiva
Reivindicativa	O direito de ser ouvido	Via extração de dados Consultiva
Efetiva e propositiva	O direito de tomar decisões	Por incentivos materiais Funcional Interativa Por automobilização
cf. Ferreira, 2011	cf. Ninacs, 1995	Pinheiro, Pearson & Chamala, 1997

(Fonte: construção própria, cf. Ferreira, 2001; Ninacs, 1995; Pinheiro, Pearson, & Chamala (1997))

As Parcerias

As Parcerias são padrões de relações sociais entre atores públicos e privados comprometidos em resolver problemas sociais complexos. É um acordo de colaboração entre uma organização pública e uma ou mais partes (internas ou externas) que lhe permite cooperar através da criação de relações de confiança, partilha de conhecimento e de liderança para atingir objetivos de políticas públicas (Carapeto & Fonseca, 2005; Ornelas & Moniz, 2007). Um processo de ação conjunta entre diferentes tipos de organizações e grupos, no sentido de organizarem respostas variadas a partir de um diagnóstico partilhado e participado (Amaro, 2018).

Carapeto & Fonseca (2005:271) apontam as seguintes razões da emergência do trabalho em rede: encontrar soluções criativas para questões complexas; fazer mais com menos, isto é, combinar esforços e partilhar recursos (financeiros e não financeiros, humanos e naturais); prosseguir atividades com recursos reduzidos; encontrar fontes de financiamento alternativas; acrescentar valor a serviços, programas ou atividades; criar economia de escala; reduzir os problemas operacionais; partilhar conhecimento e expertise;

interações quotidianas entre as pessoas. Quanto maior for o nível de relação intrafamiliar, de relação de vizinhança, de participação da comunidade local, tanto mais elevado será o capital social dessa comunidade.

aumentar a eficiência, a eficácia e a receptividade aos utentes; melhorar a credibilidade a política ou do programa em causa.

De acordo com Ornelas & Moniz (2007), existem quatro estratégias que permitem o bom funcionamento de uma parceria: trabalho em rede, coordenação, cooperação e colaboração.

O que caracteriza a parceria de um GC é ser constituída por membros da comunidade, (a comunidade é o centro da parceria), estar focada em questões locais, basear-se nos recursos comunitários existentes, ser sustentável no tempo, enquadrar-se na promoção de um trabalho colaborativo, na partilha dos recursos e na coordenação dos serviços para se atingir benefícios comuns. De acordo com Nunes et al., (2017:96), o que a define é essa continuidade e não meras parcerias de oportunidade, por ocasião deste ou aquele projeto ou ação, ou simples reuniões interinstitucionais formais.

O trabalho em parceria não é tão linear como parece. Traz contributos inovadores, mas também está rodeado de barreiras e dificuldades³ tais como: mobilizar-se como parceiros de “negócios de ocasião” e de colaboração episódicas, sob mobilização e orientação do parceiro promotor do projeto; tentar impor aos outros as suas ideias, sem os ouvir ou consultar; procurar protagonismo, esquecendo que o protagonista central deve ser sempre a comunidade; não saber negociar e abdicar dos seus interesses e ideias, a favor do coletivo e da comunidade etc. Nunes et al., (2017:83).

Essas barreiras provocam tensões dentro das parcerias, pelo que é necessária uma grande abertura por parte de todos os membros no sentido de chegar ao consenso ou a um acordo prévio face a um princípio superior que é o bem comum.

A Ação Conjunta

A ação conjunta é uma forma de *Cooperação*, e esta por sua vez é um conceito associado à *Solidariedade*, que significa, associar-se para uma ação coletiva, em defesa de interesses e objetivos comuns, praticando a *entrepajuda* e o *esforço conjunto*, e que se opõe à lógica, dominante nos modelos capitalistas, da *competição* e da *concorrência* (Amaro, 2018:23). A ação conjunta permite alcançar resultados que individualmente não seriam possíveis; aumenta a *eficácia* na medida em que *rentabiliza* os recursos e reduz a *multiplicação de esforço*; promove a *inovação* (Ornelas & Moniz, 2007).

³ O quadro no anexo 1 apresenta os diferentes perfis que dificulta o trabalho em parceria ou em Grupo

A participação, parceria e ação conjunta são os aspetos interdependentes sem as quais um GC não atingirá a sua meta – o Bem-estar e Bem Viver.

Figura 5 – Dimensões do trabalho em rede



Fonte: construção própria

3.2.2. Dinâmicas organizativas dos Grupos Comunitário.

O objetivo central do GC consiste em melhorar as condições de vida dos que vivem em situações de indignidade e promover o seu bem-estar, bem viver e a sua dignidade. Por isso, tem na base da sua organização, a mobilização das comunidades e dos parceiros a partir dos quais se junta em um conjunto de dinâmicas:

As reuniões dos Grupos Comunitários

Desde o início da formação de um GC, a realização das reuniões ocupa um lugar central em torno do qual tudo gira. Para além das reuniões está a questão da mobilização da comunidade e dos parceiros, o horário, local/espço, periodicidade.

As reuniões constituem o primeiro espaço para os sem voz e sem poder, onde cada um pode exprimir suas emoções, revoltas, angústias e temores. Espaço para discussão e debate dos problemas da comunidade e das suas reais condições de vida.

“As reuniões constituem a expressão mais explícita, evidente e visível do GC, porque é nelas que se partilham os conhecimentos, se discutem as ideias, se elaboram os projetos, se tomam as decisões conjuntas e se partilham as avaliações com vista a cumprir os objetivos (Amaro, 2018:80)”.

Sendo assim, neste lugar não há ignorantes, nem sábios. Há sim, gentes que em comum se querem construir.

O local das reuniões, o horário e a periodicidade são assuntos que devem ser tratados e determinados logo no início do funcionamento de um GC. Quanto ao local deve ser em espaços com menor peso do simbolismo possível; o horário deve ser determinado por consenso, mas, prevalecendo se possível as horas preferenciais para a comunidade na qual se está ao serviço.

A ordem do trabalho

Muito importante na medida em que o seu conteúdo estabelece os assuntos a abordar, os quais devem corresponder aos interesses dos participantes e parceiros, incidindo sobre os seus problemas, necessidades sonhos prioritários e, por conseguinte, ser mobilizadores. Por isso sempre que possível deve ser estabelecida previamente, com os contributos de todos, mas permitir a inclusão de pontos urgentes, de última hora e ou de interesse geral, sempre com concordância do coletivo respeitando o princípio do Desenvolvimento comunitário

Modos de decisão

Num universo onde os poderes se divergem a tomada de decisão tornam sempre algo difícil. As decisões num Grupo Comunitário são tomadas por consenso, após discussão aprofundada e equitativa; na ausência deste pode ser tomada por consentimento das partes mais convencidas ou flexíveis; em última instância por votação equitativa.

Moderação das reuniões

Tendo em consideração esses aspetos a moderação é um aspeto fundamental para gerir os tempos e os modos de intervenção, de escuta, de reflexão, de discussão e de deliberação e o equilíbrio entre os vários momentos e que saiba apaziguar, mas também mobilizar.

São cinco as modalidades de moderação: por um elemento neutro, por rotatividade de todos os participantes, pela entidade anfitriã da reunião, moderação variável escolhida por todos/as em cada reunião, podendo repetir-se de uma para a seguinte, moderação mais duradoura (por períodos relativamente longos, como um ano ou um semestre), por escolha coletiva (cf. Amaro, 2018).

3.2.3. Os principais obstáculos e desafios de um Grupo Comunitário.

Os Grupo Comunitários são espaços de Participação das Comunidades locais e/ ou de Trabalho em Parceria entre as instituições e serviços públicos que estão presentes e intervêm nos territórios, criando oportunidades de aprofundamento da Cidadania e da Democracia Local e que contribuem para a melhoria do Bem-estar dos/das residentes.

Esta forma de se organizar para dar respostas às necessidades do território e mais concretamente à comunidade está muitas vezes semeada de obstáculos das quais se destacam quatro: a participação da comunidade, o trabalho em parceria, o financiamento das atividades, o confronto de poderes locais, (R. R. Amaro, 2018)

a) Mobilização da comunidade e sua efetiva participação

A comunidade é o pilar do GC. Como vimos a referir, um GC pleno é aquele que envolve o máximo possível a comunidade, apelando a uma participação efetiva. Essa participação efetiva apresenta vários níveis, desde a partilha de informação, consulta das populações até aos processos de tomada de decisão colaborativa e finalmente de *empowerment*, nos quais indivíduos ou outros agentes coletivos têm uma participação completa desde o planeamento e implementação, até ao fim de determinada ação ou projeto e sua avaliação (Pinto, 2014:152)

b) Mobilização do trabalho em Parceria

A mobilização dos parceiros para o GC constitui um dos aspetos extremamente importante. Amaro (2018:97) sublinha que: o contributo dos vários parceiros é absolutamente fundamental, pelos recursos, serviços, e respostas que disponibilizam e podem organizar em conjunto com a comunidade, de uma forma mais eficiente.

Importa referir-se que todas as instituições e entidades são importantes no GC, mas existem aquelas que não podem ou não deviam estar fora, como é o caso do poder local (juntas de freguesia) e o poder central (a Câmara).

c) O financiamento para a realização de iniciativas, projetos e atividades

“Numa sociedade extremamente mercantilizada, onde o dinheiro tudo parece comprar e determinar, a questão do financiamento é, muitas vezes, considerada determinante ou pelo menos, uma das mais importantes. Será assim também com a existência, o funcionamento e as atividades dos GC”? (Amaro, 2018:105).

Esta é a questão que Amaro (2018) lança. Tudo indica que não, pela experiência de alguns Grupos Comunitários. Isto é, um GC pode ser autónomo, autossuficiente, realizando suas atividades sem necessitar de um financiamento. Constitui a base da sua existência, a partilha de recursos, competências, capacidades e talentos dos seus membros a reforçar com financiamentos externos constituindo sem dúvida um grande contributo.

d) *O Confronto de poderes*

De acordo com Amaro (2018), num GC existe confronto de sete tipos de poderes: político-formal, técnico, económico, associativo, científico, institucional e comunitário. Colocar esses diversos poderes em interação e relação através do princípio da solidariedade e cooperação onde a lógica da horizontalidade se sobrepõe as tradicionais lógicas marcadas pela hierarquização, subordinação e competição é uma tarefa árdua e constitui uma das maiores dificuldades de um GC.

Principais desafios colocados aos GC.

De acordo com Amaro (2018), as dificuldades acima sublinhadas desembocam num conjunto de desafios que contribuem para a superação das mesmas. A consolidação do GC e a sua continuidade no tempo enfrentam um conjunto de desafios:

a) *A criação de um novo poder, o comunitário*

Fecundados pelo GC é um dos seus efeitos potenciais mais importantes, fruto da lógica e dos princípios da democracia participativa de proximidade, presente através da comunidade nas suas expressões diversas, este poder só passa através do envolvimento, da participação que conduz ao *empowerment* (individual, grupal e coletivo).

b) *A Cooperação entre os Grupos Comunitários e os Serviços.*⁴

Este constitui um novo desafio no presente. Necessidade de uma maior aproximação, cooperação e trabalho de conjunto, considerando que a partilha dos conhecimentos, das aprendizagens, bem como dos êxitos e fracassos motiva os próprios

⁴ Atualmente a cooperação entre os GC constitui um desafio de continuidade. Verifica-se que os GC mal se conhecem e cooperam entre si (alguns vizinhos próximos) e foi lançado o desafio dessa aproximação a partir da qual surgiram 4 encontros dos GC por áreas (entre) a culminar com o grande encontro de toda a área metropolitana de Lisboa

GC e seus participantes, na reflexão e na ação conjunta em prol da comunidade e do território.

c) Envolvimento de mais parceiros num GC⁵,

Destacam-se aqueles que têm a responsabilidade social, com destaque para as Igrejas, nomeadamente a Católica cuja presença nos GC é muito reduzida, para as universidades e academias, produzindo e sistematizando saberes teóricos cruzados com e saberes de experiências de vida.

d) Melhor Esclarecimento do que é um GC

Considera-se que a dificuldade da mobilização da comunidade deve-se ao desconhecimento da sua existência ou então da sua missão e o benefício que a participação no mesmo pode trazer. Este conhecimento, não se deve apenas à comunidade mas às instituições que estão no terreno e que tem os técnicos a representá-los no GC. Portanto é o desafio de uma maior divulgação dos GC, e do que fazem.

Quadro n ° 7 – A Organização e Dinamização de um Grupo Comunitário

Organização e dinamização do GC	Finalidade e objetivos, organização de reuniões, ordem de trabalhos, modos de decisão, mediação e orientação das reuniões
Principais dificuldades e obstáculos	A mobilização e participação da comunidade, o trabalho em parceria, o financiamento das atividades, o confronto de poderes locais
Principais desafios	A criação de um novo tipo de poder, a cooperação entre a comunidade e os serviços locais, a mobilização de mais parceiros, clarificar o que é um grupo comunitário

Fonte: construção própria (cf.R.R.Amaro, 2018)

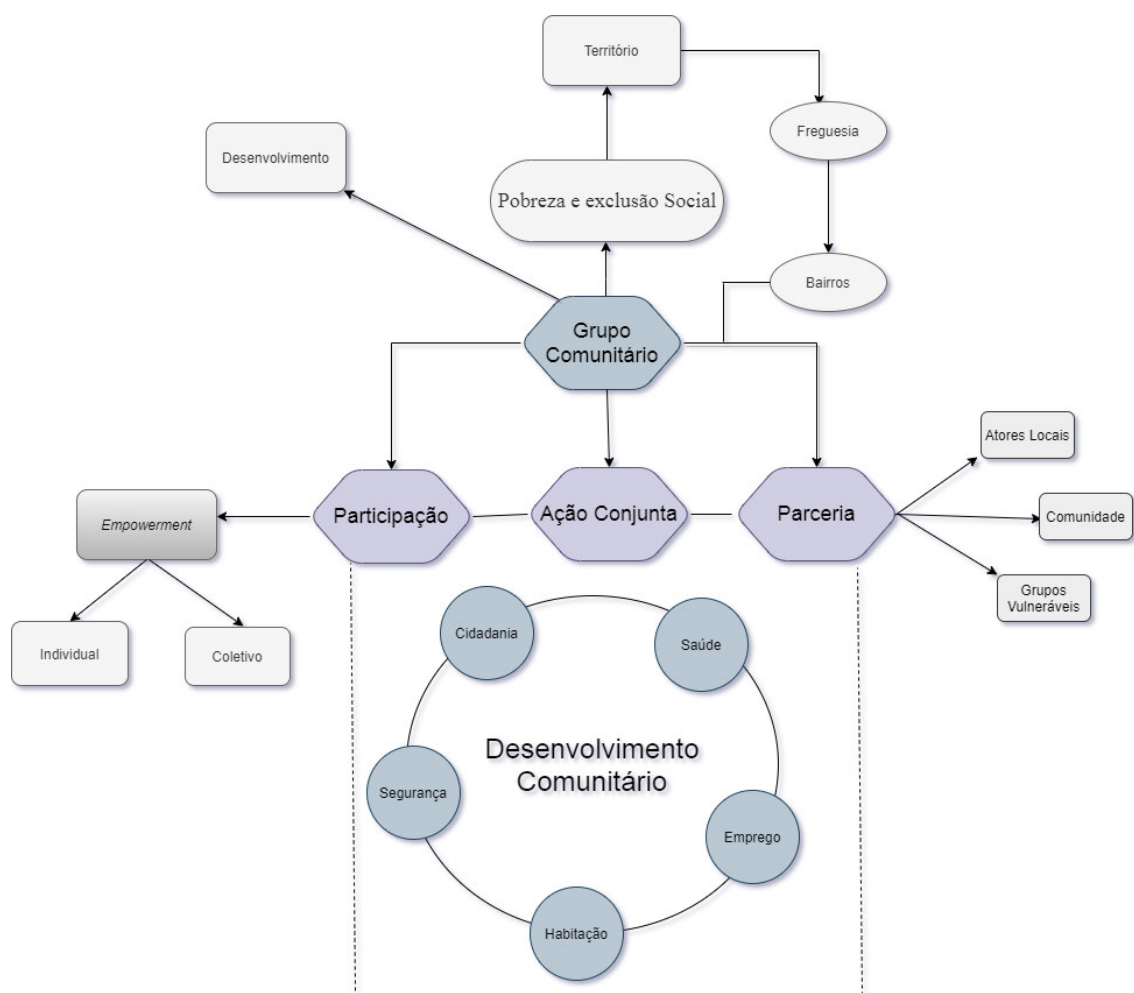
⁵ No grande encontro dos Grupos Comunitários referiam os técnicos que emerge e necessidade de envolver mais entidades no GC. *Há muitas instituições que fazem trabalhos extraordinários e que vale a pena se juntar não ficando cada um a lutar por seu lado, referiu um dos técnicos.*

3.3. Mapa Conceptual da intervenção do Grupo Comunitário

Uma forma de diagramar os conceitos subjacentes a um dado corpo de conhecimentos, o seu relacionamento hierarquização, é construindo um mapa concetual (Carmo, 2007).

O tema em destaque é os Grupos Comunitários, a problemática que o enforma é a pobreza e exclusão social e a finalidade da intervenção é o Desenvolvimento Comunitário. a abordagem deste último exigiu-nos um recuo ao passando, fazendo uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e conceitos alternativos para de seguida esboçar a questão do Desenvolvimento Comunitário e do Grupo Comunitário. A intervenção do GC está focalizada em áreas geográficas, isto é, território (Cidade de Lisboa) as juntas de freguesia e os bairros. A intervenção do GC assenta sobre três pilares: Participação, cujo objetivo é o *empowerment* individual e coletivo; Parceria que implica o envolvimento de atores locais, comunidade e grupos vulneráveis e a Ação Conjunta que pressupõe uma intervenção conjunta e articulada sobre várias áreas para atingir a meta final que é o desenvolvimento comunitário.

Figura 6 - Mapa conceitual da intervenção dos Grupos Comunitários



Parte II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Capítulo 4 – As metodologias qualitativas e a abordagem etnográfica

A emergência de novos problemas sociais, que deram nova configuração à realidade social e o aparecimento de novos ideais ou hipóteses de explicação do real, que não permitem, efetivamente, respeitar a sequência das metodologias quantitativas, levaram ao aparecimento da metodologia qualitativa (Vilelas, 2017:384). Ou seja, a incapacidade de medir alguns fenómenos e a insatisfação com os resultados da medição de outros conduziram a um interesse crescente pelo uso de outras abordagens a fim de estudar fenómenos humanos.

Desta forma, alguns sociólogos foram impulsionados a partir para o campo e descobrir o que lá acontece e sentiram-se motivados a investigar de forma mais profunda sobre a complexidade e variabilidade dos fenómenos e das ações humanas e a concluir que as pessoas são atores capazes de assumir um papel ativo para responder a situações problemáticas (Strauss & Corbin, 2008; Vilelas 2017).

A abordagem qualitativa tem um carácter etnográfico, é uma técnica frequentemente utilizada em estudos antropológicos de grupos culturais e sociais distintos (Yin, 2006). Os antropólogos utilizam a etnografia como um esquema para o trabalho de campo (*fieldwork*), no decorrer do qual são recolhidas informações e materiais que servirão de objeto de uma elaboração teórica posterior (Nogueira, 2003). Desta forma, esta abordagem é empregada em dois sentidos: para nomear um conjunto de técnicas utilizadas para coletar dados acerca dos hábitos, valores, crenças e condutas de um dado grupo social e para designar o relato escrito resultante do uso das mesmas (Amado & Silva, 2013:145).

4.1. Abordagem qualitativa e trabalho de campo.

Segundo Viscarret (2005), a opção metodológica determina-se pelo problema em análise. Desta forma, tendo em consideração o nosso objeto de estudo, as questões por ele suscitadas e os objetivos do mesmo, optamos pela metodologia *qualitativa* uma vez que pretendemos conhecer e compreender a situação em profundidade, a partir das vivências dos atores locais e da forma como sentem e experienciam a sua realidade.

A metodologia qualitativa é definida como um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível e o transformam, ao converter numa série de representações, em forma de observações, anotações, gravações, e documentos em descrições e narrativas conceptuais. É *naturalista* (pois estuda os objetos e seres vivos em seus contextos e ambientes naturais) e *interpretativista* (pois tenta encontrar o sentido dos fenómenos em termos dos significados que as pessoas lhes outorgam) (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006).

Devido a esse carácter naturalista, dinâmico e interativo, a dimensão da nossa investigação - estudo de caso - exige-nos a partida imediata para o campo de modo a estabelecer contacto com a população que pretendemos estudar, escutando as suas conversas, visitando as suas casas, observando o seu comportamento habitual, interrogando-a acerca das suas tradições para obter, mediante o conhecimento direto dos modos de vida, uma visão de conjunto da sua cultura ou analisar algo especial da mesma.

Segundo Creswell (1994), citado por Guerra, 2006:26), a inter-relação do investigador com a realidade que estuda faz com que a construção da teoria se processe, de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno e das falas dos atores, à medida que os dados empíricos emergem, a partir da recolha (observação, notas de campo, entrevistas, reuniões, análise e registos) (cf. LeJeune, 2009).

4.2. A Abordagem do estudo de caso

O método do Estudo de Caso tem vindo a ganhar uma afirmação crescente no campo das ciências Humanas e Sociais enquanto procedimento da análise profunda da realidade. Este método tem a sua origem na investigação de natureza qualitativa pelos sociólogos pioneiros da Escola de Chicago, focados na investigação de Grupos ou de comunidades socialmente desfavorecidas, na sua maioria imigrantes. (Amado & Freire, 2013:121). Neste prisma, é considerado por Coutinho (2015), como um dos referenciais metodológicos com maiores potencialidades para o estudo da diversidade de problemáticas

que se colocam ao cientista social. É uma estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e o “porquê”, de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo (Yin 1994, citado por Coutinho 2015).

De acordo com (Amado & Freire, 2013), o estudo de caso aporta uma natureza qualitativa que tende a configurar um lugar privilegiado para o estudo em profundidade de determinados fenómenos.

O que a distingue das outras metodologias é o facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: *o caso* (Coutinho, 2015:335). E o que é um caso? Ferreira (2011) define-o como uma descrição na ação. É um fenómeno simples ou complexo, mas para ser considerado caso, precisa ser específico e determinado (Vilelas, 2017).

O caso é uma unidade de análise e essa unidade pode ser um sujeito, um grupo, uma instituição, uma comunidade, um programa ou reforma, ou mudanças ocorridas numa região, etc. (Amado & Freire, 2013). Pode também ser uma decisão, uma política, um processo, um acontecimento e muito mais... Coutinho (2015).

Um estudo de caso assume diversas orientações: exploratório, interpretativo, explicativo e investigação-ação. Essa variedade exige uma clarificação do que se pretende estudar e para isso três aspetos apresentam-se como pertinentes: a natureza da experiência enquanto fenómeno a ser investigado, o conhecimento que se pretende alcançar e a possibilidade de generalização desses mesmos estudos (Vilelas, 2017).

4.2.1. Tipos de estudos de caso

De acordo com Stake (1995) citado por Duarte (2015), existem três tipos de estudo de caso:

Intrínseco – quando o investigador tem o interesse em compreender um fenómeno particular, um interesse intrínseco no caso. O caso é estudado pelo valor que aporta em si, como realidade única e está muito ligado a avaliação de programas, projetos ou mudanças num sistema ou nas organizações (Amado & Freire, 2013).

Instrumental – Quando o caso estudado serve de instrumento para a compreensão mais generalizada do fenómeno estudado.

Coletivo – quando o estudo de caso se alarga ao estudo de outros casos de modo a poder compará-los, possibilitando um conhecimento mais aprofundado do fenómeno em causa.

Esses tipos podem ser agrupados em casos únicos ou múltiplos. O caso único é utilizado para determinar se os pressupostos de uma construção teórica são corretos e/ou quando o caso sob estudo é raro ou extremo, em que não existem muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos. (Vilelas, 2017).

Os estudos de casos múltiplos - onde se enquadra o presente estudo - analisam dois ou mais situações e os resultados se estendem para além do contexto estudado. Neste sentido ao abordar os dois GC, Horta Nova e Padre Cruz, sentimos impulsionados a ir além desses contextos integrando numa visão global, isto é, a todos os outros GC da cidade de Lisboa.

A conjugação de um conjunto de estudos de caso com uma boa coordenação entre eles, permite a sua comparabilidade e também maiores possibilidades de teorização, ou de consolidação de proposições teóricas (Yin, 1989 citado por Amado & Freire, 2013).

4.2.2. Princípios fundamentais de um estudo de caso.

Yin (2006:124) elenca três princípios fundamentais de um estudo de caso, e que foram norteadores do nosso processo de investigação, como se evidencia no nosso discurso de fundamentação metodológica:

1º Princípio – Utilizar várias fontes de evidência.

Um estudo de caso será muito mais convincente e acurado, se baseado em várias fontes distintas de informação. O uso de várias fontes de evidência permite que o pesquisador se dedique a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. Uma das grandes vantagens desse uso de fontes múltiplas, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de *triangulação de dados*.

2º Princípio – Criar um banco de dados para o estudo de caso

Este princípio está relacionado com a forma como o pesquisador organiza e documenta os dados coletados para o estudo. A montagem de um banco de dados pode ser feita a partir de quatro componentes: *notas* de campo – (resultante das entrevistas, observações, e/ou análise de documentos), escritos à mão ou gravadas (no caso da

entrevista), e agrupadas sob forma de um diário; *documentos* – registros escritos que são coletado durante a realização do estudo; *tabelas* – os materiais recolhidos são organizados em quadros de relação e síntese ou diagramas; *as narrativas* – estão relacionadas com a elaboração das respostas provenientes de entrevistas, documentos, observações ou arquivos, congregando os registros do investigador com os relatos dos atores para encontrar sentidos para a realidade observada (os processo e as vivências dos atores).

Uma boa organização dos dados, permitirá que outros pesquisadores possam revisar as evidências diretamente, e não ficar limitados a relatórios escritos. A ausência desse banco de dados transforma-se numa grande deficiência da pesquisa de estudo de caso.

3º Princípio – manter o encadeamento de evidências.

Consiste em permitir que o observador da situação siga a origem de qualquer evidência, indo das questões iniciais da pesquisa até às conclusões finais do estudo. O observador deve estar atento às informações que emergem dos dados e neste sentido ser capaz de seguir as etapas em qualquer direção; pois a recolha, a análise e os registros são paralelos e simultâneos com a revisão da literatura, de forma a que a evidência original deve ser bem cuidada, evitando que esta se perca e não receba a devida atenção ao considerar os “factos”.

O percurso de investigação deve ser aberto, flexível e reflexivo, estando o investigador disponível para rever os seus registos e representações de acordo com a nova informação decorrente dos dados emergentes.

4.3. A recolha e as escolhas de métodos e técnicas.

A orientação sobre a coleta de dados relevantes para o estudo de caso estava disponível nos primeiros tempos sob três rubricas: trabalho de campo, pesquisa de campo, e métodos das ciências sociais.

As três rubricas são integradas no âmbito deste estudo e as suas fontes de evidência são: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos, (Yin, 2006). Essas fontes são complementares e a maior riqueza de um estudo de caso consiste em utilizá-las em maior número possível, atendendo mais à particularidade do que à generalidade.

4.3.1. Observação direta

Pela observação direta ou simples o investigador percebe os factos diretamente sem qualquer intermediação. Nesta lógica, tivemos sempre uma postura silenciosa dando prioridade à escuta. Esta postura é segundo Ferreira (2011), uma forma de captar o sentido das práticas sociais, utilizando a arte própria do método de pesquisa no terreno, de obter respostas sem fazer perguntas.

De acordo com LeJeune (2019:27) a pesquisa qualitativa “analisa os sentidos e os significados atribuídos pelos atores às suas vivências e experiências” e propõe-se a interpretar e analisar o material empírico sem classificar e sem quantificar. Tem como finalidade compreender os atores partindo da forma como eles vivem e apreendem o que lhes acontece, conceptualizando as suas experiências, para encontrar sentidos para a realidade e para criar teorias novas (as teorias enraizadas ou ancoradas)

De acordo com Gil (1999), o primeiro problema a ser enfrentado pelo pesquisador é saber o que deve ser observado. Segundo este autor, a observação simples implica a utilização dos seguintes itens:

Os sujeitos: quem são os participantes? Quantos são? Quais as idades? O que os movimentos do seu corpo expressam.

O cenário: onde as pessoas se situam? Quais as características deste local?

Comportamento social: o que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo o fazem? Que linguagem utilizam? (Gil, 1999:112).

As evidências observacionais são em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico em estudo. A reação das pessoas é dos dados muito importantes na observação simples, percebendo para além da comunicação verbal a comunicação não-verbal (expressões do rosto, postura corporal e movimento das mãos, por exemplo).

Os Grupos Comunitários integram, por natureza, membros da comunidade, representantes e dirigentes de associações de base local, representantes e dirigentes das autoridades locais e profissionais dos serviços.

Assim sendo, construímos uma grelha de observação contendo as seguintes dimensões: participantes e tipos de estatuto, interação entre os participantes, o tipo de discurso, tipo de comunicação, as formas da tomada de decisão, as formas de divisão de tarefas e responsabilidade para a realização das ações programadas, entre outras (cf anexo 4). Essas dimensões vão ao encontro da teoria de Gil conforme exposto.

Na nossa investigação essa observação processou-se a nível da participação nas reuniões dos vários GC, nomeadamente, Fonecas e Calçada, Liberdade e Serafina, Flamengo, Quinta do Lavrado, (Participação em mais do que uma reunião em algum desses GC) e nos dois GC de estudo de caso, Horta Nova e Padre Cruz.

4.3.2. A observação participante

Ao contrário da observação simples a observação participante permitiu-nos conversas e debates mais abertos com os interlocutores, de modo formais e/ou informais, em comunidade ou contexto de atividades, neste segundo caso através de compromissos e desempenho de algumas tarefas. Esta foi a técnica que nos permitiu uma maior recolha de dados, na medida em que, num segundo momento, não nos limitamos a observar e a ouvir, mas também a agir e a colocar uma série de questões adequadas e pertinentes.

De acordo com Vilelas (2017:297), esta técnica permite adquirir uma dimensão emocional, uma carga de sentimentos vividos diretamente que implica um enriquecimento dos dados obtidos e que permite reunir um corpo de informação variada e completa, muito importante para os estudos do tipo qualitativo. Esta informação no geral é mais fiável do que os dados provenientes das entrevistas, já que os factos se observam à medida que se produzem e tal como se produzem.

As notas do campo são o relato daquilo que o investigador ouve, vê, experiência, e pensa no decurso do trabalho de investigação.

Assim, há que fazer menção à elaboração de um diário de campo onde foram registradas, para além das falas dos atores e das observações durante as reuniões, as informações fornecidas, ora espontaneamente, ora em respostas às nossas interrogações, sendo frequentemente obtidas em situações informais, sendo registados posteriormente, na ausência dos atores, procurando ser fiel ao conteúdo do seu discurso.

A elaboração de um bom diário de campo exige que se aprendam habilidades como: observar, escutar, calar, escrever e esquematiza com rapidez e agilidade, traduzir o escrito e esquematizado, ampliar as notas recordar com precisão. (Amado & Silva, 2013:160).

Como já referimos a observação participante foi a técnica que mais nos enriqueceu a recolha de dados, graças a um processo inovador e renovador que o GC atravessava no momento da qual passamos a descrever.

No decurso de 2019, Amaro e Ferreira, respondendo a solicitações de diversos moradores dos diversos grupos comunitários, organizam e viabilizam a ideia de promover um trabalho de conjunto entre os Grupos Comunitários, tendo em consideração os enormes benefícios que pode trazer para os territórios e na facilitação das respostas aos problemas sociais tão complexas como as que se apresentam nas nossas sociedades atuais ⁶.

Numa primeira fase desse processo, realizaram-se quatro encontros dos Grupos Comunitários por áreas geográficas, entre Abril e Junho de 2019.

- No dia seis de Abril em Marvila, reuniram os sete Grupos Comunitários desta freguesia: Quatro Crescente, Amendoeiras, Armador, Condado, Flamengo, Loios e Marvila Antiga.

- No dia 11 de Maio no bairro de FONSECAS e CALÇADA reuniram os GC de: FONSECAS e CALÇADA (Alvalade) LIBERDADE-SERAFINA (Campolide) e PENDÃO (Queluz-Belas)⁷.

- No dia 18 de Maio reuniram na Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados, os GC de: Alfredo Bensaúde (Olivais), Olaias-Portugal Novo (Areeiro), Quinta das Laranjeiras-Casal dos Machados (Parque das Nações).

- No dia oito de Junho, reuniram os últimos Grupos Comunitários no bairro Padre Cruz: Alta de Lisboa (Lumiar e Santa Clara) Galinheiras-Ameixoeiras (Santa Clara), Horta Nova e Padre Cruz (Santa Carnide).

Tendo em conta os objetivos acima referidos, foi seguido o seguinte esquema de trabalho: apresentação do sentido dos encontros; partilha de experiência dos GC e suas dinâmicas e lógicas de atuação; Caracterização e tipologia dos GC e possíveis atividades e formas de cooperação para os próximos tempos.

Tendo iniciado o contacto informal com os GC de Lisboa em Setembro de 2018, no âmbito deste estudo, foi um privilégio e uma mais-valia podermos integrar este movimento e esta dinâmica desde maio de 2019 a Março de 2020 estando assim presente nos diversos encontros acima referidos.

⁶ Palavras do Professor Roque Amaro, encontro na preparação para o grande encontro do dia 7 de Dezembro de 2019

⁷ Este último não faz parte dos GC de Lisboa, mas por interesse próprio envolveu na dinâmica.

Aquando dos encontros realizados por áreas geográficas o grande impulso e a aderência à participação na mesma surge uma nova proposta que brota da necessidade de um encontro de Grupos Comunitários da área metropolitana de Lisboa, incluído nesta fase os conselhos vizinhos.

Esta constitui a segunda fase do processo, em que se reúne todos os GC, com uma partilha de experiência mais abrangente. Realizado no dia 7 de Dezembro de 2019 na Biblioteca de Marvila, este constitui um marco histórico para os GC da Área metropolitana de Lisboa.

Teve um momento de preparação intenso envolvendo, técnicos, moradores bem como académicos que têm acompanhado os GC, (com objetivos diversificados), nomeadamente o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa.

A preparação do encontro dos GC por áreas, onde a de partilha de experiência e de conhecimento mútuo permitiu descortinar os altos e baixos, os avanços e recuos, sucessos e insucessos, as boas e más práticas, de todos e de cada um, conduziu a um conjunto de questões para reflexão coletiva. O encontro do dia sete de Dezembro teve como fio condutor de reflexão as seguintes questões:

Qual (is) a(s) principal(is) conquista(s) do seu Grupo Comunitário/Rede?

Quais as principais dificuldades e obstáculos do funcionamento do seu GC?

Se o seu GC/Rede tivesse a presidência do seu Município por um dia, que medidas acha que tomaria?

O que podemos fazer em conjunto daqui para frente como GC/Rede

A dinâmica utilizada foi o *world Café*, ou Café Mundo, que reúne os participantes em rodas de conversas animadas por um facilitador. No final do dia as conclusões de cada grupo (8 grupos de 10 pessoas) foram apresentadas pelos animadores de mesa e foram partilhadas em assembleia. Dessa reflexão surgiu um fluxo de respostas que depois de trabalhadas novamente em grupos produziram os resultados que foram partilhados com todos os que tomaram parte direta ou indiretamente no evento.

Qual(is) a(s) principal(is) conquista(s) do seu Grupo Comunitário/Rede ?

(Primeira constatação, as conquistas não são iguais para todos os GC)

- *Participação e envolvimento da Comunidade;*
- *Cooperação entre a Comunidade e as Instituições;*
- *Reforço das parcerias institucionais;*
- *Bem-Estar e Desenvolvimento da Comunidade;*
- *Coesão da Comunidade;*
- *Funcionamento do Grupo Comunitário;*

Quais as principais dificuldades e obstáculos do funcionamento do seu Grupo Comunitário/ Rede ?

- *Dificuldade no que se refere à mobilização de Instituições com maior enfoque no poder local;*
- *Dificuldade no que se refere à organização;*
- *Dificuldade a nível dos recursos*
- *Instrumentalização do GC*
- *Encontro de culturas diferentes*

6.2. 4. O que podemos fazer em conjunto, daqui para a frente, como Grupos Comunitários/Redes?

Os contributos agrupam-se em torno de duas grandes "atitudes" que definem um caminho, do fortalecimento da participação local à organização e a sistematização de práticas/formas de agir que consubstanciam este fortalecimento; "mantendo a inocência mas de forma fundamentada". E, quase na sua totalidade, as sugestões passam pelo fortalecimento da PIC- Plataforma de Intervenção Comunitária em Lisboa.

1. *Do fortalecimento da participação local à organização(Fortalecimento dos GC, em geral; Reforço do papel de cada Grupo Comunitário)*

2. *Sistematização de práticas/formas de agir que consubstanciam este fortalecimento (Fortalecimento dos GC, em geral; Reforço do papel de cada Grupo Comunitário)*

3. *Fortalecimento da PIC como estrutura representativa dos GC que passa por:*

- *Criação de redes e articulações entre os GC*
- *A Organização de visitas entre GC;*
- *O Fortalecimento da Rede, para servir como chapéu para os Grupos informais;*

- *A Criação* de uma estratégia colectiva que parta das redes informais e não das instituições;
- *A Divulgação* dos GC nas Redes Sociais, para garantir o acesso à informação e facilitar o *networking*.
- *A representação* – Representação dos GC em Actividades entre Grupos; A PIC como parceiro reconhecido pela CML.

Estes contributos distribuem-se em torno de seis "forças motrizes" para o desenvolvimento da acção coletiva: i. reforçar a participação das populações; ii. potenciar as aprendizagens; iii. partilhar os recursos; iv. criar suporte para uma acção de cooperação (transversalidade, candidaturas, financiamentos); v. fortalecer a comunicação com a sociedade e os órgãos de poder; vi. reforçar a relação com o Poder e ancorar os compromissos políticos conseguidos.

Essa capacidade e frontalidade de avaliação conjunta, incentiva o trabalho de conjunto numa dinâmica de aprendizagem mútua pelo que foi manifestado o interesse que encontros como este se realizem ao menos de seis em seis meses.

4.3.3. As entrevistas

As entrevistas constituem fontes de informação muito importantes para um estudo de caso, afirma Yin (2006), uma vez que a maioria dos estudos de caso tratam de questões humanas. A entrevista é íntima, flexível, aberta e define-se como uma reunião para trocas de informação entre duas pessoas (entrevistador e entrevistado) (Sampieri, Collado & Lucio, 2006).

Dos três tipos de entrevistas identificados na literatura: não-estruturada; semiestruturada e estruturada, no âmbito do nosso estudo foi adotada a entrevista semiestruturada entendida como um dos dispositivos metodológicos privilegiado de recolha de dados. A entrevista semiestruturada permite ao investigador através de perguntas-guia conceder aos entrevistados liberdade de expressão, ou seja, a possibilidade de falar abertamente e de forma descontraída, direcionando a conversa apenas em função dos objetivos que se pretendem, (Jacoud, 2006).

O nosso estudo não se baseia numa amostragem. O objetivo é obter a máxima informação possível para fundamentação do objeto, baseando-se em critérios paradigmáticos e teóricos. Neste sentido assume uma perspectiva de amostra intencional, não procurando a uniformidade, mas o máximo de variação como sublinha (Aires (2011). Ou seja, se numa perspectiva quantitativa, a amostragem designa o subconjunto de uma população, a investigação qualitativa concebe a amostragem de forma diferente. Cada novo elemento empírico é analisado a partir do momento em que fica disponível. A análise decorre durante a recolha; cada novo dado coloca novas questões e são estas questões que orientam o percurso da recolha e os contactos seguintes (LeJeune, 2019).

Seguindo os princípios metodológicos subjacentes à realização de um estudo de caso, que sugere a utilização de diferentes técnicas com recurso a diversas fontes, reunimos um conjunto de sujeitos-chave, participantes no Grupo Comunitário que dispõem de informações pertinentes e relevantes ou que estão diretamente afetados pelo fenómeno.

Portanto, o universo dos nossos entrevistados contempla dois painéis de atores locais: um grupo de seis moradores, sendo três de cada GC estudado, considerando-os como os atores chaves, por serem os afetados diretamente pela situação estudada – a integração de grupos vulneráveis; um grupo de agentes de intervenção local: dois peritos especialistas do tema em destaque, dois dirigentes de cargos públicos e políticos, dois profissionais de organizações locais, dois dirigentes associativos. Todos eles, agentes e moradores, são atualmente participantes dos GC.

As entrevistas foram numeradas por ordem da sua realização. Todos manifestaram grande disponibilidade em dar parte do seu tempo, para a partilha de informação, conhecimento e experiência.

Antes de cada entrevista foram explicados os objetivos do estudo, pedindo o “consentimento informado” ou a permissão para a gravação, garantido o sigilo e anonimato total.

As transcrições das entrevistas foram feitas na íntegra, salvo algumas “afirmações” em que o sigilo e o anonimato seria posto em causa. De acordo com Mandamule & Feijó (2017:81), as transcrições das entrevistas devem ser o mais fiel possível ao discurso do entrevistado, anotando-se os risos, pausas, suspiros, ou volumes de voz etc. pois a linguagem não-verbal também é uma forma de comunicação que fornece importantes elementos de análise.

4.3.4. Triangulação

Há uma sensibilidade em manter a unidade das coisas em vez de as separar. É a estratégia da triangulação, que consiste em combinar dois ou mais pontos de vistas, fontes, dados, abordagem teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa, por forma a que se possa obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade, ou uma compressão mais completa do fenómeno a analisar (Coutinho, 2013: 231).

São quatro os tipos de triangulação: de fontes de dados, do investigador, da teoria e dos métodos (Coutinho 2013; Yin, 2006; Amado & Freire, 2013).

No nosso caso, fizemos a triangulação das fontes de dados, ouvindo participantes dos grupos comunitários com diferentes estatutos sociais e diferentes experiências, dos métodos, combinando a observação simples, a observação participante, as entrevistas e a análise dos documentos e fizemos a triangulação de dados, procurando cruzar dados obtidos dessas diferentes fontes e técnicas.

4.4. A Análise de dados.

Qualquer pesquisa científica implica quatro atividades: a problematização instruída pela consulta da literatura do domínio; a recolha do material empírico; a análise do material recolhido; a redação dos resultados da análise” (Lejeune, 2019:30). De acordo com o autor, na pesquisa qualitativa estas quatro atividades são realizadas em paralelo e influenciam-se de forma circular, isto é, interagem e informam-se mutuamente. Deste modo, a pesquisa qualitativa «implica alternar entre a recolha e a análise do material empírico. Analisar o material à medida que vai sendo obtido, permite ao investigador identificar os elementos a aprofundar e orientar consequentemente o seguimento da recolha» (Lejeune, 2019:58), que só será interrompido quando se atinge o ponto de saturação materializável através da repetição de padrões simbólicos, sistemas de classificação, práticas, categorias de análise, podendo então suspender o levantamento de dados.

No nosso caso, o tempo de investigação, dentro de um ano letivo académico, obrigou a gerir o acesso ao campo em tempo útil e a identificação das fontes. O processo de recolha foi interrompido quando nos apercebemos que tínhamos contactado e ouvido em entrevista atores de diferente natureza e quando os dados recolhidos eram passíveis de análise ou padronização, ou de particularização.

Na pesquisa qualitativa a análise começa com o acesso ao campo (LeJeune, 2019). Essa análise consiste em observar, examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo (Yin 2006). Significa decompor o todo em partes constituintes e significativas (Vilelas, 2017) de modo a encontrar sentidos e significados para a ação dos atores observados.

Esta análise pode ser feita a partir de três estratégias: baseando-se em proposições teóricas, em explanações concorrentes e/ou desenvolvendo descrições de caso (Yin 2006). Sem a utilização dessas três estratégias o estudo de caso avançará com muita dificuldade afirma o autor.

Devido à quantidade de informação descritiva que a abordagem qualitativa produz, uma das formas de organizar e reduzir esses dados consiste na *codificação*, com duas características básicas: captar informação relevante dos dados a codificar e recolher informação útil para descrever e compreender o fenómeno que se estuda (Coutinho, 2015:216).

4.4.1. Análise de conteúdo.

De acordo com a revisão da literatura, apresentamos a análise de conteúdo como uma das técnicas de tratamento de dados mais comumente utilizada nas investigações qualitativas. Isto é, todo o material recolhido é submetido à análise.

A análise de conteúdo é uma prática que visa interpretar de forma sistemática o sentido de uma qualquer mensagem produzida num determinado contexto (Reis, 2017:205). O uso desta técnica tem uma tradição longínqua. Primeiramente era utilizada como prática de interpretação dos livros sagrados, da qual se ilustra o trabalho de B. Bourbon (1888-1892), sobre a expressão das emoções e das tendências na linguagem. Trabalhou sobre uma parte da bíblia, o livro do Êxodo⁸, de maneira, relativamente rigorosa, com uma preparação elementar do texto e classificação temática das palavras-chave (Bardin, 1995:15). No início do século XX começou a ser utilizada nas ciências da comunicação em que se desencadeia um fascínio pela contagem e pela medida: superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página... (assume um carácter quantitativo).

⁸ Segundo livro da Sagrada Escritura que narra a história da saída do povo Israelita do Egipto, rumo à terra da promessa.

Só recentemente, isto é a partir dos anos 80, do século XX, dá-se uma viragem no uso desta técnica, em que a análise do conteúdo já não se baseia na mera contagem das expressões, ou palavras mais correntes de um dado discurso, mas sim, numa análise mais ampla, aspirando a uma explicação que evidencie as razões da produção de um tal discurso. (Reis, 2017). Dito de outra forma, a análise de conteúdo consiste no desvendar o que está escondido, latente ou subentendido na mensagem. Mensagem obscuras que exigem uma interpretação, mensagem com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidada ou de uma intuição carismática (Bardin, 1995).

De acordo com Vilelas (2017:393) a análise de conteúdo prevê três fases fundamentais:

Pré-análise, que consiste na organização e sistematização das ideias a partir de documentos selecionados para análise, no qual se verificam os objetivos iniciais da pesquisa e se elaboram os indicadores que orientam a interpretação final.

Exploração do material, uma fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo da compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, desconto ou enumeração, classificação e agregação, classes ou rúbricas que reúnem um grupo de elementos e razão de características comuns. Uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador é a seleção das unidades de análise que incluem palavras, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros formando categorias.

Tratamento e resultados obtidos e interpretação – os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos, e válidos. Para um maior rigor estes resultados são submetidos a operações estatísticas simples assim como a testes de validação.

De acordo com LeJeune (2019) a pesquisa qualitativa, não quantifica nem classifica.

A finalidade da análise é encontrar sentidos e significados para as vivências dos atores. A análise decorre durante todo o decurso da pesquisa como processo de construção de conhecimento. A codificação pode ser *aberta* (realiza-se no início da recolha e pretende identificar as características do tema em estudo e descobrir as propriedades dos conceitos); *axial* (no decorrer da pesquisa o investigador pretende descobrir associações contidas no material empírico e faz articulações entre as propriedades descobertas na codificação

aberta); e *seletiva* (provém da integração e sistematização das relações elaboradas durante a codificação axial e pretende produzir uma construção conceptual que permita responder às questões de investigação).

De acordo com Bardin (1979, citado por Guerra, 2006:63) existem vários tipos da análise de conteúdo que podem ser agrupadas em *categorial* – análise temática, que constitui sempre a primeira fase da análise de conteúdo e é geralmente descritiva; *avaliação* – mede as atitudes do entrevistado face ao objeto de estudo e a direção e a intensidade da opinião; *enunciação* – entende-se a entrevista como um processo, usa-se sobretudo para entrevistas longas em muito abertas em que se desprezam os aspetos formais da linguagem, centrando-se a análise nos conteúdos; *expressão* – análise fundamentalmente formal e linguística utilizada geralmente para investigar a autenticidade de documentos em psicologia e em ciência política.

A análise de conteúdo realizada nesta investigação situa-se numa análise temática e categorial. O *corpus* é constituído por: grelhas de observação, registos de análise documental, notas do caderno de campo e 14 entrevistas realizadas a um “painel de atores” participantes nos Grupos Comunitários da Horta Nova e Padre Cruz.

Consentimento informado

É preciso fornecer informações ao sujeito, explicando-se de forma simples em que consiste a sua participação, de modo a que possa decidir sobre a sua participação.

O consentimento informado significa que o sujeito obteve a informação essencial, que conhece bem o conteúdo e que compreendeu bem a natureza do consentimento informado

Capítulo 5 - Os Grupos Comunitários de Lisboa – como campo empírico

Amaro (2018) define o GC como «um ponto de encontro para o trabalho e ação conjunta, com o envolvimento ativo e participação da Comunidade, dos serviços e das instituições locais, com vista ao Bem-Estar e Bem-Viver da Comunidade». Desta definição destacamos, o envolvimento da população, a criação de parcerias entre serviços e organizações locais, o trabalho cooperativo e colaborativo e a preocupação com a construção do bem-estar e bem-viver da comunidade.

No levantamento efetuado por Amaro e Ferreira (2019) existem em Lisboa dezasseis Grupos Comunitários, em bairros de habitação social.

Neste capítulo fazemos a abordagem do surgimento dos GC de Lisboa, englobando o período histórico e o contexto que os originaram, os participantes, os campos de atuação, as dificuldades enfrentadas ao longo dos tempos, bem como os principais desafios e estratégias de sustentabilidade para o futuro.

5.1. Origem e contexto dos Grupos Comunitários de Lisboa

Um cenário antecedente dita que a cidade de Lisboa enfrentava alteração a nível da sua urbanização, provocada pela revolução democrática de 25 de Abril de 1974, a partir da qual aumenta o fluxo migratório do meio rural para o urbano e do interior para o litoral, que coincidindo com o regresso massivo da população das ex-colónias e do resto da Europa, provoca um surto de bairros de barracas sem mínimas condições de habitabilidade, gerando situações sociais complexas.⁹

Para o ordenamento da cidade estes migrantes são afastados para as periferias, para bairros sociais em realojamentos deficientemente preparados com implicação de situações de despejo e deslocação forçada (Nunes, Viana, Serra, & Amaro, 2017).

Esta situação dramática, de marginalização, pobreza e exclusão social leva a iniciativas inovadoras na medida em que instituições locais com a população procuram em conjunto refletir nos problemas da comunidade e encontrar possíveis soluções. É assim que surgem os primeiros Grupos Comunitários da Cidade de Lisboa: o GC do bairro Padre Cruz, em 1993, e o GC do Bairro da Horta Nova, em 1994, ambos na Freguesia de Carnide.

⁹ Esta realidade traduz os ditos de Ferreira (2014): existência de bolsas de exclusão social, fenómenos de dificuldade de inserção socio urbanista, que juntamente com baixas qualificações e em muitos casos, com uma composição multimédia, faz com que se coloque em causa a coesão social dos territórios e consequentemente a sua competitividade territorial.

Baseados na experiência desses dois primeiros GC, foram fundados os da Quinta Grande, em 1994 (Freguesia da Charneca), o das Galinheiras, em 1995 (Freguesia de Ameixoeira), e em 1998, o GC do bairro dos Loios (Freguesia de Marvila).¹⁰

Na viragem do século e mais concretamente com a crise que atravessou a Europa (2008-2011), e particularmente Portugal, com consequências alarmantes do ponto de vista do bem-estar dos indivíduos, dá-se um fluxo de surgimento de Grupos Comunitários na cidade de Lisboa, registando neste ano de 2020 a existência de dezasseis GC (cf. Amaro e Ferreira, 2019).

5.2. Localização geográfica dos Grupos Comunitários da Cidade de Lisboa

A organização administrativa da cidade de Lisboa deriva de um novo mapa que reorganiza a governação autárquica (Lei 56/2012, de 8 de novembro) passando das 53 anteriores freguesias para 24 (cf. Assembleia Municipal de Lisboa). A cidade de Lisboa fica dividida em 24 freguesias agrupadas, para efeitos organizativos da ação social, em cinco Zonas de gestão ou Unidades de Intervenção Territorial (UIT). Zona Norte, zona Ocidental, zona Centro, zona Centro Histórico e zona Oriental (cf. SCML).¹¹

Os 16 GC da cidade de Lisboa estão presentes em três zonas e localizados em 11 freguesias: *Zona Norte* - Carnide, Lumiar, Santa Clara, São Domingos de Benfica; *Zona Centro* - Alvalade, Areeiro, Campolide, Santo António; e *Zona Oriental* - Marvila, Olivais, Parque das Nações (cf. Amaro e Ferreira, 2019).

¹¹ **Freguesia** é a menor divisão administrativa em Portugal e no antigo Império Português semelhante à Paróquia Civil dos outros países. Tratam-se de subdivisões obrigatórias dos conselhos/municípios, onde todos têm pelo menos uma freguesia.

Quadro nº 8 – Os 16 GC de Lisboa, por zona e freguesia

Zona Norte		Zona Centro		Zona Oriental	
Freguesia	Grupo Comunitário	Freguesia	Grupo Comunitário	Freguesia	Grupo Comunitário
Carnide	Padre Cruz	Alvalade	Fonsecas & Calçada	Marvila	Armador Condado Flamenga Loios Quatro Crescente
	Horta Nova				
Lumiar	Alta de Lisboa	Areiro	Portugal Novo	Olivais	Alfredo Bem Saúde
Santa Clara	Galinheiras & Ameixoeira	Campolide	Liberdade e Serafina	Parque das Nações	Quinta das Laranjeiras & Casal dos Machados

5.3. Síntese histórica dos bairros e surgimento do Grupo Comunitário

Durante três meses foi realizado um estudo exploratório, na maioria dos GC da cidade Lisboa, através da: participação nas reuniões, realização de entrevistas a técnicos, moradores, dirigentes associativos e membros de associações locais; mantendo-se uma comunicação informal com esses mesmos autores e outros.

De seguida descrevem-se os 10 grupos comunitários de Lisboa que tivemos oportunidade de acompanhar em reuniões de observação direta e participada.

Os grupos comunitários da Horta Nova e Padre Cruz (na freguesia de Carnide) serão descritos no CAP.6, por terem sido selecionados como estudos de caso.

ZONA NORTE

i. Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (Freguesia de Lumiar)

a) Localização

A Alta de Lisboa é uma urbanização situada na freguesia do Lumiar, na zona nordeste da cidade de Lisboa, fazendo fronteira com o Parque das Nações, Marvila e Alvalade e Carnide, e Santa Clara. Esta urbanização compreende zonas de realojamento social, a par de cooperativas de habitação e casas de “venda livre”, associando no território moradores de variada proveniência territorial e estatuto social.

b) Origem do GC

A criação do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa resultou da necessidade identificada pelos atores locais de criar uma nova dinâmica no território, no período pós-realojamento (2004-2005), capaz de promover uma melhor articulação e funcionamento interinstitucional, de adotar estratégias comuns e potenciar recursos na tentativa de melhor servir a comunidade local.

O início do processo de constituição do GCAL (2005) resulta da retoma de alguma dinâmica de trabalho desenvolvido em parceria, no Bairro da Cruz Vermelha, entre 2001 e 2003. Considerando a localização geográfica da intervenção e das instituições no Lumiar, o Grupo assume-se, então em 2005, como um coletivo de parceiros da Alta de Lisboa/Lumiar, sendo dinamizado e coordenado com o programa KCidade, gerido pela Fundação Aga Khan em colaboração com a CM Lisboa.

Na atualidade, o GC reúne na 3ª quinta-feira de cada mês às 10.30 da manhã e de 3 em 3 meses reúne às 18h da tarde, tentando conciliar os horários dos técnicos e os dos moradores.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte dos parceiros do GC da Alta de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa (higiene urbana, ação social), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Gebalis, ARAL – Associação de Residentes Alto do Lumiar, Saúde, Centro Social da Musgueira (mediateca,

centro de dia-e jardim de infância), Associação Ares do Pinhal, Associação Crescer, Polícia Municipal, PSP, Clip, Junta de Freguesia Lumiar, Junta de Freguesia Sta. Clara.

d) Principais conquistas e desafios

Tem grupos de trabalho ativos: Segurança, Pessoas com Deficiência, Escolaridade e Grupo de Coordenação.

Há muitas instituições que raramente marcam presença, outras que participam nos Grupos de trabalho e não vão ao GC. Essas são as grandes dificuldades sentidas por esse GC bem como a de mobilizar a população. Porém para os parceiros a mobilização não constitui uma prioridade. Portanto, constituem maior desafio do GC uma maior mobilização e participação das Instituições.

ii. Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira (Freguesia de Santa Clara)

a) Localização

A Ameixoeira está situada no extremo norte do conselho de Lisboa, integrando a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Área metropolitana de Lisboa. Construído ao abrigo do Programa PER (Programa Especial de Realojamento), com áreas delimitadas por zonas: zona 1-B, zona 2 zona 3, zona 4, zona 5 e zona 6. Possui um conjunto de 1061 fogos distribuídos por edifícios de 3 a 6 pisos agrupados em bandas. A população ali residente provém de outros núcleos habitacionais nomeadamente Charneca e Ameixoeira (Quinta do Louro, Quinta da Pailepa e Galinheiras) e do Vale do Forno (entre Odivelas e Lisboa) em que a sua grande maioria são indivíduos de etnia cigana. Tendo em conta a dispersão das áreas do bairro, sem uma devida interligação, e carente de espaços de lazer e convívio, faz com que haja uma distanciação entre os residentes das diferentes zonas. Assim, as relações de vizinhança restringem-se praticamente aos moradores de cada uma das zonas.

O Bairro das Galinheiras, situado na freguesia de Santa Clara é um bairro clandestino que começou a desenvolver-se primeiramente junto à estrada da Circunvalação, com a construção de um largo para comércio, com uma igreja nas proximidades pela grande comunidade católica, um espaço para festas e ponto de convívio. Do lado Sul, destacavam-se as “vilas” de construção mais precária, dispostas paralelamente umas às outras e do lado Norte, muito pelo terreno e azinhagas anteriores, dispunham-se mais desordenadamente, construindo-se ao gosto do comprador.

Origem do Grupo Comunitário

O GC Tem existência formal desde 1994 como GC das Galinheiras e desde 2006 apresenta a designação, GC das Galinheiras e Ameixoeira.

Ao longo dos anos o GC sempre reuniu mensalmente, em dias e horas que se foi alterando. Atualmente as reuniões ocorrem na última 5ª feira de cada mês às 14:30 e o local tem sido desde sempre rotativo pelas organizações parceiras.

b) Paceiros e participantes.

Fazem parte do GC das Galinheiras e Ameixoeira, a SCML, Gebalis, Associação de Moradores, ALCC, PM (Polícia Municipal) Escola, Centro de Saúde, Cultur-Face, CML - Departamento de Direitos Sociais e DRAUGI (Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal). A dinâmica de divulgação tem sido através do Boletim informativo, folhetos, endereço eletrónico e do *facebook*.

c) Principais conquistas e desafios

Os temas de interesse têm sido, Educação; Segurança e Transportes; Emprego e Formação e tem-se desenvolvido várias atividades e projetos de forma pontual ou ligadas aos grupos de trabalho: visitas de Estudo (CDCA Bairro dos Loios e Crescer Cidadão em Santarém; formação PNL, promoção da leitura; olhar o passado preparar o futuro; pontes de livro; ações de sensibilização: ruas limpas, ruas seguras (recolha de objetos dispersos na via pública); visita dos docentes da EB1 M.^a da Luz de Deus Ramos; intervenções realizadas no âmbito dos Eventos da Comunidade Mais Saudável (6 em 6 meses), com as seguintes dinâmicas: rastreios (oftálmico, IMC, IST's, glicémia, colesterol, anemia, cancro oral); aconselhamento nutricional; sensibilização de saúde oral; atividades de animação comunitária. O maior desafio para o futuro desse GC é o envolvimento da comunidade.

ZONA CENTRO

iii. Grupo Comunitário de FONSECAS e CALÇADA (Freguesia de Alvalade).

a) Localização

Fonsecas e Calçada é um bairro de realojamento local, situado perto da Avenida Lusíada e Hospital Santa Maria, entre a Segunda Circular e o Estádio Universitário. O bairro de barracas de madeira, cresceu depois de 1975, com a vinda de famílias deslocadas

das ex-colónias portuguesas que construíram aqui a sua habitação, ao lado dos terrenos da Universidade Católica. No processo de realojamento as pessoas desses dois bairros, da Quinta da Calçada e Quinta das Fonsecaas, foram separadas, umas para os bairros Padre Cruz e Horta Nova e outras para o bairro da Boa Vista; sendo uma parte do bairro habitação municipal e outra uma Cooperativas com algumas pessoas que para ali vieram morar (não foram realojadas, mas compraram casas).

Depois das pessoas estarem realojadas foram completamente abandonadas pelas instituições. De acordo com os testemunhos de algumas pessoas entrevistadas, as problemáticas identificadas são diversas: pessoas a viverem em situações de extrema pobreza, elevado número de pessoas com perturbações mentais, sobretudo jovens e sem nenhum acompanhamento, pessoas idosas fechadas nos prédios, pessoas com incontinência¹², famílias com dívidas das rendas, abandono escolar etc.

Todas essas situações eram geridas pelas irmãs da Congregação de Santa Teresa de Jesus, a residir no bairro desde 2004. Estas realizavam um conjunto de atividades no bairro e tentavam encontrar padrinhos e voluntários para as apoiar; sendo ainda hoje as grandes animadoras das dinâmicas comunitárias e gerindo um equipamento de Centro de Dia.

b) Origem do Grupo Comunitário.

Em 2016 a referida comunidade religiosa, promoveu um projeto financiado pelo Programa BIP-ZIP, com objetivos de mobilizar a população para a pintura de um túnel um local de passagem, que estava em mau estado de conservação. Este projeto de nome “as Cores da Inclusão e da Cooperação” para além do objetivo de mobilizar a população pretendia também mobilizar os parceiros institucionais que se encontravam no terreno para articularem e trabalharem em conjunto. Depois de uma formação sobre trabalho em parceria aos/às técnicos/as das Instituições (promovido pelo ao prof. Roque Amaro), a junção dos dois objetivos convergiu para a criação do Grupo Comunitário, cuja primeira reunião teve lugar em Junho de 2017 (É o GC mais recente).

Inicialmente o GC reunia quinzenalmente, às 10 horas da manhã. Para favorecer a participação da comunidade, atualmente o Grupo reúne nas primeiras segundas-feiras de cada mês às 18 horas.

¹² São prédios de 10 andares sem funcionamento de elevadores. Portanto de acordo com a Gebalis os elevadores avariavam porque os moradores não sabem cuidar e desta forma achavam não valer apenas estar a resolver tais problemas.

c) Parceiros e participantes

Na sua origem o GC mobilizou, além de moradores e moradoras (variando entre 5 e 20), a Comissão de lotes, o Grupo Desportivo Fonecas e Calçada, as duas Cooperativas de Habitação do Bairro, (“25 de Abril” e “Unidade do Povo”), a Congregação Santa Teresa de Jesus, a Junta de Freguesia, a Gebalis, A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, a PSP, o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, o Centro Social e Paroquial de São Tomás de Aquino, o Centro Social de São Vicente de Paulo, a MUSSOC (Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e da Segurança Social), a JOC – Juventude Operária Católica, o MAAC – Movimento do Apostolado de Adolescente e Crianças, o ISCTE-IUL e a Globalidade – Associação para a Democracia, Cidadania e Desenvolvimento. Todos esses parceiros continuam atualmente com exceção do Centro Social e Paroquial de Campo Grande. Envolvem-se novos parceiros: Polícia Municipal e a Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Higiene Urbana.

Como dinâmica para o envolvimento da comunidade, todas as instituições se comprometeram em convidar os moradores para o GC, espalhando desta forma, cartazes nas entradas das portas e nos cafés.

d) Principais conquistas e desafios

As principais conquistas até ao presente foram: o reforço do trabalho de acompanhamento do estudo e dos tempos livres das crianças e jovens; o apoio à procura de emprego e à empregabilidade; a qualificação de mulheres para a sua futura profissionalização e criação de atividades económicas; a realização de duas Feiras Francas para a viabilização e valorização da economia doméstica e da economia informal comunitária; a melhoria das condições de habitação dos prédios de habitação municipal; realização de campanhas de sensibilização para Higiene Urbana.

iv. Grupo Comunitário de Portugal Novo (Freguesia de Areeiro).

a) Localização

O Bairro de Portugal Novo está situado na freguesia de Areeiro, perto da rotunda das Olaias. Foi construído em 1970 por uma cooperativa de habitação – integrada no programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) – falida na década seguinte e desde então o bairro ficou abandonado.

O bairro está construído sobre terrenos municipais, mas com edificado que não pertence a ninguém, cujas casas não contêm registo do título de propriedade; habitado por mais de 1400 pessoas, sendo dezenas cooperantes originais ou herdeiros diretos destes e os restantes (maioria) ocupados num processo contínuo por qualquer um. As infiltrações da água, humidade e deterioração das casas são uma constante.

Um bairro desprovido de todos os equipamentos dos serviços básicos (nem água, nem eletricidade). O governo do bairro está nas mãos dos seus residentes. A comunidade é formada por cabo-verdianos, indianos, ciganos e lusos.

b) Origem do Grupo Comunitário

Em 2016, as duas instituições SCML e Aga Khan, com intervenção nos bairros vizinhos – Horizonte, Quinta do Lavrado e João Nascimento Costa, Carlos Botelho, sentiram a necessidade de estender a sua missão ao bairro de Portugal Novo. Encontraram no bairro uma rede de Parceiros no início da intervenção e uma associação de moradores (Paz, amizade e cores) que acabara de se formalizar. Desta forma juntaram-se os parceiros e a Associação de Moradores e o primeiro passo importante foi de os técnicos escutarem os moradores, para conhecerem os seus interesses e necessidades.

O Grupo reúne uma vez por mês (em dia combinado no fim de cada reunião) e o horário tem sido sempre às 14:30 e as convocatórias são feitas por correio eletrónico.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte dos parceiros do GC: Fundação Aga Khan, a Junta de Freguesia de Areeiro, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Pastoral de Ciganos, Clube Intercultural Europeu, PSP, Gebalis, AMI, Associação de Moradores. A AMI é a instituição que se responsabiliza pela coordenação do trabalho.

d) Principais conquistas e desafios

Criação de um grupo de dança das crianças das diferentes culturas (cabo-verdianas, ciganas, indianas e lusas), Criação de um grupo de batucadeiras (dança tradicional de Cabo Verde) em que as senhoras se reúnem aos sábados para lazer.

Há ainda um conjunto de atividades a decorrer no bairro nomeadamente o apoio ao estudo das crianças com dificuldades de aprendizagem, poesia escrita e composição de música com a malta jovem, a grafite que está a implementar a sua arte no bairro.

Uma das grandes dificuldades sentidas pelo GC é a ansiedade da resposta por parte dos moradores.

O grande desafio é que este grupo pela sua dinâmica inicial venha a ser um Grupo Comunitário pleno, onde os moradores se fazem representar e participam ativamente.

v. Grupo Comunitário de Liberdade e Serafina (Campolide)

a) Localização

O bairro da Liberdade está situado num dos limites do concelho de Lisboa, entre a serra de Monsanto que corta o acesso do Bairro à restante zona de Alcântara e Ajuda, a linha de comboio da Estação de Campolide que o afasta da restante freguesia e o Eixo Rodoviário Norte – Sul que o afasta de Benfica.

A estrutura habitacional congrega diferentes opções urbanísticas: prédios de “habitação social” pátios, e casas insalubres.

Quanto ao Bairro da Serafina, esta está localizada nas periferias da cidade de Lisboa, tendo a presença do Aqueduto das Águas Livres e o Parque Natural de Monsanto com relevo acentuado. A construção iniciou-se em 1935, terminando em 1938, durante o período do Estado Novo, e surge com um programa de 220 casas económicas para albergar funcionários públicos e do Inatel. As habitações agrupam-se em três tipologias – 1,2,3, com um único piso, com pequenos pátios na fachada frontal e na traseira das casas e uma proximidade entre as casas, onde não se verifica nenhum tipo de barreira física entre a propriedade privada do lote e as vias de circulação, tornando ténue a sua separação. Nesse bairro encontram-se de um lado casas degradadas ou de má construção e por outro os seus vizinhos de classe média

A ocupação ilegal de terrenos de propriedade privada para fins habitacionais foi uma constante, tendo o seu ponto forte no final da década de 60 e 70 (do sec. XX), década

de explosão demográfica da cidade de Lisboa. Independentemente destas migrações, esta zona manteve um aspeto ruralista até ao final dos anos 1970.

Durante a década de 80 dá-se a entrada de novos habitantes vindos das ex-colónias, diversificando assim as populações. Para além das mudanças que se tinham dado no ano de 1975, em que o bairro é dotado de água e eletricidade, até aos anos 90 mantinha-se uma estrutura habitacional degradada, mesmo na parte do bairro que não era ocupada por barracas, mas sim por um conjunto de pátios. Ocorreu o processo de requalificação desse bairro em 2015.

Existem nesses bairros boas relações de vizinhança em que todos se conhecem entre si, há várias gerações.

b) Origem do Grupo Comunitário

O GC de Liberdade e Serafina foi criado em 2013 pela Comissão Social da freguesia, liderada pela Junta de Freguesia de Campolide e a Fundação Aga Khan. Que começou a reunir mensalmente numa associação local, a ADM Estrela, que se dedicava ao apoio a crianças e famílias.

Depois de dois anos as principais figuras das associações foram desaparecendo e o grupo das famílias continuou autonomamente a reunir-se por necessidade de refletir e discutir sobre alguns dos seus problemas e necessidades.

As instituições decidiram juntar as forças para responder às necessidades do bairro, que para além da rentabilização de recursos humanos e financeiros, os parceiros perceberam que em cooperação obteriam respostas mais eficazes e mais completas.

O GC reúne mensalmente com uma duração máxima de duas horas. A reunião é normalmente dinamizada, coordenada pela Junta de Freguesia (de vez em quando varia) e o lugar tem sido rotativo nos espaços das instituições.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte dos parceiros do GC da Liberdade e Serafina, Junta de Freguesia, Gebalis, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa, a PSP, a Escola, Associações de base local, ADM Estrela (delegação de Lisboa). Há ainda muitas instituições no terreno, mas que não tomam parte no GC.

d) Principais conquistas e desafios

O GC da Liberdade e Serafina tem apresentado uma série de candidaturas tanto à Câmara de Lisboa como é o caso do BIP/ZIP, como a programas nacionais como é o caso do Programa Escolhas (crianças e jovens). Tem vindo a desenvolver uma série de atividades: a caminhada pedestre realizada com os alunos do 2º e 3º ciclo, no âmbito do projeto “Alfaz’EMA” à descoberta de Monsanto, em que se agregaram 300 alunos 30 professores e parceiros do GC; “Há vida no Bairro” com atividades, peddy paper churrasco comunitário, sorteio.

Uma das grandes conquistas desse Grupo Comunitário são as hortas comunitárias-AlfaZema – um projeto desenvolvido pelo agrupamento das escolas ocupando espaços livres para desenvolver atividades agrícolas com os alunos, sobretudo aqueles que têm registo de insucesso escolar. Essa atividade proporciona às crianças a oportunidade de conhecer a forma como os alimentos são produzidos e o que custa plantar, regar, cuidar, colher, ao mesmo tempo que cria coesão social ao fazer “a ponte” entre a Escola, o Grupo Comunitário e a Comunidade.

A maior dificuldade sentida por este GC é a mobilização da comunidade. Há uma certa dificuldade de criar laços de confiança com a comunidade; o GC entende que esta deve-se à mudança constante dos técnicos pelas instituições. Outra dificuldade está relacionada com sobrecarga do trabalho a que os técnicos estão submetidos não tendo tempo para o trabalho comunitário.

Como desafio apresenta-se a urgência de um animador comunitário, e que este seja pessoa com perfil para esse trabalho de cooperação em proximidade.

ZONA ORIENTAL

vi. Grupo Comunitário de Flamenga (Freguesia de Marvila)

a) Localização

Situado na Freguesia de Marvila, o bairro da Flamenga, é constituído por edifícios construídos por dois blocos de habitações ligados por um passadiço, construído no âmbito do Plano de Urbanização de Chelas, datado de 1965.

Segundo a Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (Gebalis), a primeira fase de construção iniciou-se em 1981 e terminou em 1987. Houve ainda um plano de intervenção a médio prazo no início dos anos 90 e uma última fase concluída em 1997.

Trata-se de uma urbanização composta por prédios de habitação e equipamentos sociais, construída com o fim de realojar pessoas desfavorecidas. O conjunto residencial esteve isolado do centro da cidade de Lisboa até ao ano da Expo 1998, momento em que ficou ligado às grandes artérias urbanas e à nova linha do metro.

A estrutura morfológica do Bairro da Flamenga fomenta uma representação segmentada do território, encontrando-se simbolicamente dividida pelos habitantes em três zonas distintas: “os prédios Brancos” “os prédios Amarelos” e os “prédios Rosa”. No início da intervenção da equipa percebeu-se que existia pouca movimentação dos moradores dos prédios “amarelos” como é designada a Matriz H na zona. Como veremos, um dos objetivos do projeto foi precisamente promover essa abertura da Matriz H ao exterior.

A grande maioria da população da Matriz H enquadra-se na categoria das classes populares. Os residentes da Matriz H são naturais do conselho de Lisboa, havendo alguns oriundos dos PALOP, o grau de escolaridade média dos residentes é a quarta classe. Contudo, deve notar-se que existem casos de analfabetismo de jovens menores de 30 anos identificados no decorrer do nosso trabalho.

b) Origem do Grupo Comunitário

Este Grupo tem uma história com cerca de 15 anos, e ganhou maior visibilidade a partir de 2011, com a colaboração mais ativa por parte dos moradores.

Os parceiros reúnem-se mensalmente na primeira ou segunda terça-feira do mês, no horário das 14h30 às 17h, nas instalações das próprias entidades parceiras de forma rotativa (normalmente, nos dias que se seguem à realização de uma reunião, os membros recebem, por email, a informação sobre a confirmação da data, horário e local da reunião seguinte). Uma semana antes da reunião, circula também por email a devida convocatória, com a ordem de trabalhos. A coordenação/moderação das reuniões é alternada. Cada entidade, à vez, assume a responsabilidade de dinamizar a reunião e fazer a ata.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte dos parceiros do Grupo Comunitário de Flamenga o Centro Social Comunitário da Flamenga (valência da Santa Casa Misericórdia de Lisboa), Câmara Municipal de Lisboa, Gebalis, PSP, AMI, CERCI, Escola Primária Luíza Neto Jorge, Junta

de Freguesia de Marvila, Igreja de Santa Clara, Fraternidade das Irmãs de Jesus. Inicialmente o GC era formado apenas pelas instituições. Atualmente tem a participação de alguns moradores (cinco moradores).

O GC procura envolver a comunidade através de folheto informativo e em diálogo direto com as pessoas.

d) Principais conquistas e desafios

O trabalho até então desenvolvido tem sido realizado no sentido da identificação dos problemas e necessidades, reconhecendo o que há de mais positivo no bairro, valorizando os seus residentes e promovendo o espírito de união (cartaz do encontro dos Grupos Comunitários da Grande Lisboa a 7/12/2019).

Das várias das atividades realizadas, algumas tiveram uma boa adesão junto da população nomeadamente, o Estendal dos Afectos (teve a 2ª edição em 2019); Feira da Lavra (já vai em 5 edições); Festas Comunitárias; Ações Comunitárias pela altura do Natal. Tem sido feita as Caminhadas com História, promovidas pela SCML local, em parceria com outras entidades locais.

O tema relevante atualmente é a Higiene Urbana, sendo a questão do lixo uma das problemáticas mais agudas no bairro. Tem-se realizado alguma dinâmica neste sentido, nomeadamente a construção de uma sinalética, sob o título “sinais para um bairro cuidado”, que pretende ser uma ação de sensibilização junto da população local, com ações junto das escolas locais e outras entidades, sobre a questão do lixo e higiene urbana.

A grande dificuldade desse grupo é o da mobilização da comunidade e a mesma constitui um desafio para o futuro desse Grupo Comunitário.

vii. Grupo Comunitário dos Loios (Freguesia de Marvila)

a) Localização

O Bairro dos Loios está situado na freguesia de Marvila, na zona oriental da cidade de Lisboa – confinando a Norte e Este com as Freguesias dos Olivais e São João de Brito. Este bairro foi construído após a revolução de Abril de 1974, com o intuito de alojar a população em condições desfavorecidas, nestas e noutras zonas da cidade, incluindo os retornados das ex-colónias.

“É constituído por 56 edifícios organizados através de traçado orgânico planeado, fracionados em 1.725 fogos utilizados por cerca de 6.900 habitantes, originando uma densidade de 197 hab./ha. Originalmente esta área encontrava-se limitada a Norte pela 2ª circular (o seu traçado foi alterado sendo atualmente a Avenida Marechal Gomes da Costa) a Poente pelo Parque Oriental da cidade e pela Zona N1, a Sul pela Zona N1 e a Nascente pela Via Central de Chelas, atualmente Avenida do Santo Condestável”. Integrado no plano de urbanização de Chelas (cf. SIPA/ Sistema de Informação para o Património Arquitetónico).

A construção foi projetada em linhas arquitetónicas comunitárias que deram lugar a espaços comuns, o que poderá ter prejudicado o bairro, já que a nível visual o tornou bastante fechado. Como o passar dos anos, a degradação física dos prédios foi sendo cada vez mais notória, e para além desta estrutura física do bairro, surgiram vários problemas, tais como o abandono de espaços exteriores, ausência de equipamentos sociais; falta de cobertura do Centro de Saúde de Marvila, a realização de Feira do Relógio no interior do Bairro, perturbando a qualidade de vida dos moradores, etc.

Em 1998, a comunidade decidiu trabalhar na criação das suas próprias associações no sentido do desenvolvimento e do crescimento desse bairro. Um dos exemplos é a Associação Tempo de Mudar (ATM), que integra moradores, comerciantes, empresários e cooperativas.

b) Origem do Grupo Comunitário

O Grupo Comunitário dos Loios surgiu em 1996, por inspiração dos primeiros quatro Grupos de Lisboa, Padre Cruz, Horta Nova, Quinta Grande e Galinheiras e agrupava os bairros dos Loios, Flamenga e Armador.

Tudo começa a partir do Centro de Desenvolvimento Comunitário da SCML que começou a pôr as pessoas a comunicarem entre si, falando sobre problemáticas de que tinham conhecimento. Desta forma começaram a realizar-se as reuniões com a comunidade para discutir problemas que as pessoas achavam ser prementes. Fez-se um levantamento das principais problemáticas do bairro de entre as quais se destacam: falta de infraestrutura em termos de urbanismos, a feira do relógio que se realizava dentro do bairro e toda a problemática que isto trazia para o bairro (sujidade, mobilidade de transportes entre outros), que comprometia a segurança do Bairro. A partir de então começou a formar-se as

associações das quais se destaca a Associação Tempo de Mudar acima referida, uma Associação *hadoque* que em conjunto com as instituições procuravam as soluções para as problemáticas identificadas.

Hoje identificam-se novas problemáticas, diferentes de outrora que estão relacionadas com a empregabilidade, violência doméstica, desestruturação familiar, questões essas de difícil resposta. Trabalhar de forma integrada trás grande impacto.

c) Parceiros e participantes

No passado fizeram parte do GC dos Loios, Câmara Municipal de Lisboa (Departamento de ação social e Educação e Juventude); Centro de Acolhimento Infantil Bº do Relógio; Centro Social e Paroquial São Maximiliano Kolbe; Centro de Saúde Bairro do Relógio; Centro de Saúde de Marvila; Escola Básica 2,3 Damião de Góis; Escola Básica 1 nº 117; Escola Básica 1 nº 9; Gebalis, Junta de Freguesia de Marvila; Centro de Desenvolvimento Comunitário – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Zona N2; SPO – Escola Secundária das Olaias; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – CASE Nossa Srª da Graça, 1 moradora (cartaz do encontro dos Grupos Comunitários da Grande Lisboa a 7/12/2019).

Atualmente estão duas instituições, ATM e Santa Casa e as Associações: Fundação Benfica, grupo intergeracional, não contando com a presença dos moradores. Esses parceiros reúnem mensalmente. É de salientar que há muitas instituições no terreno, mas que não tomam parte no GC.

d) Principais conquistas e desafios

Temas como a questão do lixo já esteve no centro da discussão no passado. Isto por causa da feira que se realizava dentro do Bairro, produzindo muito lixo, e as “fossas que estavam a “céu aberto”. Além desses eram tratados os temas que iam surgindo consoante os momentos fortes vivenciados no bairro.

Todos os anos há as festas comunitárias. Houve, em 2019, um grande festival com o objetivo de levar visitantes ao bairro.

A grande conquista deste GC foi a Implementação de Saúde Escolar; e o financiamento do BIP/ZIP para a realização do Festival CulturLoios.

A grande dificuldade sentida por esse GC é a forma como mobilizar a população. O GC tem vindo a experimentar reunir em diferentes dias e diferentes horários e não tem conseguido alcançar o objetivo. A sobrecarga de trabalho a que os técnicos estão afetos acaba por não lhes deixar tempo para o trabalho comunitário, uma das estratégias fundamentais de permitir mesmo que seja a longo prazo a mobilização da comunidade. Constitui também um desafio o trabalho em parceria. Seria desejável que as duas instituições que fazem parte do GC trabalhassem de forma mais integrada; e também mobilizar as outras entidades que no passado faziam parte: Saúde, Câmara, Escolas, etc. Fazer avaliação das atividades (algo que não tem sido feito); uma maior aposta na formação para a Cidadania a partir do trabalho que é desenvolvido no ATM e jardim de infância, procurando envolver as crianças e as famílias na vida da comunidade, de forma que a longo prazo o processo de mudança possa ser profundo.

viii. Grupo Comunitário 4º Crescente (Bairros dos Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas. Situados na Freguesia de Marvila)

a) Localização

O Grupo Comunitário Quatro Crescente compreende os bairros dos Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas. Esses bairros têm a sua origem no antigo bairro chinês, o maior bairro de barracas da zona oriental de Lisboa, cujos habitantes eram oriundos do Norte tendo vindo para Lisboa na década de 60, 70 na procura de melhores condições de vida e trabalhavam numas fábricas¹³ existentes junto à zona ribeirinha, a Fábrica do Sabão, no Poço do Bispo; mais tarde, encontraram na PRODAC (Associação de Produtividade na Auto Construção) o seu ponto de encontro. Com o realojamento nos anos 1990, desaparece o adjetivo chinês, ficando os bairros dos Alfinetes e Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas.

b) Origem do Grupo Comunitário

O GC Quatro Crescente surge em 2009, por iniciativa das organizações que estavam no terreno, nomeadamente a Gebalis, a Junta de Freguesia de Marvila, a SCML, e

¹³ As pessoas vinham das províncias atraídos pelos salários mais altos das fábricas e por vezes atraía famílias inteiras para Lisboa.
https://www.academia.edu/22644154/A_vida_no_Bairro_o_Bairro_Chin%C3%AAs_na_primeira_pessoa
<https://www.youtube.com/watch?v=Tt2btXHMoow&t=555s>

outras que atualmente não estão no terreno. Inicialmente reuniam apenas as instituições e algumas associações de base local, nomeadamente, Associação de Moradores e o Clube, mas que com o passar dos anos se foram desinteressando. Em 2013, algumas entidades que estão no GC estabeleceram um consórcio, concorreram ao programa BIP/ZIP e começou uma dinâmica de envolver e mobilizar a comunidade. É aí que surge a figura do facilitador comunitário. A seguir a esse projeto surge um segundo projeto que é a Música Crescente e esses foram fatores impulsionadores para a mobilização dos moradores para o GC elevando-o à categoria de um Grupo Comunitário pleno (conta com cerca de 15 a 25 moradores).

O GC reúne na segunda quinta-feira de cada mês, pelas 16 horas, e trimestralmente, às 18 horas e o local da reunião por norma é rotativo.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte do GC, a Câmara Municipal de Lisboa – Biblioteca de Marvila, I Projeto Rock, a SCML – Centro de Promoção Social da Prodac, Junta de Freguesia de Marvila, Gebalis, Associação de Moradores do Bairro Marquês de Abrantes, Associação Socio-Cultural do Bairro Marquês de Abrantes, Associação de Moradores dos Bairros dos Alfinetes e das Salgadas, Associação de Moradores da Quinta do Chalé, Associação Batuto Yetu, Coletivo Warehouse, Instituto das Ciências Sociais de Lisboa, Muita Fruta, Rés-do-chão, Serve the City e um número significativo de moradores a título individual. O GC é aberto a todos os que desejem participar.

A convocatória é feita por correio eletrónico e através de contactos pessoais.

A grande dinâmica de mobilização tem sido os próprios moradores a convidar outros.

d) Principais conquistas e desafios

Os temas mais tratados têm a ver com a higiene urbana e a segurança no bairro

Organização do trabalho: Utilização de um modelo participativo e com total transparência. Normalmente a reunião é coordenada pelo Secretariado, que é composto por dois representantes: um de uma instituição e o outro de uma organização de base local, ou um morador. Os representantes das instituições e moradores contribuem em pé de igualdade para a ordem de trabalhos.

O GC sublinha como principal dificuldade a constituição do Secretariado, a participação mais alargada (pouca participação dos representantes das associações locais), dificuldade em passar a informação para toda a população.

Temas trabalhados: higiene urbana, segurança e outras questões que cada membro achar pertinente. Pretende-se uma apresentação de questões, necessidades, sonhos coletivos.

Plano de atividade anual: Já houve no passado um plano. Neste momento o grupo está focado na promoção dos projetos levados pelos moradores, a Orçamento Participativo da CML: Transformar Marvila em Jardim e Ciclovias; Sê-Barrista; Cicloficina Crescente

Os desafios para o futuro desse Grupo Comunitário: Convidar outras instituições para o terreno; rever a questão do horário das reuniões; ver como mobilizar e passar a mensagem da importância do GC como fórum coletivo e ponto de construção de uma comunidade mais ativa e empoderada.

ix. Grupo Comunitário Alfredo Bem Saúde (Freguesia de Marvila)

a) Localização

O Bairro Social Alfredo Bensaúde, situado na Avenida com o mesmo nome, é um bairro pequeno, constituído em três bandas paralelas umas às outras e muito isolado. Está localizado na zona oriental da cidade de Lisboa, fazendo fronteira com o município de Loures, construído sobre terrenos confinados com o bairro degradado da Quinta da Vitória, junto às freguesias da Portela e Moscavide.

O processo de realojamento deste bairro resulta de um protocolo estabelecido, em 2001, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara Municipal de Loures para realojar 100 famílias que residiam no degradado Bairro da Quinta da Vitória. As restantes famílias a residir no bairro eram oriundas de diversos locais de realojamento com uma presença multiétnica vincada (gente de origem caucasiana, africana, indiana e cigana), em proporções distintas.

b) Origem do Grupo Comunitário

O GC de Alfredo Bem Saúde foi criado em 2011, de génese muito institucional à semelhança dos outros GC, em que a SCML e Gebalis convocaram os outros parceiros

para em conjunto refletir os problemas da comunidade e as, possíveis soluções. O GC reúne mensalmente e é a Gebalis que assume toda a coordenação.

c) *Parceiros e participantes*

São parceiros do GC Alfredo Bensaúde, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Junta de Freguesia das Olivais, Gebalis, Escola 165, IAC, Associação Mulheres sem Fronteiras, CML-Higiene Urbana, Polícia Municipal, Instituto de apoio à criança, Animalife. Os parceiros juntos pensam nas necessidades da comunidade e intervêm de forma articulada e sistémica. Porém já houve outras entidades que deixaram de se fazer presentes. Quanto aos moradores estes não participam no GC.

d) *Principais conquistas e desafios*

Uma das grandes conquistas do GC foi o Policiamento Comunitário em 2018, enquanto Grupo de Segurança. A Saúde é uma das áreas desejadas nesse GC mas que nunca foi possível a mobilização da mesma.

Para além de todas as atividades realizadas no Bairro, como é o caso das realizadas no âmbito do projeto “sai da caixa Bensaúde” no ano de 2018, houve uma experiência de partilha de um diagnóstico comunitário, em que cada entidade foi convidada a fazer um diagnóstico dentro da sua área. Isto é, na área da habitação, educação, ação social, na área da segurança e na área do ambiente. Esta foi a forma de conhecer a especificidade do território e as suas prioridades e intervir de forma integrada.

O GC depara com algumas dificuldades de difícil resolução, nomeadamente a especificidade espacial do bairro. Há dominâncias de uma comunidade étnica em relação a outra, um baixo nível de satisfação residencial, o que inibe a captação de novas famílias para o bairro em compensação das famílias que saem. A comunidade tem grande dificuldade de se mover como um todo, ou seja tende-se a mover-se individualmente, dirigindo-se aos serviços e não tanto aos parceiros, e o nível de participação é muito baixo mesmo quando os parceiros se unem e vão ter com as pessoas lote a lote, banda a banda. É uma comunidade com micro comunidades dentro de si mesma. Há quase que uma identidade de banda que se nota na própria comunicação. A banda A e B não comunicam tanto com a banda C. E esta autoexclui-se porque não quer integrar-se tanto. Outra dificuldade tem a ver com uma das escolas em que 80% dos alunos são da etnia cigana. É

uma segregação e acontece que os pais das outras crianças não querem colocar os filhos nessa escola. O GC está a procura a melhor forma de resolver tal situação.

O GC “é um grupo coeso e o facto de partilharmos os diferentes conhecimentos que temos da mesma comunidade o que nos torna mais fortes, ao mesmo tempo que percebemos que poderemos ser muito mais fortes com a comunidade” (Técnico da SCML).

x. Grupo Comunitário da Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados (Freguesia Parque das Nações).

a) Localização

Os Bairros da Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados estão situados na freguesia Parque das Nações.

O Bairro Casal dos Machados estava localizado na Freguesia de Santa Maria dos Olivais, e surge no âmbito do programa PIMP (Programa de Realojamento Médio Prazo), com o objetivo de realojar populações provenientes das casas degradadas da freguesia, nomeadamente originárias do Bairro do Relógio, da Rua Conselheiro Ferreira do Amaral, de construções existentes na área de intervenção da Expo 98, da Quinta da Montanha, de bairros precários localizados em freguesias vizinhas, da Azinhaga das Teresinhas e de parte da População do Bairro de São João de Brito. O processo de realojamento começou em 1993 e foi concluído em 1998 (Lopes, 2011).

A Quinta das Laranjeiras é um bairro da década de 1970, a quinta foi adquirida em 1973, pela Câmara Municipal de Lisboa. A construção viria a iniciar-se três anos depois, sendo concluída em 1983, ano em que termina o realojamento num total de 789 fogos. Portanto na zona poente está o bairro Casal dos Machados e no oriente o Bairro Quinta das Laranjeiras.

O isolamento dos idosos, na sua maioria residentes na Quinta das Laranjeiras, assim como a desocupação de muitos dos jovens residentes no Casal dos Machados contribui para a criação de uma imagem negativa que cada um destes bairros tende a desenvolver sobre o outro, alimentada pelo preconceito, dificultando as relações de vizinhança no seio desta comunidade (Folheto informativo do GC)

b) Origem do Grupo Comunitário

Perante as dificuldades da Gebalis em responder com maior eficácia a reclamações relativas a problemas na partilha dos espaços comuns dos edifícios e nas relações de

vizinhança, por iniciativa da então Coordenadora da Zona Norte Oriental (SCML), foram convocados todos os parceiros locais, para que conjuntamente se criassem novas estratégias de intervenção. Do diálogo decorrente entre os representantes das diversas instituições e associações, nasceu, em 2008 a Rede, o GC L & M (Laranjeiras e Machados), procurando construir respostas articuladas para os diversos problemas identificados em diagnóstico.

O Grupo reúne mensalmente, mas não tem dia e hora fixa.

c) Parceiros e participantes

Fazem parte dos parceiros do GC da Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados, a Gebalis, Junta da Freguesia do Parque das Nações, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - UDIP Oriental, Associação Vida Abundante, Polícia Municipal, Pastoral dos Ciganos, Refood, P.S.P. 40ª Esquadra, Associação Entrementes, Associação Intercultural de Solidariedade Social, Agrupamento de Escolas, Associação Amigos e Idosos da Quinta das Laranjeiras, Raízes-Associação de Apoio à Criança e ao Jovens. No início houve participação dos moradores que aos poucos foram desaparecendo.

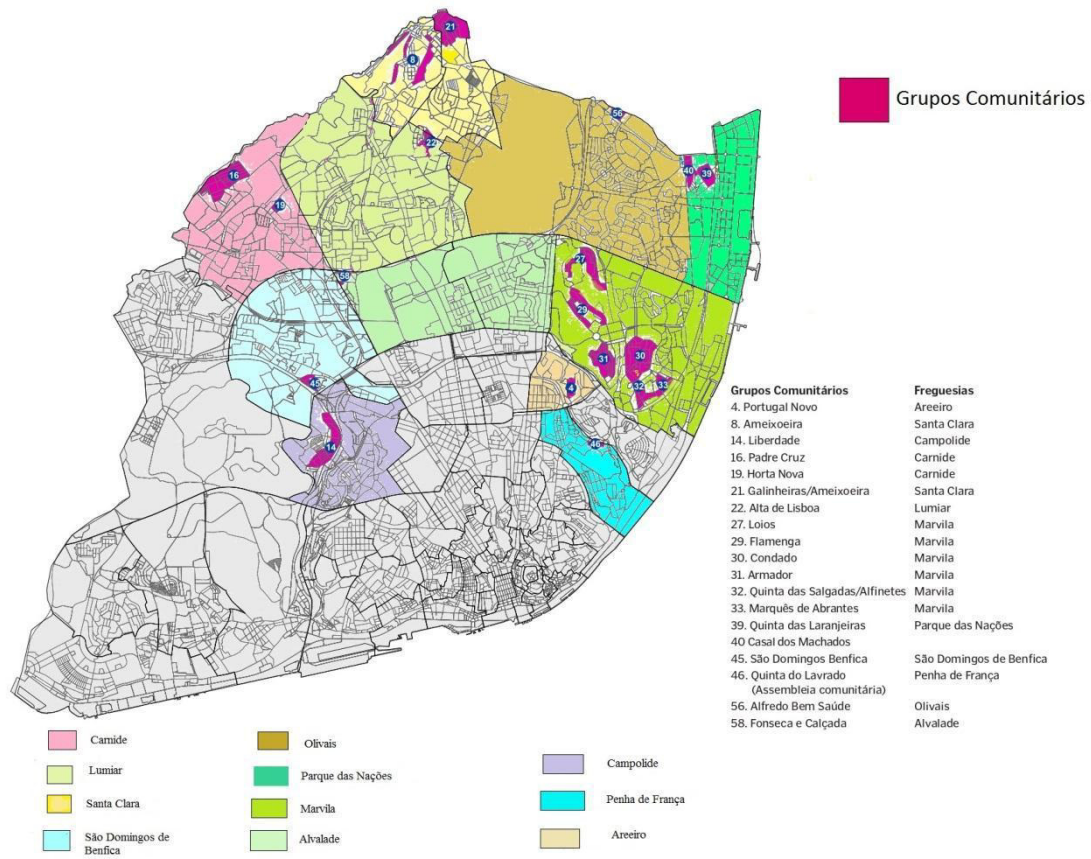
d) Principais conquistas e desafios

As grandes áreas de atuação do GC têm sido a saúde, educação, ambiente. No âmbito dessas áreas o GC tem desenvolvido várias atividades com algum impacto de entre as quais a melhoria na relação entre os moradores dos dois bairros.

O GC sublinha como grandes dificuldades, a escassez de serviços públicos dentro do bairro, obrigando pessoas idosas a deslocarem para lugares distantes (quando é para ir ao banco, eles sentem-se muito inseguros). Outra grande dificuldade está relacionada com a mobilização dos moradores para o GC. Esses só se mobilizam para assuntos pontuais; verifica-se uma grande descrença dos mesmos, “parece que não acreditam em nada”; e sobretudo a dificuldade de gerir as expectativas. As pessoas querem respostas imediatas. Portanto constituem como grandes desafios para este GC, a mobilização dos moradores para o Grupo Comunitário e arranjar estratégias de pôr em contacto as diferentes culturas

A figura 7 apresenta a localização dos Grupos Comunitários de Lisboa, por freguesia e por bairro. Os GC concentram-se nas zonas Norte, Centro e Oriental, não havendo grupos na zona ocidental; seria interessante perceber porque razão.

Figura 7 – Planta de Lisboa, por zonas, freguesias e Grupos Comunitários



Fonte: Construção própria

Os Grupos Comunitários em Lisboa (2019)

Freguesia	Bairros
Alvalade	Fonsecas e Calçada
Areeiro	Olaias-Portugal Novo
Campolide	Liberdade e Serafina
Carnide	Horta Nova, Padre Cruz
Lumiar	Alta de Lisboa e Telheiras
Marvila	4 Crescente, Amendoeiras, Armador, Condado, Flamengo, Loios, Marvila Antiga
Olivais	Alfredo-Bensaúde
Parque das Nações	Rede LM – Laranjeiras e Casal dos Machados
Penha de França	Quinta do Lavrado (Curraleira)
Santa Clara	Galinheiras-Ameixoeira
Santo António	Coração de Jesus, S. José, S. Mamede
S. Domingos de Benfica	S. Domingos de Benfica

(Amaro e Ferreira, 2019)

Não entraram na descrição anterior os grupos das freguesias de Penha de França, Santo António e São Domingos de Benfica, os quais, por razões diversas, não tivemos oportunidade de acompanhar no tempo em que decorreu esta observação e este estudo.

5.4. Origem e constituição dos GC

Em Lisboa, os primeiros Grupos Comunitários surgem no Padre Cruz e Horta Nova, em 1993 e 1994, respetivamente. Neste mesmo ano surgem os Grupos de Galinheiras e Quinta Grande no Lumiar, hoje integrados na Alta de Lisboa e Santa Clara.

Depois destes, em 1998, na altura da Expo 98, com os resultantes processos de realojamento, surge o grupo dos Loios. Só mais tarde, em 2005, surge o GC da Alta de Lisboa também associado, como os precedentes, a processos de realojamento de populações carenciadas, em bairros municipais.

Numa leitura transversal conseguimos identificar que a maioria dos GC de Lisboa surge por iniciativa da Misericórdia (SCML), como entidade gestora da intervenção social na cidade. Mesmo nas dinâmicas criadas por moradores locais, a SCML aparece associada à Junta de Freguesia (poder local) e à Gebalis (empresa pública de gestão dos bairros municipais de Lisboa), podemos concluir que os diversos grupos surgem numa dinâmica *top-down* – como iniciativa dos centros decisores para organizar as dinâmicas locais e mobilizar a população para a resolução dos seus próprios problemas. No entanto, hoje em dia, assiste-se a uma dinâmica mais centrada nas associações locais estando identificada a necessidade de haver um maior envolvimento dos moradores nos GC.

Quadro nº 9 – Sinalização dos anos de criação dos diversos GC e as entidades promotoras

Grupo Comunitário	Ano de criação	Entidade promotora
Padre Cruz	1993	SCML e Junta Freguesia Carnide
Horta Nova	1994	SCML e Junta Freguesia Carnide
Galinheiras e Ameixoeira	1994 e 2006	SCML, programa Luta Contra a Pobreza
Loios	1998	SCML e ATM
Alta de Lisboa	2005	CML e F. Aga Khan
Laranjeiras e Machados	2008	Comissão de Moradores
Flamenga	2009	Diversas instituições locais
Quatro Crescente	2009	SCML, Junta de Freguesia Marvila e Gebalis
Alfredo Bem-Saúde	2011	SCML e Gebalis
Liberdade e Serafina	2013	Comissão Social de Freguesia Campolide e F. Aga Khan
Portugal Novo	2016	SCML e F. Aga Khan
Fonsecas e Calçada	2017	Congregação St. ^a Teresa de Jesus, programa Bip-Zip

Fonte: construção própria

5.4.1. Os parceiros e os participantes nos Grupos Comunitários.

Dos atores que fazem parte do GC destacam-se os quatro referidos por Amaro (2018): elementos da comunidade, profissionais e representantes das entidades e serviços públicos (Estado), profissionais e representantes de organizações da sociedade civil e, em menor número, alguns representantes de empresas locais.

Comunidade – participantes a título individual, moradores ou membros de associações de base local e de grupos informais (exemplo: grupo de jovens)

Autoridades públicas – representantes ou profissionais da Câmara Municipal de Lisboa, representantes ou funcionários da Junta de Freguesia, PSP (Polícia de Segurança Pública), PM (Polícia Municipal), Agrupamento das Escolas, Serviços de Saúde.

Organizações da sociedade civil – membros de Congregações Religiosas, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Fundação Aga Khan, de Centro Social e Paroquial, representantes e associados de diversas Associações: de Moradores, de Pais, de Jovens, Associação de Apoio ao Estudante Africano, Associações Socioculturais, Clubes Desportivos e Grupos Recreativos.

Empresas - profissionais da Gebalis (empresa pública de gestão dos Bairros de Lisboa), diretor(a) da Farmácia, e ocasionalmente algum pequeno empresário local.

Quadro nº 10 – Caracterização dos participantes e parceiros nos Grupos Comunitários

Grupo Comunitário	Membros da comunidade e Associações Moradores	Entidades e Serviços Públicos	Organizações de economia social solidária	Empresas
Padre Cruz	Média de 15 moradores Associação Moradores	JF de Carnide PSP PM	_____	Gebalis
Horta Nova	Média de 20 moradores	JF de Carnide PSP PM	A. crescer a cores, A. ANFR A. ARPIC Cooperativa Horas de Sonho A. GAC A.NUPIC	Gebalis
Galinheiras e Ameixoeira	Moradores	CML JF St. ^a Clara Polícia M C. Saúde Escola	SCML ALCC Cultura-Face	Gebalis
Loios	Teve moradores ó na fase inicial	?	SCML ATM Fundação Benfíca	Farmácia
Alta de Lisboa	ARAL	CML JF Lumiar JF St. ^a Clara	SCML CS Paroquial A. Ares do Pinhal A. Crescer	Gebalis

Laranjeiras e Machados	Sem dados	JF Parque Nações PSP Polícia M Escolas	SCML Pastoral ciganos AISS AIQL A.Raizes A.Entrementes Re-food	Gebalis
Flamenga	5 Moradores	JF Marvila PSP Escola	SCML CSP Flamengo AMI CERCI Irmãs de Jesus	Gebalis
Quatro Crescente	15 a 25 moradores AMMA AMAS AMChalé	JF Marvila	SCML A. Sociocultural	-----
Alfredo Bem-Saúde	Sem dados	JF Marvila Polícia M Escola	SCML Médicos Sem Fronteiras IAC	Gebalis
Liberdade e Serafina	Ocasionalmente há moradores	CML JF Campolide PSP Escola	SCML ADM Estrela	Gebalis
Portugal Novo	Associação Moradores	CML JF Areeiro	SCML F. Aga Khan Pastoral Ciganos AMI Clube Europa	Gebalis
Fonsecas e Calçada	5 a 20 moradores A. Moradores Comissão de Lote Cooperativa habitação	CML JF Alvalade PSP ISCTE	SCML Congregação St. ^a Teresa de Jesus Clube Desportivo MUSOC JOC MAAC CSP S. Tomás CSP S. Vicente	Gebalis

Fonte: construção própria (dados fornecidos pelos participantes nos GC)

As principais áreas de atividade e campos de atuação dos GC

Tal como podemos constatar o contexto de intervenção dos GC é altamente complexo. Há diversidade de problemáticas, diversidade de protagonistas, diversidade de rumos, diversidade de ritmos, bem como outras variáveis relacionadas com a interação e relação de poder, pelo que será sempre necessário, antes de mais e acima de tudo, ter em conta o contexto específico de cada Grupo Comunitário.

Desta forma, no tocante às áreas de intervenção é de sublinhar que numa comunidade tudo está condicionado, “tudo tem a ver com tudo” e todas as mudanças que ocorrem numa determinada área geram uma multiplicidade de mudanças noutras, pelo que a atuação dos GC é transversal a todas as áreas, sendo as mais salientadas a da habitação, saúde, educação, economia, emprego, política, cultura, ambiente entre outras.

A interdependência dessas áreas implica uma abordagem articulada, holística, integrada dos problemas. Pôr em contacto as diferentes áreas é um foco fundamental do GC, no sentido de complementaridade e de reforço. Juntar para criar um todo uniforme e coeso. Para isso é necessário que haja vontade de todos os intervenientes para realizar a negociação de objetivos e a partilha de recursos e competências.

Quadro nº 11 – Áreas de atividade e principais desafios para os GC

Grupo Comunitário	Áreas de Atividade	Principais desafios
Padre Cruz	Habitação. Higiene Mobilidade	Mobilização de entidades e associações. Melhorar a qualidade de relação entre técnicos e moradores
Horta Nova	Habitação Higiene Toxicod dependência	Concluir as obras de reabilitação urbana Mobilizar mais moradores
Galinheiras e Ameixoeira	Segurança e transportes Educação Emprego e Formação Animação Comunitária	O envolvimento da comunidade
Loios	Mobilização da população consoante os temas e os problemas que surgem e Festas Comunitárias	Mobilização da população e cooperação das organizações em sintonia com esta
Alta de Lisboa	Segurança Dependência Escolaridade Coordenação	A mobilização e maior envolvimento das instituições e da população
Laranjeiras e Machados	Segurança Educação Higiene Urbana	Maior envolvimento da população Convívio das diferentes comunidades étnicas
Flamenga	Animação cultural: Estendal dos Afetos Feira da Lavra Caminhadas com História Festas Comunitárias	A higiene urbana e a recolha de lixos A mobilização da comunidade para melhorar o bairro
Quatro Crescente	Higiene Urbana Segurança Cicloturismo Orçamento Participativo	Constituição de um Secretariado que ligue moradores e instituições. Como passar informação à população?

Alfredo Bem-Saúde	Segurança e policiamento	Melhorar a Saúde Agregar as diferentes comunidades étnicas e divulgar as suas culturas Intervenção Integrada
Liberdade e Serafina	Educação e Crianças Envolvimento de professores e pais em programas e projetos culturais e ambientais	Conseguir o maior envolvimento da população e dos técnicos no trabalho comunitário
Portugal Novo	Danças com Crianças Mulheres Batucadeiras Apoio ao estudo Arte urbana- grafitis	Ser um GC pleno com grande envolvimento dos moradores
Fonsecas e Calçada	Habitação e melhorias Higiene Urbana Educação e Tempos Livres Emprego e formação Mulheres, economia doméstica	Conseguir a qualificação das mulheres e garantir a sua empregabilidade

Fonte: construção própria

5.4.3 As principais dificuldades e desafios de sustentabilidade

De entre os vários desafios destacam-se três considerados de grande relevância:

- Envolvimento ativo da comunidade em todo o processo de intervenção de forma a que os GC se transformem em GC plenos;
- O trabalho de conjunto entre serviços e associações de base local, com rentabilização dos recursos e competências, em prol da comunidade;
- O trabalho articulado dos GC, considerando que a partilha das dificuldades e dos obstáculos, dos sucessos e insucessos, dos fracassos e das vitórias, bem como a partilha de recursos materiais e imateriais, podem ajudar a fomentar uma intervenção de maior qualidade.
- A sustentabilidade dos Grupos Comunitários depende das respostas a esses desafios. Ao assumi-las será removida a ideia de que é necessário o estatuto de grupo formal (cf. Amaro, 2018), pensando-se que a força dos grupos consiste na informalidade das relações que se geram entre moradores e profissionais e na cooperação entre serviços locais e líderes da comunidade.

Capítulo 6 – Estudo de Caso – Os Grupos Comunitários de Carnide

Para além do estudo exploratório exposto no capítulo anterior, houve também uma participação nos encontros (reuniões mensais) dos grupos comunitários de Lisboa, que decorreram entre abril e julho de 2019, como foi sublinhado. Acompanhei os programas gravados em vídeo: “Educação e Transição/Utopias em Ação” – na *rádio movimento.pt*, online, sobre o desenvolvimento comunitário, que têm vindo a decorrer desde Fevereiro de 2018.

Todo este percurso permitiu-nos conhecer e interiorizar as dinâmicas e os processos do funcionamento dos diferentes Grupos Comunitários e abriu-nos a perspetiva de escolher um ou outro para um estudo mais aprofundado.

6.1. Escolha de dois Grupos Comunitários de Lisboa – Horta Nova e Padre Cruz.

Depois de um longo percurso optamos pelo estudo de caso nos dois GC mais antigos da Cidade de Lisboa, Padre Cruz e Horta Nova (Freguesia de Carnide). Consideramos que o longo percurso realizado por estes, seus êxitos, fracassos, e suas experiências podem ajudar-nos a responder às nossas questões de investigação e a compreender melhor esta realidade.

6.1.1 Caracterização do Grupo Comunitário Padre Cruz (freguesia de Carnide)

O Bairro Padre Cruz situa-se no extremo norte da Freguesia de Carnide, na antiga Quinta da Penteeira que fazia fronteira entre os concelhos de Lisboa e Loures. Quanto à origem do bairro, este foi criado de raiz, em 1959-60, para acolher as populações transferidas de outros bairros precários da cidade, alguns deles, também provisórios¹⁴, em virtude das obras de construção da Ponte Salazar, hoje Ponte 25 de Abril. Estrategicamente construído na ponta da cidade sem qualquer acesso fácil ao resto da cidade.

Primeiro foram construídas 200 casas baixinhas, todas alinhadas, colocadas frente a frente, em meia dúzia de ruas numeradas conhecidas como o bairro de luselite. Eram de pequena dimensão, fabricadas no material de fibrocimento ondulado e extremamente vulnerável, com casas de banho minúsculas e o chuveiro funcionava manualmente – uma

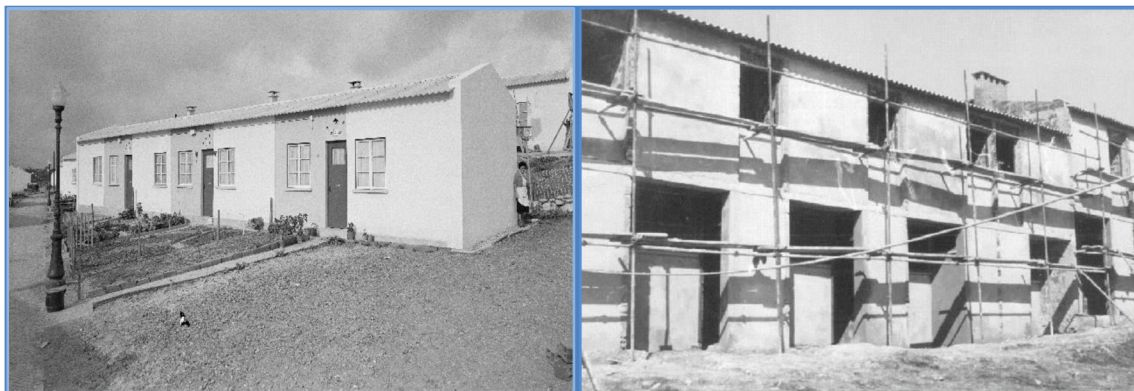
¹⁴ A maioria dos que habitavam nos bairros precários eram trabalhadores da Câmara que tinham vindo da província – sobretudo dos campos do Norte e Centro do país - para Lisboa à procura de uma vida melhor. Quando chegaram, instalaram-se em várias zonas da cidade, mas algumas delas, em muito más condições

lata que se enchia e depois vertia puxando uma corda e só corria água fria nos canos. Em frente das casas haviam pequenos quintais.



Arquivos da Câmara

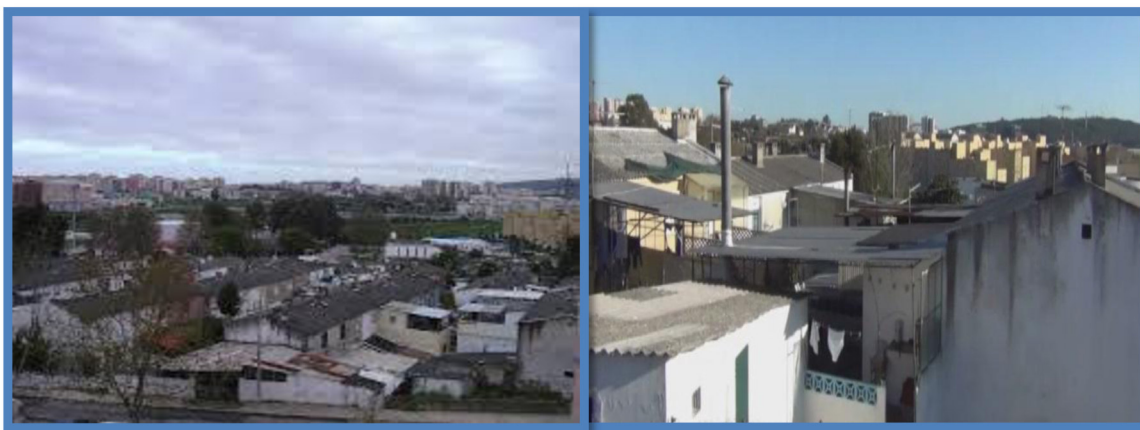
No ano seguinte foram construídas novas moradias, do outro lado da rua. Estas correspondem a pequenas moradias unifamiliares de rés-do-chão, construídas em alvenaria com estrutura de betão e cobertura de lusalite. As construções eram igualmente simples e muito acanhadas, todas branquinhas, despondo também de pequenos logradouros destinados a hortas e quintais, simbolizando as antigas aldeias portuguesas.



Alvenaria de 1 piso - Imagem da Câmara.

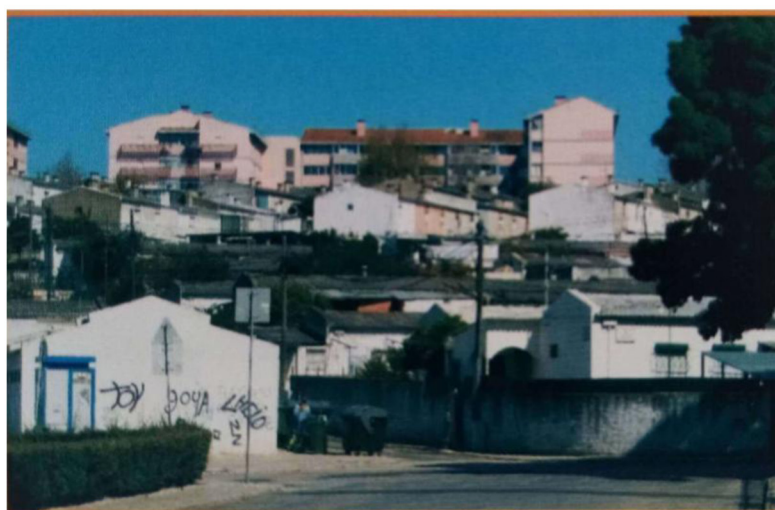
Alvenaria de 2 pisos-imagem do Google

O provisório foi-se transformando em definitivo. Os espaços físicos das casas e os recursos económicos das famílias pouco aumentaram, mas aumentaram as famílias. Essas limitações resultaram em situações de verdadeiros dramas familiares. Os moradores começaram a ocupar espaços dos quintais para desdobramentos, o que descaracterizou o bairro



Imagens do Google

Em 1990 foram feitas construções em prédios, para acolher antigos e novos moradores. Os primeiros prédios construídos no topo do bairro foram para os moradores que viviam nas antigas casas de lusalite



Arquivo da Câmara Municipal

Em 1991, começou o processo de realojamento e durante 10 anos foram quase mensalmente despejadas no bairro novas populações.

Numa primeira fase foram transferidas populações provenientes de: Liberdade, Quinta das Fonecas, Quinta da Macaca, Azinhaga dos Barros, Quinta dos Milagres, Alto dos Moinhos.

Pouco depois, novas fases com população vinda de Quinta José Pinto, Quinta José de Alvalade, Campolide e do bairro da Ajuda.

Em 1993, ocorrem novos realojamentos com população vinda do Casal do Sola, Alto dos Moinhos, Quinta do Pisani. Foi um realojamento massivo de famílias com geografias humanas muito diferentes, diversidade étnica e cultural (Angolanos, Cabo-Verdianos, Guineenses, Etnia Cigana, com predominância da população portuguesa), partilhando entre si o peso da vulnerabilidade: desemprego, baixos níveis de escolaridade, baixos rendimentos, famílias desestruturadas, crianças e jovens com percursos de risco etc.

As transferências foram forçadas, e algumas com promessas de regresso ao bairro de origem, o que dificultava a sociabilidade e a procura de interconhecimento.

Portanto, o crescimento, transformação e ocupação do Bairro resultaram e serviram sempre – até ao presente recente – de território de acolhimento, de solução estratégica para os desafios mais ou menos complexos gerados pelo crescimento e gestão da cidade de Lisboa.

O Bairro Padre Cruz é atualmente um dos maiores bairros de realojamento municipal da Península Ibérica, com 3919 fogos contendo uma população estimada em 6084 habitantes.



Imagem do Google

Surgimento do Grupo Comunitário do Padre Cruz

O GC do Bairro Padre Cruz surgiu em 1975/76 – de forma informal – período em que se ocorre um conjunto de mudanças no bairro: construção de novos prédios (200 casas em edifícios de 5 pisos) e realojamento de famílias do provisório “bairro de luselite; envelhecimento e alteração das moradias com o reaproveitamento dos logradouros e das hortas; alteração da paisagem do bairro; desadequação das antigas casas de luselite e de alvenaria às necessidades dos moradores. Alteram-se as relações sociais no bairro, com momentos e movimentos de tensões políticas. Inicia-se, em 1987/88, um trabalho comunitário, impulsionado pela Junta de Freguesia, com moradores e instituições com intervenções no terreno, procurando soluções para o problema do realojamento sucessivo de novos moradores (Ficha técnica da Junta de Freguesia de Carnide)

Em 1993, a afirmação e consolidação do GC enquanto tal, insere-se no âmbito da PIC - Projeto Integrado de Carnide (Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza), através de sessões de formação promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dinamizada pelo Professor Roque Amaro (ISCTE), com reuniões periódicas, sistemáticas, e de forma continuada. Foi uma fase crítica na medida em que coincidiu com o processo de realojamento acima descrito, levando a que o grupo existente estivesse a funcionar como grupo de pressão, junto dos poderes instituídos¹⁵. o GC foi afirmado e reconhecido como o primeiro na Cidade de Lisboa e em Portugal.

Os participantes.

Quanto aos participantes no Grupo Comunitário do Bairro Padre Cruz, estes têm vindo a variar ao longo dos tempos. De acordo com Amaro (cartaz do encontro dos GC do dia 7/12/2019), estiveram na sua génese – antes de 1993 – como entidade dinamizadora: Associação de Moradores, Junta de Freguesia e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Em 1993, quando o GC foi assumido de forma continuada e permanente, além daquelas entidades começaram a fazer parte a Associação de Pais da Escola EB1, Associação Juvenil Renascer (inicialmente ligada à Paróquia), Coletividades Locais (Amigos da Luz, Escorpiões e Unidos), Vicariato do Bairro Padre Cruz, Escuteiros do BPC, CML – Departamento da Educação, CML – Departamento da Ação Social, CML – Departamentos

¹⁵ O primeiro passo foi de ouvir as pessoas. Desta forma, introduziu a componente de reflexão conjunta entre a comunidade e atores locais, sobre problemas existentes e a procura de solução para os ultrapassar. Percebeu-se na primeira reunião do GC, que os sentimentos de medo e de ameaça eram tão grandes que foi necessário desdramatizar a situação de forma que a própria comunidade acabou por preparar e acolher os novos moradores de forma cordial <https://www.youtube.com/watch?v=eze8q5sbkRE&t=1057s>

da Habitação CML – Departamento da Cultura, ISCTE, Escola EB1, Centro de Saúde de Benfica e PSP de Carnide. Alguns desses participantes apareciam ocasionalmente (Ferreira, 2011; Cartaz de divulgação, Dez. 2019).

Como se pode constatar, foi um GC muito institucional, mais de parceria do que de participação. Era raro aparecerem moradores que não fossem porta-voz de uma associação ou coletividade (Roque Amaro..., citado por Freitas, 2013).

A partir de 2006, o GC muda de paradigma, passando para um GC pleno, com participação ativa dos moradores a título individual. Este cenário, segundo Ferreira (2011), registou-se no âmbito do projeto de requalificação do BPC, a partir da qual os mais atingidos pela primeira fase de requalificação (demolição das primeiras casas de lusalite e alvenaria) começaram a frequentar assiduamente o GC.

Durante alguns anos o GC perdeu o seu vigor inicial, passando a ter uma presença muito limitada tanto de moradores como das Associações e das instituições.¹⁶

“Após um período inicial mais efervescente, a participação em ambos os GC, foi-se desmobilizando, possivelmente devido aos contornos próprios deste tipo de processos. É possível que a rotatividade dos sítios de realização das reuniões, também tenha interferido na assiduidade da participação. Igualmente, algumas desavenças pessoais entre participantes, podem ter tido a sua influência. Ainda assim registaram alguns picos de afluência, nomeadamente quando se tratava da discussão de situações que convocavam mais interesses para a participação (relacionadas com problemas mais graves na comunidade ou com projetos e dinâmicas de parcerias)” (Ferreira 2011:43).

Os atuais parceiros do GC são: moradores a título individual numa média de 15, Associação de Moradores, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas, Associação “Amigos da Luz”, ANFR – Associação Nacional de Futebol de Rua, ARPIC – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Carnide, Gebalis, Junta de Freguesia de Carnide e PSP de Carnide.

6.1.2 Caracterização do Bairro da Horta Nova (freguesia de Carnide)

¹⁶ De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas, durante alguns anos o número de moradores não passava de quatro, cinco. Ausentaram todas as associações e instituições com exceção da Associação de moradores, da GEBALIS (esta ausentou durante algum tempo mas depois voltou), e a Junta de Freguesia. Há dois, três anos atrás (2015) o Grupo Retoma a sua dinâmica original aumentando a participação dos moradores gradualmente (contando com um número superior a quinze).

O bairro da Horta Nova fica situado na zona Norte de Telheiras, junto à antiga Estrada do Paço do Lumiar, já em zona de fronteira com a freguesia do Lumiar e próximo do Bairro Padre Cruz. Um bairro de pequena dimensão, com 456 fogos e uma estimativa populacional de 1355 habitantes (cf. CM Lisboa).

O bairro originário (neste mesmo local) era de casas provisórias construídas em madeira, com dois pisos, em 1973/74; construção com uma previsão de duração para 5/6 anos, e que acabou por durar 15 a 20 anos. Estas casas (algumas delas na altura do realojamento ainda não concluídas) foram ocupadas por famílias vindas dos PALOPs (os chamados “retornados”) bem como por diversos moradores oriundos de diferentes pontos do país que viviam, nessa data, em bairros de barracas, em Lisboa, e pelos próprios operários da sua construção (cf. EM4; e cf. Ferreira, 2011)

Horta Nova - Casas pré-fabricadas construídas em 1973



Arquivos da Junta de Freguesia de Carnide

Com a construção de um novo bairro, com prédios em banda, de três e quatro andares, edificados em várias fases, no mesmo local, em 1994, foram realojadas as famílias do bairro antigo¹⁷, e outras vindas de outros pontos de Lisboa.

¹⁷De acordo com os testemunhos dos moradores e dos representantes da Junta de Freguesia de Carnide, o processo de realojamento foi acompanhado pela Junta de Freguesia de Carnide, com a colaboração da Associação de Moradores do Bairro da Horta Nova, da Associação de Pais da Escola primária da Horta Nova, da coletividade Juventude da Horta Nova e diversos moradores associados, que reivindicaram, durante

O processo de construção e realojamento do novo bairro foi, durante alguns anos (1988-1994), acompanhado por este grupo em colaboração com os departamentos de Educação, Habitação e Espaços Verdes da Câmara de Lisboa. O projeto do Novo bairro reservou espaços para a Ludoteca da Junta de Freguesia e CAIC (Centro de Animação Infantil e Comunitária) que até então haviam funcionado no Barracão. Foram designados espaços para o ATL da Junta de Freguesia, para a sede do clube Juventude da Horta Nova e para a sede da Amifesta (grupo de jovens do bairro). Foi reservado um espaço público, no interior do bairro, para a construção do campo de futebol e um parque infantil, cujo desenho e construção teve a consulta da população. Existia também um espaço destinado à Paróquia de Carnide, o qual teve diferentes usos até ser transferido para o atual GAC (Grupo de Ação Comunitária e Saúde Mental). Os restantes espaços térreos foram distribuídos por cafés e pequeno comércio local. Outros espaços foram atribuídos a associações de base local vindas de diversos pontos da cidade de Lisboa e aos escritórios da Gebalis.

Surgimento do Grupo Comunitário.

As primeiras reuniões de moradores da Horta Nova começam no chamado Barracão (E4 e Ex moradoras). O GC do bairro da Horta Nova surgiu um ano depois do do Padre Cruz e num contexto distinto deste. Tal como aconteceu com o bairro Padre Cruz, no âmbito do PIC (Projeto de Intervenção Comunitária) integrado nos Programas de Luta contra a Pobreza, coordenado pela Santa Casa da Misericórdia, o professor Roque Amaro foi convidado pela SCML, em Fevereiro de 1994, a dar sessões de formação para famílias mais carenciadas apoiadas pela SCML. As primeiras reuniões tiveram lugar no Centro Social e Paroquial de Carnide. No início da formação a adesão ao tema proposto não estava a ser satisfatório, e percebeu-se que a grande preocupação era a construção de uma nova escola, dado que a existente (pré-fabricada) estava em estado degradante, localizada no meio dos escombros do bairro velho, então demolido e sem nenhuma iluminação na zona envolvente¹⁸ (Ferreira, 2011).

anos, junto da CM Lisboa que estes moradores tivessem direito a ser realojados no bairro novo e neste mesmo local.

¹⁸ De acordo com o testemunho de alguns moradores já havia grupos de crianças a frequentar a escola em Carnide com registo de insucesso. Essa escola no meio dos escombros seria demolida e as crianças que ainda estavam ali iam para a escola de Carnide também. Daí a preocupação e a luta dos pais para a construção de uma nova escola.

Desta forma foram convocados os técnicos dos diferentes departamentos da CML para uma reunião do GC. Esta teve lugar no dia 14 de Fevereiro de 1994 contando com a presença de cerca de cem pais e mães, mobilizados e organizados pela Junta de Freguesia de Carnide, pela Equipa local da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, à qual compareceram como convidados, dois vereadores da CML, um responsável da EDP e um da EPUL. No fim da reunião (por volta da 1 h da manhã) foi assinado o compromisso da construção da nova escola, num prazo de três anos, por todos os presentes, o que foi determinante para a afirmação do Grupo Comunitário, passando a ter reuniões regulares, semanalmente, começando pelas 21 h, alargando até à 1 h da manhã. Rapidamente passou-se da vertente escola para uma vertente mais alargada a refletir sobre todos os outros problemas do Bairro¹⁹.

Os participantes

No início faziam parte do GC a Junta de Freguesia de Carnide, moradores a título individual, SCML, CML – Departamento da Educação (irregularmente), O ISCTE, a Escola EB1, o Centro de Saúde de Benfica, a Associação de Moradores, o Grupo de Jovens AMIFESTA, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola. Atualmente estão presentes os moradores em média de vinte, a Junta de Freguesia de Carnide, a GEBALIS, APOD – Associação para o Desenvolvimento da Horta Nova, Associação “Crescer a Cores”, ANFR – Associação Nacional de Futebol de Rua, ARPIC – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Carnide, Cooperativa “Horas do Sonho”, GAC – Grupo de Ação Comunitária, Grupo Desportivo “Juventude da Horta Nova”, NUPIC – Núcleo de Psicologia e Intervenção Comunitária e PSP – de Carnide.

6.2. Campos de atuação dos Grupos Comunitários.

Tendo em conta a especificidade desses Grupos Comunitários destacam-se as seguintes áreas de intervenção: habitação, ambiente, educação, saúde, empregabilidade.

A *Habitação* tem sido uma das problemáticas mais agravantes para estes dois bairros.

¹⁹ Palavras do professor Roque Amaro <https://youtu.be/eze8q5sbkRE>

Todos os episódios narrados acerca desses bairros ilustram a carência habitacional desde os primórdios até à atualidade.

As primeiras casas construídas eram provisórias com durabilidade de máximo cinco anos, mas que acabaram por durar mais de 15/20 anos no caso do BHN e mais de 30 anos no BPC.

À medida que as famílias iam crescendo, estas casas tornavam-se cada vez mais desadequadas e perigosas, situação que conduziu ao surgimento de construções desordenadas construídas como anexos (caso do bairro Padre Cruz). A situação exigia uma resposta urgente, e esta foi dada pela CML. Desta forma, as condições de conforto e as carências de habitação alteram a sua visibilidade, passando de carências medidas pela existência de bairros de barracas tão evidentes, para as carências mais escondidas nos bairros sociais (F. D. Cardoso, 2019).

Tais carências estão relacionadas com a má construção: humidades insalubres, entupimento de várias ordens, fossas mal construídas, inexistência de manutenção, prédios de elevados andares sem elevadores (BPC), mau aspeto das fachadas, entre outras. Perante estas problemáticas o GC tem funcionado como grupo de pressão, para que todos tenham uma habitação digna, como um direito que lhes é devido.

No âmbito *da Educação* os GC tendem a contrariar todos os obstáculos que põem em causa o processo normal do ensino ou o normal funcionamento da escola. O ciclo vicioso da pobreza começa e termina no sistema educativo e de formação profissional, e estas constituem uma das principais fontes de transmissão da pobreza de uma geração à outra (Baptista, 2002). Como é evidente o défice na educação põe em causa vários outros âmbitos da vida do indivíduo. Assim refere (A. B. Costa et al., 2008), que quando é baixo o nível de qualificação, é alta a probabilidade do indivíduo ser afetado em outras áreas da sua vida como é o caso do emprego e saúde de qualidade.

Como exemplos de atuação nessa área, Amaro (2018), sublinha a construção da escola no bairro da Horta Nova, abertura de cantinas para proporcionar alimentação às crianças, bem como o conjunto de outras atividades coletivas realizadas a partir de temas discutidas no GC.

No que concerne ao *Ambiente*, referimos os espaços verdes – as hortas comunitárias e os jardins. As hortas comunitárias são atividades espontâneas, que foram sendo mantidas ao longo do tempo, sendo desenvolvidas e criadas para proporcionar aumento da produção

local, proporcionar alimentos saudáveis, (livres de químicos e de aditivos artificiais) que ajudam para a sustentabilidade das famílias particularmente as que têm maiores dificuldades económicas. Estas contribuem para a sustentabilidade ecológica, na medida em que aumentam os espaços verdes, colaboram para transmitir aos mais novos uma maior formação cívica, responsável pelo uso racional dos recursos naturais.

Estes espaços podem ser aproveitados para lazer e convívio entre as famílias e partilha de experiência hortícola entre gerações.

As hortas vinculam a imagem e a vida dos bairros da HN e PC. No caso do bairro Padre Cruz a maior parte dos terrenos vizinhos às hortas são municipais. Os talhões agrícolas localizados na entrada do bairro pertencem a particulares. Os moradores nada pagam porque, a qualquer momento o dono das terras poderá querê-las (de acordo, com o acordo feito) (Freitas, 2013:132).

Nos últimos anos as duas comunidades sentem-se ameaçadas pela CML, que pretende ocupar tais terrenos para novos prédios de rendimento, o que seria não só uma brusca e violenta agressão à paisagem, mas também, aos próprios moradores habituados a mexer a terra. Desta forma o GC se afirma, como sempre, como grupo reivindicativo dos direitos dos moradores perante tais ameaças.

No âmbito do ambiente ainda o GC tem vindo a debater a questão da recolha e tratamento do lixo, da manutenção e conservação dos espaços verdes dos bairros. Em suma, faz parte dos objetivos do GC a valorização e preservação dos recursos naturais e paisagísticos...

No âmbito da *empregabilidade*, a PROACT é um dos exemplos, onde o Grupo Comunitário tentou encontrar soluções para os desempregados dos dois bairros. Essa associação conseguiu durante uma séria de anos gerir as cantinas das escolas dos bairros sociais de Carnide, dando empregos a residentes dos bairros, tanto da Horta Nova como do Padre Cruz, pessoas com competências e vontade, mas cuja oportunidade lhes estava vedada. Foram oportunidades de emprego digno com contrato de trabalho, com ordenado digno correspondente à categoria da pessoa. É de sublinhar que essa intervenção abrangeu pessoas vulneráveis, alguns considerados vândalos, que fizeram curso de culinária e um dos jovens considerados mais problemático do bairro é ainda hoje funcionário num restaurante²⁰.

²⁰ Dados recolhidos nas entrevistas

Ferreira (2011: 73), faz referência ainda à criação e ao trabalho da NUPIC (Núcleo de psicologia e intervenção comunitária) ao nível do apoio às Crianças em idade escolar e às famílias, para além do Núcleo de Apoio ao Emprego e à Empresa (NAEE), posteriormente convertido em GIP (Gabinete de Inserção Profissional), que tem fornecido soluções ao nível da empregabilidade dos fregueses, ambos resultantes do envolvimento da PROACT nos GC e do apoio prestado pela Junta de Freguesia de Carnide.

Para além dessas áreas mais salientes, são ainda exemplo de atuação dos dois GC, a área dos Idosos, a área da cultura e animação local, que têm tido uma particular atenção nas reuniões dos GC. A par destas, a área dos Jovens com hábitos de consumo (um tema atualmente em debate nas reuniões do GC da HN, e que já vai tendo alguma intervenção), a área da saúde destaca-se o trabalho feito pelo GAC (Bairro da HN) e neste caso sublinha-se o trabalho de parceria com a Psiquiatria do Hospital Santa Maria para os casos de pessoas com problemas de saúde mental, etc. Portanto, os GC têm vindo a atuar em todas as áreas que afetam a vida das pessoas.

6.3. As grandes conquistas dos Grupos Comunitário dos Bairros Padre Cruz e Horta Nova

A intervenção dos GC nas referidas áreas resultou em grandes conquistas.

No bairro Padre Cruz,

Criação de marchas infantis (as primeiras de Lisboa), a gestão da interação entre os residentes do Bairro, provocando uma alteração profunda, dos pontos de vista urbanístico, demográfico e social, e mais tarde, o acolhimento de cerca de 400 pessoas de etnia cigana, que foram alojadas, de um momento para o outro, no vale do Forno, ao cimo do Bairro, com cerca de 100 crianças a irem para a Escola.

Sublinha-se ainda o importante papel do GC assumido nas primeiras fases da discussão e planeamento do processo de requalificação do bairro, atualmente em curso, e de ter exigido e conseguido a colocação de elevadores nos novos prédios com três andares e a manutenção e ordenamento das hortas urbanas, não cedendo aos interesses imobiliários, que queriam ocupar aqueles terrenos para novos prédios de rendimento.(cf. entrevistas informais)

No bairro da Horta Nova

O realojamento com dignidade e no mesmo local, a construção da Escola Nova (de 1.º ciclo, com Infantário integrado); criação por iniciativa de duas moradoras, apoiadas pelo GC, de um Grupo de danças interculturais com crianças ciganas, africanas e de outras origens de Portugal; trabalho com os jovens (Grupos AMIFESTA, Geração Rasca, e Malta do Roque), ordenamento de circulação rodoviária no Largo S. Francisco de Assis e nos seus acessos. Atualmente as grandes lutas são: o acompanhamento das obras de requalificação dos prédios do Bairro, a requalificação do campo de jogos e do parque infantil e a conquista das Hortas Urbanas, esta última conseguida ultimamente cujo processo de construção da mesma se encontra em curso. (cf. entrevistas informais)

6.4. Dinâmicas relacionais e desafios à sustentabilidade

Um Grupo Comunitários só é sustentável se tiver incorporado os três princípios fundamentais referidos por Amaro (2018): parceria, participação da comunidade e ação conjunta.

É uma causa comum que une e reúne os parceiros. Nisto as dinâmicas relacionais são extremamente importantes. Uma dinâmica de relação pautada na confiança e na horizontalidade, capaz de garantir um diálogo transparente, onde se torna possível a troca de informação, partilha de conhecimentos, partilha de recursos, deixando cada um vencer os seus próprios paradigmas, adotando uma visão de conjunto. Significa que para a sustentabilidade da intervenção é fundamental um forte trabalho de equipa sob forma de colaboração mútua entre organizações locais e técnicos, estruturas representativas da comunidade e moradores diversos.

Os recursos são fundamentais para a sustentabilidade dos GC, esses, provêm de duas fontes e devem ser direcionados para as respostas às necessidades da comunidade: candidaturas a projetos, (nacionais, internacionais, municipais) e os recursos locais reforçados pela partilha de recursos, materiais e imateriais, das entidades que estão no terreno ou dos parceiros do GC.

De acordo com Amaro (2018) estando identificados e disponíveis os recursos, torna-se importante o envolvimento da comunidade a fim de que esta não seja beneficiária das atividades, mas parceira na ação e resolução dos problemas do bairro. Envolver para

capacitar, capacitar para empoderar. Portanto, é preciso atuar com a comunidade. Este é o traço mais distintivo e mais importante do desenvolvimento comunitário e para que isso seja realidade implica a partilha do poder. Trabalhar em grupo e em parceria, mas deixar espaço para os outros, confiando nas suas capacidades e potencialidades.

Os GC da HN e do PC têm sido sustentáveis, precisamente por a intervenção se fundamentar sobre os referidos princípios. Os primeiros grupos criados em Lisboa, não obstante os altos e baixos, continuam a ser GC plenos e com uma dinâmica muito ativa. Para continuarem a ser sustentáveis devem permanecer firmes nos seus propósitos, contando com a participação ativa da comunidade e dos seus representantes para a resolução dos problemas locais, corrigindo os aspetos negativos e fortalecendo os aspetos positivos, continuando a seguir o percurso feito até agora de aprendizagem conjunta e partilha da decisão entre moradores, profissionais e representantes dos serviços e poderes locais.

PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

Capítulo 7- Grupos Comunitários e as estratégias de integração

Relembra-se que estamos perante um estudo de caso e que este está enquadrado nos estudos de casos múltiplos (os GC da cidade de Lisboa) a partir dos quais são analisadas duas situações - GC Horta Nova e GC Padre Cruz. e cujos resultados se estendem para além dos dois contextos estudados. Relembra-se também que o principal objetivo consiste em analisar as diversas formas de atuar dos Grupos Comunitários, para a integração dos grupos vulneráveis.

Optou-se por expor os resultados obtidos no capítulo anterior, à medida que estes foram sendo apresentados e neste capítulo será feita a discussão dos mesmos, partindo das seguintes dimensões e categorias de análise: participantes, dinâmicas, áreas de atuação e estratégias; os grupos vulneráveis e as respostas aos seus problemas.

Antes disto, partimos com a caracterização dos nossos entrevistados, as pessoas envolvidas neste estudo, que nos facultaram os dados que sustentam esta discussão.

7.1. Caracterização do universo de análise - os participantes dos GC entrevistado

Tal como já foi referido, foram entrevistadas 14 pessoas participantes nos GC, HN e PC, contemplando dois painéis de atores. Os dois quadros que se seguem apresentam a caracterização biográfica destes dois grupos de atores

Quadro nº 12 – Caracterização dos entrevistados - Painel de Moradores

Sexo	Idade	Cidadania	Participação no GC	Entrevista
Masculino	66	Foi dirigente associativo	Há 27 anos	EM1
Feminino	44	Foi participante ativa de uma Associação Juvenil	Há 26 anos	EM2
Masculino	60	Participante no GC	Há 20 anos	EM3
Feminino	76	Foi membro da Associação de Pais e Animadora local	Há 26 anos	EM4
Feminino	34	Membro de Associação de Pais	Há 3 anos	EM5
Feminino	66	Ativista e animadora local	Há 26 anos	EM6

Quadro nº13 - Caraterização dos entrevistados - Painel de Agentes Locais

Atores	Função e representação no GC	Participação no GC	Entrevista
Especialista 1	Doutoranda - Investigadora	2017	EE1
Especialista 2	Professor Universitário - Consultor dos GC	1993	EE2
Responsável de cargo Político 1	Eleita local - JFC	1993	ECP1
Responsável de cargo Político 2	Eleito local - JFC	2013	ECP2
Profissional 1	Psicóloga - Sócia fundadora da Associação	2011	ET1
Profissional 2	Psicóloga – Diretora Técnica da IPSS	2010	ET2
Dirigente A. 1	Presidente da Associação de Moradores	1993	EDA1
Dirigente A. 2	Presidente da Associação de Pais	2004	EDA2

7.2. Os Participantes e Parceiros dos Grupos Comunitários.

Amaro (2018) distingue os *grupos comunitários plenos* – grupos de participação aberta, onde estão livremente representados os moradores e líderes locais de uma comunidade, dos *grupos inter-serviços* - onde apenas participam os representantes das instituições locais e alguns moradores convidados, sendo estes grupos fechados.

Dados gerais demonstram que:

Dos 25 grupos comunitários da AML, dos quais 21 são bairros de habitação social... há apenas na verdade 5 que são Grupos Comunitários plenamente, ou seja que estão completamente abertos à presença de qualquer pessoa da comunidade. Entre os quais os 2 que estamos aqui a falar, Padre Cruz e Horta Nova. Esses 2 estão e sempre foram plenos desde a sua origem. (EE2).

Tendo em conta o nosso estudo circunscrito à cidade de Lisboa são dezasseis (16) os GC, nela existente, de entre as quais apenas 4 são considerados GC abertos à comunidade, com envolvimento ativo da População; os dois GC do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Horta Nova (Carnide) e os GC do Quarto Crescente (Marvila) e Fonecas e Calçada (Alvalade), são grupos abertos.

7.2.1. A participação dos moradores

A participação é entendida como ação dos cidadãos, individuais e coletivos, para exercer a cidadania e manifesta-se como um processo de distribuição e apropriação de poder, simultaneamente comunicacional e relacional (Vieira, 2017:35).

Nesta lógica, a participação dos moradores depende do espaço que lhes é conferido dentro do GC, que como diz Monteiro & Ribeiro (2009), passa pelo perceber de que eles são essenciais, que eles têm um saber e um conhecimento importante para ser partilhado e que os seus contributos são tão válidos como qualquer outro; sempre que estes se reveem naquilo que é feito e como é feito, a sua presença é importante e imprime uma nova dinâmica nas trocas entre as pessoas que participam.

O nosso quadro teórico apresenta diferentes tipos e formas de participação que são evidenciadas nos diferentes GC: participação consultiva, participação por incentivos materiais, participação nos debates, participação nas tomadas de decisões e participação plena.

Das várias informações recolhidas o tipo de participação mais relevante é a consultiva. Ilustramos os vários tipos de participação observados:

a) Participação consultiva

A participação consultiva é aquela em que as pessoas são consultadas por agentes externos os quais definem problemas e propõem soluções com bases em consultas, mas sem influência nas tomadas de decisões.

Vejamos o que diz um dos técnicos:

Eu já estive em imensos projetos e existem aquelas fases críticas que até há uns anos atrás eram muito típicas, em que os técnicos planeiam algo e põem a dinâmica a funcionar; muitas vezes ou por terem poucos contactos ou por terem uma agenda em que os processos já estão em certo andamento, só depois decidem consultar a população. E muitas vezes assisti áquilo que se chama “ a consulta com placagem”, em que se chamam as pessoas já numa fase adiantada do processo; perguntam às pessoas o que é que acham mas quando as pessoas dão opinião já não é aceite. Já ouvi muitas vezes dizer-se... pois temos pena, devíamos perguntar isso mais cedo, agora é muito difícil parar; por isso, as pessoas deixam de aparecer. (técnico do CG Portugal Novo, entrevista na Rádio Movimento PT On-Line, Educação e Transição).

b) Participação por incentivos materiais.

Muitos técnicos e moradores referem que facilmente as pessoas se mobilizam quando há festas. Razão pela qual na maioria dos GC se celebram as festas comunitárias, dia do vizinho etc. Nesta linha referiu um dos entrevistados:

Olha se fosse como as Igrejas brasileiras (havia mais participação). As Igrejas brasileiras no fim da missa oferecem o almoço, e com isto digo tudo. (EM4)

Se para uns a festa se resume em “comes e bebes” para outros a festa é mais do que isso. É uma expressão do que era vivido nas aldeias e, portanto, uma questão de identidade e de sentido de pertença e por outro lado é uma forma de criar laços dentro da comunidade.

c) A participação na discussão simples e nos debates.

Este tipo de participação consiste no direito de ouvir e ser ouvido que traduz-se naquilo que nos diz um dos entrevistados:

Nós sabemos que quando ali existe um problema que realmente é transversal, que realmente afeta a todos, nós vemos a força que esses GC têm. Porque as pessoas vão lá, as pessoas falam, as pessoas reclamam... (ET1).

d) Participação nas tomadas de decisões

A participação na tomada de decisão é uma alavanca importante na autonomização e afirmação enquanto força coletiva. Por exemplo, uma decisão tomada no momento, que se traduziu numa prática, foi fundamental para a consolidação do GC da Horta Nova:

[...] A reunião começou por volta das 21h e por volta da 1h da manhã ninguém deixa a sala sem ser assumido o compromisso. Foi assinada numa simples

folha A4 manuscrita, por todos os presentes, a construção de uma nova escola num prazo de 3 anos, e assim aconteceu (EE2).

Um dos moradores afirma que:

A escola foi feita no bairro e tinha todas as condições. A escola nova tinha JI, escola e ATL. Foi a partir daí que o GC foi formado. Então é a partir daí que começamos a organizar (responder) a certos problemas que havia aí no bairro (EM4).

De forma semelhante se pode falar do GC do Bairro Padre Cruz, aquando do processo de realojamento, quando os representantes dos poderes instituídos (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) assumem o compromisso de que os moradores iam ser realojados no mesmo local. Referindo o que dizem os entrevistados:

A conclusão a que se chegou é que ninguém ia sair do bairro [...] A todos é oferecido uma casa nova. Só saí daí do bairro quem quisesse. Para aí já vão em 150 pessoas realojadas e desses 150, houve cinco que quiseram sair do bairro e um deles não é porque quisesse; é porque havia uma pessoa acamada e era um agregado grande e não havia tipologia adequado no bairro (EDA1).

De acordo com os dados das entrevistas e os da observação, as instituições e os técnicos sentados à volta da mesma mesa, discutiam os assuntos e por consenso tomavam as decisões. Há exemplos extraordinários dessa participação dos moradores nas tomadas de decisão, conforme explicitado por dois entrevistados:

As casas de lusalite agora inexistentes, tinham de ser demolidas e a população realojada. A CML e a JFC chamaram a população para participar no processo. A dinâmica participativa foi crescendo: casas, segurança, espaços verdes. (EM3).

O projeto ficou muito interessante, foi um processo muito participado com o GC. Havia 40, 50 moradores nas reuniões a debater isto, e a vereadora da habitação, na altura era a arquiteta Helena Roseta, a vereadora da habitação da Câmara Municipal de Lisboa ia a todas as reuniões do G, às 9h da noite, saía de lá à meia-noite uma da manhã quando acabava (EE2).

Estas reflexões remetem-nos para um outro tipo de participação, a consensual.

e) Participação consensual

Isto é, a tomada de decisão foi negociada entre os elementos da comunidade e os representantes institucionais presentes na reunião. Este pode ser um exemplo de Democracia Participativa - os dirigentes e moradores locais - e os representantes da Democracia Representativa – eleitos locais (do município e da freguesia).

Esta concretização das decisões tomadas vai de encontro ao que nos dizem (C. D. Robertis, Pascal., Orsoni., & Ramagnan, 2019), quando falam da intervenção coletiva e descrevem o processo “da dinâmica pessoal à dinâmica territorial”, afirmando que não serve de nada tomar decisões que efetivamente não serão seguidas, pois a implementação é tão importante como a própria escolha. Ou seja, *uma vez tomada a decisão, os participantes sentem-se fortificados na sua convicção pessoal* (Vieira 2017:135).

Lamentavelmente esta dinâmica democrática foi desaparecendo, dando lugar ao processo tecnocrata. Essa posição trouxe muitos problemas para o bairro. Recorrendo a alguns estratos das reuniões:

No início das primeiras construções houve muita participação e partilha de ideias. Nós éramos escutados. Mas agora a CML decidiu agir desta forma e os resultados são esses. (Morador na reunião do GC do Bairro Padre Cruz).

7.2.2. A participação dos técnicos

Estar no GC, é também uma questão de disponibilidade, de interesse, de reconhecimento da sua importância e dos seus benefícios para a comunidade. Neste sentido refere um dos profissionais entrevistados:

Eu tinha uma direção que não me dizia: “tens que ir”, mas sempre me alertou para a importância dos GC. Na verdade, na medida em que comecei a participar, me apercebi que não fazia sentido estar naquela comunidade fechada, naquele espaço físico, sem conhecer a comunidade minimamente. Eu não conseguia fazer um trabalho...nem sequer estava a ser fiel à comunidade, em ter uma atitude para dentro. Ou seja, muito voltada para os próprios serviços da entidade, serviço muito voltado para dentro. (ET2)

Outro relato importante, feito pelos técnicos entrevistados, tem a ver com o impacto das respostas. Estes sublinham a dificuldade de estarem a participar e ver os moradores a discutir coisas legítimas e não haver respostas para as mesmas desmotivando-os.

Às vezes a minha motivação, era maior ou menor, tendo em conta – se eu percebesse que durante aquele tempo haviam coisas que se resolviam, eu nunca colocaria fora de questão o ir na próxima reunião. Eu confesso, eu própria cheguei, como toda a gente, à conclusão que ir ao GC é duro. Houve alturas que eu não fui, porque se calhar estávamos à mesa a discutir a mesma coisa que não andava. (ET2).

Por outro lado, este é um trabalho extra, o que exige disponibilidade por parte dos técnicos como foi afirmado na entrevista:

Se crescermos mais um bocadinho, como instituição e tivermos mais técnicos para fazer esse trabalho... porque esse é um trabalho completamente voluntário. (ET1).

A disponibilidade ou indisponibilidade dos técnicos é a razão da sua não participação efetiva no GC e isto por várias razões detalhadas mais à frente.

7.2.3 A representatividade das instituições e organizações locais

As organizações e instituições que estão no terreno entenderam que em conjunto há mais eficácia nas respostas e essa foi uma das razões para o surgimento da maioria dos GC de Lisboa - congregar as forças pois juntos são mais fortes. Há muita diversidade em termos de representatividade, isto é, há GC que as instituições locais não se integram no GC e outros em que as instituições locais estão bem representadas; há grupos formados apenas por instituições e outros por instituições e representantes das organizações locais.

No âmbito do estudo de caso, a ausência de algumas instituições aparece como uma das grandes lacunas que se transforma em fracasso nas respostas aos problemas da comunidade. Como podemos constatar no capítulo anterior, na sua origem, nos dois GC, estavam presentes todas as instituições com intervenções no terreno e outras organizações locais que, a pouco e pouco, foram-se afastando, ficando apenas alguns. Assim foi referido nas entrevistas que:

Em 2010-11 a vereadora da habitação, Helena Roseta ia a todas as reuniões. À Horta Nova ia o vereador da mobilidade, Manuel Salgado. A Dr.^a. Helena Gomes, da Gebalis, vai sempre e continua a ir. Iam os executivos de topo das instituições. Na atualidade cresceu o número de moradores e também o número das instituições presentes nas últimas reuniões de GC. (EE1)

Tal afastamento foi justificado por múltiplas razões das quais sublinhamos duas das mais relevantes: manipulação política e partidária e as reações agressivas dos moradores,

a) A manipulação política e partidária

Depois uma razão ligada a esta é porque por parte da Junta, algumas pessoas da Junta, usaram essa zanga das pessoas como arma de arremesso político-partidário. O seu partido contra o partido que está no governo ou por trás destas instituições públicas. Portanto, essa manipulação do GC, como arma de arremesso político-partidário também criou ali clivagens, também criou ali desencantos, também criou ali abandono. (EE2)

O mesmo refere um morador entrevistado:

A questão política é um dos aspetos que tem afastado pessoas do GC, algumas entidades, sobretudo as entidades públicas. (EE1).

b) As reações dos moradores

Outra razão desse afastamento tem a ver com a forma de reagir das pessoas. Insatisfeitas e magoadas por estarem anos à volta do mesmo assunto, sem verem mudanças, faz com que reajam não da forma mais ajustada.

Muitas vezes a população fazia as suas queixas de maneira muito forte, muito veemente e às vezes até violenta, digamos assim. E houve técnicos e instituições que não aguentaram isto, não estiveram disponíveis para continuar (EE2).

O conflito não pode ser olhado só do lado negativo. Pois como diz Guerra (2006:39), o conflito pode ser fonte de dinâmicas coletivas, geradoras de campos de poder e de emancipação, pois é a interação dessas racionalidades que é portadora das clarificações necessárias às escolhas exigidas pelos processos de desenvolvimento local.

7.3. As dinâmicas participativas e as estratégias de mobilização dos Grupos Comunitários

Hoje é cada vez mais consensual na nossa sociedade a afirmação da necessidade de ampliar e instituir mecanismos capazes de promover maior envolvimento das pessoas nos processos de intervenção, a partir de dinâmicas de reflexão conjunta sobre situações que lhes dizem respeito.

No âmbito do GC, atualmente, o envolvimento da comunidade tem vindo a despertar grande interesse por parte dos técnicos, considerando esta como possuidora de conhecimentos práticos, que fazendo ponte com o conhecimento teórico dos interventores, possa conduzir a processos de *empowerment*.

Porém isso só é possível se forem efetivadas estratégias promotoras de processo de mobilização.

Por estratégia entende-se, a capacidade de coordenar as forças económicas, sociais e políticas, para conseguir os objetivos de um Estado, de um grupo, e de um partido no caso de uma estratégia parlamentar (Oit & Step, 2004:3)

De acordo com as conversas informais mantidas com os elementos dos diversos GC, as estratégias utilizadas são: para a mobilização de instituições e entidades, onde há

grupos que decidem nas reuniões e nomeiam quem deve fazer esse convite formalmente; para a mobilização dos moradores, a maioria dos GC utilizam uma estratégia formalizada para expressar esse convite. Casos raros, há GC que o fazem de forma espontânea, através de um técnico qualquer, e outros ainda o fazem por intermédio de um outro morador ou por um facilitador comunitário.

Observemos o que dizem os dados da entrevista:

Não se pode esperar que toda a gente em minha opinião – e a prática parece confirmar isso – que receba uma folha, um papelzinho, uma carta na sua caixa de correio a dizer que vai haver uma reunião do GC numa quarta-feira à noite da semana a seguir e esperar que ela apareça lá, sem ter sido feito qualquer um trabalho prévio. (EE1).

Agindo desta forma está vedada qualquer hipótese à mobilização, à participação.

Com isto, trazemos para a nossa reflexão o conjunto das dinâmicas relatadas por (Monteiro & Ribeiro, 2009:92-93): conexão, autoexclusão, *free-rider* e recrutamento.

Conexão preferencial – uma dinâmica que tende a produzir um certo fechamento, que se gera a partir do momento em que se favorece o diálogo com certos interlocutores. Dados relevantes da entrevista são exemplos dessa dinâmica de fechamento:

Há outros grupos que têm 1, 2 ou 3, poucas pessoas da comunidade por convite ou porque são dirigentes de associações ou de coletividades. Também neste caso temos de considerar que se trata de um grupo comunitário amputado ou seja limitado porque não está aberto à comunidade. (EE2)

Autoexclusão – uma dinâmica em que certos atores podem decidir pela sua autoexclusão do processo participativo, porque acham que não é para eles. São os tais desinteressados de que falam os entrevistados dizendo:

Há pessoas que também não querem saber, mesmo que se lhes explique, eles vão continuar a achar que aquilo não serve para nada. Porque há pessoas que não nasceram dotadas para esta vertente e nós temos que respeitar. Não querem, não querem! (EM2).

Há ainda um outro tipo de dinâmica que são os que agem por interesse coletivo, na defesa do interesse comum, como pode se averiguar nos dados relatados na entrevista:

É por uma mais-valia comum que eu faço parte do GC e que vou todos os meses. Às vezes estou muito cansada, mas vou... mas vou! Deixo os meus dois filhos em casa com o marido e vou. É verdade... mas pronto faz, parte. (EM5).

Completa esse raciocínio o que foi dito por um outro morador:

Eu sei que sozinho não endireito o mundo, nem nenhum endireita, mas quando todos derem um bocadinho as coisas melhoram. É essa a minha perspectiva. (EM3)

À medida que esses se sacrificam, se esforçam, outros vão disfrutando dos benefícios. É a terceira dinâmica;

Free-rider - o de que é racional para cada indivíduo andar à boleia das contribuições dos outros.

Esse tipo de comportamento é também evidenciado nos dados recolhidos em que diz um entrevistado:

Há muita gente que funciona só assim. Funciona na base do interesse. Tem interesse vai, não tem interesse, os outros que trabalham que eu vou usufruir do trabalho dos outros. É a perspectiva de muitas pessoas. É assim... (EM3).

Louvado seja os que não deixam cair os braços por causa do comportamento de outros!

Todos esses tipos de comportamentos acima referidos estão ligados ao modelo da sociedade que nós temos, como referiu o entrevistado:

Também não é um processo fácil esta presença da comunidade no grupo comunitário não é sempre fácil por várias razões, desde logo porque há uma tendência nas sociedades de as pessoas se acomodarem e ficarem à espera que resolvam os seus problemas (EE2).

Recrutamento de participantes – é uma dinâmica para o recrutamento de participantes que inspiram confiança e cujo valor é já reconhecido. Esta situação é bem visível no caso dos grupos marginalizados. Isto acontece nos GC quando têm projetos a implementar no bairro. Os mais beneficiados desses projetos nem sempre são os mais vulneráveis.

Parece que são tratados problemas de grupos mais favorecidos, mais capacitados e que são privilegiados. Portanto aí pode parecer não estar a ser usada uma estratégia de luta contra a pobreza, por não incluir as pessoas mais destituídas.

Como ficou exposto, a propósito das dinâmicas, parece difusa a estratégia para mobilizar, entre os profissionais, pessoas com determinadas características e com tais perfis - a primeira parte da disponibilidade, da vontade, do espírito de sacrificio e de entrega voluntária.

O exemplo dessa mobilização é o que sucedeu nos bairros PC e HN na génese do GC. A mobilização era feita por intermédio de um animador comunitário que vai ao encontro das pessoas onde elas se encontram:

Nós temos excelentes exemplos, de como se faz isto nomeadamente nas origens destes 2 grupos (Padre Cruz e Horta Nova), comunitários em meados dos anos 90 e até gosto de dar o exemplo da Prof^a Isabel Vieira...ela de facto fez um trabalho que eu acompanhei muitas vezes, de mobilização das pessoas, de animação de dinamização de todas as reuniões e isso tinha que ser um trabalho persistente. (EE2)

7.3.1. Principais estratégias de inclusão e conquistas dos Grupos Comunitários

As Estratégias

A estratégia é uma palavra de origem grega, “stratos” que se refere a exército e “agein”, que significa guia. Também provém do latim “strategos” fazendo alusão a “estratega” individuo que encarregava de conduzir ou dirigir o exército nas guerras (Sierra, 2013:158).

Existe na literatura um leque alargado do conceito de Estratégia, e o mais comum é o de ser considerado como padrões de objetivos, propósitos, políticas e planos direcionados para uma determinada meta.

Para a nossa reflexão usamos os conceitos de Mintzberg (1978) e (Mintzberg & Waters, 1985), dos quais se afiguram as estratégias utilizadas nos diferentes GC em estudo. Nesses autores destacam-se três aspetos chaves do que significa uma estratégia: como plano de ações, como cadeia de decisões e como emergência.

a) Estratégia como Plano de ação

Os dirigentes organizacionais formulam as intenções de forma mais precisa possível, organizando-as em cronograma, com calendário detalhado e depois esforçam-se por implementá-las (Mintzberg & Waters, 1985).

Este constitui um dos passos determinantes dos GC. Isto é, a maioria dos GC tem um plano de atividades que tentam implementar no decorrer do ano. Há casos em que não existem um plano de ação como é o dos dois GC de estudo de caso, PC e HN, mas constata-se a partir dos dados das entrevistas que esse componente não é ignorado:

É preciso ter um plano anual das atividades, de certa forma com linhas orientadoras daquilo que nós queremos para aqueles bairros, e daquilo que nós temos que acompanhar (EP2).

A ausência desse plano de momento deve-se a outras contingências, relacionadas com as obras de requalificação que estão a decorrer, como foi referido pelos entrevistados:

É uma questão nuclear, para as pessoas, a questão da habitação, não é? Por isso quem vai ao GC tende - falando nestes dois bairros - a falar concretamente nesta questão da habitação. (ET2)

Dito de forma mais expressiva pelo entrevistado EP2:

As pessoas estão muito preocupadas com as obras, não é? É uma preocupação gigante.(EP2)

Essa preocupação é sentida durante o processo da observação o que nos leva a dizer que enquanto dura tal situação, dificilmente outras atividades terão lugar na agenda desses GC.

b) Estratégia como concretização das decisões.

Esta estratégia consiste em ações concretas, que acontecem gradualmente segundo o plano ou as intenções formuladas (Mintzberg, 1978).

Em termos de ações concretas consta nos dados acima sobre cada um dos GC a realização de imensas atividades tais como: visitas de estudo, acompanhamento do estudo das crianças com dificuldades; ocupação dos tempos livres das crianças e jovens; poesia escrita e composição de música; realização de campanhas de sensibilização para Higiene Urbana, ruas limpas, ruas seguras (Recolha de objetos dispersos na via pública, separação de lixo, a construção de sinaléticas); eventos sobre Comunidade Mais Saudável; o apoio à procura de emprego e à empregabilidade; realizações de feiras.

Referindo ao estudo de caso, temos a realização das festas dos vizinhos e festa do dia do imigrante, na HN e no bairro PC há realização de outras atividades. Os entrevistados fazem alusão à necessidade de se sair da teoria para a prática:

Ir diretamente às ações...temos que ir. Não pormos só em conversas (EM5).

Porém alguns vão tendo iniciativa por sua própria vontade e disponibilidade, mas é preciso fazer esse caminho coletivo, que não é nada fácil segundo os entrevistados.

[...] Mas outras ainda são decisões que são tomadas coletivamente, em que o GC deve agir em qualquer coisa, pronto, fazer uma ação concreta qualquer... Acaba por sobrar normalmente para uns quantos...para umas quantas pessoas que tem mais o espírito de partilha, mas disponibilidade, tentar querer fazer bem comum e pronto, isso é uma coisa que sucede muito. Ainda não estamos naquele patamar de todos. já estamos a aproximar aquele patamar de todos tomarmos as decisões coletivamente, e ainda não estamos perto daquele patamar de todos agirmos sobre essas decisões coletivamente. (EE1)

Pôr-se em ação é uma necessidade:

Nós temos que fazer alguma coisa. Nem que para isso criemos uma comissão no próprio GC para ajudar essas pessoas. (EM1).

c) Estratégia emergente

São estratégias emergentes, ações que não são programadas, mas que surgem por si, isto é, na ausência de um plano. Ou então intenções planeadas, mas cuja situação obriga sua modificação ao longo do percurso (Mintzberg, 1978).

A situação atual dos dois Bairros Padre Cruz e Horta Nova implica uma estratégia de emergência. É por esta razão que não existe um plano de atividades nem ações a decorrer dado a situação presente, que é justificado com o que dizem os técnicos, moradores, especialistas etc.

Como podemos evidenciar que a situação atual exige uma estratégia de emergência nesses bairros? Eis o que foi dito:

Temos pessoas aqui que tem históricos de vida muito pesadas, que estão muito amachucadas com a vida, não é? Uma situação que podia ser resolvida de uma forma mais rápida. (ET1).

Quem não tem as suas necessidades satisfeitas não terá nem disponibilidade nem capacidade, nem interesse para se empreender em qualquer outro projeto ou atividade.

Por isso, de acordo com os entrevistados é necessário:

Atuar de forma, de emergência, de urgência para resolver problemas. E de forma que, depois das pessoas terem o mínimo do essencial respondido, então possam disponibilizar-se para outras atividades, de outros envolvimento no GC.

Um dos exemplos mais premente da estratégia de emergência é a atual situação de crise da pandemia COVID 19, da qual não podemos deixar de referir.

Houve dinâmicas de solidariedade interessante nos GC com grande envolvimento de moradores.²¹

De entre as várias, destacamos o extraordinário trabalho desenvolvido pelo GC no bairro das Galinheiras, em Santa Clara, no âmbito da realização do teste de Covid 19 aos moradores deste bairro.²² O GC recebeu essa responsabilidade por parte da Direção Geral de Saúde, de forma que toda a dinâmica organizativa e estratégia para a realização do teste aos moradores foi assumida pelo GC (segundo o Professor Rogério Roque Amaro). O processo foi baseado na seguinte estratégia: *informação, acompanhamento nos testes e depois todo o apoio que será necessário depois deste. Este deve ser integrado, seja em que situação a pessoa estiver não deixando ninguém de fora* (CLIP, Conversa a copo, junho 2020)

A atuação do GC exige a articulação destas três estratégias, pois o próprio contexto de atuação é instável e por isso requer uma maleabilidade. Ou seja, planos pensados podem realizar-se ou não, ou podem ser modificados. E a estratégia de emergência é a que qualquer GC, em algum momento, está sujeito. Haja vontade para atuar.

Todos esses detalhes são referidos para dizer que a primeira estratégia de integração consiste nas articulações das três estratégias.

A segunda estratégia de integração consiste na integração ou articulação das diversas áreas de atuação que também se dá de três formas como bem o explica o entrevistado EE2

Portanto eu diria que a integração (das áreas de atuação) acontece de três formas: espontaneamente nos moradores que não fazem a distinção, mas integraram bem, sei lá, quando fazem uma atividade, um programa ou de carnaval, ou que for, integram já por si várias coisas. Ou naqueles técnicos ou instituições que trabalham formalmente em parcerias para terminar os projetos ou ações, porque ao fazer juntam elementos de uns e de outros e em terceiro lugar é quando na cabeça dos técnicos quando desenvolvem esses trabalhos conjuntos acabam por nascer uma tendência para a integração que é quase também espontânea. (EE2).

²¹ Esses dados foram recolhidos num encontro via Zoom com o professor Rogério Roque Amaro, com o tema: o papel dos moradores e grupos informais em situações de emergência (CLIP, Conversas a copo).

²² Foi feito o levantamento dos residentes pelo GC, dado que os dados sobre o nº de residentes baseavam-se nos dados do senso de 2011. O teste foi realizado pela INEM, as pessoas eram trazidas das suas casas acompanhadas por pessoas do GC e também eram acompanhadas durante o teste por um técnico e um morador. Foram realizados quatrocentos testes. Tudo foi feito sem a presença da comunicação social e sem o cerco policial por decisão do GC em reuniões antecedentes.

As Conquistas dos Grupos Comunitários

Dessas dinâmicas resultam grandes conquistas no seio dos GC. A descrição destas conquistas é o somatório das conquistas dos diferentes GC descrito no ponto 5.3. e que serão descritos por áreas de atuação.

a) Nas áreas de Bem-Estar

No âmbito da saúde: Melhoria das condições de saúde dos moradores, através da realização de dinâmicas - Comunidade Mais Saudável: com rastreios, aconselhamento nutricional, sensibilização de saúde oral; e melhorias de condições de saúde devida à através da melhoria das condições habitacionais.

Habitação - a melhoria das condições habitacionais, sobretudo no que diz respeito à colocação de elevadores nos prédios ou reparação do mesmo. Construção de moradias de 3 andares em vez de 5, 6 ou 7. Exemplo disso são os Bairros PC e HN.

Ambiente - conquista dos espaços verdes, jardins e hortas comunitárias. Outra grande conquista tem a ver com a criação da PIC (Plataforma intercomunitária) tendo como resultado melhoria da higiene urbana através de ações de sensibilização: ruas limpas, ruas seguras (Recolha de objetos dispersos na via pública, construção de sinalética, separação de lixo, etc.)

Educação – construção de escolas; reforço do trabalho de acompanhamento do estudo, com particular atenção aos que têm dificuldade de aprendizagem;

Identidade cultural - valorização das culturas e identidades locais – realização de feira franca; realização de festas comunitárias: dia do vizinho, dia do imigrante etc. bem como novas estratégias de diálogo com as comunidades ciganas;

b) Segundo o Ciclo de vida

Famílias - Reforço no apoio à procura de emprego e à empregabilidade; maior qualificação de mulheres para a sua futura profissionalização e criação de atividades económicas; progresso ao nível de maior igualdade de género e emancipação da mulher.

Crianças e jovens – Ocupação de tempos livres saudáveis de crianças e jovens através de música, da poesia escrita, do desporto, entre outros. Temos como exemplo a criação de grupos de dança das crianças das diferentes culturas no GC de Portugal Novo,

como também foi no passado com as crianças da Horta Nova. Esta é uma integração através da arte.

Pessoas Idosas – sinalização de casos de isolamento e dependência em colaboração com a PSP e a SCML. Os moradores do PC e HN identificam estas situações e levam os dados para serem resolvidas pelo GC.

7.3.2. Principais barreiras e dificuldades no funcionamento do GC.

i) Participação dos moradores, das pessoas da comunidade

A participação dos cidadãos que habitam um determinado território nas dinâmicas locais geradas pelos serviços é instável e variável. No ciclo de vida de um GC os moradores participam e deixam de participar por diversas razões que passamos a expor.

a) Participação por interesses individuais.

Um dos grandes debates nos GC tem a ver com a participação dos moradores por interesses individuais. É uma grande preocupação em torno desta questão como podemos constatar nesses dados que vamos ressaltar.

As pessoas vão muito por objetivos próprios e não por objetivo comum. É muito complicado o GC dar resposta a motivo de uma só pessoa. E depois também é pena, porque pessoas que vão ao GC uma só vez, é para exporem o problema delas, nem sequer estão preocupados em acabar o GC (acabar a reunião). Nem expor o problema do outro. Expõe o problema delas, boa noite e até amanhã. Levanta-se e vão-se embora. Ou seja, abusa-se um bocadinho do GC para uso pessoal. E não do bairro. (EM5).

O mesmo foi dito pela maioria dos moradores entrevistados. Os dirigentes associativos partilham da mesma opinião ao dizer que:

É verdade que depois cada pessoa vai lá e acaba por pôr o seu problema. Eu também percebo que eles precisam, mas ... (EDA1)

Entre os técnicos, não há consenso. Para uns é normal que *à priori* uma pessoa apareça com problemas individuais. Para outros os problemas individuais tm lugar específicos param serem expostos (nos gabinetes dos respetivos serviços). Eis o que nos dizem:

Os GC são para estar a representar as instituições e a comunidade e pensar em ações e resoluções que são transversais à comunidade que são para o benefício de todos, não é para levar problemas individuais, o problema da minha casa, da porta do vizinho, etc. (Entrevista exploratória a técnica do bairro das Galinheiras)

Um outro técnico apresenta uma visão diferente dizendo que:

O GC é um espaço aberto, as pessoas vão para lá, sentem-se incomodadas e com o legítimo direito de em primeiro lugar tentar resolver o seu problema – elas quando chegam no GC, elas chegam primeiro pensando, no apartamento delas, depois pensam no próprio lote delas, no próprio prédio delas, ou seja, começa a existir um sentimento de luta, um sentimento de pertença, que em primeiro momento é individual e que em segundo momento é comunitário. (ET1)

O Político compartilha da mesma visão ao dizer:

A atenção que se dá aqui às pessoas o seu envolvimento, o envolvimento sério e empenhado a disponibilidade para análise muitas das vezes individual de cada uma das situações, contextualizando-a depois no geral, mas tentando individualizar também algumas das situações, porque cada situação é uma situação, cada pessoa é uma pessoa, cada família é uma família e portanto há que encontrar aqui também diferentes formas de encerrar os desafios, para sermos mais eficazes, para estamos mais próximos das pessoas e para conseguirmos contribuir efetivamente para que cada pessoa sinta feliz nesta comunidade. (EP2).

Podemos afirmar que esta foi uma questão de debate no encontro dos GC de Lisboa, do dia 7 de Dezembro de 2019. E verifica-se claramente oposição entre os técnicos. Sublinha um dos técnicos que a pessoa quando chega ao GC vem com seu problema e cabe aos técnicos ter a capacidade de ajudar e saber direcionar a pessoa para o coletivo.

De todo o confronto que isso gera, encontramos um ponto comum: todos estão de acordo que os GC são para o coletivo, para a comunidade. E é por essa razão que os dois GC em estudo se têm vindo a esforçar para alterar essa dinâmica individualista, que não tem sido nada fácil segundo os ditos dos entrevistados:

Ainda que se peça sempre para não levar problemas individuais ao GC as pessoas acabavam por ir lá, pôr os seus problemas ao GC. Infelizmente há pessoas que só conseguem funcionar assim (EM3).

Diz ainda um dirigente associativo:

Tem-se conseguido pouco que as pessoas tenham o empenho em pensar no todo. Aí tem sido difícil. (EDA1).

Isto remete-nos para a diferenciação entre problemas pessoais e de conjuntura e os problemas coletivos e de estrutura social, (conforme referido por Núncio, 2015). Segundo essa autora, é difícil a exata delimitação de uns e de outros, pelo que resulta preferível pensar a intervenção social como um *continuum*, que parte da intervenção individual e chega à intervenção coletiva e comunitária (Núncio, 2015:129).

b) As reações dos moradores

Foi referido pelos entrevistados que as reações dos moradores nem sempre são assertivas, constituindo desta forma um dos grandes obstáculos no normal funcionamento, falando particularmente dos dois GC. PC e HN.

Recorrendo aos dados das entrevistas foi afirmado que em algum momento:

Já participou no GC e sabe que há momentos que são momentos muito tensos. Há momentos que nós próprios enquanto instituição temos que nos reinventar, temos que ter força para levar o barco adiante. (ET1).

Às vezes denota-se um certo exagero na forma como as reações acontecem pois pelo que foi dito:

Já houve ali situações de alguma agressividade porque e a representante, que continua a lá estar infelizmente, houve uma altura que ela se aborreceu, e bem na minha opinião, com razão, porque foi ofendida, ninguém tem que ir ali para ser ofendida. As pessoas podem criticar e tem todo o direito para criticar, é uma organização que funciona muito mal em muitos aspetos, mas isso não dá o direito às pessoas de tratarem mal os funcionários. (EM3).

O mesmo foi dito pelo entrevistado (EM6)

Não viste as palavras daquela senhora? Mas eu jamais eu abriria a boca para dizer tais coisas. Eu jamais trataria um ser humano por aquelas palavras que ela tratou, jamais... Temos que saber os patamares. A doutora ficou ali encabulada. Até mudou de cor (EM6).

Essas reações são consideradas pelo especialista como atos violentos:

E da maneira como são muitas vezes muito violentos e que põe em causa a própria dignidade, não é? A própria autoestima. (EE1).

Um morador partilha a sua visão sobre a questão dizendo:

As pessoas podem criticar e tem todo o direito para criticar, a Gebalis é uma organização que funciona muito mal em muitos aspetos, mas isso não dá o direito às pessoas de tratarem mal os funcionários da Gebalis. Gebalis é uma coisa e as pessoas que lá trabalham são outra. (EM3)

Neste sentido referiu o entrevistado EE2 que as pessoas precisam de ser ajudadas a serem capazes de exprimir as suas revoltas e as suas zangas, mas com sensatez e não de forma primária, com firmeza sim, mas de forma educada e organizada. É necessário respeitar tanto a dignidade dos moradores como a dos profissionais, havendo necessidade de clarificar os princípios de diálogo e empatia que devem imperar nas reuniões.

ii) Participação por parte dos técnicos

De acordo com os dados recolhidos, constitui dificuldade para o bom funcionamento de qualquer GC, o perfil dos técnicos o seu interesse pelo trabalho comunitário e a adequação da sua formação; a isto acresce o horário das reuniões; a ausência de suporte familiar e institucional, entre outros.

a) Perfil e o interesse dos técnicos

Em sua obra, (Nunes et al., 2017), fazem referência ao desconhecimento ou distanciamento em relação ao significado e ao lugar atribuído ao Desenvolvimento Comunitário:

“Uma parte de participantes, sobretudo as (os) técnicas (os), que nunca tiveram contacto direto ou indireto, com os projetos desenvolvidos pela Santa Casa, revelou, um desconhecimento assinalável quanto às características específicas desta forma de intervenção, encarando-a muitas vezes como se correspondesse a uma atividade de certo modo estranha, periférica e mesmo descabida, quando comparada com o *core business* das respostas convencionais” (Nunes et al., 2017:64).

Esta constitui uma das grandes dificuldades identificadas pelos entrevistados, para o bom funcionamento do grupo comunitário.

Neste sentido dizem os nossos entrevistados que:

Agora muitos dos técnicos que aparecem nessas instituições têm uma formação pouco favorável ao trabalho comunitário. (EE2)

De acordo com um entrevistado:

Agora os técnicos estão muito mais virados para outra abordagem que não é essa a comunitária. (EDA2).

Essa desadequação do perfil torna-se um grande obstáculo quanto à presença dos moradores.

Para alguns técnicos, pelo seu perfil pessoal também, ou falta de adequação do seu perfil pessoal para lidarem com estas revoltas ou com estas presenças da comunidade que as vezes não exprime da melhor maneira, que às vezes é demasiado queixosa, exigente e põe em causa o trabalho que estais a fazer estais a ver? (EE1).

Um perfil desadequado tende a opor-se a qualquer situação, tendencialmente numa postura reativa de defesa, como podemos constatar a partir desse excerto:

Quando os moradores criticam as instituições, normalmente os técnicos têm tendência a defender-se. Ou seja, sentem como um ataque a si próprio e às vezes, não tem nada a ver com eles. Os técnicos têm que ter ali estrutura para receber estas críticas e não estar à defesa. É o que acontece muitas vezes, os técnicos partem para o ataque, estão à defesa. Eu já assisti a técnicos a dizer: “você nem paga a renda, e está aqui a mandar vir”. Este técnico não teve estrutura para aguentar as críticas que não eram com ele, mas com a organização dele. Por isso muitas vezes eu digo que os técnicos podem, sem querer, matar a participação dos moradores. (Entrevista exploratória a técnico do Grupo Portugal Novo)

Utilizando as palavras de Clavel (2004:128), os agentes implementam mecanismos de defesa da instituição como se se tratasse da sua própria pessoa, dos seus próprios interesses e não os de um serviço público. Toda e qualquer pergunta é entendida como uma acusação pessoal e induz a comportamentos de justificação ou de rejeição

b) As formas de comunicação.

Amaro (2018) aconselha que a linguagem utilizada deve ser simples, evitando expressões demasiado eruditas e tecnocráticas, para que todos possam compreender e possam participar e envolver-se plenamente nas reuniões. De acordo com vários dados recolhidos o que acontece é o contrário como podemos constatar a partir deste excerto:

A população no bairro sempre se sentia muito constrangida em como falar, em utilizar alguns conceitos...isso aí inibia de atuar. Não havia confiança. A linguagem usada pelos técnicos, às vezes mesmo sem querer, sem ser essa a vontade, acabava por afastar a participação genuína da população, não é? A pessoa sente-se excluída, sente-se que não está lá. Então estão a falar de mim e eu não consigo entender? Quase que é, como se estivessem a falar outra língua para eu não entender o que estão a dizer. E é de propósito, porque eu vejo a telenovela e entendo tudo o que está lá, portanto, se eles quisessem falavam para mim, fariam de outra forma (EDA2).

Num GC é imprescindível um diálogo aberto onde todos participam, baseado em princípios de aceitação e de respeito mútuo, favorecendo a interação entre os membros, através de uma comunicação livre e espontânea, onde cada um possa expressar livremente o seu ponto de vista e emitir opiniões, sugestões, conselhos, de forma a construir um conhecimento partilhado e alcançar as metas propostas (De Robertis, 2019).

c) Questões éticas deontológicas

A deontologia é uma teoria normativa, segundo a qual as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Ou seja, são princípios éticos e normas de conduta profissional. O código deontológico é um instrumento, profissional basilar, considerando a natureza da profissão baseada em valores que se concretizam em relações de confiança estabelecidas de forma direta e/ou indireta entre os profissionais e as pessoas destinatárias da sua intervenção social (APSS, 2018).

A deontologia é um ato sagrado, salvaguardado pelos (as), técnicos no GC. De acordo com os entrevistados, esta fidelidade não tem favorecido a intervenção:

Um dos problemas que tem surgido nos GC é a questão da deontologia. Porque, não pode estar de acordo com os códigos deontológicos, éticos de determinadas profissões, como por exemplo assistentes sociais, ou psicólogos, ou médicos, em que tu não podes estar a partilhar informações privadas sigilosas em público. (EE1).

Esta questão está claramente confirmada com o que dizem os técnicos nas entrevistas:

O nosso trabalho lá no fundo, é um trabalho muito sensível, uma área diretamente ligada com a privacidade do outro, acima de tudo com essa vertente do respeito pela individualidade do outro muito acentuada. (ET1)

Assim é, que referiu um dos técnicos de haver espaços próprios para atendimentos de casos individuais:

E a Gebalis tem um gabinete no bairro, com horário de atendimento ao público em que as pessoas têm que dirigir aí para expor seu problema e não lavar roupa suja nos GC. (Entrevista exploratória, técnico do GC das Galinheiras).

Se para uns é assim, para outros não é. Portanto não há consenso quanto a esta questão, pois outro técnico demonstra uma visão contrária dizendo:

Muitas vezes são os técnico é que matam a participação nos grupos comunitários. Porquê? Primeiro pela linguagem que utilizam, depois porque há questões éticas para os técnicos que os moradores não têm (Entrevista exploratória, técnicos do GC Portugal Novo).

Na visão do morador entrevistado:

Um GC não tem que estar a pensar se aquele morador chegou e está a falar sobre a sua vida pessoal em público. Porque o GC é isso. (EM2)

d) A questão do horário

Esta é uma questão muito polémica que foi referida por todos os entrevistados.

A maioria dos GC realiza as reuniões durante as horas de expediente, com exceção dos dois GC de estudo de caso. Esses, durante anos realizaram reuniões quinzenais e depois mais tarde mensais, sempre às 21 h da noite. Atualmente no Bairro da Horta Nova a reunião passou a ser às 19 h e no Padre Cruz continua ainda às 21 h e continua a ser mensal.

Nos outros GC não acontece porque:

Normalmente os técnicos preferem que as reuniões sejam às horas do seu expediente, portanto no seu horário de trabalho. Mas a essas horas as pessoas não podem porque estão a trabalhar, ao menos, uma grande parte das pessoas não pode ir. Poderão ir os que não estão a trabalhar, porque são reformados ou desempregados, ou porque estão a receber um Rendimento social de Inserção. (EE2).

Atendendo ao que diz Amaro (2018), os horários de conveniência da maior parte das pessoas não coincidem com os dos técnicos. A solução deve ser por consenso e em caso de dúvida privilegiar os interesses da comunidade.

e) Excesso de atividades institucional e falta de tempo

Foram imensos os dados recolhidos que referem o excesso de atividades institucionais impedindo esse trabalho de proximidade, e de participação dos profissionais nos GC. Esta foi uma das grandes preocupações manifestada pelos técnicos, aquando da realização dos encontros dos GC por áreas geográficas, em Lisboa.

Até tínhamos uma técnica excelente para intervenção comunitária, mas nunca teve tempo para se dedicar aquela comunidade porque tinha quatro freguesias para servir.

(Palavras de uma técnica do GC de Liberdade e Serafina aquando do encontro realizado por área).

Outro dado importante a realçar é o que se segue,

A realidade de outrora não é o de hoje e depois temos uma série de recursos humanos que estão afetos como é a creche e jardim de infância. Acabamos por não ter tempo para o trabalho comunitário por causa do excesso de trabalho. E todas as instituições têm o mesmo problema (Rádio Movimento Pt On-Line. Técnica do GC dos Loios).

O excesso de trabalho deve-se à limitação de recursos humanos. Dois dos entrevistados, fazem a mesma referência a esta questão dizendo:

E na verdade o que acontece é, a instituição em termos dos recursos, tem poucos recursos humanos, tem poucas pessoas a colaborar, e tem vários projetos no ativo em simultâneo. (ET2)

Nós temos que ter essa capacidade da elasticidade muito grande, de resiliência muito grande, porque nós temos poucas pessoas no dia-a-dia [...] Para nós seria uma sobrecarga muito grande ter outro GC que também é numa quarta-feira, que também começa as 9h e vai até à 1h da manhã e pronto. E para nós é uma questão de disponibilidade de técnicos de acompanharmos esse projeto, (ET1)

f) Necessidade de suporte familiar.

De acordo com os entrevistados existem várias circunstâncias que permitem uma pessoa participar ou não no GC:

E na verdade, imagina, na altura não tinha filhos e se calhar se tivesse iria ponderar se iria ou não. Isso requer que tenhas apoio, requer que tenhas suporte familiar e requer uma data de coisas. (ET2).

Um outro entrevistado comunga da mesma lógica ao dizer:

O técnico que tem a sua profissão e tudo mais e depois estar constantemente nessa atuação, e lá está a sua família e tudo mais... e há que se arranjar...ou seja, esse equilíbrio sempre foi difícil de obter, sempre foi conflituoso, não era algo assim fácil. (EDA2)

iii) Dificuldades por parte das instituições.

No que se refere às instituições estas constituem obstáculos para o bom funcionamento do GC, por múltiplas razões apresentadas nas entrevistas, das quais se destacam:

Interesses institucionais acima dos interesses comunitários:

Porque também é assim, as instituições vieram porque, isto também muitas vezes há um jogo de interesses, não é? Então vieram. E depois de terem as coisas resolvidas desapareceram, deixaram de aparecer. É a minha perspetiva. Houve ali, algum interesse e depois do interesse estar resolvido pronto. (EM3).

a) A lentidão dos serviços na resposta aos problemas:

Os moradores sentem-se incomodados com a ausência de resposta aos seus problemas e consideram que os que estão presentes no GC não são os que deviam estar, não são os que têm resposta aos seus problemas.

Dois dos entrevistados apontaram para os prejuízos causados perante tal situação:

Se bem que estás porque queres saber e queres ter proximidade, mas também é duro para ti, enquanto profissional estar [...] na verdade temos é uma pessoa de uma instituição que vai lá e que dá a cara mas a decisão que se quer tomar, que se quer que seja tomada, não vai depender necessariamente daquela técnica, é que é aquela figura, é a que apanha... (ET2).

A morosidade dos processos administrativos e burocráticos faz as pessoas desacreditarem os serviços e o GC. As acusações de que os problemas não se resolvem no GC desmobilizam muita gente. As estruturas de poder político e as estruturas dos serviços são lentas. (EE1)

b) A dimensão político-partidária

Este é um outro aspeto muito relevante que foi evocado durante nalgumas entrevistas. Cria mau estar no GC, e é também um fator que tem provocado abandono do GC por parte de alguns, como podemos observar a partir da exposição dos dados recolhidos. As formas de expressarem de três entrevistados evidenciam claramente a situação vivida no seio do GC:

O GC é aproveitado como arremesso político. E isso incomoda-me um bocado, porque nós não somos políticos, nós não somos bolas, para andar para cá e para lá, a ser atirados, e isso chateia-me um bocado, quando tentam-nos manipular para atingir um fim político. E nós não somos parvos. Fazemos de conta que não percebemos, mas entendemos. (EM2).

A Câmara tinha interesse em ter as pessoas do lado dela quando foi para fazer a regeneração. Então vinham, ouviam. Mas queriam de algum modo ter a população do lado deles e mais calmo (EM3).

Não gostam nada que a gente toque na Junta, pode se bater e escavar em toda agente da Gebalis, pode se escavar a gente da SCML, pode se escavar a todos, mas a Junta de Freguesia não. E a mim me faz um bocado de impressão,

porque aquilo nem sequer dignifica o partido a que pertence. Faz-me de facto impressão e, é incomodativo. (EDA1)

Falta de transparência para com a comunidade.

As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar. A ausência da transparência foi um dado muito salientado pelos entrevistados, apelando à urgência de:

Trabalhar naquilo que é real, que é possível. Não naquilo que não é possível com prazos irrealistas; portanto aí estaremos todos a enganar todos e uns aos outros. Portanto isso também não faz sentido, porque não faz parte das relações humanas ditas positivas (EP2).

Essa realidade é evidenciada pelo que diz um morador:

Muitas vezes fomos enganados, fomos enganados, pois nos diziam uma coisa e depois na prática faziam outra. (EM3).

Perante esta situação afirma um técnico:

Eu sou completamente contra com o facto de comprometermos com determinados prazos e desses prazos não estarem sob a nossa alçada. Ou seja, partilharmos que é daqui a uma semana, quer dizer, se eu não sei se é daqui a uma semana não posso partilhar que seja daqui a uma semana, porque assim quebra-se a relação de confiança. (ET2).

Essa quebra de confiança é confirmada com o que diz um morador:

Os moradores não têm confiança nas instituições para resolverem os seus problemas. Dizem que: “Não avança. É só conversa.”. (EM4).

A descrença é geradora de uma atitude de apatia que perpassa o sistema social. Perante a falta de confiança na “bondade” das instituições e perante a ausência de perspectivas de mudança, qualquer ação individual é percebida como inútil: “Não vale a pena questionar!”; “Não vale a pena reclamar!”; “Não vale a pena agir!” (Núncio, 2015:18). A expressão “não vale a pena!” souo-nos muitas vezes nos ouvidos durante as reuniões dos GC.

Sen (2003) referiu que quando falta a transparência, quando é violada a confiança, as vidas de numerosas pessoas podem ser afetadas negativamente.

7.4. Os Campos de Atuação dos Grupos Comunitários

O desenvolvimento local tem a finalidade de promover “o desenvolvimento da capacidade das pessoas para trabalharem continuamente para o bem-estar de si próprias e da sociedade” (Payne, 2002: 284). De acordo com os dados recolhidos agregamos os campos de atuação dos GC em duas áreas: O Bem-Estar e o Bem-Viver.

7.4.1. As Áreas de Bem-Estar

Consideram-se como áreas de bem-estar: Habitação, Saúde, Educação, Trabalho, Segurança Social, Transportes, Cultura, Desporto e Lazer, Ambiente e espaços públicos

Tal como foi abordado no capítulo anterior, os GC atuam em todas as áreas que incidem sobre a vida dos indivíduos ou da comunidade, ou seja nas áreas sociais, políticas, económicas, cultural, ambiental, ética etc. E o papel fundamental desempenhado pelos GC é o de “transformar a intervenção sectorial em convencional, converter a lógica sedimentada, disciplinar, numa lógica conjunta e integrada”, como refere o entrevistado EE2.

O mesmo nos diz um dos entrevistados, essas áreas “não estão separadas em caixinhas; estão sim todas relacionadas”, (EE1).

E tentou-se, quando se fazem projetos, sejam eles os magustos, sejam eles um torneio de futebol, sejam eles outras coisas, trabalhar a realidade no seu todo e no seu todo implica essas franjas da população que têm problema específicos, não é? (EDA2)

De acordo com o estudo dos dez GC de Lisboa, as áreas que têm sido mais relevantes, no âmbito de desenvolvimento de atividades, têm sido: a habitação, saúde, educação, ambiente, cultura, desporto, e empregabilidade, entre outros. De entre esses temas, importa fazer referência ao ambiente, particularmente no que se refere à higiene urbana, que tem vindo a ser relevante e de grande interesse para todos os GC.

Relativamente ao estudo de caso (os GC da Horta Nova e Padre Cruz), as grandes áreas trabalhadas têm sido: a saúde, habitação, ambiente, educação, cultura, desporto e a área segurança.

A. Área da Saúde

No que se refere à saúde e doença, devido a situações que os moradores dos bairros sociais vivem, os entrevistados referem-se a: traumatismos ósseos, doenças respiratórias, distúrbios psicológicos ou nervosos, doenças cardiovasculares sobretudo nos

desempregados, problemas dentários e oculares, sobreposição de alcoolismo, toxicod dependência e à sida, designadamente nos mais jovens.

As problemáticas de saúde registadas nos dois Bairros, têm a ver com a saúde mental, cancro, problemas respiratórios nos idosos, problemas de saúde nas crianças e muitas delas relacionadas com as más condições de habitabilidade (humidades e infiltrações). O problema de saúde das crianças é várias vezes debatido nas reuniões dos GC devido ao problema da humidade nas casas. O cancro é um dos problemas graves de saúde registado recentemente, supostamente derivado dos materiais de construção das novas casas (como o amianto) conforme refere um dos entrevistados.

Uma das moradoras entrevistadas refere uma situação,

Houve uma pessoa, que andava aí muito transtornada, ficava fora de casa, deixava a chave em casa, ficava, andava ali, coitadinha parecia um bichinho, não se penteava, vivia sozinha. Tinha marido, tinha filhos, mas morreram e ela acabou por ficar sozinha. Vi a minha vizinha ali, pus o problema no GC e resolveu-se o problema porque meteram a senhora no lar. Fiquei muito contente, porque a senhora andava a ser maltratada pelos miúdos, porque os miúdos são muito rebeldes. (EM4)

O GC tem feito as suas diligências refere o entrevistado (EE1), atuando junto de pessoas idosas, e pessoas com problema de saúde mental e pessoas com limitações físicas.

De entre as várias respostas destacamos um dos exemplos, que é o trabalho desenvolvido pelo GAC (Grupo de Ação Comunitária) no âmbito da saúde mental, que de acordo com a entrevistada (ET2), é um processo que tem sido debatido no GC e é um trabalho feito em parceria com a Associação Horas do Sonho que tem tido grande impacto na comunidade (as pessoas com problemas mentais fazem trabalho voluntário na associação, ajudando a tratar das roupas da loja social). Esta associação, o GAC, também mantém uma parceria com o hospital de Santa Maria, segundo o entrevistado (EE1), tendo sido um projeto-piloto, na área da saúde mental comunitária, com o apoio da Junta de Freguesia, que ainda hoje mantém a cedência das suas instalações, para apoiar dezenas de utentes em centro de dia e centro de atividades ocupacionais.

B. Área da Habitação

A questão da habitação é outra área trabalhada pelos GC e esta tem sido das situações mais críticas ao longo dos tempos, pelas razões acima sublinhadas, por pôr em causa a vida, a saúde e o bem-estar dos residentes.

A habitação é um bem primordial e quem não tem abrigo, ou “onde reclinar a cabeça”, de forma sossegada, não terá também condições de desempenhar outras funções correntes da sua vida quotidiana.

O direito à habitação condigna está plasmado na Constituição Portuguesa (1976) mas, como refere Clavel (2004:59), “ quanto mais um alojamento é dito social, mais é subvencionado, mais o capital que o financia é desvalorizado”.

Todas estas problemáticas são derivadas desta desvalorização das pessoas que vivem em bairros sociais, fruto de preconceitos e de uma decisão tomada de forma tecnocrata, como foi referido muitas vezes nas reuniões dos GC.

Recordando mais uma vez o dito pelo professor Roque Amaro: “Tenho orgulho em recordar como tudo começou em 2010, de forma muito democrática. É pena que essa ideia foi-se perdendo e as decisões começaram a ser tomada de forma tecnocrata” (na reunião do GC do Bairro PC).

Para melhor compreensão apresentamos um quadro de síntese das problemáticas derivadas da habitação, a partir dos dados recolhidos durante a observação e registo de notas das reuniões dos grupos comunitários.

Quadro nº 14 – Caracterização dos problemas de Alojamento

Espaços	Estruturas dos imóveis e materiais de construção
<p>Casas com áreas diminutas (nomeadamente a cozinha);</p> <p>Casas de banho sem janelas; casas sem isolamento de ruídos;</p> <p>Ausência de arrecadação.</p> <p>No prédio,</p> <p>Inexistência de elevadores (parados); porta de entrada dos prédios sem fechaduras, provocando insegurança nos inquilinos.</p> <p>Colocação de portas de entrada dos prédios sem entrega das chaves....</p> <p>Entrega das casas que tiveram obras sem serem feita as limpezas</p>	<p>Janelas com parapeitos de metal cujo sistema provoca aquecimento solar insuportável.</p> <p>Inexistência ou fraca qualidade dos estores</p> <p>Falta de estendais ou de pouca qualidade (ferrugem), roldanas que não funcionam;</p> <p>Falha no sistema de aquecimento da água quente;</p> <p>Má canalização, fuga de água e de gás frequente e durante meses;</p> <p>Materiais de pouca qualidade originando: problemas de infiltração, humidade das casas;</p> <p>Claraboias que deixam passar a chuva;</p> <p>Sistema de esgoto deficitário;</p> <p>Ausência de quadros de luz e de água, impedindo aos moradores o controlo dos gastos e o controlo da fuga.</p>
<p>Junta-se a todas estas falhas, entulho das obras em frente das casas; andaimes que ficam durante meses a fazer barrulho com o vento impedindo o descanso noturno.</p> <p>Da parte dos moradores, criação de animais de estimação sem espaço adequado para tal e sem cuidados.</p> <p>Frequente aparecimento de ratos e baratas pondo em causa a saúde dos moradores</p>	

Fonte: resumo das falas de diversos moradores participantes nas reuniões do GC.

As casas a baixo custo não contemplam a comodidade de quem precisa de habitá-las.

Por exemplo quando fizeram essas casas sabiam perfeitamente que havia gente com deficiência, que havia gente idosa, havia pessoas que não são idosas, mas que lá vão chegar. Há muita gente idosa, mas que veio para cá nova. E depois

vamos levar os nossos problemas para resolver as nossas deficiências, os nossos problemas de nos podermos movimentar melhor e não os encontramos. Leva muito tempo. Até 10 anos! (EM4)

Muitas vezes a forma de reagir das pessoas tem razão de ser. O que nós observamos e sentimos nos dois GC, é que as pessoas estão cansadas de lutar, sentem-se magoadas, e feridas na sua dignidade. As pessoas expressam sentimentos de mágoa e de revolta, como revelam algumas das seguintes expressões usadas durante as reuniões:

i. Em relação ao tratamento social dos moradores

- ✓ Vocês desprezam os moradores dos bairros
- ✓ Tratam-nos como se fossemos uns bandos de barraqueiros que não entendem nada. Nós não somos tolinhos;
- ✓ Tentam impingir-nos coisas que nos outros lados da cidade não servem.
- ✓ Somos tratados como lixo. A Horta Nova é caixa de lixo;
- ✓ As palavras hoje em dia não valem nada;

ii. Em relação à demora das respostas dos serviços

- ✓ Causa-me alguma revolta, com a forma como a Câmara trabalha para os bairros sociais;
- ✓ Tanto tempo a andar atrás para resolver a infiltração e não resolvem. Com todos esses problemas que temos tido nesses últimos dias, vemos que a Gebalis e a Junta passar pelo Bairro, mas não se notou que neles havia alguma preocupação
- ✓ Sou velhote e ando com fuga de gaz em casa à seis meses, isto é uma vergonha;
- ✓ Andamos a correr atrás deles como bolas de ping-pong para resolver os problemas que eles próprios criaram;
- ✓ Enquanto não morrer alguém dentro daqueles elevadores o problema não será resolvido.

iii. Em relação aos seus direitos

- ✓ É preciso andar atrás a mendigar, implorar favores para aquilo que temos direito.

- ✓ Nós pagamos impostos e não temos segurança, não temos qualidade de vida.
- ✓ Não quero uma casa de luxo. Quero uma casa condigna, pois todos os que estão aqui sabem que a minha pouca saúde deve-se ao problema da casa (chorando).
- ✓ Faz pena que há tanta gente idosa no prédio, com problemas de bronquite e que tem que usar bombas durante a noite e estão sujeitas a suportar o cheiro de gaz durante meses, e a Câmara sabe disso mas fecha os olhos.

Resumindo: Há um descanso total nas respostas por ser um bairro social e podia ser bem pior se não houvesse um GC tão ativo. (ET1)

Há milhares de expressões usadas durante a reunião que traduzem as angústias das pessoas. E há razões que justificam as fortes reações das mesmas. São vidas vividas sob perigos. Muitos perderam todas as mobílias por causa da entrada da água; outros têm que se levantar durante a noite para apanhar água que inunda a casa; há pessoas que já caíram por causa da inundação e foram parar ao hospital; há crianças a terem problemas respiratórias por causa da humidade.

Instala-se a cultura da indiferença perante o sofrimento do outro.

- Porquê tanta demora nas respostas tão pontuais?

Em 2011 sinalizámos um problema de um afilhado nosso, ele tem um quarto preto de mofo. De humidade a correr pela parede. Sinalizámos os casos desse quarto do rapaz e ainda hoje, estamos em 2020, e a semana passada fomos visitar o lote e o quarto continua na mesma. O rapaz continua a dormir praticamente a dormir no corredor, ou na sala, (ET1)

Como dizem alguns dos entrevistados, “é conveniente que nos ponhamos do outro lado para sentir a dor que outros sentem”.

De tantas lutas, tantas batalhas, tantas zangas sem resultado, o GC do Bairro Padre Cruz decidiu fazer parar as obras, fazendo comparecer a vereadora da Câmara Municipal, a equipe da Gebalis e os empreiteiros, não só para fazer os reparos sublinhados, mas também para prevenir os erros para com as futuras obras que vão iniciar.

No GC do bairro da Horta Nova foi tomada a decisão de, num primeiro momento, pedir uma intervenção de cima, isto é uma reunião com a vereadora da Câmara Municipal para expor a situação; num segundo momento, reunir com a equipe da Gebalis, nomeadamente os responsáveis da empresa construtora, para implicar que haja um

acompanhamento das obras, ao mesmo tempo, da parte do GC e de uma equipe de fiscalização sistemática (CML e construtora).

O GC consegue representar a população do bairro e ser o interlocutor e mediador dos seus direitos perante os poderes constituídos, neste caso, a Gebalis (entidade gestora) e a Câmara de Lisboa (entidade proprietária).

C. Área do Ambiente

No que se refere ao ambiente, esta tem sido uma grande luta dos dois GC, na conquista de espaços verdes, nomeadamente as hortas comunitárias. As hortas situam-se em espaços circundantes, próximos, sendo repartidas e cultivadas pelos moradores, para muitos deles como suplemento alimentar e complemento do rendimento familiar.

Tal como já foi referido, esses dois bairros serviram de palco de resolução dos problemas de realojamento da cidade e as grandes construções alteraram completamente a paisagem desses bairros.

Nesta linha diz-nos o Papa Francisco:

“Há bairros que, embora construídos recentemente, se apresentam congestionados e desordenados, sem espaços verdes suficientes. Não é conveniente para os habitantes deste planeta viver cada vez mais submersos de cimento, asfalto, vidros e metais, privados do contacto físico com a natureza” (Francisco, 2015).

Além disto, têm-se em conta os grandes benefícios que as hortas trazem para as famílias pobres como já foi referido anteriormente. Assistimos aos debates a respeito das hortas nas reuniões dos GC e observámos as conquistas conseguidas. Ao receber a informação de que as obras iam começar todos os presentes manifestaram a sua grande alegria e satisfação com um grande aplauso. Dirigindo-lhes a palavra disse o professor Roque Amaro:

É mais uma razão de que devemos continuar a lutar sempre, e sermos persistentes nas nossas lutas, pois a resposta pode chegar tarde mas chega sempre (reunião do GC).

D. Educação

A educação das crianças e jovens foi sempre um ponto tratado nas reuniões do GC. Temos como exemplo a construção da escola da HN (1993) como já foi referido, cessando

a situação em que as crianças se deslocavam para fora do bairro muitas vezes maltratadas pelas intempéries.

Como relata uma moradora entrevistada:

Nessa reunião propus o caso da escola eu não tinha cabimento as crianças irem para a escola em Carnide quando temos espaços aqui e as crianças a serem maltratadas pelo caminho, maltratada em questão do tempo, e então que precisávamos urgentemente de uma escola e passamos a ter uma escola (EM4)

Tanto no Bairro do Padre Cruz como da Horta Nova as escolas estavam sempre presentes no GC e como refere a Entrevistada EE1: *através da própria diretora e da associação de pais que apoiou muito a integração das crianças.*

Outro problema que afetava às crianças era a fome, diz-nos uma das entrevistadas: *Crianças que iam para a escola, todo o dia e não comiam (EM6).* Esta foi outro campo de atuação do GC, criando a cantina escolar para fornecer alimentação às crianças da Horta Nova e do Padre Cruz (1998, em colaboração com a CML e a Junta de Freguesia).

E. Área da Cultura

Cultura é um conjunto de conhecimentos, valores, símbolos, tradições, ideias, costumes e práticas características de um grupo.

Segundo os entrevistados, nos dois bairros estão representados entre os moradores as seguintes identidades culturais: caucasianos e lusos incluindo os ciganos, os cabo-verdianos, os angolanos, os guineenses. Cada um tem a sua identidade alicerçada na sua história, tradição e saber.

Essa convivência com a diferença cultural tem os seus altos e baixos e tem a sua riqueza como diz a entrevistada (EM4): Havia convívio e também havia problemas entre moradores.

Essa dinâmica relacional varia entre as culturas segundo alguns: Houve uma difícil convivência com ciganos. Houve uma relação mais facilitada com cabo-verdianos e angolanos (EM1).

A cultura de um povo está repleta de elementos e significados que vão identificar esse povo como pertencente a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-o de outras comunidades ou regiões. Portanto numa comunidade como estas (Horta Nova e Padre Cruz), com grande diversidade cultural, urge a necessidade de pôr as pessoas em contacto usufruindo desse enriquecimento cultural.

Neste sentido, o GC procura com a sua dinâmica incentivar atividades que promovam valores culturais, através das festas comunitárias, nomeadamente “a festa dos vizinhos” e “a festa do imigrante”, no caso do Bairro da Horta Nova, em que a comunidade se reúne com grande peso, para conviver, numa mostra de sabores, memórias e recordações, às quais se juntam as exposições de fotografias antigas e as músicas típicas de cada lugar.

Também no mesmo bairro, em 1993, foi criado um grupo de danças com crianças do ensino básico, reunindo crianças de famílias caucasianas incluindo as ciganas e famílias de origem africana. Essa dinâmica que se estendeu para fora da comunidade, proporcionou a todos uma maior sensibilidade e consciência sobre a importância da identidade cultural de cada povo e um maior respeito pela diversidade. Diz a esse respeito um entrevistado

Defender a cultura na sua diversidade e não obrigar que toda a gente esqueça a sua cultura ao afirmarmo-nos pela nossa cultura dominante. Cada um tem direito à afirmação cultural própria. (EE2)

Como diz Bianchi (2006), trata-se de acolher o outro sem o ajustar à nossa medida.

Outros entrevistados recordam:

Fomos apresentar o nosso bairro na Reboleira numa festa que fizeram lá contra o racismo, levamos lá as nossas meninas africanas e as meninas brancas a dançar o kuduro e o rancho. (EM4)

Fomos a muitos sítios apresentar com os nossos jovens, desde a Gulbenkian, a hospitais..., por exemplo, fomos atuar à clínica de São José quando abriu. (EM6)

Usando as palavras de Bianchi (2006:90) essa é uma aventura extraordinária de fazer cair muitas falsas imagens negativas, dando a conhecer a riqueza da interculturalidade.

Um outro entrevistado entende esta prática como, uma forma de integração intercultural, como meio para evitar a pobreza e a exclusão social, no sentido mais pleno. (EE1)

Relativamente ao bairro Padre Cruz, também já se têm realizado festas comunitárias, mas no presente esta dinâmica está adormecida. Apenas reúnem as coletividades para celebração dos Santos Populares, em Junho.

F. Área do Desporto.

O desporto como o conhecemos nasce nessa época (no final do século XIX e início do século XX). O caráter atual do desporto, permite definir sucintamente o modelo institucional, social, cultural e espetacular do desporto contemporâneo. (cf. Torres, 2007).

Existiam no Bairro Padre Cruz, três coletividades desportivas. Os Amigos da Luz, os Escorpiões Futebol Clube e os Unidos Futebol Clube. De acordo com os moradores, havia no bairro seis equipas de futebol, duas delas femininas, ginástica para as senhoras e havia dança. Eram tudo coisas que permitiam juntar os moradores em movimentos que já havia e dar-lhes algumas estruturas.

Na Horta Nova o Juventude da Horta Nova era responsável por uma equipa de futebol.

7.4.2. Bem Viver – participação e cidadania.

A finalidade última do GC é o Bem-Estar e o Bem-Viver da Comunidade. Por isso, esta constitui o seu centro, sua essência, sua razão de ser (Amaro 2018). Os Parceiros institucionais e as comunidades em conjunto promovem ações pautadas sobre princípios de desenvolvimento comunitário para alcançar tal finalidade (cf. Amaro, 2018). Esses princípios permitem que as ações desenvolvidas não se restringem a oferecer um conjunto de serviços à comunidade, mas em promover o *empowerment* a emancipação e a mudança social. Ou seja, o GC aposta numa metodologia que procura, permanentemente, proporcionar oportunidades para que a comunidade ganhe maior controlo sobre as suas condições de vida.

Como sabemos a maior parte dos GC não têm a comunidade no seu centro, por isso tendem a trabalhar “para a comunidade”, a oferecer os seus serviços e não “com a Comunidade”.

O envolvimento ativo da população nos processos da intervenção foi a dinâmica utilizada pelos GC, nos Bairros da HN e PC. Fazer participar, é abrir espaço ao exercício de uma cidadania efetiva, um direito amplamente violado na nossa sociedade

De acordo com Silva (2013:44), os direitos civis continuam a ser sonegados a milhões de cidadãos que permanecem excluídos das mais elementares formas de dignidade humana, os direitos políticos continuam a ser corroídos e os direitos sociais estão cada vez mais ameaçados.

A participação foi fortemente encorajada nos dois GC, HN e PC, abrangendo atores institucionais, locais e as populações

Eu andava na rua e perguntava às pessoas: o que é que vocês gostavam de fazer? Eu chamava as pessoas e punha-as a participar e a vir e a formar associações... ..dizer, vamos formar que é para melhor depois lutarmos. Era trabalhar com o Vicariato, trabalhar com os Escuteiros, trabalhar com a Misericórdia porque estava ali um grande aglomerado de instituições, havia clubes também, havia três clubes e tive que meter tudo ao baralho e comecei a reunir num salão de festas que nós tínhamos, que era gerido por nós, mas que desapareceu (ECP1).

Havia grande dinâmica de mobilização da população, envolvendo-a nos debates, proporcionando oportunidade de se pronunciar, auscultando sobre os problemas específicos que a afetavam e que colocavam em causa o seu bem-estar.

O conceito de participação ligado ao conceito de *empowerment* (Vieira 2017), que se inicia com o envolvimento nos debates, é reforçado pela aquisição de competências práticas:

Este processo passou no fundo pelo cruzamento das necessidades que existiam e o pensar juntos no GC qual seria a alternativa para este tipo de resposta e inclusive o primeiro passo foi capacitar. No início a ideia era que fosse uma cooperativa de babysitter, ou seja que as pessoas que já eram amas no bairro, pudessem ter formação, ser capacitadas, não é? [...] Ou seja, uma necessidade de bairro, mas simultaneamente também aproveitar as competências e trabalhar as competências das pessoas no bairro para dar uma resposta (ET2).

Esta é a dinâmica de priorizar os recursos internos tantas vezes referidos pelos técnicos e especialistas de intervenção comunitária. O aproveitamento dos recursos internos contribui para a valorização, motivação e envolvimento dos habitantes na ação.

Temos ainda um outro exemplo de recursos internos que foi acionado em um projeto que para além de tantos benefícios realçados pelos entrevistados, contribui ainda para a redução de custos:

Foi criada uma associação que se chamava PROACT, [...] tanto do bairro da Horta Nova como do Padre Cruz, empregando os desempregados locais. Isso durou muitos anos, deu muito emprego, emprego digno, com contrato de trabalho, com ordenado digno correspondente à categoria da pessoa, a gentes destes bairros que estavam sem oportunidades de trabalho mas que tinham vontade e capacidade e competências para se empregarem. Incluindo alguns “dos vândalos” que até alguns foram tirar cursos de cozinha, e hoje um deles, um dos mais problemáticos de todos, está a trabalhar num restaurante ainda (EE1).

Essa pulsão participativa reforçada pela capacitação, veio a frutificar em vários âmbitos, nomeadamente nas dimensões da consciência crítica e no empoderamento dessas pessoas. Vemos assim como a consciência crítica é considerada condição essencial para que um cidadão possa realmente participar na mudança social.

Sou ativa no GC. O meu marido também, de vez em quando também vai, ele faz parte do grupo das hortas quando é preciso também vai, quando é preciso ir à Câmara também vai. Nós não temos papas na língua. Para os nossos direitos, nós não temos papas na língua. Nós temos uma formação que tudo tem que se dizer. Não, não, não nos metem medo (EM6).

As práticas de participação comunitária reforçam a consciência crítica e permitem interrogar, criticar situações e discursos:

Estamos tristes e incomodados com a forma como nos abordaram. Eu não esperava que uma Câmara, com representante político qualificado escrevesse uma carta com aquele teor, apresentando ameaças. Nós vivemos uma democracia, não consentimos ser tratados desta forma por quem quer que seja, por nenhuma instituição, nem pela Junta de Freguesia (Palavras de um morador, numa reunião do Grupo Comunitário).

Agir de forma crítica é sinal de emancipação. O trecho acima remete-nos para o que diz...uma comunidade emancipada é livre quando as leis não são impostas por processos repressivos. Uma comunidade emancipada é consciente dos seus direitos e deveres e dos direitos e deveres dos outros.

A emancipação manifesta-se também nos múltiplos combates às normas arbitrárias e às hierarquias opressoras e promotoras de discriminação:

Não sei porque é que andam a fazer tanta discriminação das pessoas dentro do próprio bairro. A uns é facilitado o acesso ao terraço a outros é fechado. Digo isto, mas algo semelhante tem acontecido noutras coisas e de forma exagerada. Para uns é oito e para outros é oitenta. (Palavras de uma moradora numa reunião do GC do Bairro da HN).

Uma comunidade autónoma toma iniciativa na resolução de muitos dos seus problemas. Tem o controlo sobre o que lhe diz respeito, como refere um entrevistado:

Eles têm a resolução dos problemas deles entre eles. Aquele que está ali com eles, que convive ali com eles, é aquele que falta alimentação na casa dele; mas eles próprios resolvem os problemas deles, eles têm esses pormenores ali. (ET1).

Esses dados são confirmados pela maioria dos moradores entrevistados da qual fazemos referência a alguns:

Ele vem cá, a mulher dele também. Vem aqui muitas vezes tomar um whisky, já almoçaram aqui connosco também (EM6);

Um outro dado diz ainda:

Eu na semana passada vim à casa buscar uns ténis para dar a esse senhor, porque nem ténis tinha, não tinha nada para calçar e eu disse à minha mulher, dá-me esses ténis e ela me disse: - o que vai fazer a esses ténis? E eu lhe disse: - vou dá-los ao Fulano. (EM1)

Os moradores tentam resolver os problemas que estão ao seu alcance, e os que os ultrapassam, levam ao GC e exigem soluções, como já foi referido em outros pontos. Tanto nas entrevistas como nas observações, constatamos que os moradores vivem preocupados com o bem-estar do outro, com o bem viver do outro enquanto membro da sua comunidade.

O meu marido costuma dizer que se de noite me vierem bater a porta, que eu saio a correr para ir ajudar alguém... Porque, não é... e eu ser assim tem a ver com as minhas vivências do GC. Eu não sei ser diferente, não é? (EM2)

Constatamos que há um certo incentivo para esses comportamentos:

Vocês estão aqui, empenhem-se, metam-se na vida do bairro, percebam o que é que acontece. Isto é muito importante, são vocês que aqui vão viver e aquilo que vocês ajudarem a construir para os outros também é para vocês que estão a construir (EDA1)

Tudo o que viemos a dizer até aqui resume-se no que diz Monteiro & Ribeiro (2009). A participação cria capital social que segundo Ornelas & Moniz (2007), se caracteriza pelo índice de participação da comunidade, pelas relações de vizinhança, as tipologias de relações familiares e de amizade, o sentimento de segurança e de confiança, a tolerância à diversidade e ainda o valor atribuído à vida.

Em forma de síntese, o GC tem feito muita coisa no bairro, para proporcionar o bem-estar e o bem-viver da comunidade. Nas palavras de uma moradora entrevistada,

- O GC já conseguiu muita coisa! (EM2)

Como acrescenta outra pessoa entrevistada

[...] Foi formada a associação de moradores, conseguiram muitas coisas em termos de melhoria para o bairro e tal... (EDA1)

Porém foi referido que há muita coisa que não anda bem, mas reconhece-se que poderia ser bem pior se não houvesse o GC:

De facto a existência do GC já permitiu muita coisa naquele bairro. As pessoas estão contentes com isso? Não. Nós enquanto pessoas temos mais tendência para ver aquilo que é negativo do que para aquilo que é positivo. (ET2).

7.5. Os Grupos Vulneráveis e o olhar dos Grupos Comunitários

Sendo o nosso tema de estudo “Os Grupos Comunitários e as estratégias de integração dos grupos vulneráveis”, nesta parte do trabalho falamos sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade e a forma como estas são percebidas pelos participantes nos GC.

7.5.1. Quem são os grupos vulneráveis.

A vulnerabilidade tem a ver com especificidades de uma dada condição ou situação que expõe a fragilidade humana; refere-se às capacidades e competências do sujeito, às suas condições de vida e à sua rede social, mostrando a forma como este se relaciona consigo mesmo, com os outros e com a sociedade (Soulet, 2006).

Segundo Rodrigues (2017), são grupos vulneráveis na nossa sociedade portuguesa, as mulheres as crianças, os idosos, e os agregados familiares com crianças, desempregados com mais de 18 anos e os reformados. Além desses, Capucha (2015) aponta outras categorias nomeadamente, operários pouco qualificados, pensionistas, famílias monoparentais, pessoas com deficiência. Nos dados recolhidos nas entrevistas acrescem a essas categorias pessoas com doenças mentais, pessoas com consumos de álcool e de substâncias psicoativas, crianças e jovens em risco, pessoas imigrantes e pessoas de minorias étnicas.

Com fundamento na revisão da literatura, agrupamos aqui os grupos vulneráveis segundo dois critérios: a fragilidade das condições pessoais e existenciais segundo as fases do ciclo de vida e a relação com a comunidade; a fragilidade das condições pessoais e

existenciais segundo a dificuldade de acesso a direitos sociais e oportunidades na sociedade.

7.5.2. A vulnerabilidade segundo as fases do ciclo de vida

i. As crianças

Todos nós somos concebidos e nascemos pequenos e fracos. Não conseguimos fazer nada por nós mesmos. Dependíamos totalmente dos nossos pais para sermos alimentados e protegidos. Para o ser humano o amor é tão vital como o alimento e muitas crianças nascem e crescem em lares sem amor (Vanier, 2018).

As crianças são seres indefesos e frágeis, constituindo um dos elementos da família mais vulneráveis e exposta a situações de risco, pelo facto do ambiente familiar não ser acolhedor nem protetor. Como seres indefesos todos temos a responsabilidade de cuidar deles, e não sermos indiferentes.

De acordo com uma das pessoas entrevistadas:

As crianças que têm um enquadramento familiar desequilibrado, muitas delas estão sinalizadas pela CPCJ, mas há outros que nem sequer estão; portanto as instituições não chegam a todo o lado[...] São os vizinhos que captam estas situações, e trazendo ao GC este procura encontrar as soluções. (EE2)

Tal é o que sucedeu no Bairro da HN, segundo uma outra entrevista

As crianças que estavam aqui também muitas das vezes abandonadas porque as mães e os pais iam trabalhar e não tinham tempo para cuidar dos filhos e ficavam entregues a um vizinho, e não era aquele 100% de guarda (EM4).

Estas situações foram várias vezes debatidas no GC. O mesmo sucedeu no Bairro Padre Cruz o que conduziu ao surgimento de Associações como a Horas do Sonho e a Crescer a Cores.

Os jovens

Falar da juventude é falar do presente com realismo, e responsabilidade em relação ao futuro. Estudar com verdade e convicção, sem privilegiar qualquer teoria ou movimento de inspiração geracional (Soraia, Cebolo, Lima, & Lopes, 2012). Hoje mais do que nunca os jovens vivem sem expectativas, sem sonhos. A precarização da relação salarial e as alterações que se têm registado no funcionamento do mercado de trabalho atingem-nos em

grande medida, levando a que sejam um grupo especialmente vulnerável. (Castro et al., 2010: 197)

Um dos entrevistados fala da situação dos jovens nesses dois bairros

São bem visíveis, estão nas esquinas das ruas, estão nas arcadas dos prédios, estão na esplanadas dos cafés, à porta, passam ali o dia, desde quando acordam até às 3 e 4 da manhã. Estes jovens têm pouca escolaridade, têm pouca estrutura familiar, têm comportamentos de consumo, dificilmente vão conseguir um emprego estável, dificilmente vão ter uma família estável para os seus filhos, [...] e perpetuam o ciclo da pobreza exclusão social. (EE1).

Esses são os denominados de Jovens NEET. São todos aqueles que estão desempregados há mais de um ano. Jovens que não só não têm emprego, como não estão disponíveis para estar na escola, nem têm formação; aos que nós chamamos “nem, nem”. Em inglês os jovens NEET. (EE2)

São responsabilizados pelas suas dificuldades, deslocando-se a solução do problema para a esfera individual. É uma conceção frequentemente presente em muitos discursos políticos, também ao nível dos serviços de atendimento social”, como descreve Castro et al., (2010:197).

A este respeito referiu um dos entrevistados:

Não há disponibilidade para os jovens hoje em dia. Não há disponibilidade de tentar compreender aquele jovem, de tentar fazer alguma coisa com aquele jovem. (EM2).

Perante esta situação os jovens procuram saída na vida.

Eles acabam por recorrer frequentemente a estratégias de sobrevivência próprias: tráfico de drogas, pequenos furtos, ou mesmo já maiores furtos, roubos etc. Tens uma taxa de encarceramento superior à média nacional. E quando saem como é que é? [...] Veem com experiências dramáticas de solidão, de abusos, de mais drogas e mais maus exemplos ao lado, durante a estadia na prisão (EE1).

Se os jovens cresceram num mundo de cinzas, não é fácil que possam alimentar o fogo de grandes ilusões e projetos. Se cresceram num deserto vazio de sentido, como poderão ter vontade de se sacrificar para semear? (Francisco, 2019:116).

Todos os entrevistados referiram não haver nada de atividade para os jovens no bairro. Ilustrando uma das entrevistas, diz:

Este bairro (NN), não tem absolutamente nada de atividades para jovens, nem no GC. Que é uma falha que é preciso ver. E depois vê-se os problemas que há, toxicodependência a voltar em grande... Os jovens têm ideias, continuam a ter

ideias, mas a sociedade em si, está a se borrifar para as ideias que eles têm.
(EM2)

Porém não podemos deixar de referir o extraordinário trabalho feito com os jovens no passado. Havia no Bairro PC grupos de jovens na paróquia e nos escuteiros, que davam vida ao bairro. De igual modo na HN, o caso do grupo Amifesta, um grupo de jovens lusos e africanos que realizava atividades como festas, ginástica, passeios, debates. Uma das entrevistadas que fez parte do grupo Amifesta faz referência a uma das formas como esse trabalho dos profissionais com os jovens se desenrolava.

Nós chegávamos e dizíamos: - queremos fazer isto e isto e a IV dizia: Querem? Então venham cá, vamos fazer uma reunião. Olha, sentem-se todos aqui à mesa... Digam lá o que é que vocês querem! E ela ia tirando dados, e era tipo o nosso braço direito. Qualquer coisa que agente queria, ela tentava resolver e ajudar-nos e isso deu-nos... deu-nos... como é que eu hei de dizer... um sentido de acompanhamento e proteção que hoje em dia não há (EM2).

A qualidade de relação estabelecida entre esses jovens e os profissionais foi um fator importante servindo como fonte de apoio, orientação e afeto. Essa advém não só do carinho e afeto, mas também dos limites impostos que são considerados elementos organizadores no mundo dos jovens (Mota & Matos, 2010).

O GC desempenhou ainda um papel preponderante junto de jovens que não tinham vínculos com nenhum grupo através do diálogo com os mais “vândalos”, como se designavam na altura. *O GC interveio junto de jovens com consumos e tráfico de droga. Ajudou-os a ter um projeto de vida e emprego e a carreira* (EE1).

Portanto um trabalho que alterou trajetórias de vida de muitos de jovens e que hoje parece não ter continuidade.

ii. *As mulheres*

As mulheres são consideradas vulneráveis pela sua condição de mulher, pela cultura dominante, que impõe a diferença de género que é bem notória na nossa sociedade. Uma sociedade que se baseia num modelo patriarcal no qual persistem papéis e estereótipos que colocam as mulheres numa posição de discriminação ou numa posição claramente inferior em relação aos homens, posição de desigualdade que leva a situações de abuso e de violência (Felipe et al., 2014).

Os dados da entrevista realçam esta questão:

A vulnerabilidade da mulher está relacionada com a questão do género, com as relações patriarcais que existem normalmente e que muitas vezes também descamba para os filhos e tudo. Mas isto nunca é tratado no grupo comunitário. Às vezes ouve-se falar que houve uma berraria, que foi lá a polícia e depois não fez nada e continua tudo na mesma (EE1).

Uma outra referência é feita à vulnerabilidade da mulher:

Nesses bairros havia muita violência doméstica porque casais com pouco rendimento, com muito desemprego, muita miséria, isso sabes que “casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”. (ECP1).

A circunstância de vulnerabilidade das mulheres materializa-se por um lado, no facto de não existir uma inserção efetiva e consistente no mercado de trabalho e logo uma capacidade de autonomia financeira, e, por outro lado, no facto de na grande maioria das situações se estar perante mulheres com um baixo nível de escolaridade, o que as coloca numa situação de ainda maior desvantagem na perspetiva de uma eventual tentativa de (re)ingresso na esfera do trabalho. (Castro et al., 2010:249).

Muitas delas são solteiras, são pobres porque não tem grandes rendimentos (EE2).

Algumas dessas mulheres carregam sobre os seus ombros o pesado fardo da responsabilidade doméstica. Trabalham em horários rotativos, como referem alguns dos entrevistados, para conseguir recursos que respondam às suas necessidades básicas fundamentais e sustentar a educação dos filhos. Estes temas fazem parte da realidade de todos os GC, mas como disseram os entrevistados, é um tema que nunca tem lugar nos GC.

iii. As pessoas idosas

A fragilidade na condição de saúde, associada a problemas de mobilidade, a um forte isolamento por quebra das redes sociais informais e enfraquecimento das redes familiares e a um nível de rendimentos muito baixo coloca a categoria dos idosos vulneráveis como um dos grupos mais expostos à pobreza em Portugal (Castro, Amaro, Branco, Oliveira, & Santos, 2010:215). Os idosos constituem uma categoria vulnerável, “negligenciados, muitas vezes emitidos para o *sótão social da inutilidade*, numa atitude consistente com a cultura de desperdícios a que a sociedade de consumo nos tem habituado” (Carmo, 2007:215).

Um dos entrevistados diz que

Os idosos são um grupo particularmente vulnerável porque muitas vezes sentem a solidão, sentem-se à margem da sociedade (EE2).

Sentir a presença das pessoas que nos rodeiam e que nos são significativas, é uma necessidade humana. Quando isto não acontece, pesa a dor da solidão (Vieira, 2014), uma das pobreza mais profundas que o ser humano pode experimentar (Papa Bento XVI, 2009).

A Madre Teresa de Calcutá dizia que quando encontrava um homem com fome, dava-lhe de comer e saciava a sua fome, mas quando encontrava um homem sozinho a sua pobreza era muito maior. Não ser desejado, não se amado, não ser cuidado por alguém, ser esquecido por todos, penso que é uma fome maior, uma pobreza maior do que a pessoa não ter nada para comer.(Trigueiros & Cardoso, 2017:710).

No BPC, mais do que no BHN, o peso da solidão é muito grande:

Na zona das casas de alvenaria há pessoas idosas que moram num isolamento total (EM1).

Lamentavelmente não existe resposta nem por parte da família, nem por parte do GC:

Não temos respostas adequadas aos problemas do envelhecimento e do isolamento. A família também não tem condições para cuidar deles (EE1).

Um outro entrevistado afirma:

O GC não tem capacidade financeira para apoiar essas pessoas [...] Temos uma senhora idosa de 84 anos completamente isolada e casas sem condições onde entra chuva, A Gebalis não vai fazer nada (EM1).

No que se refere à família de acordo com Castro, Amaro, Branco, Oliveira, & Santos,(2010:215), esta ausência de apoio e afeto pode ser justificada, não apenas pelo facto da maioria dos idosos viverem sós e do distanciamento geográfico que mantêm dos familiares, que residem em sítios muito distantes, mas também como se referiu, pelo “novo” papel que a mulher tem no mundo do trabalho, sendo que esta deixa de ter a responsabilidade de cuidar dos elementos mais idoso e com laços mais chegados, como era costume na cultura portuguesa tradicional, e ainda a uma certa desresponsabilização por parte dos familiares em prestar apoio, quer emocional, quer físico, ao idoso que se encontra em situação de dependência.

Desta forma alguns idosos estão entregues à solidariedade dos vizinhos, que vão dispondo muitas vezes de tempo e recursos financeiros para os ajudar.

De acordo com os testemunhos dos moradores entrevistados, esses mesmos vizinhos andam a travar grandes batalhas nas reuniões de GC, com zangas para que se resolvam algumas situações agravantes, das quais se tem fechado os olhos. É uma situação levada constantemente ao GC, mas lá está a morosidade das respostas, que muitas vezes as pessoas morrem sem os problemas serem resolvidos, como foi referido numa das entrevistas:

Eu só digo aquilo que... que experimentei, que se passou, que tentei, lutei [...] com essa eu senti-me muito triste porque não consegui. Fiquei muito triste. Porque o senhor faleceu sem ser construída a rampa. [uma pessoa com deficiência que precisava de uma rampa-elevatória e essa rampa nunca foi colocada, apesar de todos os esforços junto do GC e dos serviços]. (EM4)

A morosidade da resposta ou não resposta deixa os vizinhos revoltados, que lutam para que os seus idosos tenham uma vida e morte dignas.

7.5.3. A Vulnerabilidade segundo a dificuldade de acesso a direitos sociais

i. Pessoas com deficiência

São pessoas com deficiência, aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais em interação com as diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais (Felipe et al., 2014). Ou seja, há falta de sincronização entre a nossa sociedade e as pessoas com deficiência. Uma sociedade que só venera os poderosos, os inteligentes e os vencedores menospreza necessariamente os fracos. Ser humano é ter poder. (Vanier, 2018).

De acordo com Vanier (201876), o receio do diferente é muito mais marcante quando se trata de pessoas com deficiências mental, do que qualquer outra deficiência. Os estigmas sociais que recaem sobre os portadores de deficiência mental são fortes. São colocados no extremo mais baixo do espectro humano.

É preciso olhar a pessoa enquanto tal, e ter presente cada eu e suas circunstâncias, é que complementam e fomentam uma abordagem não reducionista ou confinada a rótulos que aposte num conceito que é dos mais abrangentes o da qualidade de vida.(Cordo, 2013:19-21).

Nos dois GC, não se representa nenhuma categoria de deficiente acima sublinhada, por algumas razões apresentadas pelos entrevistados.

No que se refere às pessoas com problemas de saúde mental foi referido:

Trata-se de pessoas que estão diminuídas nas suas capacidades nos seus sofrimentos, umas mais acentuadas do que outros, e que normalmente na sua situação em que estão não conseguirão estar no GC, não conseguirão exprimir a sua voz, e portanto, é um caso em que temos que estar atento a eles (EE2).

Não é possível ignorar que as pessoas com doença mental são mais do que a sua doença e que, na sua maioria tem opinião; e nós passamos a vida a dizer e a conceber o que é melhor para elas, a fazê-las concordar com isso e nem sequer lhes pedimos sugestões. (Cordo, 2013:129)

Outra situação que impossibilita a participação nos GC, é a que sublinha um dos entrevistados:

Eu conheço uma pessoa que tinha o marido doente em casa, aqui no quarto andar (em tom baixinho), o marido deficiente, ela ia trabalhar, andava sempre com o coração nas mãos... porque ele estava deficiente era preciso vesti-lo, calça-lo, era preciso dar-lhe muitas vezes comida na boca, (EM4).

Muitos dos nossos entrevistados apenas referem não estarem os deficientes nos GC, mas não têm uma fundamentação do porque não.

ii. Pessoas de minorias étnicas

São considerados minorias étnicas, grupos que apresentam entre os seus membros, traços históricos, culturais e tradições comuns, distintos dos verificados na maioria da população.

Como dissemos anteriormente, entre os moradores dos bairros Horta Nova e Padre Cruz, residem elementos de comunidades culturais e étnicas de diferente proveniência.

De entre as minorias étnicas fazemos referência à etnia cigana sendo considerado como um dos grupos mais vulneráveis no nosso país. *É o problema da fragilidade da sua situação de nacionalidade portuguesa, ...são portugueses, obviamente, mas muitas vezes são considerados portugueses de segunda (EE1).*

São vítimas de estigmatização, rejeitados pela maioria. Isto revela-se nos dados recolhidos nas entrevistas da qual podemos constatar a partir deste excerto:

O momento mais marcante para mim neste bairro foi a vinda dos ciganos. o bairro não estava preparada para receber aquela etnia que é uma etnia muito complicada, e de um momento para outro damos ali com umas centenas de família, não é. E isto foi muito preocupante. (EM1)

Humanamente, ninguém ama quem não lhe ama. Rejeita aquele que te rejeita. Daí que pode ser perceptível o afastamento dos ciganos referidos nas entrevistas

Diz ainda um dos entrevistados que os ciganos são percecionados pelos moradores locais como sendo «grupos beneficiados pelas instituições», tendo mais privilégios e regalias com políticas direcionadas. (EE1)

Tal situação denuncia a falta de perceção dos moradores de que a criação de mecanismos que possibilitem um acesso diferenciado, não significa a criação de privilégios ou algo semelhante. Significa apenas, a criação de condições para o exercício de direitos e para o acesso aos bens valiosas da vida em condições de igualdade. De (Felipe et al., 2014), ao que chamamos “discriminação positiva”

O que foi dito pela moradora entrevistada remete-nos para os dados da observação feita durante uma das reuniões do GC do Bairro PC, no qual foi dito num tom de mau humor:

Os ciganos estão a fazer coisas que não devem, e porque temos que lhes respeitar agora fazem o que querem. Não podemos fechar os olhos porque são ciganos. Têm direitos e deveres como todos temos. Portanto se estão a ocupar espaços privados elicitamente devem ser denunciados. (morador numa reunião do GC)

Outros entrevistados reconhecem que os elementos da comunidade cigana não participam no GC.

Nas reuniões dos GC, não temos lá nenhum cigano. É raríssima ter lá ciganos (EE2).

É um dos grupos que é pouco tratado no GC (EE1).

Porém no passado já fizeram parte do GC do bairro PC, e fez-se um trabalho interessante com eles segundo referem os entrevistados.

E no Bairro da Horta Nova as crianças (ciganas) participaram em atividades conjuntas com as outras crianças e, portanto, havia ali uma ligação pelo lado das crianças.

Portanto aí foi um processo interessante na altura. Mas de momento não se tem feito nada é uma falha (EE2).

Como pudemos verificar as pessoas ciganas não estão presentes em nenhum GC, com exceção do GC de Fonecas e Calçada, onde alguns moradores participam.

iii. Pessoas imigrantes

Muitos imigrantes carregam frequentemente uma dupla vulnerabilidade (psicológica e social) e uma dupla exclusão (do país/cultura de origem e do país cultura de acolhimento) (Ramos, 2013).

A presença de várias culturas, e a coexistência de diferentes códigos culturais – sobretudo nos bairros sociais – por vezes contraditórios e incompreensíveis, e a impossibilidade de lidar com as exigências do ambiente e a indecisão entre o que manter e abandonar da cultura de origem, poderão provocar ansiedade, tensões e conflitos e estar na origem de distúrbios psicológicos e stress de aculturação.

Ao lado dessa realidade intercultural, os imigrantes são na maioria das vezes confrontados com barreiras de pobreza, identidade, comunicação, preconceito, violência e racismo, que os conduzem a situações de vulnerabilidade social e psicológica, sofrimento, desilusão e conflito, as quais podem afetar a sua integração, a saúde mental e física, o bem-estar e a capacidade para reclamar e defender os seus direitos.

Porque a nossa população cabo-verdiana guineense, angolano não tinha ninguém na altura. Havia muitas injustiças foi quando decidimos, foi quando decidimos entrar na guerra com a Câmara...deram muitos desdobramento aos portugueses e deram muito desdobramento aos ciganos. Não houve nenhum cigano que ficasse sem desdobramento, mas eu por exemplo tenho sete filhos e não tenho nenhum desdobramento. É injustiça ou não é injustiça. Que nasceram cá, cresceram cá e não tiveram desdobramento. (EM6)

Refere um outro entrevistado:

Os imigrantes são discriminados no acesso ao trabalho, trabalhos menos qualificados e salários menores e normalmente são africanos (EE1).

Isto leva-nos a refletir no que diz (Chomsky et al., 2001:116): Diante da exclusão que passa a ser norma para a grande maioria da população potencialmente trabalhadora a exploração do trabalho passa a ser privilégio.

De facto os imigrantes são discriminados e, no entanto, quando não chegam de mãos vazias: trazem uma bagagem feita de coragem, capacidades, energias e aspirações,

para além dos tesouros das suas culturas nativas, e deste modo enriquecem a vida das nações que os acolhem. (um olhar sobre Portugal e a Europa à luz da doutrina social da igreja).

Outra moradora entrevistada fala dos migrantes desta forma,

Há muita pessoa cá, de fora, de outros países, que não têm onde ficar. (Vêm do Alentejo e do Algarve, ou de Cabo-Verde). Coitados, e... sinceramente se devem espalhar pelas pessoas, umas pelas outras, e quando é para comer, comem juntas, debaixo das arcadas, fazem os almocinhos debaixo das arcadas e comem lá de baixo.[...] Porque há pessoas que não têm onde ficar. E se for preciso há um pai, há um filho, que se for preciso não vêm dizer adeus ao seu ente querido porque não tem meios para ficar cá e estar cá e dormir e estar cá o tempo que for necessário, para poder fazer despedida do seu ente querido. Isto também me magoa muito. (EM4)

Foi referido nas entrevistas que as minorias étnicas não estão nos GC, e no que se refere aos GC do estudo de caso. Há um dos entrevistados que recorda:

Os ciganos e outras etnias não estão presentes, nem era costume estarem. Não têm representantes no GC “houve um rapazito cigano que esteve mas pouco tempo” Podem ir pontualmente quando têm problemas “habitação”. Os africanos já foram convidados, mas nenhum elemento sente que possa estar a representar os outros (EM1)

Como pudemos verificar as pessoas imigrantes não estão representadas nos GC.

7.5.4. As estratégias de resolução dos problemas dos grupos vulneráveis.

Se é verdade que a ideia da participação implica a possibilidade de dar voz a todas as pessoas da Comunidade, com particular atenção às mais desfavorecidas, aos chamados “sem voz” e às que não estão representadas por ninguém, nem por nenhum grupo ou organização, nomeadamente, as categorias acima apresentadas (R. R. Amaro, 2018), esta realidade não se materializa na prática.

Partindo dos dados das entrevistas, e da participação nas atividades conjuntas dos GC, percebe-se claramente que esta vertente, a inclusão dos mais marginalizados e desprotegidos, não está na preocupação dos grupos comunitários. A maioria dos grupos vulneráveis são negligenciados, esquecidos pelos serviços e pelas respostas locais; pouco ou nada se fala deles, ou se fala mas continua tudo na mesma.

Como sublinha um dos entrevistados:

Os grupos vulneráveis que há nestes dois bairros, nem sempre encontram o eco, e são referidos e são debatidos no GC. Há aqui, portanto uma ocultação, interessante, há uma invisibilidade desses grupos (EE1).

Os excluídos são negligenciados pelo facto de muitos profissionais, formadores de opinião e centros de poderes estarem longe deles, sem o contacto direto com os seus problemas (Francisco, 2015:39). A situação é mais dramática quando os que têm contacto direto não fazem caso. Sublime é o que diz Vanier (2018:76): “Os seus clamores (excluídos) torna-se perigosos para aqueles de nós que vivem no conforto. Se escutarmos os seus gritos e abirmos os nossos corações, pagaremos por isso um preço. Por isso fingimos não os ouvir e assim excluimo-los”.

Fazemos referência ao que diz um dos entrevistados:

Nós sabemos quem são estes grupos vulneráveis, mas eles nunca chegam aos grupos comunitários. (EE1)

Desta forma observámos que é utilizada como estratégia para a resolução dos problemas dos grupos vulneráveis, as vozes dos outros moradores. São esses que estão atentos aos problemas das pessoas mais destituídas da comunidade e que levam estas situações aos GC, para que os profissionais as conheçam e as possam resolver.

Um morador leva a situação de uma pessoa isolada:

Leva aquilo ao GC com a permissão da pessoa – muito importante neste aspeto – portanto como se fossem uma espécie de porta-voz daquela vulnerabilidade, daquela pessoa que está na situação de vulnerabilidade, que se a calhar não tem possibilidade de ir ao GC ou coragem, ou autonomia para o fazer (EM1).

7.5.5. Desafios futuros e sustentabilidade

Como garantir a sustentabilidade dos GC, é uma preocupação transversal a todos os grupos comunitários. Essa preocupação afirma-se na base tripartida da sustentabilidade, nos pilares económico, ambiental e social. Sabemos que sem a economia não há desenvolvimento e desta forma as condições de vida das populações se deterioram, que o ambiente degradado abrevia o tempo de vida do ser humano e que o sem o ser humano não há social e por isso ele deve constituir o centro de toda a atividade da comunidade e da sociedade.

Essa última dimensão incorpora três princípios básicos da sustentabilidade: equidade, democracia e o precaucionário. (Priscila, Dany, & Robson, 2008).

De acordo com Priscila et al., (2008:291), o princípio da equidade mostra que os problemas ambientais estão relacionados a desigualdades sociais e económicas, o da democracia mostra a importância de resolver problemas ambientais de forma democrática, levando em consideração os anseios dos mais pobres e com mais desvantagens, incentivando a participação da comunidade envolvida no planeamento político e na tomada de decisão e o princípio precaucionário sublinha a ideia de que a incerteza científica não pode ser a razão para se retardar medidas de prevenção da degradação ambiental.

Fundamentado nesses princípios da sustentabilidade, a começar com o da democracia, trazemos ao de cima os desafios futuros dos GC e sustentabilidade referidos pelos entrevistados: a mobilização da comunidade, uma maior disponibilidade dos técnicos, um maior envolvimento institucional, novas dinâmicas de animação das reuniões.

a) A mobilização da comunidade

– Procurar estratégias de divulgação do GC. Dados das entrevistas e da observação revelam que o GC não é conhecido pela maioria dos moradores:

Há uma info-exclusão muito grande, era muito bom encontrar aqui uma maneira de divulgar o GC (EDA2).

– Aumentar a participação geral da comunidade, com primazia da franja mais vulnerável: os sem voz, sem vez, que não estão representados por ninguém nem por nenhuma instituição:

Primeiro de facto eu acho que o GC deve ter como alvo principal, como grande objetivo, estar ao lado dos mais vulneráveis, os sem voz. Trazer os mais pobres para o GC, sensibilizando-os. Eles não vão às reuniões na maior parte dos casos. E, portanto, o processo de animação também significa, tentar (mostrar) a voz deles, tentar desocultá-los da sociedade (EE2).

De entre os vulneráveis foi dado grande ênfase a um grupo específico, de pessoas com perturbações mentais. De acordo com os entrevistados é preciso:

A nível da saúde mental, nós também temos que mudar muitos paradigmas e fazer outras, inventar outra forma de estar (...) Temos que trazer essas pessoas para uma vida mais ativa, colaborar para que pessoa possa estar integrada numa vida minimamente... Isto eu lhe digo em todos os aspetos. (ET1).

Referido ainda por um outro entrevistado:

Eu acho que o GC tem que agarrar outra coisa que é – os dois GC – a quantidade de pessoas inclusive jovens com doença mental, com perturbações mentais, para as quais não há respostas satisfatórias. (EE2)

– Mobilizar os mais jovens ao GC.

Trazer os Jovens...formar um grupo de jovens que depois farão conjunto de ações com outros jovens. Porque entre pares é sempre melhor do que ser um adulto a passar uma questão que não lhes entrará. (EP2).

O técnico vai mais além dizendo que:

Temos que criar lideranças jovens. Chegar hoje em dia no bairro, a querer fazer coisas para os jovens, podemos estar por trás duma visão da nossa experiência, duma missão que a gente tem, mas nós temos que ter liderança jovem. Nós temos que ter jovens. Eu creio que um grande desafio neste momento é como o próprio GC vai arrumar estratégia para isso. (ET1).

Envolver os jovens no GC é uma forma também de renovação de atração de sangue novo para o trabalho comunitário.

– Trazer os dirigentes associativos ao GC; no início várias coletividades e associações locais da HN e PC participavam no GC; hoje esta dinâmica perdeu-se. Seria necessário voltar a mobilizar os representantes da comunidade. Por isso referiu um dos entrevistados:

Pretendemos iniciar as conversações com as associações porque pelas associações chegamos muito mais rápido ao morador. Eu lembro-me do GC formado com várias associações, nomeadamente associação de pais, do futebol clube, amigos da luz, estava a coletividade representada e por isso havia maior mobilização. Perdeu-se. (EM1)

– Apostar no processo de animação comunitária que segundo um entrevistado consiste em:

Animar, dinamizar, mobilizar, ou seja, de puxar pelas pessoas, interessá-las de forma persistente, porque não é à primeira nem à segunda, é preciso trabalhar persistentemente isso (...).Todas as semanas, todas as semanas na Horta Nova tinha que se fazer esse contacto, essa chamada de atenção, chamar as pessoas e fazer esse trabalho é um trabalho que exige bastante de quem o faz. Portanto em termos de dedicação, em termos de disponibilidade do tempo, em termos criar relações de simetria, de confiança com as pessoas. Não é qualquer pessoa que consegue fazer isso. A pessoa tem que estar disponível para fazer isso. (EE2)

– Melhorar as formas de participação: na organização das ideias; de ser capaz de escutar uns aos outros; de saber exprimir-se com delicadeza; de passar da queixa e da revolta para a construção:

Que as pessoas que estão lá sejam capazes de organizar melhor as suas ideias, sejam capazes de ouvir os outros, as vezes não acontece. Ser capaz de exprimir as suas revoltas e as suas zangas, mas com sensatez e não de forma primária, com firmeza sim, mas de forma educada e organizada. E também ao nível da participação há uma coisa que é preciso melhorar, que é ver mais gente a passar da queixa e da revolta, para a construção, para o fazer... (EE2).

Isto remete-nos para um outro desafio;

b) *Maior disponibilidade dos técnicos.*

Os técnicos são os porta-vozes dos moradores e ponte de ligação entre esses e as instituições. Isto exige um conhecimento profundo da realidade vivida pelas pessoas, que passa necessariamente pelo estar nas reuniões dos GC, e onde as pessoas estiverem, nos seus espaços. Eis o que diz um entrevistado a esse respeito:

Ter a liberdade para dar mais do seu tempo; para sair do gabinete ir para a rua falar com as pessoas, para ir ouvi-las; tem que ter também a disponibilidade para deixar na linguagem técnica para a qual foi formada e formatado. Ter uma grande força de vontade de querer que aquele grupo se torne comunitário, no sentido em que as pessoas lideram o processo, com o seu auxílio não é? não são eles a ditar o que é que nós queremos fazer para aqui, é o escutar as pessoas e tentar ajudá-las a cumprir aquilo que elas querem realizar no seu bairro, que exige imenso! (EE1).

c) *Maior envolvimento/participação das instituições.*

As chamadas instituições locais (serviços públicos e organizações de economia social e solidária) possuem mandatos e agências para responder a necessidades humanas e mobilizar recursos e competências para a resolução dos problemas sociais locais. A sua presença nos GC realiza o interface entre o sistema de recursos e as necessidades dos cidadãos.

De acordo com as respostas dos atores entrevistados, há necessidade de voltar a mobilizar as organizações locais e os seus profissionais.

– Trazer de volta as instituições que faziam parte do GC na sua génese, mas que depois se afastaram:

Trazer de volta as instituições públicas que se afastaram... Devo dizer que esses dois grupos foram os dois primeiros a serem criados em Lisboa, tinham uma forte presença institucional, todas as instituições nos anos noventa. Depois perderam-nas por várias razões. É preciso fazer, mobilizar, trazer de volta as instituições públicas. (EE2).

Seria bom que os responsáveis dos serviços viessem ao GC e depois resolvessem as situações. Como aconteceu com a escola, em 1994. As pessoas que dão a cara (pelos serviços) não são as culpadas de as coisas não se resolverem. (EM4)

A maior ênfase da mobilização foi dirigida à CML e para a SCML da qual destacamos alguns exemplos:

Temos que fazer um caminho, um esforço grande, nomeadamente, trazendo a Câmara também ao processo que é um parceiro altamente estratégico e importante no meio disto. (EP2).

Há certas situações no bairro que vão deteriorando porque a SCML está ausente. Em algumas situações os moradores tomam a iniciativa, mas nem sempre conseguem dar respostas adequadas. Por isso referiu um dos entrevistados:

Era ótimo que agente conseguisse a Santa Casa lá para que esses problemas pudessem ter uma solução. Nós temos muitos problemas aqui no bairro. (EM1).

– Inovar e reinventar as formas de intervenção, com respostas adequadas aos problemas e com máximo de transparência possível nomeadamente no que diz respeito aos serviços da Gebalis, da PSP e PM²³, da Santa Casa e da Junta e melhorar também as formas de intervenção junto das comunidades. Referiram alguns entrevistados que:

Era importante que a Gebalis também faça uma reflexão sobre isto. Eles, enquanto organizações têm de fazer algumas mudanças. Na forma como dão resposta às pessoas. Na forma como humaniza os serviços deles também. (EP2).

O grande desafio é trazer a parte da habitação da CML e trabalhar com mais transparência, e a Gebalis melhorar os seus serviços. (EP1).

Acresce-se a tudo isto o que diz um dos técnicos:

²³ O Bairro PC foi o único de Lisboa que tinham os polícias a atuar durante 24 horas. Havia na paróquia um grupo de jovens escuteiros também alerta 24 horas. Quando um idoso sentia mal, chamava o polícia, que por sua vez chamava um jovem que ia ter com o idoso, para fazer o recado necessário (Por exemplo, comprar o medicamento). De manhã ao passar nas ruas onde haviam idosos isolados, os polícias batiam a porta para saber se estava tudo bem. Daí o policiamento de proximidade. Gostaríamos que essa dinâmica voltasse a funcionar (Palavras do PRRA numa das reuniões do GC Bairro PC).

Trazer uma maior transparência para junto das pessoas, do que é feito, do que é que não é feito, porque é que não é feito, se as coisas vão ser feitas já ou não, o que é que envolve, eu acho que isso também ajuda as pessoas a perceberem. (ET2).

Um dos ditos de um morador reforça o desafio de uma maior transparência junto da população:

Admitimos que não somos técnicos, não é? Mas temos opinião e queremos saber porque é que as coisas são feitas de determinada forma e não de outra maneira. (EM3)

A falta de transparência é algo que podia ser evitado, porque quando as coisas são esclarecidas as pessoas compreendem.

Percebemos que também há limitações do outro lado, tantas vezes não conseguem, e até tentam, mas não é possível. (EM2)

– Maior autonomia do GC face à JFC.

O GC é um espaço onde todos trabalham em conjunto, em parceria, mas não deve ser manobrada por nenhuma instituição ou entidade. Nesta lógica referiu o entrevistado que um dos desafios:

É tornar o GC mais autónomo, mais independente da Junta de Freguesia. Continuar a trabalhar em conjunto, mas de uma forma autónoma, independente. (EE2).

Paralelamente diz um morador:

No GC eu melhorava só num aspeto, que eu acho que o GC é aproveitado como arremesso político (EM2)

– Priorizar os recursos internos e reforça-los com os recursos externos.

É muito importante que a procura de resposta para os problemas e necessidades da comunidade seja feita com base na mobilização das capacidades dos recursos das potencialidades locais. Isto está dentro daquilo que é a filosofia do desenvolvimento comunitário. Para além de favorecer a sustentabilidade às intervenções, ajuda também a implicar as pessoas no processo ou nas ações que são desenvolvidas. Neste sentido foi referido na entrevista que:

Deveria haver aquele modelo de zeladores do bairro. Uma equipa de quatro, cinco, seis desempregados, que vivessem no próprio bairro a trabalhar nas obras. Porque isto dá um outro sentimento. Desta forma as pessoas estariam mais satisfeitas, iam poupar algum dinheiro, iam ajudar a combater o

desemprego. Portanto, havia aqui numa perspectiva de desenvolvimento comunitário e isto é altamente importante. (EP2)

d) Animação das reuniões

A animação das reuniões passou por diferentes modalidades, tendo vários anos um moderador e animador externo convidado e depois passaram a ser orientadas ora pela Junta de Freguesia ora por um dirigente local. Entre as propostas colocadas pelos entrevistados destacam-se as seguintes,

– Adotar o modelo rotativo, onde em cada reunião o papel de moderador roda entre os participantes. Esta é também uma forma de exercitar a cidadania. Essa dinâmica já iniciou no Bairro PC, mas ainda não no Bairro da HN.

A rotatividade de quem coordena a reunião de grupo, responsabiliza e disciplina as pessoas (EM3).

– Devolver à comunidade o que é debatido e decidido nas reuniões dos GC.

[...] Pôr poster em determinados sítios do bairro, nos cafés com os resultados, com aquilo que se está a pensar fazer, com aquilo que o GC conseguiu que se fizesse, mas é um aspeto que acho que está a falhar, que acho que precisava muito, em todos os GC não é só nestes. (EE1).

– Ter reuniões temáticas. Debater determinados temas e convidar oradores externos

Esse desafio já tem sido lançado em algumas reuniões dos GC. Um dos entrevistados fala do assunto e apresenta como proposta:

A questão do consumo de droga pode ser um dos exemplos em que se pode chamar os jovens e dar sessões de formação (EP2)

– Que o encontro do GC seja mais prático do terreno. Que haja mais ações concretas.

Capítulo 8 - Grupos Comunitários em diferentes perspetivas

Conforme se expos anteriormente, o universo dos nossos entrevistados contempla dois painéis de atores locais: um grupo de seis moradores, sendo estes, três de cada bairro (3 GC HN e 3 GC PC); e um grupo de agentes de intervenção local: dois peritos

especialistas do tema em destaque; dois políticos dirigentes de cargos públicos, dois profissionais de organizações locais, dois dirigentes associativos.

Neste capítulo tentamos perceber as diferentes perspectivas e interesses que se cruzam nestas variadas formas de participação no GC.

8.1. A perspectiva dos moradores e líderes locais.

Na perspectiva dos moradores e líderes locais o GC é o ponto de encontro de comunidade e de parceiros. É um espaço de conhecimento mútuo, de intercâmbio, de valorização pessoal. É um espaço de partilha de ideias e opiniões e, portanto, de aprendizagem e colaboração, de crescimento humano e intelectual. É um lugar de luta pelos seus interesses, de conquista de poder, lugar de reivindicação, de resolução de problemas individuais e coletivos. É um espaço aberto a uma participação informal onde todos têm lugar. É também uma oportunidade de criar e reforçar laços sociais, com outros representantes locais, com profissionais de diversos serviços e organizações sediados no território.

1) O GC é o ponto de encontro de instituições e comunidade

a) Espaço de participação informal que tem as portas sempre abertas

Segundo Amaro (2018), o GC é um espaço privilegiado para os sem voz, para os que não estão representados por ninguém nem por nenhuma instituição.

É sítio para toda a gente. Desde que possa ir, leva o filho, leva o pai, leva o avô, leve! vá. Se a criança está a fazer barrulho, é normal, é criança. Nós temos que ter sensibilidade para isso. Se nós queremos aquela mãe ali, então temos que ter sensibilidade para aturar o filho daquela mãe. Percebes? (EM2).

Todos vão ao GC para em conjunto refletir sobre os problemas que os afetam e encontrar soluções para os mesmos.

b) Espaço de aprendizagem e crescimento mútuo, humano e intelectual.

As reuniões transformam-se num espaço informal, de passível partilha de ideias, de opiniões, de conhecimento e reconhecimento do outro, onde todos saem a ganhar. Os moradores entrevistados referiram que a sua experiência de participação no GC foi:

Uma experiência capacitadora e construtiva.

Sempre acreditei que o GC podia ser bom. (EDA2)

Um lugar de participação e aprendizagem coletiva

Como pessoa valorizou-me muito. Trouxe-me mais conhecimento sobre as pessoas, foi uma experiência muito gratificante. Aprendi a conhecer melhor as etnias... os costumes deles. Há sempre um enriquecimento do contacto com as pessoas, vivência de alguns problemas comuns...mesmo que as vezes haja umas conversas mais crispadas. (EM3)

Esse ganho não se restringe à comunidade. É abrangente a todos os participantes, como foi referido na entrevista

Eles acham que estão a trabalhar para quem lá está e que eles não recebem nada em troca. Não é verdade. Eles recebem muito. O conhecimento. A riqueza com que eles ficam depois para o seu trabalho, para o seu currículo, para a sua formação, eles recebem imenso em troca. Por exemplo, eu andei bastante tempo a dar entrada de currículos nunca fui chamada. Assim que eu coloquei esse trabalho do GC no currículo, e as pessoas passaram a ver, eu fui chamada para tudo e mais alguma coisa. (EM2)

Isto vem confirmar o que diz Amaro (2018), de que as oportunidades de aprendizagem e capacitação nos GC dão-se nos dois sentidos: dos técnicos para a comunidade e da comunidade para os técnicos. É uma troca simultânea de saberes de senso comum, das vivências dos moradores, com saberes disciplinares especializados, dos profissionais envolvidos (Vieira (2017).

2) *Espaço de luta e de conquista de poder*

O poder pode ser entendido de duas formas: como capacidade de uns em exercerem sua vontade sobre outros (Giddens, 1994 citado por Vieira 2017), ou como dinâmicas relacionais fundamentado na capacidade de interpretar as situações, construir objetivos, obter consentimento dos outros autores e mobilizar os recursos necessários à concretização de projetos (Guerra, 2006:45).

a) Poder como capacidade de domínio de uns sobre outros.

Neste âmbito referido numa das entrevistas que:

Quem às vezes presta um serviço, e isso tem que ser uma grande lição para todos nós, servir é servir. Mas às vezes transforma-se em poder. Quer até as pessoas simples que precisam de um serviço, dizem ah vou ter com aquela pessoa porque ela vai conseguir. Até essas pessoas acabam por dar poder à outra que não tem nada que ter. As pessoas só têm é que tentar gerir aquilo que há para o bem de todos. de facto, eu penso que muitas vezes se enferma quer da parte das instituições, e até de nós, e nós aqui temos que estar muito, muito vigilantes. (EDA1)

A questão do poder acaba por ser um grande obstáculo no funcionamento dos GC, porque quem o tem não quer partilhar.

O poder que se supõe ter é para o serviço e não para a vanglória pessoal.

Apesar desse constrangimento verifica-se nos dados recolhidos de que o poder também é partilhado nesses GC.

Eu organizo a festa dos emigrantes; participo também na organização da festa dos vizinhos. Organizo eventos e saio com as pessoas daqui para fora. Levo jovens, a todo o lado. Eu digo é X toda gente contribui. Já fomos para Espanha, já fomos para França. É X, toda a gente concorda, partimos, eu alugo o carro, alugo o hotel, comida e tudo...a gente vai [...] Hoje sinto-me bem de poder ajudar os outros. (EM6)

A atribuição do poder aumenta o sentido da responsabilidade e do compromisso. Isto manifesta-se numa preocupação real pelos outros e no interesse de se pôr em ação.

Nós, eu e um colega meu, fizemos fotografias de uma senhora de 85 anos, que está completamente isolada, a Casa é tudo menos branca, humidade por tudo o que é sítio, uma pessoa com 86 anos. E a Doutora diz-me assim pelo telefone: “mas essa fase vai entrar em obras”. “Ok, vai entrar em obras, mas quando? Quando a Senhora morrer?” Porque isso é um caso tão urgente, não dá para esperar. Não sei, mas hoje eu vou para o GC e vou dizer-lhe: quer que a Senhora morra e assim fazem obras urgentes? (EM1).

É por estas e outras razões que o GC é sentido como sendo reivindicativo, porque há moradores que representam os que não têm voz e os que não se podem movimentar.

Um morador a gerir situações do seu bairro é diferente de um técnico que vem de fora pelo facto de esse estar ao corrente de tudo o que se passa. Por isso, em cada lote é atribuído a um morador a responsabilidade pela gestão, apoiado por uma instituição local (cf. Projeto Apadrinhar):

O meu marido já há vinte e tal anos que tem o documento lá na Gebalis. Fotocópia do bilhete, como responsável pelo prédio. E já houve reunião e a madrinha do prédio perguntou às pessoas se queriam mudar de responsável, e elas disseram que não. Continua a ser o meu marido. Ele é mais um vizinho ali

de cima... No outro dia a porta partiu-se, a pessoa que o partiu, o meu marido chegou ao pé e disse: temos que pôr a porta. Abre lá a tua carinha vamos por o vidro – o meu marido já tinha a porta desmontada – vamos lá por o vidro e tu vais pagar. E assim foi (EM6).

- b) O poder entendido como dinâmicas relacionais, fundamentado na capacidade de interpretar as situações, construir objetivos, obter consentimento dos outros autores/atores:

Às vezes o poder é partilhado e consentido pelos demais. Outras vezes são os próprios moradores que interferem e requerem esse poder de intervir:

Estavam sem telefone, estavam sem água e estavam sem nada e estavam só ali o montinho...os barracõezinhos com os professores e com os nossos alunos, e feitos uns animaizinhos ali abandonados. Eu agarrei, tomei opção, fui de porta em porta e...primeiro esperei pelas pessoas que vinham trazer as crianças, e depois fui também falar com os professores e depois fui pedir as assinaturas de porta em porta, e depois fui juntar as comunidades todas: as instituições, a junta, a escola; fui pedir ajuda, pedir opinião a minha ajuda se aceitavam que eu fizesse esse serviço. Sim senhor ficaram todos contentes, e ficaram todos radiantes (EM4).

Ou como diz sobre este tema um dos especialistas entrevistado,

Há uma melhoria que é permanente que tem que estar sempre presente. Que é melhorar a participação da comunidade. Isto significa o que é? Significam trazer grupos que ainda não estão lá, nomeadamente os sem voz. Significam também que as pessoas que estão lá sejam capazes de organizar melhor as suas ideias, sejam capazes de ouvir os outros, as vezes não acontece. Ser capaz de exprimir as suas revoltas e as suas zangas, mas com sensatez e não de forma primária, com firmeza sim, mas de forma educada e organizada. E também ao nível da participação há uma coisa que é preciso melhorar, que é ver mais gente a passar da queixa e da revolta, para a construção, para o fazer. (EE2)

3. *GC é um espaço dual: de resolução de problemas e de festa e convívio.*

- a) Espaço de resolução de problemas.

O GC é espaço de resolução de problemas e é enquanto tal que os do Bairro PC e HN e os demais tiveram sua origem. Como já foi referido, as grandes problemáticas que têm tido lugar no GC ultimamente, estão relacionadas com a questão habitacional, que põe em causa a vida e a dignidade desses moradores e a questão dos espaços verdes.

Partindo da nossa constatação através da observação nas reuniões, essas situações têm sido um fator de stresse com que o GC tem vindo a lidar. Durante os seis meses que ali

estivemos não se tratou de outro assunto, senão da habitação e dos espaços verdes. De acordo com os dados da entrevista:

A questão das hortas, já está a dois ou três anos à espera de umas hortas novas prometidas pela Câmara com N vezes a sere lhes dito: não plantem mais nada porque isto aqui amanhã ou daqui a um mês vai ser demolido, e ainda não aconteceu (EE1),

Referindo à questão da habitação diz o entrevistado:

O pano do fundo dos GC tem muito a ver com a questão da habitação. Tem. Isto foi discutido N vezes e continua a ser discutido. (ET2).

b) Espaço de convívio e de festa

A experiência que tenho do GC, é que é um espaço de pertença de encontro de soluções ou de trabalho e também de satisfação de ações positivas digamos assim de festas, de resolução não só de problemas, mas também de festas e portanto é algo que fortalece a identidade do bairro e da comunidade. (EDA2)

Este excerto demonstra que nesse espaço de stresse, de conflito, de luta contra tudo o que põe em causa a dignidade dos moradores, há também espaço para festa, convívio confraternização, enriquecida pela alegria e amizade de estar juntos. Por isso é que nesses bairros havia sempre um momento desses no fim das reuniões.

Cada reunião do GC era terminada com rissóis, croquetes, chamussas, acabadas de fazer, com tartes feitas por mim, isto, aquilo e aquilo outro e por outras pessoas, e acabava assim. E havia gente que gostava de lá ir (EDA1).

São esses momentos que criam as memórias coletivas, que fortalecem os vínculos, que criam capital social, que mudam mentalidades e comportamentos.

Eu passava pelas pessoas era um bom dia, uma boa tarde e nem era a todos, era a quem calhar. Hoje sou mais aberta, sou outra pessoa...uma pessoa diferente, na questão de a gente se abrir mais e ter mais confiança e ter mais conhecimento. Aprendi muito no GC. Convivi com muita gente que eu nunca esperei de conviver, convivo e conservo amizades de a 25/26 anos, ainda conservo pessoas de amizades antigas que eu conheci nesta altura e que foi e continua a ser muito valioso para mim. (EM4)

Esta é a alegria do encontro com o outro, com o diferente.

4) *Grupo Comunitário promotor de empowerment.*

O empowerment é entendido como um processo através do qual os indivíduos, pertencentes a categorias sociais estigmatizantes durante toda a sua vida, são apoiadas no

desenvolvimento e engrandecimento das suas competências, com vista ao exercício de influência pessoal e ao desempenho de papéis socialmente valorizados (Solomon, 1976 citado por (Núncio, 2015:163).

O empowerment pode ser enquadrado em três dimensões: *empowerment* ligado ao conceito de capacitação Nowak (2001); *empowerment* como aquisição de competências de cidadania; e *empowerment* associado a movimentos reivindicativos de base local para exigir a redistribuição de poder e o acesso a recursos e oportunidades de vida (cf. Vieira 2017:131)

a) O *empowerment* associado ao conceito de capacitação

A capacitação é entendida por Nowak (2001), como um processo de dar “poder” às pessoas que são encorajadas a descobrir e mobilizar as suas próprias competências e recursos. Como diz uma moradora>:

Eu tive um PRRA que me conheceu e conseguiu perceber que eu tinha algum potencial e me convidou para eu ir trabalhar para uma instituição com os projetos...Depois daí fui crescendo e hoje sou dona da minha própria empresa (EM2)

Isto remete-nos para o que diz (Oliveira 2015), de que tudo o que o profissional faz será orientado, de alguma forma, em ajudar a descobrir e embelezar, explorar as forças dos clientes e mobiliza-las de forma a realizar os seus sonhos.

b) O *empowerment* como aquisição de competências de cidadania

OGC foi uma escola de consciência coletiva, participação e aprendizagem.

Eu falei com ele e disse: eh pá, tu não estas a pensar bem. Os teus avós eram daqui, os teus pais são daqui, tu não queres pegar nisto, mas eu vou pegar.(EDA1)

c) O *empowerment* associado ao movimento reivindicativo:

As pessoas atingidas pelo mesmo problema, atuam coletivamente na reivindicação dos seus direitos e na promoção do bem-estar social:

Porque quando comesas a crescer e a perceber como é que as coisas funcionam. Já é a própria comunidade que vai a instituição e diz, não, não. Vocês têm por obrigação fazer isto. (EM2)

O que eu acredito é que aquilo é um espaço em que uma pessoa discute, fala e adapta e muda. (EDA2)

Este dado é confirmado pelo que diz um entrevistado:

Telefonei muitas vezes para a Câmara, para os responsáveis das obras, eu disse-lhes naquela reunião que eu não deixaria aquilo cair em saco roto, de eles meterem na gaveta e esquecerem-se que aquela reunião existiu e que prometeram vir começar as obras o mais urgente possível. Disseram que sim, e de facto não demoraram muito. (EM4)

O que eu tenho sentido do GC é que é bastante reivindicativo, o que não é mau em si. Reivindicativo e seletivo nos problemas. (EDA).

De diversas formas é entendido na observação o nível de empoderamento dessas comunidades, capazes de fazer frente a situações que lhes são prejudiciais, como podemos verificar a partir de um excerto da observação:

Chega de aturar a Gebalis, Chega de compreensão. Vamos todos contribuir e pagamos uma pessoa para fazer a fiscalização das obras. Concordam comigo ou não? (Palavras da moradora numa reunião do GC do Bairro da HN). Esta ideia foi aplaudida!

Em suma, o resultado de tudo o que estamos a falar até aqui resulta num processo de empoderamento individual e coletivo.

Todos os moradores relatam a importância do GC no bairro e a necessidade de este ser mais divulgado de forma a ser conhecido por todos.

Quadro nº 15 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos moradores e dirigentes associativos

Perspetiva dos moradores e dirigentes associativos	
Lugar de encontro entre as instituições e a comunidade	Espaço de participação formal e informal
	Espaço de aprendizagem e crescimento individual e coletivo
Espaço de luta e conquista de poder	Poder como domínio de um sobre o outro
	Poder como dinâmica relacional de troca e de partilha
Espaço dual de encontro	De resolução de problemas individuais e coletivos
	De festas e convívio
Promotor de <i>Empowerment</i>	Capacitação de moradores e de profissionais
	Treino de competências de Cidadania
	Reivindicação e redistribuição de poder local

Fonte: construção própria

8.2. A perspetiva dos profissionais

Na perspetiva dos profissionais o GC é ponto de encontro de instituições tendo no seu centro a comunidade. É um espaço de participação democrática onde as pessoas possam ter voz e possam ser ouvidas. É também um lugar de maior proximidade entre técnicos e moradores onde a relação informal se sobrepõe à relação formal.

1) *Trabalho de parceria.*

De acordo com os entrevistados o GC supõe *a priori* um trabalho de parceria e este, permite:

a) Uma visão mais abrangente sobre a realidade;

O que permite no fundo é esse espaço, ter uma relação mais próxima e conhecer melhor a comunidade [...] especificamente porque tens um maior conhecimento das problemáticas. (ET1)

O facto de estar todos juntos também ter uma maior apreciação das problemáticas face ao contacto que temos com a comunidade. Mas também permite trabalhar numa perspetiva mais continuada. (ET2)

b) Uma maior rentabilização dos recursos humanos e financeiros

Com isso consegues também em conjunto, criar determinado tipo de resposta, pensar em alternativas, em estratégias e por outro lado otimizar muitos recursos de comunidade não é? Sabemos que os recursos partilhados...porque uma entidade sozinha, ou uma pessoa sozinha tem menos recursos. Portanto o GC funciona nesta lógica de otimizar recursos, de perceber que se calhar uma entidade, podia apoiar numa determinada área mas outra podia ter um papel mais ativo mediante...o seu histórico, a sua missão numa outra área, por isso permite conhecer as necessidades e permite criar também um plano de intervenção para as mesmas e efetivamente otimizar recursos da comunidade. (ET2)

c) Uma atuação mais integrada eficaz e sustentável.

A mais-valia do trabalho em parceria é ser sustentável, é dar continuidade aos processos e permitir articular as respostas locais. Sozinho vai-se mais depressa, mas juntos vamos mais longe.

Isto só é possível porque há parceiros, há envolvimento de comunidade. porque há comunidade, não é? Senão não tínhamos conseguido implementar uma data de coisas. (ET2)

Nesta dinâmica de parceria temos três protagonistas em ação e interação: os técnicos, os representantes das instituições e os elementos da comunidade.

2) Os técnicos como representantes das instituições.

Os técnicos estão no GC não apenas uma obrigação institucional, mas por uma obrigação moral, de fidelidade e de compromisso como foi referido por um dos profissionais:

Não fazia sentido estar naquela comunidade fechada naquele espaço físico sem conhecer a comunidade minimamente. Eu não conseguiria fazer um trabalho...nem sequer estava a ser fiel à comunidade em ter uma atitude para dentro. Ou seja, muito voltada nos próprios serviços da entidade, serviço muito voltado para dentro. (ET2)

Essa presença no GC constitui ponte de ligação entre a comunidade e as instituições, de fazer chegar às instituições as necessidades e os problemas do bairro e fazer chegar ao bairro os recursos necessários para colmatar tais necessidades.

Eu tenho acompanhado isto no GC, tenho acompanhado a presença da comunidade para falar da problemática que eles têm dentro dos seus lotes que depois repercute no bairro inteiro e isso tem sido um percurso. (ET1)

De acordo com os profissionais fazer essa ponte, ser porta-voz, não é uma tarefa fácil. Há burocracias por parte das instituições e por outro lado há a comunidade que vive a situação. Os técnicos encontram-se perante uma situação dual.

É um jogo para nós enquanto, outra voz dos moradores e ao mesmo tempo saber que somos instituições que temos também que lidar com tudo isto nos trâmites legais do que é uma relação institucional. (ET1)

Estamos a falar de serviços que são um bocadinho mais burocratizados e que tem que gerir prioridades e que tem que gerir urgências mediante os recursos que têm, por outro lado, são as pessoas que vivem naquela realidade. Isto aqui também gera algumas questões. Claro que pode sempre alertar para isto, mas eu creio que requer sempre uma participação muito assertiva. (ET2)

O facto de as instituições terem leis burocráticas, não deve impedir o profissional de ser honesto, assertivo perante aquilo que é a realidade vivida e sentida pelos moradores.

Eu posso entender a parte da Empresa que diz que são não sei quantos empreendimentos na cidade de Lisboa. Mas eu não posso ficar de maneira alguma ao lado dessa empresa, porque o meu lado é o lado da pessoa, a qual eu escuto, a qual eu vejo, o drama dessas pessoas diariamente (ET1).

Esse equilíbrio não é conseguido por todos, assim refere um especialista:

Há técnicos que não conseguem muito bem manter, ou conseguir lidar bem de uma forma mais equilibrada com a lealdade que devem à sua organização, ao trabalho que a sua instituição desenvolve e a lealdade que implica estar em GC a trabalhar com as pessoas para melhorar o seu bem-estar. Eu acho que esse é outro aspeto que se a calhar não é o aspeto mais importante nesses dois grupos em concreto mas noutros bairros acho que esse é um dos aspetos determinantes. (EE2)

Os profissionais consideram importante que o GC não seja apenas de palavras, mas de ação concreta.

É bom que os GC não sejam só com palavras. Ou seja, se as palavras, aqueles momentos de reflexão de partilha de identificar alternativas se as pessoas não vêm a ação ou se não houver ação também por parte das pessoas porque requer de todos, não é GC. (EP2)

3) Estar próximo da Comunidade.

O GC tem no seu centro a comunidade. É ela que conhece e vive a realidade. De acordo com o entrevistado T2:

Não existe GC se não tem a presença da comunidade. Uma comunidade é feita pelas pessoas que lá estão não é? O aspeto mais positivo dos GC é o de conhecer o terreno, de dar voz às pessoas... se só participarem as instituições locais também acabamos só por ter a visão de uma das partes. E não temos a visão das pessoas que lá moram. (ET2)

Estar na comunidade implica conhecer os seus anseios, as suas necessidades o que lhes interessa por isso os profissionais referiram que:

Não faz qualquer sentido estar a propor ou a criar qualquer tipo de projeto ou iniciativa na comunidade, quando não vem responder às necessidades da comunidade, não é? Só porque, imagina que é uma área que a equipa se sente à vontade a trabalhar, mas se não corresponde às necessidades da comunidade, não traz riqueza e não faz sentido. Eu acho que permite este melhor alinhamento, até na criação de respostas de planeamento também de intervenção. (ET2)

Agora nós associações, e o movimento associativo, nós complementamos aquilo que o próprio bairro acha que é importante para o bairro. O bairro tem,

as comunidades têm esse direito a serem da forma que elas acham e criarem a dinâmica que elas acham. (ET1)

Os técnicos são apenas porta-vozes da comunidade. O poder de decisão e de fazer opção está nas mãos da própria comunidade, que conhece e sabe o que lhe faz falta.

A comunidade é uma coisa muito interessante – a comunidade, ela é soberana. O poder do povo é soberano. Quem não entendeu isso até hoje, está muito enganado...a comunidade necessita das instituições, mas para ser sua voz, porque vai manter contacto com a vereadora, vai manter o contacto com o presidente da junta, vai manter o contacto com o primeiro-ministro, mas a comunidade não atribui a ninguém, a liderança. Sabem que eles vão transmitir os nossos interesses. a comunidade, ela tem a sabedoria de retirar das associações o que lhes interessa... (ET1)

Para os profissionais o GC também tem como contributos o enriquecimento humano e profissional.

O trabalho no bairro pode ser muito exigente, muito desafiante, mas muito interessante e muito rico. Eu ganhei muito em termos de experiencia. Foi um enriquecimento pessoal muito grande, mas também no âmbito profissional. (ET2)

A participação no GC foi uma das coisas que mais me enriqueceu principalmente enquanto pessoa. (ET1)

Sobretudo a ver a pessoa enquanto tal e não pôr em causa a sua condição. (ET2)

Quadro nº 16 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos profissionais das instituições locais

Trabalhar em Parceria	Ter uma visão abrangente da realidade
	Rentabilizar recursos humanos, materiais e financeiros
	Manter uma intervenção integrada e sustentada
Os técnicos como representantes das instituições	Uma obrigação moral e um compromisso profissional e pessoal
	Ser porta-vos e ponte entre as organizações e a comunidade: mediação serviços/moradores
	Passar das palavras à ação: sentir e agir com a comunidade
Estar próximo da comunidade	Conhecer e viver a realidade
	Conhecer os anseios e as necessidades da comunidade
	Dar poder à comunidade é mais do que ser porta-voz
	Enriquecimento pessoal e profissional

Fonte: construção própria

8.3. A perspetiva dos peritos e especialistas

Na perspetiva dos especialistas o GC é o ponto de encontro de instituições e comunidade para o trabalho em parceria, de forma cooperada, articulada, abrangendo todas as áreas e dimensões afetas à vida da comunidade. Isto implica uma dinâmica criativa favorecendo um envolvimento e participação ativa dos seus membros na descoberta, gestão e resolução dos seus problemas. Desta forma os especialistas consideram o GC como:

- a) Um dos instrumentos possíveis de criar processos de desenvolvimento local.

As dinâmicas de funcionamento dos GC têm determinados princípios estratégicos por detrás, combinando estes com a participação da comunidade.

Os princípios estratégicos referidos são os da territorialização, eficácia, endogeneização, participação, *empowerment*, integração, flexibilidade, e o da sustentabilidade (Nunes et al., 2017).

Importa fazer referência que esses princípios não são lineares ou não são guias para todos os GC. Ou seja, tendo em conta as duas modalidades de GC na cidade de Lisboa acima referidos – GC como conjunto de parceiros institucionais e GC como conjunto de instituições tendo como parceiro principal a comunidade – apenas o segundo modelo pauta a sua intervenção sobre tais princípios estratégicos.

Desta forma recorremos aos dados das entrevistas que justificam essas afirmações:

Podemos não utilizar os princípios do desenvolvimento comunitário e utilizar os princípios tecnocráticos. Em que... A partir do centro é possível ramificar as ações do GC...

b) É um espaço político

A expressão política comporta várias aceções, conceções e definições. A língua inglesa, recorre a três termos para identificar as nuances do tema: *polity*, para a esfera da política, isto é, às estruturas institucionais que caracterizam um sistema político; *politics*, como a atividade política na disputa por cargos políticos, debate partidário e *policies*, voltado para a ação pública, ou seja, os processos que elaboram e implementam programas e projetos públicos (Muller & Surel 2004) citado por (Jardim, Silva, & Nharregula 2009).

Estas dimensões estão incorporadas no GC, como podemos ver a partir das reflexões que se seguem, mas antes de tudo convém recordar que num GC existe um conjunto de poderes em interação: Político-formais, técnico, económicos, associativos, institucionais e comunitário ou político-informais (Amaro, 2018:85) que faz com que o GC seja necessariamente esse espaço político. Nesta lógica um dos entrevistados afirma que:

OGC é um espaço necessariamente político. Faz-se política ali. Política no sentido que tudo o que nós decidimos é político, é uma ação, um ato político – política neste sentido mais ingénuo, mais espontâneo e natural – e quanto mais o fazemos em público mais político se torna (EE1).

Para além dessa dimensão política natural, o entrevistado sublinha também a dimensão político-partidária:

Há outra dimensão ainda que é dimensão político-partidária. Que é inevitável porque há jogos políticos em curso. Sempre! Porque tendencialmente todas as forças

políticas partidárias, pretendem manter-se e ampliar a sua esfera de influência e do seu poder, ou conquistar o poder caso esteja na oposição. (EE1).

Essa dimensão é muito visível nos dois GC de estudo de caso PC e HN, afirma o entrevistado:

Mas isto é uma dimensão que existe nos GC. Em particular nesses dois GC tens essa dimensão mais visível, porque o partido que está à frente da Junta de Freguesia há muitos anos,... a junta de freguesia de Carnide é a única em que o partido comunista é sempre eleita com força maioritária em Lisboa, dentro da Cidade de Lisboa desde há muitas décadas para cá, e a Câmara de Lisboa, salvo alguns anos ali sempre foi o partido socialista. Portanto são forças políticas diferentes. Tem algumas convergências políticas, mas tem muitas oposições políticas (EE1).

Diante desta realidade, o entrevistado EE2 alerta para as consequências que esta luta política tem dentro do GC, afastando técnicos e moradores como já foi referido anteriormente pelos entrevistados. O GC tem a sua visão, a sua missão a sua posição:

O GC corre o risco, de tornar uma espécie de antena da Junta ou de delegação da Junta e não pode ser. O GC não é isso. O GC deve trabalhar em conjunto com a Junta sem dúvida, mas temos o próprio pensamento, a própria orientação e não ser manipulada pela Junta de Freguesia. (EE2).

Partindo da frase dita pelo entrevistado EE1, *Política no sentido que tudo o que nós decidimos é político, é uma ação, um ato político*, vamos mais além, dizendo que todas as ações contrárias são também atos políticos. Ou seja, é política não ter a comunidade presente nos GC, é política os técnicos e moradores abandonarem os GC, é política os moradores participarem só quando enfrentam algum tipo de problema. Enfim, é política não ter alguns dos poderes acima referenciados no GC e é política a não concretização das decisões tomadas nas reuniões dos GC...

Portanto há toda a razão que fundamenta o GC ser um espaço político.

c) Espaço privilegiado para os mais vulneráveis.

São *vulneráveis* os que têm diminuídas, por diferentes razões, as suas capacidades de enfrentar as eventuais violações de direitos básicos. Essa diminuição de capacidades, essa vulnerabilidade está associada a determinada condição que permite identificar o indivíduo como membro de um grupo, específico que, regra geral, está em condições de clara desigualdade material em relação ao grupo maioritário, (Felipe et al., 2014).

Para um dos entrevistados esses devem ter um lugar especial nos GC:

O GC deve ter como alvo principal, como grande objetivo, estar ao lado dos mais vulneráveis, os sem voz, os que estão de tal maneira destituídos, desanimados, que nem sequer conseguem ter voz para firmar as suas necessidades, as suas dificuldades e os seus problemas. E portanto, esses têm que ter uma atenção especial do GC. (EE2).

Todas essas reflexões se confluem e resumem num único e último ponto em que os especialistas consideram o GC como:

d) Um espaço de defesa dos direitos humanos.

Sen, (2009) define os Direitos Humanos como um conjunto de direito inerentes à essência do ser humano, independentemente da sua raça, cor condição social. Esses direitos incluem: a vida, a liberdade, a igualdade, a integridade, a cultura entre outros.

Para os especialistas o GC tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos humanos em diversos ângulos:

Ao nível da habitação, emprego, direito a um emprego digno, do direito à educação, do direito de a pessoa poder exprimir-se e a ser livre de dar a sua opinião e de poder crescer e florescer, tudo isto faz parte do GC. (EE1).

Esses dados são reforçados pelo que nos diz o entrevistado (EE2)

Por exemplo o direito à sua cultura, que também é uma componente importante e que muitos GC têm defendido por causa...a questão não é muito trabalhada, mas tem defendido como um direito à diversidade um direito à afirmação cultural própria. Por exemplo em relação aos ciganos isso é fundamental, conhecer esse direito, daquilo que eles têm de mais autêntico, mais próprio e de, mais diferente de nós (EE2).

É por aí que passa o processo de inclusão, dando espaço ao outro sem obriga-lo a repudiar aquilo que o acompanha e define: cultura, moral e religião, por outro sem abdicar da sua própria cultura. Acolher o outro sem o ajustar à nossa medida, assumindo o risco de pôr em jogo a própria identidade confrontando-a com a do outro (Bento XVI, 2009).

Nesta linha, vimos que o GC assume a defesa dos direitos humanos como uma tarefa:

Sempre que há situações de indignidade, sempre que há situações de direitos de pessoas fundamentais que não são respeitados, quer individualmente quer de forma coletiva, para aquele ou aquela pessoa ou pode ser para um conjunto de pessoas...mas sempre que há isso o GC denuncia e luta nesse sentido. (EE2).

O GC luta no sentido de informar, de explicitar, de ajudar a conhecer a lei, de acompanhar as pessoas no acesso aos seus direitos.

Por exemplo a lei de orientação relativa à luta contra as exclusões no artigo 1, segunda alínea, estipula: “A presente lei tende a garantir no conjunto do território o acesso efetivo de todos aos direito fundamentais nos domínios do emprego, do alojamento, da proteção à saúde, da justiça, da educação, da formação e da cultura e da proteção à família e à infância”. Esta é uma autêntica fraude:

Continua a haver muitas carências ao nível da pobreza e da exclusão social, no sentido mais lato, nestes dois bairros tal como noutros da cidade e das periferias. Continua a haver direitos humanos que não estão garantidos...por exemplo o direito da habitação digna, não está a ser cumprida em nenhum dos casos. (EE1)

E como afirma um dos entrevistados:

O direito à habitação é tão importante quanto ao direito à alimentação, porque tem a ver com a questão de Sobrevivência da dignidade, conforto...toda a gente devia ter o direito à habitação garantida [...], e, portanto, o direito à habitação não é só o direito a ter uma casa. É ter uma casa em condições dignas. (EE2)

Portanto o GC assume a luta na defesa pelos direitos humanos como uma missão, chamando à responsabilidade políticos e públicos em geral para as situações que põe em causa a dignidade da pessoa humana.

Alguns contributos do GC nos Bairros de Padre Cruz e Horta Nova.

A existência do GC nos referidos bairros (desde 1994) tem contribuído para:

- Evitar mais situações de carência económica e exclusão social;
- Promover relações mais saudáveis entre diferentes culturas e etnias;
- Conceder aos moradores o acesso aos seus direitos fundamenais;
- Houve progresso ao nível de maior igualdade de género e emancipação da mulher.
- O GC continua a ser importantíssimo para diminuir o fosso entre aquilo que seria o mundo ideal, um bairro melhor, com as pessoas mais felizes, mais integradas e aquilo que são as carências e as dificuldades sentidas.

Quadro nº 17 – O Grupo Comunitário na perspetiva dos especialistas e académicos entrevistados

Trabalhar em parceria	Trabalhar de forma cooperada e integrada
	Ter a comunidade no centro da intervenção,
	Uma estratégia de desenvolvimento local
Um espaço político	Política no sentido natural, de debater questões que tem a ver com a vida da comunidade
	Político-partidário, de luta para conquista do poder ou permanência nele.
Espaço privilegiado para os mais vulneráveis	Dar voz aos “sem voz, sem vez”. Os que não estão representados por ninguém no GC.
Espaço de defesa dos Direitos Humanos	Defender os direitos humanos em todas as dimensões: emprego, saúde, habitação, cultura.
	Travar políticas injustas que põem em causa a dignidade da pessoa humana

Fonte: construção própria com fundamento nas entrevistas

8.4. A perspetiva dos políticos locais.

Na perspetiva dos políticos locais o GC, é ponto de encontro de instituições, associações, comunidade para resolução de situações que tem a ver com a vida das pessoas e do bairro em geral. Os políticos entrevistados sublinham como pontos fortes, o GC ser:

- a) O trabalho em parceria, ponto de encontro de instituições e comunidade

Não estamos a trabalhar de forma isolada, mas estamos a trabalhar de forma articulada, para que , por exemplo a santa casa não esteja a dar uma resposta, aquela família, a câmara municipal esteja a dar outra, a GEBALIS esteja a dar outra, a junta de freguesia esteja a dar outra, portanto ganha-se muito pela articulação, e em vez de termos uma dispersão muito grande dos recursos, aquilo que nós estamos a tentar é que haja uma convergência dos recursos, para as pessoas serem mais apoiadas, em vez de serem famílias multi-assistidas, serem famílias assistidas por um conjunto de parceiros, que fazem uma intervenção coerente, adequada, justa, equilibrada, portanto muito por aí (EP2)

O mesmo foi sublinhado pelo entrevistado EP1, realçando essa junção como uma necessidade:

Era muito necessário juntar as forças vivas porque havia muita instituição que operava no Bairro e havia muita vontade de colaborar (EP1)

No centro da parceria está a comunidade. Para os políticos um GC sem comunidade perde o seu sentido, o seu valor, a sua essência:

Porque de facto os Grupos Comunitários só fazem sentido se for com as pessoas, portanto com as pessoas que la vivem, trabalham, estudam eu acho que deve ser muito esse o caminho. (EP2)

Muitas dessas pessoas participam a título individual, embora haja também presença de algumas associações. E essa natureza participativa tem as suas controvérsias, pois no meio da luta pelo coletivo emergem situações individuais e que muitas vezes tem-se tornado em foco de conflito, de debate e de confusão para alguns técnicos como moradores. A esse respeito diz-nos o entrevistado

A atenção que se dá aqui às pessoas o seu envolvimento, o envolvimento sério e empenhado a disponibilidade para análise muitas das vezes individual de cada uma das situações, contextualizando-a depois no geral, mas tentando individualizar também algumas das situações, porque cada situação é uma situação, cada pessoa é uma pessoa, cada família é uma família e portanto há que encontrar aqui também diferentes formas de encerrar os desafios, para sermos mais eficazes, para estamos mais próximos das pessoas e para conseguirmos contribuir efetivamente para que cada pessoa sinta feliz nesta comunidade. (EP2)

Acolher a pessoa e a sua situação é o primeiro passo para o êxito. Cabe aos profissionais e dirigentes encontrar forma de direcionar a individualidade à coletividade. E de acordo com as experiências dos GC que tem a participação plena, essa dinâmica retoma-se rapidamente, pois é a exposição de cada um que enforma um todo, sobretudo porque muitas vezes podem estar a viver todos a mesma situação sem darem por isso.

b) Um espaço de exercício da cidadania.

De acordo com (Silva, 2013:35), a cidadania é a forma especificamente moderna de associação política. Define-se politicamente por dois tipos de relação: uma que une cada cidadão aos demais e outra que liga o cidadão ao Estado.

A participação do poder local é extremamente importante no GC. E a sua presença, sua participação acaba por imprimir na comunidade estas duas dimensões. Isto obriga-nos a trazer a fala do especialista EE1 que diz a este respeito:

A Junta de Freguesia assume este papel de liderança na luta pela defesa dos interesses dos seus moradores, dos seus fregueses... (EE1)

Este dado está claramente confirmado pelo entrevistado EP1:

Quando havia sessões públicas, da Câmara, eu levava-os todos comigo. Eu ia lutar, eu falava em nome da população, mas eles também iam lá, para a Câmara perceber que era justo aquilo que estávamos a pedir [...] Eu ganhei a Junta exatamente pela população desses bairros porque acreditaram em mim (EP1)

Continua outro entrevistado:

Os valores puros estão lá. Mas também está o outro lado que é de captação de mais votos, e luta partidária pela manutenção do poder. Necessariamente. Faz parte do jogo político. E não é por ser o PCP ou o PS ou qualquer que seja. Acho que todos fariam a mesma coisa. (EE1)

Por conseguinte este entrevistado (EP2) evoca a outra dimensão da cidadania, isto é, a cidadania que se define por um sentimento de pertença a uma comunidade política. Desta forma, argumenta:

Eu acho que acima de tudo esta marca de a participação das pessoas não se resume ao seu voto de quatro em quatro anos, isso é muito importante. o grupo todos os meses reúne para discutir os problemas as potencialidades e desafios do seu território, no sítio onde em determinada altura da sua vida decidiu ir viver, eu acho que isto é muito importante. (EP2).

Assim entendemos que inevitavelmente ocorre no GC esses dois processos da democracia representativa (através da voz dos eleitos locais) e da democracia direta (pela voz das próprias pessoas da comunidade).

Quadro nº 18 – O Grupo Comunitário na perspectiva dos responsáveis de cargos políticos entrevistados

Trabalhar em Parceria	Trabalho articulado
	Rentabilização de recursos
	Ter a comunidade no centro da intervenção
	Resposta a problemas individuais e coletivos
Espaço para o exercício da cidadania	Cidadania projeto político-jurídico
	Cidadania como identidade e pertença a uma comunidade

Os grupos comunitários na perspectiva dos entrevistados

Em síntese, agregando os pontos de vista e as opiniões dos nossos entrevistados, cruzamos quatro olhares: os moradores do bairro (incluindo os dirigentes associativos), os técnicos das instituições locais (profissionais), os académicos (especialistas em GC) e os políticos (eleitos locais com cargos públicos). Os testemunhos dos entrevistados retratam os GC como um lugar onde se cruzam duas dinâmicas que se complementam: o *trabalho em parceria* e a *cidadania* como estratégias de distribuição de poder e exercício de direitos (civis, políticos, económicos, sociais e ambientais).

Os quadros 19 e 20 espelham estas duas dinâmicas: parceria e cidadania, cruzando as perspectivas dos moradores, dos técnicos, dos académicos e dos eleitos locais.

Quadro nº 19 – O Grupo Comunitário percebido como Trabalho em Parceria

MORADORES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS	TECNICOS
<ul style="list-style-type: none"> . Lugar de encontro das instituições e Comunidade/Espaço dual: . Participação formal e informal . Espaço de aprendizagem, de crescimento e resolução de conflitos . Resolução de problemas individuais e coletivos . Lugar de festas e convívio 	<p>Intervenção Integrada: visão abrangente e rentabilização de recursos:</p> <p>Os técnicos representam as instituições: Ser porta-voz da instituição/comunidade Mediação entre serviços e moradores Sentir e agir com a comunidade Obrigação moral e compromisso</p>
<p>Trabalho articulado Rentabilização de recursos A Comunidade como centro da intervenção Responder a problemas individuais e coletivos</p>	<p>Trabalho de cooperação e integração A comunidade no centro da intervenção Uma estratégia de desenvolvimento local</p>
POLITICOS COM CARGOS PUBLICOS	ACADÉMICOS ESPECIALISTAS

Quadro nº 20 – O Grupo Comunitário como Lugar de Poder e exercício da Cidadania

MORADORES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS	TECNICOS
<ul style="list-style-type: none"> . Espaço de luta e conquista de poder: Poder como domínio sobre outro Poder como dinâmica relacional de partilha e troca . Promoção de <i>empowerment</i>: Capacitação de moradores e profissionais Treino de competências individuais e coletivas Reivindicação e distribuição do poder 	<p>Conhecer e viver a realidade Maior proximidade e conhecimento da comunidade Conhecer anseios e necessidades da comunidade Dar poder à comunidade Enriquecimento pessoal e profissional</p>
<p>Espaço para o exercício da cidadania A cidadania como projeto político-jurídico A cidadania como pertença a uma comunidade</p>	<p>Debater questões e saber a visão da comunidade Lutas de conquista e conservação de poder Dar voz aos “sem voz” Travar e impedir políticas injustas Defender os direitos humanos e a dignidade humana</p>
POLITICOS COM CARGOS PÚBLICOS	ACADÉMICOS ESPECIALISTAS

Conclusão

De acordo com a revisão da literatura e o trabalho de campo realizado no decurso desta investigação, organizamos as conclusões em dois eixos: 1. Exclusão e vulnerabilidade - para percebermos como a pobreza e a exclusão social ditam a ausência de participação dos grupos vulneráveis; 2. Grupos Comunitários e Participação – para referenciar como num contexto de desenvolvimento local, os grupos comunitários são lugares privilegiados de capacitação e participação dos mais pobres e excluídos.

1. Exclusão e Vulnerabilidade

A pobreza e exclusão social é claramente uma violação dos Direitos Humanos. A carência ou privação dos recursos básicos são tão visíveis, que fazem com que a pobreza se torne um fenómeno familiar e facilmente esquecido pelos media.

De acordo com Rodrigues (2017:774), em Portugal, a pobreza consistente conjuga a situação de pobreza monetária com a de privação material. Isto é, 900 milhares de pessoas acumulavam situações de escassez de recursos monetários com ausência de capacidade de responder a situações de privação e de acesso a bens e serviços considerados essenciais.

Tal como foi referido na teoria, a vulnerabilidade é entendida como um processo social que resulta do efeito de uma exposição precoce ou de longa duração a contextos de pobreza e exclusão, da ocorrência de eventos críticos que desorganizaram o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, colocando-os numa situação de desvantagem social e numa condição crítica acrescida perante a condição de incapacidade ou deficiência.

Da nossa perceção todos os seres humanos são vulneráveis em algum período de vida. Vulnerável quando se encontram perante obstáculos não esperados e, neste sentido, a vulnerabilidade pode ser lida de duas formas: vulnerabilidade positiva ou negativa. É positiva, quando a situação não esperada se transforma num desafio, em que as pessoas enfrentam os desafios, procuram resposta e superam as dificuldades. É negativa quando perante uma dificuldade as pessoas se paralisam. Não conseguem agir, porque lhes faltam recursos, ou capacidades para fazer face à situação.

O caso da pandemia (Covid 19) é um dos exemplos. Todos ficamos vulneráveis, porque ninguém contava com tal situação e ninguém sabia como agir perante fatos

inesperados. Porém, os indicadores da doença, mostram que os que são mais atingidos são, precisamente, aqueles que estão desprovidos de todos os meios, quer a nível da saúde, da habitação, da alimentação e outros recursos, quer a nível das redes de suporte para fazer face à situação de carência.

É a partir deste esboço que vamos responder às nossas questões de investigação. Isto é, a resposta dos GC aos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

Os grupos vulneráveis e excluídos são integrados no Grupo Comunitário? Esta é a primeira questão e a resposta implica a identificação de quem são os grupos vulneráveis. Na teoria apresentada os autores utilizam critérios diferentes para identificar os grupos vulneráveis. O critério utilizado por Capucha (2015) se centra nas atividades, no mercado de trabalho e desta forma fala dos desempregados, das famílias pobres, dos reformados, etc. Carlos Farinha (2017) por sua vez centra-se no ciclo de vida, fazendo referência às crianças, às mulheres e às pessoas idosas. Dos dados recolhidos nas entrevistas apresentamos as duas perspetivas. Agregando estas duas perspetivas, pensando na vulnerabilidade como ausência do bem-estar, os membros dos GC entrevistados falam do acesso a recursos e a direitos e neste sentido dizem que são grupos vulneráveis os deficientes, os sem-abrigo os imigrantes; associando a perspetiva relacionada com o ciclo de vida e dizem que são vulneráveis as mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas doentes e acamadas, etc. Importa referir que os dados recolhidos nos apresentam um leque muito mais alargado de grupos vulneráveis do que aquilo que os autores apresentam. Os dados acrescentam novos grupos vulneráveis: os imigrantes, as minorias étnicas, os toxicod dependentes, os alcoólicos, as pessoas com deficiência mental, os ex-reclusos, as pessoas com problemas de doenças mentais, os idosos doentes acamados, e as pessoas em situações de extrema pobreza, sendo estes identificados pelos moradores como as pessoas que estão privadas de laços sociais e por essa razão não têm acesso a recursos nem a condições de bem-estar.

Para responder à primeira questão, se os grupos vulneráveis estão integrados nos GC ou não, os dados demonstram com toda a clareza que não estão integrados, com exceção de um grupo muito reduzido de idosos que participam no GC do bairro da Horta Nova. No nosso entender mais do que negligência por parte dos GC, há também um certo desinteresse.

No que se refere à segunda questão: - de que forma esse processo de ajuda se desenvolve e que benefícios traz para estas pessoas?

A conclusão a que chegamos é que alguns vão tendo algum tipo de apoio pelas instituições que estão no terreno, mas este apoio é altamente deficitário e outros estão entregues a si mesmos. Ou seja, perante a pobreza extrema, as pessoas que passam fome, são encaminhadas para as cantinas sociais, os idosos sozinhos, abandonados e em situação de pobreza severa, são acompanhados pelos vizinhos que na sua generosidade vão dando algum tipo de apoio, nomeadamente no cuidado da casa, na alimentação, no vestuário, etc. As pessoas com deficiência mental são acompanhadas pelo GAC, (que está integrado no GC HN), quanto aos restantes grupos os jovens, os toxicodependentes, os alcoólicos, não têm nenhum tipo de apoio, nem por parte de instituições, tao pouco por parte dos grupos comunitários.

O primeiro objetivo específico consiste na análise das estratégias e metodologias utilizadas pelo grupo comunitário para integrar as pessoas mais pobres e excluídas, e desta análise averiguamos que há uma forma indireta de chegar aos grupos vulneráveis, isto é, a partir de terceiros. São os outros moradores que participam e representam os que não estão presentes nem representados. Ora essa estratégia permitiu-nos compreender que os primeiros e os mais beneficiados são sempre os moradores que participam diretamente no GC. Uma estratégia pouco eficiente, e, portanto, os mais necessitados continuam à margem, beneficiando do que “sobra da mesa” dos outros.

O nosso segundo objetivo é compreender as formas de relação e interação entre os serviços, os atores locais e os representantes formais da comunidade. Falar dessas relações remete-nos para o trabalho de parceria, como também para os princípios fundamentais da intervenção comunitária. Tal como foi referido, o trabalho em parceria não é linear, existem dificuldades, conflitos que não podem ser analisados só do ponto de vista negativo. Compreendemos ao longo da observação participante, bem como nos dados das entrevistas, que existe uma relação conflitual, marcada por interesses de várias ordens, mas sobretudo no âmbito político, que se confirma pelo afastamento de algumas instituições dos GC. Compreendemos que os parceiros não se afirmam por um objetivo comum. Isto é, o fundamento do GC é o desenvolvimento comunitário que se afirma pelo investimento nos recursos endógenos, reforçados com os recursos exógenos. Neste sentido encontramos instituições no GC, como é o caso da Gebalis, a qual não incute este princípio.

Conclui-se ainda que a partilha de informação não se passa com clareza e realismo, e desta forma instalou-se a desconfiança no grupo. Portanto, essas formas de estar e de relacionar dos parceiros, prejudicam em grande medida o normal funcionamento do GC. É nos GC que se conhece melhor os problemas da comunidade, as dificuldades das pessoas, através de partilha conjunta; observa-se que a maioria das instituições que estão no terreno, sobretudo no BPC, estão ausentes do GC, nos últimos anos.

O nosso terceiro objetivo consistiu em explorar os contributos da ação dos grupos comunitários para os processos de autonomia das pessoas pobres e excluídas.

Este ponto está interligado com os pontos anteriores. Observa-se que há processos de integração e de capacitação e treino de competências participativas, da parte dos moradores que há vários anos frequentam o GC, tanto na Horta Nova como no Padre Cruz. De acordo com os dados das entrevistas muitos moradores dos dois bairros têm o estatuto que têm graças à participação no GC, que os coloca em proximidade com os profissionais e os decisores políticos e institucionais, aumentando os eu capital social.

No entanto, se não há uma estratégia de integração, se são os outros moradores a representar os grupos vulneráveis nos GC, obviamente que não há hipótese de autonomia para estes. E, mesmo para os que participam nos GC, no nosso entender também o processo de autonomia está em causa devido à forma como se processa a participação. Uma participação por interesses individuais, sem consciência coletiva, e uma participação muito reivindicativa e não construtiva. Ora, esta forma de agir não empodera.

Porém, um ponto muito importante a referir é que apesar de os GC não terem uma estratégia para a integração dos grupos vulneráveis, eles têm desempenhado um papel fundamental, e, que de certa forma pode ser mais importante que é o de prevenção à vulnerabilidade. Muitos dos casos mais vulneráveis, só são conhecidos pelos serviços porque os vizinhos insistem em denunciar estas situações em reunião do GC.

Neste âmbito ficou por analisar a perspectiva dos grupos vulneráveis, pelo que numa próxima investigação será aconselhável uma investigação mais ampla, indo ao encontro da comunidade, ao encontro das pessoas vulneráveis, escutando-as e identificando as suas trajetórias de vida, um espaço exterior ao GC.

As igrejas desempenham um papel preponderante junto dos mais pobres e excluídos. Não foi possível analisar a ausência desses nos GC, particularmente a da Igreja

Católica que esteve na génese da formação do GC do Padre Cruz e se ausentou posteriormente.

Torna-se pertinente ainda numa próxima investigação compreender como a mensagem do Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* se transformou numa mensagem de Vida para todos os que se identificam com a Humanidade e o Planeta aproximando no dia-a-dia os cristãos e não-cristãos.

2. Grupos comunitários e participação

O desenvolvimento local define-se como «o processo da melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o principal protagonismo neste processo, numa perspetiva integrada dos problemas e das respostas» (Amaro,2017).

O desenvolvimento comunitário emerge a partir de dois aspetos fundamentais: o primeiro relacionado com a organização da comunidade como uma resposta rápida para as profundas mudanças sociais que ocorrem nas sociedades e o segundo relacionado com o investimento na formação de líderes locais, como mediadores e representantes das comunidades locais perante as instituições e os poderes constituídos (Oliveira, 2015; Carmo, 2002).

Dentro destas dinâmicas, o desenvolvimento participativo, consiste na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres. Isto significa, que ao contrário dos outros processos, a participação adquire aqui um valor central, como processo de *empowerment*, reforço das capacidades e competências e partilha de poder (Fragoso, 2005).

É cada vez mais reconhecida a importância da participação das populações na decisão sobre assuntos que lhes dizem respeito e esse reconhecimento não é só de investigadores e técnicos, mas dos próprios decisores políticos que sublinham a importância e os benefícios de uma maior participação pública nos processos de gestão democrática das decisões que interferem sobre a vida das populações mais pobres e desfavorecidas. Além disto, ao assegurar um envolvimento ativo e responsável dos elementos da comunidade está-se a aumentar as possibilidades de eficácia na resolução dos problemas locais (Monteiro & Ribeiro, 2009).

É neste enquadramento e nesta perspetiva que surgem e se desenvolvem os Grupos Comunitários, entendidos como uma plataforma de parceria e de participação com implicação e mobilização de todos os atores do território para o desenvolvimento da comunidade no seu todo (cf. Amaro, 2018). O objetivo central do GC consiste em melhorar as condições de vida dos que vivem em situações de indignidade, pobreza e exclusão social, envolvendo estas mesmas pessoas em processos de capacitação, empoderamento e mudança. A melhoria das condições de vida das pessoas de uma dada comunidade é a razão de ser e a finalidade última de um GC.

Neste trabalho conseguimos identificar que a maioria dos GC de Lisboa surge por iniciativa da Misericórdia (SCML), como entidade gestora da intervenção social na cidade. Mesmo nas dinâmicas criadas por moradores locais, a SCML aparece associada à Junta de Freguesia (poder local) e à Gebalis (empresa pública de gestão dos bairros e Lisboa), podemos concluir que os diversos grupos surgem numa dinâmica *top-down* – como iniciativa dos poderes instituídos para organizar as dinâmicas locais e mobilizar a população na resolução dos problemas da comunidade.

Os primeiros Grupos Comunitários surgem no Padre Cruz e Horta Nova, em 1993 e 1994, respetivamente. Neste mesmo ano surgem os Grupos de Galinheiras e Quinta Grande no Lumiar, hoje integrados na Alta de Lisboa e Santa Clara.

Os GC da Horta Nova e Padre Cruz são grupos comunitários plenos, onde estão incluídos elementos indiferenciados da população local e são grupos abertos onde qualquer pessoa pode participar em qualquer altura. São grupos grandes, com mais de 15 elementos e heterogéneos, pois entre os participantes destacam-se: os elementos da comunidade, os profissionais e representantes dos serviços públicos (Estado), das organizações da sociedade civil e em menor número alguns representantes de empresas locais ou pequeno comércio local.

A reunião do grupo comunitário constitui um espaço de reencontro consigo e com os outros, espaço de livre expressão que permite cada um reconsiderar a sua situação pessoal à luz da situação dos outros, ou seja, cada um compreender que o seu problema não é só seu, mas também o dos outros. Neste momento de encontro partilha-se um diálogo aberto onde todos participam, baseados em princípios de aceitação e de respeito mútuo, favorecendo a interação entre todos, através de uma comunicação livre e espontânea de

forma a construir um conhecimento partilhado e alcançar as metas propostas (cf. De Robertis et al, 2019).

Quer na HN quer no PC, os locais da reunião são locais fixos e os horários são em datas fixas. Nas reuniões do GC estabelece-se uma comunicação aberta entre profissionais, eleitos locais, especialistas e moradores. Cruza-se o discurso técnico com a linguagem comum, fornece-se informação sobre legislação recente e deliberações dos serviços, contam-se histórias, cruzando conversas informais e notícias do bairro com comentários de profissionais. São frequentes os momentos de discussão e de tensão, onde por vezes alguns moradores proferem acusações face à ineficácia dos serviços e a morosidade dos processos burocráticos.

Regra geral assiste-se a uma tomada de decisão coletiva, por construção de consensos entre os representantes dos serviços e os moradores ou os representantes locais; havendo liberdade na tomada da palavra, a última decisão vai caber aos serviços e às suas estruturas hierárquicas.

Nos campos de atuação distingue-se um maior peso para as questões ligadas à habitação (as mesmas que estiveram na origem da criação do GC do Padre Cruz e Horta Nova). Nas ordens de trabalho aparecem na agenda questões relacionadas com a saúde, a educação, a mobilidade, a higiene urbana e o ambiente. Aparecem também na agenda as atividades culturais e recreativas bem como as festas comunitárias, vivenciadas como momentos de programação e realização coletiva que reforçam a cooperação entre serviços e moradores e que acabam por envolver muitas das pessoas da comunidade que não vão às reuniões.

Nos obstáculos identificados na organização do GC, sobressaem as várias dinâmicas de participação, as lutas políticas pelo poder local e as tentativas de manipulação de alguns grupos, o cansaço e a falta de preparação de alguns profissionais que não suportam o “embate” das relações de proximidade como relacionamentos horizontais que podem ser interpretados como alguma perda de estatuto, os conflitos entre moradores representando diferentes grupos de interesses, a burocratização dos processos de resolução de problemas locais e a morosidade ou ausência de muitas respostas.

De acordo com Amaro (2017) um Grupo Comunitários só é sustentável se tiver incorporado os três princípios fundamentais: parceria, participação da comunidade e ação conjunta ou trabalho em rede.

Nos desafios aos GC da HN e PC destacam-se: as dinâmicas de uma relação pautada pela confiança e a horizontalidade capaz de garantir um diálogo transparente, onde se torna possível a troca de informação, partilha de conhecimentos e partilha de recursos; a cooperação entre serviços e moradores, traduzida na partilha de recursos materiais e imateriais das entidades e cidadãos anónimos, como parceiros do GC; a capacitação, formação e empoderamento dos agentes e dirigentes locais, bem como dos profissionais, para a realização de diagnósticos participados e a tomada de decisão coletiva; aumentar a capacidade de resiliência e de inovação social para encontrar novas estratégias e alternativas que resultem na efetiva distribuição de poder e de benefícios entre todos os elementos da comunidade da cidade; a partilha entre os grupos comunitários de Lisboa e a criação de um movimento de governação partilhada entre representantes da democracia direta e da representativa.

Bibliografia

- Amaro, I. (2015). A Dimensão Relacional do Fenómeno da Pobreza Contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana. Em *Diogo, F. Castro, A. Perista, P. (org)* (Humus, pp. 183–194). Famalicão.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à Prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, 4, 35–70.
Acedido em <https://journals.openedition.org/cea/1573>
- Amaro, R. R. (2009). Dicionário Internacional da outra Economia. Em *Cattani, A. D. Laville J. L. Gainger, L. I Hespana, P.* (Almedina, pp. 108–113). Coimbra.
- Amaro, R. R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. (L. para o Desenvolvimento, Ed.). Lisboa.
- Apple, A., Torres, C. A., Furter, P., Puiggrós, A., Fernandes, J. V., Saul, A. M., & Nóvoa, A. (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia* (Porto Edit). Porto.
- Baptista, H. I. B. (2002). *Pobreza e Exclusão Social: os destinatários do RMG em Vieira do Minho*. Minho.
- Bianchi, E. (2006). *A diferença Cristã* (Paulus). Lisboa.
- Bittar, E. C. B. (2018, Fevereiro). Justiça Social, Pobreza e Direitos Humanos. *Revista ESMAT*, 83–102.
- Borba, A. A., & Lima, H. M. (2011). Exclusão e Inclusão nas Sociedades Modernas: Um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Ser.Soc.soc*, 219–240.
Acedido em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03> a 19 de Abril de 2020
- Cabral, M. G., & Valagão, M. H. (2014). Serviço Social: Teorias e Práticas. Em *Carvalho, M. I. Pinto, C.* (Pactor). Lisboa.
- Carapeto, C., & Fonseca, F. (2005). *Administração Pública: Modernização, Qualidade e Inovação* (Edições Sí). Lisboa.
- Cardoso, F. D. (2019). A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas. *Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*.
- Cardoso, M. L. (2001). Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na

- nova ordem mundial. Em *Chomsky, N. Casanova, P.G. Therborn, G. Cardoso, M. L. Gómes J. M. Salama, P. Wallerstein, I.* (Editora Vo, pp. 96–127).
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento Comunitário* (Universida). Lisboa.
- Carmo, H. (2002). *Desenvolvimento Comunitário*. (U. Aberta, Ed.). Lisboa.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento Comunitário*. (U. Aberta, Ed.) (2ª). Lisboa.
- Castro, A., Amaro, I., Branco, F., Oliveira, A., & Santos, M. (2010). *Os Caminhos da Pobreza: Perfis e Políticas Sociais na Cidade d Lisboa* (Santa Casa). Lisboa.
- Chomsky, N., Casanova, P. G., Cardoso, M. L., Gómez, J. M., Salama, P., & Wallerstein, I. (2001). *Globalização Excludente: Desigualdade, Exclusão e Democracia na nova ordem Mundial* (Editora Vo).
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão* (Porto Edit). Porto.
- Clavel, G. (2004). Excluídos e exclusão, panorama geral. Em *A Sociedade da Exclusão, Compreendê-la para dela sair* (Porto Edit, pp. 137–181). Porto.
- Conquet, A. (sem data). *Como trabalhar em Grupo*. (Portico, Ed.) (2ª). Lisboa.
- Cordo, M. (2013). *Contigo e por Ti: Reabilitação da Pessoa com Doença Mental* (Princípia). Lisboa.
- Costa, A. B. (2004). *Exclusões Sociais, Cadernos democráticos*. (Gradiva, Ed.) (4ª). Lisboa.
- Costa, A. B. da (coord), Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade Exclusão Social no Portugal Contemporâneo* (gradiva). Lisboa.
- De Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. *FAE*, 5, 37–48.
- De Robertis, C. (2019). *A Intervenção social de interesse coletivo* (Porto Edit) Porto.
- Diogo, F., Castro, A., & Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (Húmus). Famalicão.
- Erly, A. E., Eugénia, R. C., R., J. D., & Maria Helena, R. R. (2010). Modelo de ação comunitária. *Revista Eletrónica. Ciências Sociais*, nº7, V.1, 193–237.

- Felipe, J., Jose, B., Monteiro, C., Filho, B., Gómez, I., Pajares, E., ... Zúñiga, Y. (2014). *Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis. Manual*. Obtido de <http://edo.uab.cat/edo-serveis>
- Ferreira, B. M. (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: Performações Locais*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017a). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 113–144.
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017b). Evoluções do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 113–144.
- Ferreira, M. S. (1966). O Desenvolvimento comunitário em Lisboa.
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: Uma Sugestão d reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18, 23–51.
- Francisco, P. (2015). *Carta Encíclica, Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum*. (Paulinas). Roma.
- Francisco, P. (2019). *Exortação apostólica Pós-Sinodal, Cristo Vive: Aos Jovens e a todo o Povo de Deus* (Paulinas).
- Freitas, F. (2013). *História e Memória do Bairro Padre Cruz - Construir a Cidade à Escala Humana* (Junta de Freguesia de Carnide). Lisboa.
- Guadalupe, S. (2010). *A Intervenção em Rede no Serviço Social* (I U). Coimbra.
- Guerra, I. C. (2006). *Participação e Ação Coletiva: Interesses Conflitos e Consensos* (Principia). Lisboa.
- Jardim, J. M., Silva, S. C. d. A., & Nharregula, R. S. (2009). Análise de Políticas Públicas: Uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspetivas em Ciência da Informação da Informação*, 14.
- Kowarick, L. (2003). Sobre a Vulnerabilidade Socioeconómica e Civil: Estados. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 61–86.
- Lopes, R. N. S. (2011). *Aprender com os erros: os Modelos Urbanísticos dos Bairros de Habitação Social em Portugal pós 25 de Abril de 1974*. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Engenharia.

- Mintzberg, H. (1978). Patterns in Strategy Formation. *Informes*, 934–948.
- Mintzberg, H., & Waters, J. A. (1985). Of Strategies, Deliberate and Emergent. *Strategic Management Journal*, 6, 257–272.
- Monteiro, A. A., & Ribeiro, F. B. (2009). Será que também eu posso participar? Em *Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas* (Húmus). Braga.
- Ninacs, W. A. (1995). Empowerment et service social : approches et enjeux. *Erudit*, 44, 69–93.
- Nowak, J. (2001). Intervenção em rede, in 100 Anos de Serviço Social. Em *Mouro, H. Dulce, S.* (Quarteto). Coimbra.
- Núncio, M. J. d, S. (2015). *Introdução ao Serviço Social, História, Teoria e Métodos*. (2^a, Ed.) (Coleção Ma). Lisboa.
- Nunes, M. N. (Coord), Viana, A. M., Serra, N., & Amaro, R. R. (2017). *Intervenção Comunitária: Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (SCML). Lisboa.
- Oit, I., & Step. (2004). *Planeamento estratégico, organização internacional do trabalho*.
- Oliveira, A. (2015). Serviço Social IV-Intervenção com Indivíduos e famílias. *Universidade Católica Portuguesa*.
- Ornelas, J. H., & Moniz, M. J. V. (2007). Parcerias Comunitárias e Intervenção preventiva. *Análise Psicológica*, XXV, 153–158.
- Patto, P. V. (2017). Ética, Lei e Deontologia no Serviço Social: dilemas e mediação. Em *Neves, M. C. P. Félix, A. B.* (70.^a ed.). Lisboa.
- Payne, M. (2002). *Desenvolvimento Social e Comunitário: Teoria do Trabalho Social Moderno* (Quarteto). Coimbra.
- Pinheiro, S. L. G., Pearson, C. J., & Chamala, S. (1997, Janeiro). Enfoque Sistêmico, Participação e Sustentabilidade na agricultura. I: Novos Paradigmas para o Desenvolvimento Rural??. *Revista Agropecuária Catarinense*, 18–22.
- Pinto, C. (2014). Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões entrecruzadas. Em *Carvalho, M. I. Pinto, C.* (Pactor, pp. 143–160). Lisboa.
- Priscila, B. O. C., Dany, P. C., & Robson, A. (2008). Entendendo o conceito de

- Sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração - RAUSP*, 289–300.
- Queirós, G. M. R. A. (2015). *Formação em Serviço Social: Desenvolver Competências para uma Mediação*.
- Ramos, N. (2013). The Overarching Issues of the European Space: Strategies for Spatial (Re)planning based on Innovation, Sustainability and Change. Em *Pina, H. Martins, F. Ferreira, C (Eds)* (Faculdade, pp. 343–360).
- Ribeiro, E., Oliveira, I. R., & Silva, M. R. (2007). *Pobreza, Direitos Humanos e Cidadania* (Comissão N). Lisboa.
- Robertis, C. D., Pascal., Orsoni., & Ramagnan. (2019). *A Intervenção Social de Interesse Coletivo* (Porto Edit). Porto.
- Rodrigues, C. F. (2017, Novembro). Pobreza e Exclusão Social em Portugal. *Brotéria*, 185, 766–786.
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. (F. F. M. dos Santos, Ed.). Lisboa.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social : considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 173–200. Acedido em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/viewFile/2560/2346> a 27 de Outubro de 2019
- Ross, M. G. (1964). *Organização da Comunidade* (La Salle). Porto Alegre.
- Samagaio, F., Rodrigues, E. V., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). *A pobreza e a exclusão social: Teorias conceitos e políticas sociais em Portugal* (Universida). Porto. Acedido em <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/viewFile/2566/2351>, a 22 de Abril de 2020.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento Como Liberdade* (Gradiva). Lisboa.
- Sen, A. (2009). *Direitos Humanos e Imperativos Globais: A Ideia de Justiça* (Almedina). Coimbra.

- Sierra, E. R. C. (2013). El concepto de Estrategia como fundamento de la Planeación Estratégica. *Pensamiento & Gestión*, 152–181.
- Silva, F. C. (2013). Portugal Social de A a Z - Temas em Aberto. Em *Cardoso, J. L. Magalhães, P. Pais, J. M.* (Impresa Pu, pp. 35–44). Lisboa.
- Silva, P. S. (2017). Proteção Social: Domínio e Conceitos. Em *Neves, M. C. P. Félix, A. B.* (70.^a ed., pp. 27–45). Lisboa.
- Soulet, M. H. (2006). *La vulnerabilité um problème social paradoxal*.
- Trigueiros, A. J., & Cardoso, M. I. (2017, Novembro). Pobres sempre os tereis convosco. *Brotéria*, 708–713.
- Vaneigem, R. (2003). *Declaração Universal dos Direitos do Ser Humano* (Antígona). Lisboa.
- Vanier, J. (2018). *Verdadeiramente Humanos* (Principia). Lisboa.
- Vieira, I. d, F. (2017). *A Participação: Um Paradigma para a Intervenção Social*. (U. C. Editora, Ed.) (2^a). Lisboa.
- Vieira, R. (2014). Perspetivas sobre o Envelhecimento Ativo. Em *D’Almeida, J. Sousa, P. Afonso, H.* (Caritas Po). Lisboa.
- XVI, P. B. (2009). *Caritas in Veritate - A Caridade na Verdade: Terceira Carta Encíclica de S.S. Bento XVI* (Paulinas). Roma.

Sites consultados:

https://issuu.com/civitas21/docs/plano_acao_bairro_per_ameixoeira

http://www.gebalis.pt/Geral/Publicacoes/Relatorios_Outros/Lists/DocumentsList/planoameixoeira.pdf

<https://www.facebook.com/radiomovimentopt/videos/2375702506020293/>

Grupo Comunitário 4 Crescente: <https://youtu.be/Tt2btXHMoow>

Grupo Comunitário do Pendão: <https://youtu.be/lBeGrW64EM8>

Grupo Comunitário Ameixoeira: <https://youtu.be/vfZ1JZdwEz0>

Grupo Comunitário dos Loios: <https://youtu.be/jyImVdyNy-8>

Grupo Comunitário de Portugal Novo: <https://youtu.be/fq2e3K--YHc>

Grupos Comunitários Horta Nova e Padre Cruz: <https://youtu.be/eze8q5sbkRE>

Anexo 1 – Trabalho em parceria – Formas de interação entre os membros. Barreiras e dificuldades (Conquet, sem data)

	- 10	- 5 GRAUS DE PARTICIPAÇÃO +5		+10
Diferenças	Não apreciamos visivelmente as opiniões adversas. Tendemos a contrariá-las, sem indulgências	Aceitamos friamente a contradição	Aceitamos com um sorriso opiniões diferentes das nossas	Gostamos que as pessoas sejam diferentes de nós (muito raro!)
Preconceitos	Ferimos facilmente os preconceitos dos outros	Ignoramos os nossos preconceitos, mas adivinhamos os dos outros e evitamos feri-los	Conhecemos os nossos preconceitos e procuramos determinar os dos outros	Levamos em conta os factos
Egocentrismo	Impomo-nos a todo o momento. Intervimos, dizendo: “Eu...”	Fechamo-nos em nós próprios, recusando “imiscuir-nos”.	Esforçarmo-nos por participar, escutar toda a ente, com o MESMO interesse	Estamos ao serviço do grupo. Apagamo-nos, se necessário, diante de outro
Resistência à mudança	Recusamo-nos a entrar no raciocínio exposto, se isso mudar os nossos hábitos	Aceitamos ouvir, mas recusa interior	Decidimos a não fazermos nada, adotamos contudo uma atitude ativa.	Entramos de boa vontade no pensamento do outro, mesmo se nos fere, se julgamos que ele tem razão.
Refutação v. compreensão	Vemos imediatamente a falha no raciocínio. Aproveitamos para dizer tudo, sem indulgência	Retemos apenas a falha na argumentação, sem vermos o fundo	Não aceitamos completamente a ideia do “outro” porque nos apegamos a pormenores externos: declamação, mímica, modo d falar	Fazemos um esforço para compreendermos o “outro” com os seus defeitos e qualidades, antes de refutarmos.
Tempo de escuta	“ouvimos” sem escutar, atendendo mais aos tiques, às repetições.	Demasiado atentos ao “exterior” de quem fala, seguimos sobretudo afetivamente	Escutamos inteligentemente mas com “furos”	Aproveitamos ao máximo os tempos de escuta.
Maneira de se exprimir	Nenhum esforço de expressão. Voz monótona, não acentuada, apresentação física descuidada	Não articularmos bem. Nenhum esforço para sermos “amáveis”, mais claros	Tentamos dizer claramente o que sabemos, olhando para o interlocutor	Dicção clara, viva, animada pelos olhos e o gesto. Amabilidade. Disponibilidade.

Anexo 2 - Encontro dos Grupos Comunitários da área Metropolitana de Lisboa 7 de Dezembro de 2019.

Cartaz do encontro



Grupos Comunitários Participantes no Evento

ALMADA

GC Caparica – Pragal (União da Freguesias Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas + União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Almada).

LISBOA

- GC 4 Crescente (Marvila, Lisboa)
- GC Alfredo Bensaúde (Olivais)
- GC Alta de Lisboa (Lumiar + Santa Clara)
- GC Armador (Marvila, Lisboa)
- GC Condado (Marvila, Lisboa)
- GC Flamenga (Marvila, Lisboa)
- GC Fonecas e Calçada (Alvalade, Lisboa)
- GC Galinheiras-Ameixoeira (Santa Clara, Lisboa)
- GC Horta Nova (Carnide, Lisboa)

- GC Liberdade-Serafina (Campolide, Lisboa)
- GC Lóios (Marvila, Lisboa)
- GC Padre Cruz (Carnide, Lisboa)
- GT Comissão Social de Freguesia de Benfica (Benfica, Lisboa)
- Parceria Local de Telheiras (Lumiar, Lisboa)
- Rede LM (Parque das Nações, Lisboa)

SINTRA

GC Pendão (União de Freguesias Queluz-Belas, Sintra)

Cessão plenária



Anexo 3 – Guião das entrevistas

Aos Especialistas e Técnicos

I – A comunidade – participação e envolvimento

1. A comunidade constitui o centro e a razão de ser do Grupo Comunitário! Quias são as estratégias para que isto seja uma realidade?
2. Quais são os grupos mais vulneráveis nessa comunidade e que lugar eles têm ocupado no Grupo Comunitário?

II – O Grupo Comunitário como dinamizador de eventos sociais.

3. Como é que o Grupo Comunitário tem contribuído no processo de luta contra a pobreza e exclusão social?
4. Como é que o Grupo Comunitário tem contribuído na defesa dos direitos humanos?

III – Experiência de atuação dos Grupos Comunitários

5. Quais são as grandes áreas de atuação de um GC?
6. O Grupo Comunitário tem conseguido alcançar este seu objetivo?

IV – Sustentabilidade e futuro do Grupo Comunitário

7. Se tivesse que melhorar algo no Grupo Comunitário, que melhorias seriam implementadas?
8. Quais são os grandes desafios delineados para um futuro próximo?

Aos dirigentes associativos e moradores

I - A pessoa que participa e a sua experiência individual

1. Como e quando é que chegou ao GC?
2. Que experiência tem usufruído para a sua vida pessoal?
3. De que forma é que costuma dar o seu contributo no Grupo?

II O Grupo Comunitário – Experiência Coletiva

4. Achas que o GC é resposta aos sonhos e problemas da comunidade?
5. O que é que o GC fez que marcou a história dessa comunidade?
6. Acha que a forma como o GC intervém contribui para a autonomia da comunidade?

III O Grupo Comunitário – sugestão e propostas futuras

7. No seu entender as pessoas estão esclarecidas sobre o que é o GC e os benefícios desse para a comunidade?
8. Acha que há grupos ou pessoas que cá não estão e que deveriam estar?
9. O que lhe parece relativamente ao futuro desse Grupo
10. Como é que o GC pode fazer para funcionar melhor do que atualmente?

Anexo 4 – Grupos Comunitários em Lisboa (cidade) - Grelha de recolha

<i>1. Dados de identificação</i>	Nome:
1.1 Ano de criação	
1.2 Tipo de Participantes	
1.3 Horário da reunião	
1.3.1 Periodicidade das reuniões	
1.4 Local da reunião	
1.5 Coordenação das reuniões	
1.6 Tipo de convite convocatória para a reunião	
1.7 Registo de Atividades Plano de atividades e Contas e relatório	
Alguma especificidade	

Caraterização dos Grupos Comunitários (cf, Ferreira, 2019)

Dimensões	Categorias	Indicadores
<i>2. Tipo de participantes</i>		
Institucionais	Serviços públicos: Autarquias Serviços locais Empresa Municipal	Autarquia municipal, autarquia freguesia, Escola, centro saúde, Gebalis, Valor Sul,
	Organizações de economia social e solidária	SCML IPSS ABL
Da Comunidade	Moradores com cargos de eleição local Moradores em nome individual	Assoc. de pais, Assoc Moradores Coletividades, clubes de bairro
<i>3. Tipo de mobilização</i>		
Por convite de uma entidade gestora do grupo	Tipo de entidade	Relação de subordinação
Por convite de um coletivo de organizações	Tipo de entidades	Relação de colaboração
<i>4. Formas de divulgação e contacto</i>		
Via eletrónica	Por email geral para os serviços Por email personalizado	Mais e menos usado

Formato papel	Carta no correio Cartaz afixado Nos prédios ou em local de encontro habitual	Mais ou menos usado
Contactos pessoais	Contacto face a face em locais de encontro ou casa a casa	Quem contacta quem
<i>5. Conteúdos tratados nas reuniões</i>		
Urbanismo e uso do espaço público	Das pracetas e passeios Jardins e espaços verdes Recolha de lixos e reciclagem Iluminação noturna Hortas urbanas	Eficiente/deficitária: Da responsabilidade da autarquia Da responsabilidade dos moradores
Edificado e conservação dos lotes	Porta dos prédios Higiene e conservação do Hall de entrada e partes comuns	Eficiente/deficitária: Da responsabilidade da autarquia Da responsabilidade dos moradores
Ambiente comunitário e relação de vizinhança	Relações entre etnias Diferenças de apropriação do espaço Diferenças de entendimento individual/coletivo	Confiança, indiferença, insegurança Uso dos espaços exteriores Uso do espaço comum dos prédios Responsabilidades com higiene e limpeza Horas de ruído e de silêncios, noite e dia Assuntos privados e públicos
Problemas sociais	Necessidades e respostas de sectores de bem-estar	Saúde, educação, emprego, habitação, justiça
	Grupos vulneráveis	Crianças, jovens, Mulheres, Idosos, pessoas com deficiência, imigrantes
	Segurança	Pessoal Habitacional Pública
Festas e Convívios	Festividades Anuais	Carnaval, Santos Populares, Natal
	Eventos de projetos	Feiras, Festivais, Concursos, Exposições, Debates, Conferências, tertúlias, etc
<i>6. Formas de organização do trabalho comunitário</i>		
Tipo de reunião	Plenário de parceiros	
	Grupos de trabalho	

Tipo de planeamento	Tem Plano de Atividades Anual	Sim Não
	Os temas tratados seguem o ciclo das festividades anuais e do ano letivo	Propostas dos serviços Propostas dos moradores
	A Agenda é feita de acordo com os acontecimentos que surgem no bairro ou na cidade	Propostas dos serviços Propostas dos moradores
Tipo de registos	Atas das reuniões	Participadas e partilhadas Não participadas Divulgadas, não divulgadas
	Fotografias e vídeos	
	Recolha de sugestões	
7. Efeitos de democratização		
Participação dos moradores	Na composição do GC	Sem moradores N.º moradores Igual/menos que inicial Mais que no início
	Tomar a palavra	Quase não falam Falam e expressam opiniões Falam e reivindicam Apresentam propostas
Relação dos moradores com os profissionais e parceiros institucionais	De submissão aos pareceres e opiniões técnicas	Os técnicos propõem sem ouvir os moradores Os técnicos ouvem antes os moradores
	De colaboração e cooperação	Técnicos e moradores trocam ideias e pontos de vista Técnicos e moradores partilham tarefas e planeiam em comum
Conquistas dos moradores	Alertas para questões prementes Propostas aceites pelos serviços Projetos financiados Associações geradas	Utilização da palavra, mobilização de competências, mediação de recursos, transferência e conquista de poderes

De: Bárbara Ferreira, encontro de grupos Comunitários, Bairro das Fonecas Calçada, 11.5.2019